

# A Universidade e O Envelhecimento Populacional: Diálogos e Experiências em Construção no Brasil

Simone Martins  
Carmen Pineda Nebot  
Andréia Queiroz Ribeiro  
Stefania Vaccaro  
Marcela Giovana  
(Orgs)

**UFV**  
Universidade Federal  
de Viçosa

  
**IPPDS**  
Instituto de Políticas Públicas e  
Desenvolvimento Sustentável

**gegop**

  
FIC  
Fórum Nacional do  
Fortalecimento dos  
Conselhos de Direitos  
da Pessoa Idosa

**A UNIVERSIDADE E O ENVELHECIMENTO  
POPULACIONAL: DIÁLOGOS E EXPERIÊNCIAS EM  
CONSTRUÇÃO NO BRASIL**

# ficha

## Ficha catalográfica elaborada pela Seção de Catalogação e Classificação da Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa

U58  
2023

A universidade e o envelhecimento populacional [recurso eletrônico] :  
diálogos e experiências em construção no Brasil / Simone  
Martins ... [et al.] organizadoras -- Viçosa, MG : UFV, IPPDS,  
2023.

1 livro eletrônico (177 p.) : il. color.

Disponível em: <https://aksaam.ufv.br/publicacoes>

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-60601-20-2

1. Idosos - Educação. 2. Idosos - Envelhecimento. 3.  
Universidades e faculdades. 4. Políticas públicas. I. Martins, Simone,  
1969-. II. Pineda Nebot, Carmen, 1954-. III. Ribeiro, Andréia  
Queiroz, 1973-. IV. Vaccaro, Stefania, 1976-. V. Geovana, Marcela,  
1977-. VI. Universidade Federal de Viçosa. Instituto de Políticas  
Públicas e Desenvolvimento Sustentável. VII. Universidade  
Federal de Viçosa. Grupo de Trabalho Clacso: Espaços Deliberativos  
e Governança Pública. VIII. Frente Nacional de Fortalecimento dos  
Conselhos e Direitos da Pessoa Idosa.

CDD 22. ed. 378.00846

Bibliotecária responsável: Bruna Silva CRB6/2552

# Prefácio

## O estudo do envelhecimento e da velhice é um tema acadêmico!

Beltrina Côrte

Ao receber o convite para prefaciá-la esta obra, sobre universidade e envelhecimento, lembrei-me das diversas batalhas acadêmicas que um grupo de pesquisadores teve na PUC-SP ao implantar o hoje já extinto mestrado em Gerontologia.<sup>1</sup> A questão que se colocava na ocasião, meados da década de 90, era se o envelhecimento seria um problema de pesquisa. Várias discussões foram feitas, muitas delas bizarras, porque na academia a situação não era diferente do que ocorria na sociedade como um todo, embora ninguém quisesse morrer jovem, ser velho era sinônimo de fraqueza, feiura, e, principalmente, improdutividade.

Se hoje ser velho ainda traz um conjunto imenso de conotações pejorativas nas universidades, imaginem na época? Para que estudar um tema que não tinha status? Dito em outras palavras, era perda de tempo (e dinheiro também) estudar um fenômeno terminal. Pior que até hoje tem colegas que pensam assim...

As universidades pioneiras a encarar o processo de envelhecimento e a velhice como tema acadêmico foram a Unicamp e a PUC-SP, ambas localizadas no Estado de São Paulo. De lá para cá outras universidades, principalmente públicas, introduziram alguns cursos, mas a bem da verdade, ainda são muito poucas ante o fenômeno do envelhecimento populacional neste século. E muitas delas, infelizmente, produzem conhecimento centrado na série de eventos que impacta o organismo, nas suas doenças, perpetrando a associação desta etapa da existência da vida a enfermidades.

Daí a grata surpresa em encontrar uma obra acadêmica, comprometida socialmente, e que tenta atribuir novos significados às vivências individuais e coletivas, vivências que ocorrem em um tempo social, e em um lugar. Um olhar para o sujeito que habita um organismo territorializado.

Repensar a relação entre a universidade e o envelhecimento populacional, exige a urgência de se olhar o humano na sua existencialidade como sendo seu tempo vivido, o tempo Kairós, como já assinalava o professor Joel Martins

<sup>1</sup> O mestrado tinha como área de concentração a Gerontologia Social e acabou sendo extinto em 2019. O grupo interdisciplinar de docentes cansou de lutar contra a instituição e o sistema de avaliação existente no país e preferiu cada um levar o envelhecimento para dentro da área disciplinar a qual fazia parte.

(1920-1993)<sup>2</sup>. Em sua palestra proferida em 1991, sobre o ser e o tempo, dizia ele que o “tempo é o sentido da vida”. E que o “sujeito não pode ser uma série de eventos psíquicos, isto é - ser criança, ser adolescente, ser adulto, ser velho - como um conjunto segmentado de eventos” (p. 12).

Como a universidade pode dar conta desse homem que vai além de uma sequência de anos e acontecimentos, que também é kairós? Como o tempo do velho pode ser reinventado continuamente? Perguntas que ficam no ar à espera de outros pesquisadores que, curiosos, queiram se debruçar nesses territórios muitas vezes inóspitos.

Hoje, podemos afirmar com certeza que da década de 90 para cá, já existe um acervo acadêmico sobre o envelhecimento e a velhice brasileira, demonstrando que o tema está vencendo as resistências e os mitos envolvidos tanto no envelhecimento quanto na velhice em si.

Iniciativas como esta são mais que necessárias, afinal, o futuro é velho e navegar por esse território deve ser preciso, como já dizia meu conterrâneo Fernando Pessoa. O grupo Espaços Deliberativos e Governança Pública (Gegop) e a Frente Nacional dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa (FFC) acertaram em organizar material recente produzido pelas universidades brasileiras que vão auxiliar a navegação por esse mar tão “agitado e ainda estranho para muitos”, como o envelhecimento ainda é encarado por nós.

Num país onde a velhice vem se tornando cada vez mais feminina e mais avançada, encontrar subsídios para fortalecer a governança pública e fomentar boas reflexões na sociedade que asseguram a construção de uma cultura onde o longeviver seja digno e desejado, é tudo o que queremos, nós, estudiosos do envelhecimento que nos tornamos objetos de nosso próprio estudo.

Após mais de 20 anos atuando na disseminação qualificada sobre nosso longeviver, é muito bom testemunhar o interesse da universidade na análise, na pesquisa e na elaboração de projetos de ação que tornem possível as pessoas viverem longamente com dignidade. Também é muito bom ver finalmente a universidade cumprindo seu papel - o de contribuir para o desenvolvimento social -, a começar por potencializar a popularização do conhecimento que ali é produzido.

Que outras iniciativas como esta, que promovam a difusão e divulgação do conhecimento a respeito do envelhecimento e da velhice em si - na perspectiva do ser que envelhece e da governança pública -, possam se replicar em todas as universidades do país afora, subsidiando, incentivando e fomentando políticas públicas que garantam um melhor envelhecer e longeviver!

---

<sup>2</sup> A palestra do professor Joel Martins foi transcrita e publicada na Revista Kairós-Gerontologia, Ano 1-n. 1, 1998, pp. 11-24, sob o título: Não somos cronos, somos Kairós”

# Sumário

<b>Prefácio</b>	<b>4</b>
<b>Apresentação</b>	<b>7</b>
<b>O ensino e a pesquisa universitária voltada à pessoa idosa</b>	<b>10</b>
Reflexões sobre o papel das universidades no contexto de envelhecimento populacional brasileiro.	11
Leonardo Milhomem Rezende, Karla Lisboa Ramos <sup>2</sup>	
Universidade para todas as idades: Por uma política de acesso e permanência para a pessoa idosa no Ensino Superior	28
Jordelina Schier, Paulo Adão de Medeiros, Eliete Cibele Cipriano Vaz, Juliana Balbinot Reis Girondi	
Contribuições das universidades para o envelhecimento ativo	45
Maria Fernanda Baeta Neves Alonso da Costa., Fábio Marcelo Matos.	
Sexualidade e Envelhecimento: o conhecimento científico e sua abordagem no Ensino Superior	58
Higor Matheus de Oliveira Bueno, Felipe Bueno da Silva, Márcia Thaís de Souza, Dalyanna Mildred de Oliveira Viana, Gilson de Vasconcelos Torres, Aline Maino Pergola-Marconato	
<b>Contribuições da extensão universitária voltadas à pessoa idosa</b>	<b>72</b>
Boas práticas de extensão universitária para pessoas idosas no Brasil	73
Silvia M. M. Costa, Carmen Pineda Nebot, Simone Martins, Andreia Queiroz Ribeiro	
O projeto Arte de Cuidar: a experiência de ser velho e estar uma pessoa idosa à procura de uma outra suavidade	88
Bruno Vasconcelos de Almeida, Amauri Carlos Ferreira	
Corpos experienciados em expressão: relato de uma prática extensionista em teatro com a população idosa	100
Bárbara Carbogim, Emerson de Paula	
Universidade aberta para a terceira idade: qualidade de vida ao envelhecer	112
Márcio José Pinto Ribeiro, Jones Nogueira Barros, Carmen Pineda Nebot, Ana Maria de Albuquerque Vasconcellos	
Além dos trilhos: convivência virtual e educação financeira para o envelhecimento ativo	123
Cássia do Carmo Pires Fernandes, Eder Pereira Giardini Bonfim, Edson Batista de Sena, Pedro Henrique Pereira	
<b>A atuação das Universidades na Governança Pública voltada à População Idosa</b>	<b>138</b>
Funções básicas da governança pública e a atuação de universidades voltada para a população idosa	139
Ivan Beck Ckagnazaroff	
Histórias da Pandemia: a alegria do encontro	151
Stefania Becattini Vaccaro, Andreia Queiroz Ribeiro, Thaís dos Santos Gomes	
Governança Colaborativa nas Políticas da Pessoa Idosa no Estado de Minas Gerais: o Caso da Rapi/MG	159
Simone Martins, Andréia Queiroz Ribeiro, Roseany Gloriane Mendes, Sabrina Olímpio Caldas de Castro, Ivan Beck Ckagnazaroff, Ricardo Duarte Gomes	
<b>Considerações Finais</b>	<b>173</b>
Tainá Gomide Rodrigues de Souza Pinto	

# Apresentação

Como toda boa conversa, este livro começa com uma pergunta:

## **para que serve a Universidade?**

Ora, as universidades servem para formar profissionais de base intelectual, científica e técnica. Servem também à formação humana intelectual - o que Anísio Teixeira (1964)<sup>1</sup> denominou de alargamento da mente humana -, à construção do conhecimento em pesquisa, à transmissão dos valores e da cultura de um país. Assim, como o reverso de sua beleza, as universidades também podem servir como espaço de conservação de poder e de exclusão de parcelas populacionais.

É, pois, contra essa última possibilidade que este livro surge como um convite para (re)pensarmos a relação entre a universidade e o envelhecimento populacional. Propomos que a universidade seja o catalisador de uma sociedade mais justa e mais preparada para todos os indivíduos, de todas as idades.

A tarefa é desafiadora, já que nem sempre percebemos a universidade como um lugar de produção e de compartilhamento dos saberes; como o lugar para a promoção do diálogo e do debate; como o lugar onde se busca o consenso e o dissenso; como o local em que aprendemos a nos colocar como indivíduo, mas como um indivíduo que vive, respeita e se preocupa com o coletivo.

Trilhar esse caminho exige, portanto, lembrar que a universidade é espaço para experimentação, para descobertas, para buscar soluções que melhorem a nossa vida; um lugar aberto, um lugar de trocas, um local de aprendizagem constante. Exige lembrar que a universidade é um espaço onde se busca a inovação de serviços, de processos, de produtos, de gestão - incluindo a gestão pública -, de inovação tecnológica e, sem dúvida, um local de produção de conhecimento com base na ciência.

Aliás, foi com base nos avanços da ciência em diferentes áreas do conhecimento - saúde, educação, saneamento básico, entre outros - que a humanidade obteve uma de suas maiores conquistas: o aumento da expectativa de vida. Conquista que trouxe consigo a possibilidade de atribuímos novos significados às vivências individuais e coletivas, mas que também trouxe inúmeros desafios sociais, sanitários e econômicos relacionados ao envelhecimento populacional.

Essa realidade é hoje um processo acelerado no Brasil. A expectativa é de que em 2050 tenhamos mais de 30% da população com idade superior a 60 anos (IBGE, 2017<sup>2</sup>). Assim, é imperativo garantir que esse processo seja

1 TEIXEIRA, Anísio. Funções da Universidade. Boletim Informativo CAPES. Rio de Janeiro, n. 135, Fev. 196, p. 1-2.

2 IBGE (2017). Relações entre as alterações históricas na dinâmica demográfica Bra-

acompanhado de qualidade de vida nos anos que foram conquistados. Nessa direção, **o grupo Espaços Deliberativos e Governança Pública (Gegop) e a Frente Nacional dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa (FFC)** convidam a conhecer uma amostra do papel que as universidades brasileiras vêm desempenhando frente ao fenômeno do envelhecimento. Conhecer essas contribuições é de grande relevância não apenas para fomentar debate, mas para subsidiar e fortalecer políticas e ações comprometidas com a transformação, com vistas a um horizonte de garantia e de ampliação de direitos para se envelhecer com dignidade e qualidade de vida.

Os diferentes capítulos deste contemplam desde reflexões teóricas a exemplos concretos de atuação das universidades no ensino, na pesquisa, na extensão e no apoio à governança pública. Eles foram divididos em três seções que passamos a conhecer.

Na primeira seção – **O ensino e a pesquisa universitária voltada à pessoa idosa** – foram reunidos o capítulo de Leonardo Milhomem Rezende e Karla Lisboa Ramos que traz “Reflexões sobre o papel das universidades no contexto brasileiro”; o capítulo de Jordelina Shier, Paulo Adão de Medeiros, Eliete Cibele Cipriano Vaz e Juliana Balbinot Reis Girondi sobre “Universidade para todas as idades: por uma política de acesso e permanência para a pessoa idosa no ensino superior”; o capítulo de Maria Fernanda Baeta Neves Alonso da Costa e Fábio Marcelo Matos sobre “Contribuições das Universidades para o envelhecimento ativo”; e o capítulo de Higor Matheus de Oliveira Bueno, Felipe Bueno da Silva, Márcia Thaís de Souza, Dalyanna Mildred de Oliveira Viana, Gilson de Vasconcelos Torre e Aline Maino Pergola Marconato sobre “Sexualidade e Envelhecimento: o conhecimento científico e sua abordagem no ensino superior”.

A segunda seção – **Contribuições da extensão universitária voltadas à pessoa idosa** – reúne o capítulo de Silvia M. M. Costa, Carmen Piñeda Nebot, Simone Martins e Andréia Queiroz Ribeiro sobre “Boas práticas de extensão universitária para pessoas idosas no Brasil” e o capítulo de Bruno Almeida e Amauri Ferreira sobre “O projeto arte de cuidar: a experiência de ser velho e estar idoso à procura de uma outra suavidade” que trazem experiências concretas de projetos de extensão e que podem servir de inspiração a ações semelhantes. Esta seção também traz, a narrativa do cuidado direcionado às pessoas idosas institucionalizadas por meio do “fazer teatral”, no capítulo intitulado “Corpos experienciados em expressão: relato de uma prática extensionista em teatro com a população idosa” de Bárbara Carbogim e Emerson

---

sileira e os impactos decorrentes do processo de envelhecimento da população. Disponível em: [l1nk.dev/1DQ43](https://l1nk.dev/1DQ43) Acesso em abril de 2023.



de Paula; bem como traz o capítulo de Márcio José Pinto Ribeiro, Jones Nogueira Barros, Carmen Piñeda Nebot e Ana Maria de Albuquerque Vasconcelos sobre a “Universidade aberta para a terceira idade: qualidade de vida ao envelhecer” e o capítulo de Cássia do Carmo Pires Fernandes, Eder Pereira Giardini Bonfim, Edson Batista de Sena e Pedro Henrique Pereira sobre educação financeira para pessoas idosas, intitulado “Além dos trilhos: convivência virtual e educação financeira para o envelhecimento ativo.

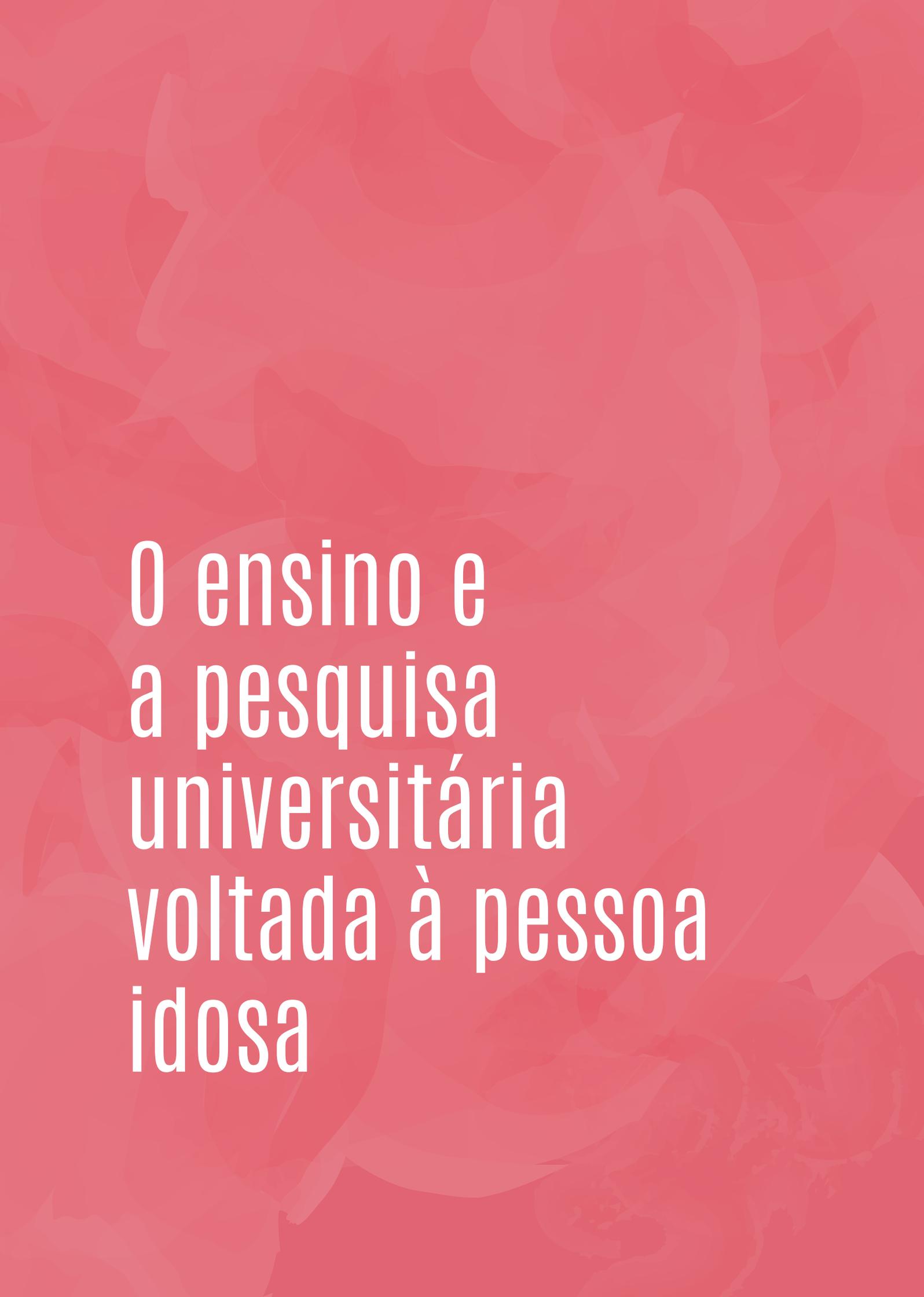
Na terceira seção – **A atuação das universidades na governança pública voltadas à população idosa** – foram reunidos o capítulo de Ivan Beck sobre “Funções básicas da governança pública e a atuação de universidades voltadas para a população idosa”; o capítulo de Stefania Becattini Vaccaro, Andréia Queiroz Ribeiro e Thaís dos Santos Gomes sobre “Histórias da pandemia: a alegria do encontro”, o qual analisa a potência do trabalho em rede para a governança de situações complexas, como o que vivenciamos na pandemia da Covid-19 e; finaliza com o capítulo de Simone Martins, Andréia Queiroz Ribeiro, Roseany Gloriane Mendes, Sabrina Olímpio Caldas de Castro, Ivan Beck Ckagnazaroff e Ricardo Duarte Gomes, o qual apresenta resultados de uma experiência em governança colaborativa iniciada no contexto da pandemia da Covid-19 e que se ampliou para o fortalecimento das políticas públicas voltadas para pessoas idosas. Trata-se da Rapi/MG – Rede de Apoio à Pessoa Idosa no Estado de Minas Gerais.

O conjunto dessas reflexões e experiências nos coloca diante da seguinte pergunta: “onde estamos e em que direção caminha a pauta da pessoa idosa nas universidades e no governo”. Assim, convidamos Tainá Gomide para nos ajudar a responder e ela nos brinda com algumas respostas no Posfácio deste livro.

Desejamos que a leitura deste livro desperte em cada um o sentimento e o reconhecimento sobre a importância das universidades brasileiras para a defesa, garantia e ampliação dos direitos das pessoas idosas em nosso País.

Afinal, este livro celebra as vitórias até aqui conquistadas sem deixar de reconhecer o longo caminho ainda a ser percorrido. Esperamos que sirva de incentivo a (re)pensarmos o papel da universidade brasileira como agente de transformação social e no potencial do trabalho em rede para contribuir no processo de envelhecimento da nossa sociedade... que seja digno, ativo, saudável e sustentável.

Boa leitura!



# O ensino e a pesquisa universitária voltada à pessoa idosa

# Reflexões sobre o papel das universidades no contexto de envelhecimento populacional brasileiro.

Leonardo Milhomem Rezende<sup>1</sup> Karla Lisboa Ramos<sup>2</sup>

## Resumo:

O processo do envelhecimento carrega saberes e práticas que por muitas vezes transitam nas cadeiras das universidades ou instituições de ensino superior. As universidades se estruturam no tripé ensino, pesquisa e extensão e oportunizam à comunidade sua participação, além de promoverem o ensino e as pesquisas. A educação das pessoas idosas é um direito dos cidadãos, e é dever do Estado efetivá-la mediante a garantia de acesso público e gratuito. Mas como falar em educação em instituições de ensino superior se, no Brasil, a taxa de analfabetismo das pessoas idosas é de 18,1% (6 milhões) e acredita-se que seja ainda maior se nos mais vulneráveis? Então surge outra pergunta: Qual a contribuição das universidades para viabilizar o ingresso dos estudantes acima de 60 anos, sendo que muitos deles ainda são analfabetos? Em virtude do tripé supracitado diversas oportunidades existem, por exemplo podemos citar experiências exitosas como a Universidade Aberta da Terceira Idade, pois se enquadra dentre as atividades de programas de extensão em diferentes áreas de atuação. Mas é preciso ampliar e investir no potencial desse modelo e de outros similares considerando, ainda, a pesquisa como meio de qualificar o conhecimento e aprimorar os projetos desenvolvidos e políticas públicas para as pessoas idosas. Importante mencionar ainda o papel formador de profissionais e cidadãos com capacidade de auxiliar no rompimento de paradigmas e preconceitos em relação à população idosa, permitindo cidadania a esse público.

## Introdução

Antes de avançarmos na discussão dos assuntos propostos é necessário apresentar alguns conceitos básicos que serão abordados ao longo deste capítulo. Primeiramente, é importante salientar que usaremos o conceito de pessoa idosa presente no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), considerando pessoas idosas aquelas com 60 anos ou mais de idade.

Vale observar que se optou por utilizar, no texto, o termo “universidade” (ou universidades) pelas possibilidades que o tripé ensino, pesquisa e extensão permitem às discussões, entretanto, ao leitor ficará claro que parte das reflexões aqui estão baseadas, principalmente, na parte “ensino” deste tripé e, por consequência, podem e devem ser ampliadas para as demais Instituições de Ensino Superior – IES, como Centros Universitários e Faculdades.

1 Mestre em Gestão de Políticas e Sistemas Educacionais pela Universidade de Brasília e ex-Diretor de Atenção ao Idoso do Ministério da Cidadania.

2 Doutora em Nutrição Humana pela Universidade de Brasília e ex-Subsecretária de Segurança Alimentar e Nutricional da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal.

E para que possamos falar sobre o envelhecimento, ou pessoas idosas, é fundamental, primeiramente, saber o nível de conhecimento dessas pessoas em termos educacionais (de escolarização e alfabetização, por exemplo) e quais direitos elas possuem. Para isto, buscou-se tanto a legislação nacional quanto dados demográficos oficiais, sem o intuito de exaurir todos estes assuntos, mas de forma a embasar a discussão que se segue.

Após entender minimamente a situação das pessoas idosas no Brasil em relação à educação e os seus direitos, abordaremos o papel das Universidades para a mudança da realidade nacional.

## Direitos das pessoas idosas em relação à educação

Ao mencionar “direitos” é imprescindível citar a Constituição Federal de 1988, que em seu art. 6º traz como referência a educação como direito social:

Art. 6º **São direitos sociais a educação**, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Constituição Federal, 1988).

Mas o direito à educação é reforçado em outro artigo, que acrescenta não apenas o direito à educação, mas também a quem compete o “dever”:

Art. 205. A **educação**, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Constituição Federal, 1988).

Merece destaque no artigo citado o termo “direito de todos”, ou seja, independentemente da idade (e de outras características) “todos” têm direito à educação, devendo o Estado e a família proverem este direito. Esta afirmação pode ser corroborada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394/1996).

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública

será efetivado mediante a garantia de:

(...)

IV - **acesso** público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Lei nº 9394/1996).

Nota-se que a LDB detalha quais são as etapas de ensino que as pessoas têm direito ao acesso público e gratuito, fundamental e médio, estendendo este direito àqueles que não tiveram acesso na idade própria.

Ainda em relação aos direitos das pessoas idosas à educação, não se pode deixar de mencionar o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003). Destacam-se dois trechos:

Art. 3º. É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à **educação**, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Art. 20. **O idoso tem direito à educação**, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade. (Estatuto do Idoso-Lei 10.741/2003)

O Estatuto do Idoso reforça o direito das pessoas idosas à educação, inclusive alertando e garantindo que esta educação (entre outras coisas) respeite a sua “peculiar condição de idade”.

Por todo o exposto até aqui, fica evidente que está garantida, em diversas normas nacionais, o direito das pessoas idosas à educação, mas vale ainda citar “como” essa educação deve ser ofertada/garantida para as pessoas idosas:

Art. 21. **O Poder Público criará oportunidades de aces-**

**so do idoso à educação**, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

§ 1º Os  **cursos especiais para idosos**  incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

(...)

Art. 25. **As instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas**, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância, constituídos por atividades formais e não formais. (Estatuto do Idoso-Lei 10.741/2003).

Diante do exposto, fica evidente o direito das pessoas idosas à educação, inclusive pública, gratuita, que respeita às suas peculiaridades com currículos, metodologias e materiais didáticos adequados, inclusive para aquelas pessoas que não tiveram acesso à idade adequada.

Mas a primeira reflexão que é necessária diz respeito às leis e normas mencionadas que são datadas após 1988 (ano da promulgação da atual Constituição Federal). Assim, as pessoas idosas de hoje tiveram seus direitos à educação, durante muito tempo, estabelecidos, ou não, por outras leis e constituições. Isso significa que uma pessoa idosa que tenha 60 anos de idade vividos no Brasil, em 2020, viveu sobre a égide de duas constituições (1967 e 1988), já alguém com 100 anos passou por 5 constituições distintas (1934, 1937, 1946, 1967, 1988) que trataram a educação com diferentes contextos e abrangência do direito.

Um outro trabalho poderia ser feito apenas dedicado aos direitos à educação nas Constituições Federais anteriores, mas por ora, das inúmeras reflexões que se pode fazer a respeito deste assunto, é importante destacar que grande parte do que temos garantido em relação à educação hoje, não era realidade anteriormente. Em outras palavras, é possível dizer que aquele que hoje tem 60 anos ou mais de idade não teve parte dos direitos à educação garantidos em sua juventude e muitos desses não tiveram acesso a nenhuma educação formal.

Vale destacar sobre estes direitos o que cita Barbosa-Fohrmann e Araújo (2019).

Em virtude da noção de que o serviço educacional deve ser fornecido, prioritária ou exclusivamente, às gerações mais jovens, **as pessoas idosas findam por experimentar limitações quanto ao exercício desta prerrogativa**, e isso implica um aprofundamento das possíveis infrações de direitos humanos que venham a sofrer. (Barbosa-Fohrmann e Araújo, 2019).

Obviamente, a ausência destes direitos traz consequências para os dias atuais e, a este respeito, alguns dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, podem ser esclarecedores.

O primeiro que merece destaque se refere à taxa de analfabetismo, no Brasil. Em 2019, da população com 15 anos ou mais de idade, 6,1% eram analfabetas, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2023). No entanto, quando segregados os dados por faixas de idade temos que 18,1% da população com 60 anos ou mais de idade era analfabeta (Tabela 1).

Tabela 1 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e grupo de idade - Brasil (PNAD/2019).

Indicador	Variável de abertura	Categoria	2016	2017	2018	2019
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%).	Grupos de idade	15 anos ou mais	6,7	6,5	6,3	6,1
		60 anos ou mais	20,5	19,4	18,8	18,1

Fonte: Adaptado de IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre, disponível em Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA.2023. IBGE.

Isso corresponde a aproximadamente 6 milhões de pessoas idosas que não sabem ler ou escrever, ou seja, não tiveram acesso nem ao mínimo, à essência da educação formal, que é a alfabetização. É relevante saber que essas pessoas também não dominam as quatro operações básicas da matemática, basilar na educação formal.

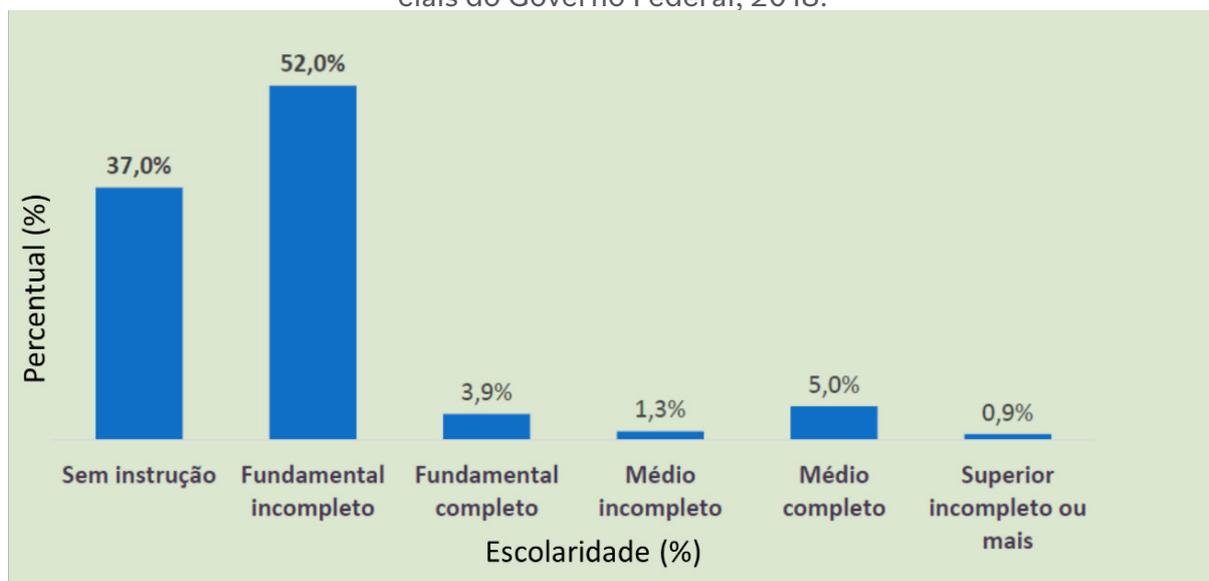
E o que dizer da população idosa em situação de vulnerabilidade? Segundo

o Ministério da Cidadania (BRASIL, 2020) o Cadastro Único de Programa Sociais do Governo Federal – CadÚnico é um registro que permite ao governo saber quem são e como vivem as famílias de baixa renda no Brasil.

Por sua característica de Cadastro e não de censo ou pesquisa, como as do IBGE, o CadÚnico não possui dados com as mesmas características da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) ou Censo Demográfico e, por este motivo é de difícil comparação. Entretanto, não se pode negar que os dados ali presentes não possuem validade. Pois ao fazerem o cadastro, as pessoas devem informar ao servidor responsável uma série de informações que compõem o questionário e, dentre estes dados, há informações sobre a escolarização.

Ao extrair informações de pessoas idosas mais vulneráveis (CadÚnico), a realidade parece ser ainda pior. Neste caso, como as perguntas e as formas de mensuração são diferentes, não podendo ser comparáveis com dados do IBGE, mas apontam uma triste realidade conforme demonstrado na figura 1.

Figura 1 – Escolaridade das pessoas idosas no Cadastro Único para Programa Sociais do Governo Federal, 2018.



Fonte: Encontro sobre Integração entre Serviços e Benefícios Socioassistenciais para Pessoa Idosa. Ref: Cadastro Único abril 2018, elaboração Departamento de Proteção Social Especial / Secretaria Nacional de Assistência Social / Ministério do Desenvolvimento Social.

Para a realidade das pessoas cadastradas no CadÚnico, 37% se declaram como “sem instrução” e mais de 52% declararam possuírem apenas o ensino fundamental incompleto. Somando-se as duas informações chegamos a 89% da população idosa vulnerável, constante no cadastro único, não completaram o ensino fundamental.



Sem clichês, mas buscando a origem da palavra dada a esta etapa de ensino, estes idosos e idosas não possuem o “fundamental” em relação à educação. Entretanto, não se pode dizer que lhes foi negado o acesso à educação, até porque talvez isso não fosse um direito à época, no entanto, atualmente essas pessoas já possuem esse direito conforme nossa legislação atual. E qual o papel das universidades na garantia desse direito?

## O papel das Universidades

Dentro do cenário de dificuldade de acesso pelas pessoas idosas à educação, mesmo que esse direito seja garantido, uma análise pertinente é compreender o papel da Universidade nesse processo. Mas como as pessoas idosas poderiam ter acesso à educação superior?

Um desejo, quase utópico, seria que pessoas idosas tivessem acesso, se não a cursos superiores completos, ao menos acesso a esta etapa de ensino. Esse acesso permitiria às instituições de ensino superior realizarem uma de suas funções: a oferta de educação de nível superior à população.

No entanto, como demonstrado anteriormente, ainda estamos muito distantes dessa oferta. Como poderíamos falar de educação superior para a população idosa se ainda temos cerca de 18,1% analfabetos? E entre a população mais vulnerável que chega a 89% e não possui o ensino fundamental completo?

Desta forma, na realidade brasileira a oferta de educação superior para a população idosa (ou para parte significativa dela), ainda que seja um direito, está longe de atender a grande quantidade de pessoas, mesmo considerando as diferentes formas de acesso.

Segundo Assis *et al.* (2016), muito investimento é necessário para suprir a carência acumulada ao longo de várias décadas, em relação ao acesso das pessoas idosas às formas de saber.

Os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios sobre os anos de escolaridade por faixa etária (PNAD Contínua-2019) corroboram para o fato de as pessoas idosas estarem mais distantes da educação superior, pois nas categorias apresentadas às pessoas idosas são as que possuem menor quantidade de anos de estudo (tabela 2).

Tabela 2 – Número médio de anos de Estudo, por grupos de idade (PNAD/2019).

Indicador	Variável de abertura	Categoria	2019
Número médio de anos de estudo	Grupos de idade - anos de estudo	15 a 17 anos	9,2
		18 a 24 anos	11,5
		25 a 39 anos	11,4
		40 a 59 anos	9,4
		60 anos ou mais	6,6

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre, disponível em Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA.2023. IBGE, adaptado.

Pelos dados da PNAD é perceptível que, com uma média de 6,6 anos de estudo, muitas dessas pessoas idosas não tenham o ensino médio completo para que possam ingressar em um curso superior e viabilizar o primeiro papel das Universidades (ou outras IES).

Ressaltamos que se muitos dos idosos não conseguem alcançar as universidades devido à baixa escolarização que os impedem de chegar aos cursos superiores, então o próprio Estatuto do Idoso e a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/94) nos mostram o caminho de como as Universidades podem atuar:

Art. 25. **As instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância, constituídos por atividades formais e não formais.** (Estatuto do Idoso-Lei nº 10.741/2003).

Art. 10. Na implementação da política nacional do idoso, são competências dos órgãos e entidades públicos:

(...)

III - na área de educação:

(...)

f) apoiar a **criação de universidade aberta para a terceira idade**, como meio de **universalizar o acesso às diferentes formas do saber**; (Política Nacional do Idoso - Lei nº 8.842/1994)

Observa-se, então, que os programas de “extensão” passam a ter bastante relevância para mitigar os efeitos da não oferta da educação escolar formal em tempos anteriores para esta população, promovendo, com isso, diferentes formas de saber.

No entanto, o conceito de extensão na educação superior é bem mais amplo e pode contribuir para outras reflexões. Segundo a Resolução do Conselho Nacional de Educação Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, a extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa, das quais se destacam algumas concepções estruturantes:

II - o estabelecimento **de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira** e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;

III - a promoção de iniciativas que expressem **o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas**, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

(...)

V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na **contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira**, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural; (Resolução CNE, nº 7/2018).

Mas, ainda assim, é importante estar atento ao que menciona o art. 25 do Estatuto do Idoso: a educação, neste caso, pode ser formal ou até mesmo não formal, presenciais e à distância, na perspectiva de educação ao longo da vida. Isso abre uma gama de possibilidades para o trabalho das Universi-

dades, que podem (e devem) entender e atender as demandas locais de sua população. E a extensão na educação superior é um meio promissor para isso.

As Universidades Abertas da Terceira Idade (Unati ou Uati) surgem como uma dessas formas de atuação das universidades na educação, sem necessariamente ser na oferta de cursos superiores. Segundo Veras e Caldas (2004) essas instituições possuem propósitos comuns, como o de rever os estereótipos e preconceitos com relação à velhice, promover a autoestima e o resgate da cidadania, incentivar a autonomia, a independência, a autoexpressão e a reinserção social em busca de uma velhice bem-sucedida. Segundo Assis, *et al.* (2016) as Unatis possuem diferentes denominações e seguem modelos pedagógicos diferentes. As atividades se enquadram como programas de extensão de universidades, no que pese nem todas serem viabilizadas em espaços universitários.

Assis, *et al.* (2016) detalham dois exemplos de Unatis, uma da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e outra da PUC Minas (Unaí) e conclui, dentre outras coisas, que a universidade para a terceira idade pode e deve funcionar como um elo nesta cadeia de construção da cidadania na velhice brasileira.

Sobre as atividades de extensão, e seu potencial no âmbito universitário, um bom exemplo dessas atividades de extensão e pesquisa, e de uma relação com a comunidade, é o Programa Municipal da Terceira Idade (PMTI) do município de Viçosa - MG. Trata-se de um convênio entre a Prefeitura Municipal de Viçosa com a Universidade Federal de Viçosa - UFV que funciona desde 1997.

“As atividades e ações que compõem o organograma e o calendário anual do PMTI são desenvolvidas por profissionais e estagiários da Prefeitura Municipal de Viçosa, por profissionais participantes dos Programas de Aprimoramento Profissional e de Pós-Graduação em Ciência da Nutrição, ambos do Departamento de Nutrição e Saúde da UFV. O programa conta, ainda, com profissionais que atuam como voluntários. Alunos de graduação de diversos cursos da UFV, bem como de cursos de faculdades privadas de Viçosa atuam no programa, sob supervisão de docentes. O PMTI ainda tem como parceira a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.” (RIBEIRO e OLIVEIRA, 2014).

Ribeiro e Oliveira (2014) corroboram sobre o relevante potencial do papel das universidades, ao mencionarem os diversos cursos e departamentos envolvidos no programa:

Os idosos têm a oportunidade de participarem de um diversificado elenco de atividades realizadas no âmbito das ações de ensino, pesquisa e extensão da universidade, coordenadas por docentes dos Departamentos de Nutrição e Saúde, de Economia Doméstica, de Artes, de Educação Física, de Comunicação, de Agronomia, de Enfermagem e Medicina. (RIBEIRO e OLIVEIRA, 2014).

Em seu artigo Ribeiro e Oliveira (2014) descreveram, apenas neste programa (PMTI), 9 projetos de pesquisa e extensão. Assim, como o exemplo do Programa Municipal da Terceira Idade de Viçosa existem muitos outros pelo Brasil com benefícios para a população idosa que podem ser gerados pelas múltiplas variedades de relações entre os diversos campos de conhecimento presentes na universidade, das instalações físicas, dos corpos docente e discente, do ensino, pesquisa e extensão.

Mas é preciso mencionar que as universidades, no Brasil, são os grandes polos de pesquisa científica, e esta parte do tripé não poderia deixar de estar presente nas discussões sobre o papel das Universidades. Ao se falar em “pesquisa”, temos outro amplo universo de atuação para docentes e discentes.

O envelhecimento populacional como fenômeno social é recente no Brasil, mesmo que seja um processo acelerado em relação a outros países, ainda temos cerca de 15,5% da população com 60 anos ou mais (BRASIL, 2019). Isto é pouco quando comparado com outros países como Itália, Alemanha, Grécia que possuíam em 2018 mais de 20% da população com 65 anos ou mais de idade. Então o assunto do envelhecimento ainda está entrando na agenda das políticas públicas.

No âmbito da população idosa as pesquisas são essenciais considerando que o fenômeno do envelhecimento populacional é relativamente novo no mundo, segundo a OMS (2008) “*pela primeira vez na história da humanidade haverá mais idosos que crianças (com idade 0-14 anos) na população*”.

As pesquisas, por si só, já seriam importantes para estudar e entender este fenômeno. Mas qualquer avanço em políticas públicas deve advir de uma avaliação ou da detecção de um problema social a ser resolvido. Medidas recentes como a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa do Governo Federal prevê

um diagnóstico por parte dos municípios participantes que lançam luz para a relevância da pesquisa na elaboração de diagnósticos sobre a situação da população idosa, suas necessidades, sua opinião etc.

Este tipo de pesquisa tem relevância para o planejamento e execução de políticas públicas locais para as pessoas com 60 anos ou mais de idade. Complementar a isso, entende-se que dentre os grandes produtores de conhecimento no Brasil estão as universidades. Elas possuem também esse papel de auxiliarem a evidenciar os problemas sociais existentes.

Ao se pensar em envelhecimento é muito comum que as primeiras informações que venham à mente sejam relacionadas à saúde, mobilidade e previdência, por exemplo, mas na realidade o envelhecimento como um processo social deve ser entendido como um processo mais amplo.

O envelhecimento populacional gera consequências econômicas como a diminuição da proporção da população economicamente ativa (PEA). Outra consequência importante impacta nos programas de previdência (públicas e privadas), devido a composição das famílias que hoje possuem um ou dois filhos (em média) gera atenção para a necessidade de uma política de cuidados, pois são cada vez menos pessoas para cuidar (quando necessário) de cada vez mais pessoas idosas.

A vulnerabilidade de parte das pessoas idosas gera outros alertas importantes que devem ser estudados/pesquisados como a questão da violência contra as pessoas idosas (em suas diversas modalidades como física, psicológica, financeira). Outro ponto muito relevante é a capacidade de nosso sistema de saúde em atender com qualidade todas as demandas advindas com o envelhecimento dos cidadãos.

Dentre as vulnerabilidades presentes, neste grupo populacional, destacam-se situações como baixa renda, abandono e negligência. Essas situações podem (e muito provavelmente irão) também gerar uma pressão sobre o Sistema Único de Assistência Social.

Ficam então alguns questionamentos. O nosso modelo de cuidados atual comporta uma demanda crescente? As nossas instituições de longa permanência (ou os asilos) comportam e comportarão as demandas existentes e vindouras? O Benefício de Prestação Continuada (BPC) conseguirá ter recursos suficientes para todos os idosos que dele necessitarem? A previdência social é sustentável ao longo do tempo?

Cada uma dessas perguntas poderiam gerar vários outros capítulos de livros, artigos científicos e até mesmo teses, mas o que importa para esta reflexão é que se as universidades são as grandes geradoras de conhecimentos,

possuem em seus quadros pesquisadores capacitados, docentes e discentes dispostos a pesquisarem e atuam em diversos campos (ou áreas) de conhecimento, então é exatamente nas Universidades (e outras instituições de ensino superior) que as respostas a essas questões devem ser discutidas.

Em outras palavras, muito conhecimento pode e deve ser gerado para que se possa entender em detalhes o fenômeno do envelhecimento no Brasil com todas as suas nuances e, a partir de então, embasar as políticas públicas destinadas às pessoas idosas.

Em destaque, outra missão importante das Universidades é a pesquisa. A relevância da pesquisa científica aqui evidenciada reside no importante papel que as universidades possuem na produção de pesquisas científicas no Brasil. Se as Universidades (e demais instituições de educação superior) não realizarem pesquisas sobre o envelhecimento, quem mais realizará?

E se não tivermos pesquisas científicas? E como iremos entender os reais problemas sociais causados pelo envelhecimento populacional? Como iremos resolver os problemas apresentados? Corremos o risco de nossas políticas públicas ficarem a predileção de gestores com intenções políticas eleitoreiras?

Fica evidente que as Universidades possuem um papel preponderante em relação às pesquisas científicas, muitos são os exemplos de pesquisas desenvolvidas por instituições de ensino superior. Um bom exemplo de uma pesquisa ampla para se entender a realidade local em relação à população idosa é a apresentada no livro *“Percepção das pessoas idosas frente às políticas públicas oferecidas no município de Balneário Camboriú”* (Vanzuita et al. (2020). Em suma, trata-se de uma pesquisa desenvolvida com o apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC em parceria com a Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú - SC para avançar na certificação da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa.

Veja que não se trata de uma “universidade”, mas sim de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (uma instituição de educação superior), no entanto, em essência, a pesquisa em questão serve para demonstrar a relevância e o potencial que as instituições de ensino superior possuem de auxiliar nas pesquisas das diversas áreas do conhecimento, inclusive para auxiliar na gestão pública.

Até aqui mencionou-se o que está no famoso tripé ensino, pesquisa e extensão, entretanto as universidades podem atuar também como consultoras de prefeituras e governos estaduais, podem realizar convênios e parcerias (envolvendo ou não recursos financeiros), oferecerem serviços e desenvolverem produtos e soluções para as pessoas idosas, dentre tantas outras atividades.

Vale lembrar que as universidades podem desenvolver uma série de atividades, ações, iniciativas voltadas para a população idosa nos seus diversos campos de conhecimento e instalações físicas, como, por exemplo, acesso a tecnologias, alimentação, saúde, direitos humanos, música, atividades físicas, arquitetura, acessibilidade, tecnologia assistiva, medicamentos, apoio jurídico, acesso à leitura, atividades de lazer, passeios, assistência social e inúmeras outras.

Mesmo que tenhamos mencionado apenas a educação para a pessoa idosa propriamente dita, é importante ressaltar que as universidades são as grandes responsáveis pela qualidade da formação de grande parte dos profissionais de nível superior (médicos, engenheiros, enfermeiros, assistentes sociais, professores etc.). Neste contexto Scortegagna e Oliveira (2010), muito bem resumem a relevância da educação para a população idosa:

“A educação surge como uma oportunidade de ação, tanto para a sociedade conhecer e aprender a respeito do idoso, como para o idoso ter novas condições de abrir-se para o mundo, conhecendo seus limites e vivenciando suas experiências”.

As universidades podem (e devem) ser formadoras de profissionais que entendam as demandas sociais, conhecerem e aprenderem sobre a população idosa, e despertarem os estudantes, professores, técnicos e a comunidade reflexões sobre o próprio processo de envelhecimento.

## Conclusão

Em relação à oferta de ensino superior é evidente que a educação formal está distante do público idoso, inclusive daqueles que possuem poucos anos de escolarização, o que impede grande parte da população idosa de acessar o ensino superior. No entanto, a educação não formal o papel das universidades ganha relevância com os programas de extensão e Universidades Abertas da Terceira Idade. Na extensão, as universidades podem avançar infinitamente nas possibilidades de atuação, realizando parcerias, atuando em diversas áreas do conhecimento, com diversos públicos e objetivos.

A pesquisa, assim como a extensão, possui infinitas possibilidades de perguntas a serem respondidas, não só para entender o fenômeno do envelhecimento como também para auxiliar na metodologia de implementação de políticas públicas, seja no diagnóstico, monitoramento ou avaliação.



É importante mencionar o relevante papel formador de profissionais e cidadãos também compete às universidades, pois essas têm a capacidade de auxiliar no rompimento de paradigmas (e preconceitos) em relação à população idosa, permitindo cidadania a esse público.

Sem eximir as responsabilidades das autoridades competentes do Poder Público, é preciso dizer que existem os poderes constitucionalmente instituídos (legislativo, executivo e judiciário) que têm o “dever” de fazer conforme suas atribuições legais. Mas existe um outro poder, o “poder” de “fazer” e “transformar”. E, dentre as várias instituições que possuem este “poder”, sem dúvida e, por todo o exposto, estão as universidades. Seja pelas estruturas físicas, pelo conhecimento, pelos seus recursos humanos, pela pesquisa, pelo ensino, pela extensão as Universidades (e demais IES) possuem o poder de transformar diversas realidades da população idosa e do processo de envelhecimento que ocorre no Brasil.

Por fim, o papel das universidades é de contribuir para uma mudança da realidade nacional em relação a tudo que envolve a população idosa e o envelhecimento, seja auxiliando nas políticas públicas nacionais, seja por ações locais. Essas instituições possuem um papel relevante na melhoria da qualidade de vida e na garantia da cidadania das pessoas idosas brasileiras, até mesmo, para outras áreas além da educação.

## Referências:

- ASSIS, M. G., Dias, R. C., Necha, R. M. A Universidade para a terceira idade na construção da cidadania da pessoa idosa. In: Alcântara, A. O. et al (org.). *Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Cap. 6. p. 199-209. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9086>. Acesso em: 18 mai 2020.
- BARBOSA-Fohrmann, A.P., Araújo, L. A. *O direito à educação ao longo da vida no art. 25 do Estatuto do Idoso*. Revista Estudos Institucionais, Rio de Janeiro, v. 5, n. 12, p. 147-170. jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/download/289/342>. Acesso em: 18 mai 2020.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 12 maio 2020.
- BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. *Política Nacional do Idoso*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm). Acesso em: 3 fev. 2019
- BRASIL. Lei nº 10.741, de 1 outubro de 2003. *Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm). Acesso em: 18 abr. 2019.
- BRASIL. Carneiro, D. G. Departamento de Proteção Social Especial. *O papel das organizações da sociedade civil no atendimento a pessoas idosas: níveis de reconhecimento e diagnóstico de atuação*. São Paulo: Ministério do Desenvolvimento Social Secretaria Nacional da Assistência Social, 2018. Disponível em: <http://mds.gov.br/central-de-conteudo/assistencia-social/encontro-sobre-integracao-entre-servicos-e-beneficios-socioassistenciais-para-a-pessoa-idosa>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- BRASIL. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. *Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências*. Conselho Nacional de Educação. Brasília, DF, 19 dez. 2018. n. 243, Seção 1, p. 49. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808). Acesso em: 18 maio 2020.
- BRASIL. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre. 2019. Sistema IBGE de Recuperação Automática: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 janeiro 2023.
- BRASIL. IBGE. (ed.). *Educação: 2018*. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2019. 12 p. (Coleção Ibgeana). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101657>. Acesso em: 24 fevereiro 2023.
- BRASIL. Guia 1: *Introdução à Estratégia*. 2019. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/Brasil\\_Amigo\\_Pessoa\\_Idosa/publicacao/guia-1.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/Brasil_Amigo_Pessoa_Idosa/publicacao/guia-1.pdf). Acesso em: 20 mai. 2020.
- BRASIL. Guia 2: *Implementação da Estratégia*. 2019. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/Brasil\\_Amigo\\_Pessoa\\_Idosa/publicacao/guia-2.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/Brasil_Amigo_Pessoa_Idosa/publicacao/guia-2.pdf). Acesso em: 20 mai. 2020.

- BRASIL. *Inscriver-se no Cadastro Único*. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/inscrever-se-no-cadastro-unico-para-programas-sociais-do-governo-federal>>. Acesso em: 18 mai. 2020.
- Organização Mundial da Saúde (OMS). *Guia Global cidade amiga do idoso*. 2008. Disponível em: <https://www.who.int/ageing/GuiaAFCPortuguese.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2020.
- RIBEIRO, A. Q., Oliveira, I. M. *Programas de Atendimento ao Idoso em Viçosa: A Experiência do “Programa Municipal da Terceira Idade (PMTI)”*. In: Mafra, Simone. (Org.). *Faces do Envelhecimento*. 1ed. Viçosa: Editora UFV, 2014, v. 1, p. 31- 36.
- SCORTEGAGNA, P. A., Oliveira, R. S. *Educação: integração, inserção e reconhecimento social para o idoso*. *Revista Kairós Gerontologia*, São Paulo, v. 1, n. 13, p. 53-72, 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/4858/3440>. Acesso em: 18 maio 2020.
- VANZUITA, A., Fernandes, F. S., Feil, D. C. P., Schlindwein, A. D. *Percepção das pessoas idosas frente às políticas públicas oferecidas no município de Balneário Camboriú*. Curitiba: CRV, 2020. 100 p.
- VERAS, R. P., Caldas, C. P. *Promovendo a saúde e a cidadania do idoso: o movimento das universidades da terceira idade*. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 423-432, June 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232004000200018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000200018&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 18 mai. 2020.

# Universidade para todas as idades: Por uma política de acesso e permanência para a pessoa idosa no Ensino Superior

Jordelina Schier<sup>1</sup>, Paulo Adão de Medeiros<sup>2</sup>, Eliete Cibele Cipriano Vaz<sup>3</sup>,  
Juliana Balbinot Reis Girondi<sup>4</sup>

## Resumo:

A longevidade conquistada ainda não se traduz em benefícios sociais, tornando um desafio a inclusão da temática do envelhecimento no contexto educacional, especialmente, no âmbito da universidade como um espaço educacional e de vivência intergeracional para todas as idades. Sendo assim, busca-se ampliar a discussão sobre a importância de políticas públicas com ênfase em ações afirmativas para garantir o acesso e permanência da parcela populacional envelhecida ao Ensino Superior. Tais ações devem envolver o Estado, diversos setores da sociedade destacando as famílias, as próprias pessoas idosas, os demais acadêmicos, a estrutura universitária destacando-se o corpo docente. Tornam-se necessárias para que a inclusão da população idosa no ambiente acadêmico não cause mais estranhamentos e possamos identificar na universidade sua função social sendo um espaço em que o conhecimento possa ser alcançado por todas as idades.

Palavras-Chave: Pessoa Idosa; Envelhecimento; Política Pública; Universidades; Política de Educação Superior; Ação Afirmativa.

## Introdução

O envelhecimento populacional global é ponto de pauta nos debates políticos e midiáticos e nas produções científicas em todas as áreas do conhecimento humano. Tal fenômeno reflete no cotidiano e gera múltiplas repercussões que impactam diretamente na vida das pessoas, independentemente da faixa etária. Ou seja, a maior longevidade interfere no processo de viver e nas demandas populacionais e, portanto, impacta na gestão financeira, política e social de uma nação.

Essa realidade surge por um esforço coletivo para se despir de antigos paradigmas discriminatórios e preconceituosos e envidar esforços para o desenvolvimento de uma cultura positiva em prol da velhice e do envelhecimen-

1 Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG).

2 Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (PEN-UFSC).

3 Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

4 Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

to. Desse modo, são necessários investimentos para tornar factível e efetivo o arcabouço legal regido pelo direito humano fundamental de envelhecer com dignidade numa sociedade de todas as idades, especialmente para a implementação de políticas inclusivas visando as diversidades populacionais.

A pessoa idosa vem, cada vez mais, ocupando espaços fora de casa – “dos seus aposentos” e desafiando a invisibilidade discriminatória da velhice que ainda persiste em várias sociedades, especialmente, na ocidental, apesar das conquistas de cidadania garantidas nos dispositivos legais vigentes e do seu papel nos contextos familiar, social, econômico e político.

A Política Nacional do Idoso, instituída pela Lei nº 8.842 (Brasil, 1994) e o Estatuto da Pessoa Idosa, regido pela Lei 10.741 (Brasil, 2003), são algumas das bases jurídicas brasileiras que fundamentam políticas públicas para subsidiar o exercício da cidadania e o acesso aos direitos que sustentam o viver com dignidade, respeito, autonomia, inclusão e participação efetiva da pessoa idosa em sociedade. Cabe ressaltar que, com a aprovação da Lei nº 14.423 (Brasil, 2022), foram substituídas as expressões “idoso” e “idosos” por “pessoa idosa” e “pessoas idosas” na Lei nº 10.741 (Brasil, 2003), que passa a ter a denominação de “Estatuto da Pessoa Idosa” (Brasil, 2022).

Dentre os direitos, a educação é universal e constitucional, garantido na Carta Magna de 1988. No entanto, a ausência de uma política pública voltada para a diversidade etária da população brasileira acaba por alijar as pessoas contidas nesse estrato populacional (Rodrigues; Mafra & Pereira, 2018).

Entretanto, apesar da educação ser propalada principalmente em relação à infância e à juventude, nunca foi restrita aos jovens. E, em se tratando de pessoa idosa, a educação é um importante preditor para manutenção das capacidades cognitivas na velhice – possivelmente fator de proteção contra demências; e com efeito positivo na saúde geral. Por isso, a partir da segunda metade do século XX, propostas educacionais para aprendizagem ao longo da vida, inicialmente voltadas para os adultos e a atualização profissional, estenderam-se para as pessoas idosas (Doll, 2022).

Os reflexos da conquista da longevidade e do envelhecimento populacional para a organização da sociedade afetam a distribuição de recursos, políticas públicas, mercado de trabalho e formação escolar e profissional, além do desafio educacional de incluir o tema do envelhecimento nos currículos escolares e na formação profissional (Doll, 2022); e, especialmente, de traduzir o contexto da universidade como um espaço educacional e de vivência intergeracional para todas as idades.

Logo, considerando que o Brasil dispõe de normas constitucionais e demais dispositivos legais para garantia dos direitos da pessoa idosa e que a longevidade conquistada evidencia sinais notórios de novas demandas sociais, pres-

supõe-se que a educação seja um instrumento primordial para a construção da cidadania e promoção da dignidade da pessoa humana. Além do reconhecimento de que há um novo papel da pessoa idosa em curso na sociedade brasileira, inclusive no meio universitário.

Doravante torna-se fundamental ampliar a discussão coletiva sobre políticas públicas relacionadas ao papel das Universidades frente ao envelhecimento populacional. Esse debate precisa trazer repercussões efetivas propagando-se entre outras instituições afins e educacionais, com ênfase em ações afirmativas, pois é evidente que tais ações são ferramentas cruciais para a garantia de acesso e permanência da parcela populacional envelhecida no meio acadêmico. De modo a elevar o ensino superior a um novo patamar inclusivo e não restritivo, especialmente do ponto de vista etário, ou seja, de uma universidade para todas as idades.

## A pessoa idosa no contexto educacional e universitário

30

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (IBGE, 2017) mostram que a taxa de analfabetismo brasileira era de 7,0%, compreendendo um contingente de aproximadamente 11,5 milhões de pessoas não escolarizadas. Destas, 19,3% (2,9 milhões) estão acima dos 60 anos. Apesar da tendência de queda, os números variam de acordo com a região geográfica, sendo no Nordeste o maior contingente (14,5%) e no Sul, o menor percentual (3,5%).

No Censo da Educação Básica de 2016 (INEP, 2017) não consta informação sobre pessoas idosas no ambiente educacional, embora seja notório o convívio em meio social com pessoas idosas não alfabetizadas ou com baixa instrução. Tal constatação aponta para a negligência do direito à educação e à ausência/ineficiência de políticas públicas educacionais voltadas ao estrato populacional envelhecido.

Quanto à Educação Superior, os dados do Brasil de 2017 (INEP, 2018) apontam que 7.792 pessoas acima dos 65 anos estavam matriculadas em cursos de graduação presencial ou à distância no Brasil, sendo que 2.461 possuíam mais de 70 anos.

Nessa perspectiva, políticas públicas precisam ser estruturadas e reestruturadas no sentido de amparar e regulamentar as necessidades de um novo perfil de envelhecimento que vem se configurando rapidamente em nosso País. Para além da estruturação, o monitoramento da aplicabilidade desses dispositivos legais é essencial, a fim de avaliar a sua factibilidade e exequibili-

dade. Portanto, cabe destacar os principais marcos históricos no âmbito das políticas públicas relacionando-as com a área da educação.

Na busca da efetividade dos princípios constitucionais foi implementada no Brasil a Lei nº 8.842, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso (PNI). Esta cria o Conselho Nacional do Idoso e, após seu advento, o Estado proíbe qualquer tipo de discriminação às pessoas com idade avançada, bem como incentiva a difusão de conhecimentos sobre o processo de envelhecimento à população brasileira (Cachioni & Todaro, 2016).

No que tange às questões ligadas à educação, seis intenções são destacadas na PNI, três delas, relacionadas à educação formal. Para que se possa refletir sobre as questões relativas ao currículo e às metodologias para o ensino de pessoas idosas é necessário o reconhecimento de programas destinados a esse segmento e suas principais características (Cachioni & Todaro, 2016).

A educação de jovens e adultos (EJA), ou como alguns locais já adotam a nomenclatura de Educação de Jovens Adultos e Idosos (EJAI), é a modalidade de ensino no âmbito da educação formal, voltada às pessoas não alfabetizadas ou com pouca escolarização. Essa modalidade atende as pessoas idosas, mas não pode ser considerada como um programa educacional destinado, exclusivamente, a este segmento (Cachioni & Todaro, 2016).

Em 2012, mais de 10 milhões de brasileiros com mais de 60 anos não sabiam ler ou escrever, fazendo com que o analfabetismo funcional atingisse 49% das pessoas acima de 60 anos (IBGE, 2012). Lembrando que, o analfabetismo funcional é considerado em pessoas com menos de quatro anos de estudos. Autores como Oliveira & Oliveira (2019) destacam que a educação não é vista como um direito isolado dos demais ou apenas de uma categoria ou geração de direitos; mas sim, como um direito articulador e provedor da garantia de vários outros direitos. Portanto, a garantia de uma educação de qualidade de jovens, adultos e pessoas idosas é primordial na contemporaneidade.

Destaca-se ainda, que um dos objetivos da Meta 9 do atual Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) é a erradicação do analfabetismo absoluto até 2024. Porém, em 2021, haviam no Brasil quase 9,9 milhões de pessoas com 15 anos ou mais que não sabiam ler e escrever. Nesse contexto, vale ressaltar que erradicar o analfabetismo significa também alfabetizar politicamente as pessoas para transformarem criticamente a realidade, pois trata-se de um fenômeno social e político reproduzido por um processo histórico de exclusão (Oliveira, 2022).

Já o Estatuto da Pessoa Idosa, outro marco legal importante, destaca em seus artigos 20, 21 e 25, o direito à educação, respeitando a peculiar condição etária, e que o poder público deve criar condições de oportunidades para o

acesso da pessoa idosa à educação, por meio de cursos especiais para que se integre à vida moderna. Assim, esse dispositivo da Lei delibera que as universidades devem criar, por exemplo, escolas abertas às pessoas idosas, mas não faz menção a sua (re) integração em termos da educação formal na modalidade dos cursos superiores (Oliveira et al, 2016).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 20 de dezembro de 1996, no que se refere à Educação Superior, em seu Capítulo IV, estabelece o estímulo à criação cultural, ao desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo. Contudo, não oferece pistas de inclusão da população idosa que, não necessariamente, está em busca de alfabetização ou de qualificação profissional, mas de conhecimentos que respaldam sua interação com o mundo contemporâneo, sua compreensão e uma melhor vivência de sua velhice.

Entre as pessoas idosas, comumente a procura pela escola está relacionada à realização de uma vontade de aprender os conteúdos escolares. Dentre os motivos destaca-se: associação do saber ler e escrever com uma melhor qualidade de vida; a influência da escolaridade de filhos e netos é outro fator que os impulsiona a estudar; além da busca por independência, de fazer amigos e se sentir parte de um grupo social (Cachioni & Todaro, 2016).

O novo perfil de pessoa idosa, ocupando os espaços educativos, emerge como um indivíduo que pensa e atua de forma diversa dos demais, exigindo tratamento diferenciado, lutando pelos seus direitos e por sua cidadania. A pessoa idosa do século XXI busca, por meio da educação, ocupar um espaço social e, quando tem a possibilidade de ingressar em uma universidade, aumentam suas chances de participar ativamente do processo de aquisição de novos conhecimentos, de contribuir para a construção de uma nova cultura a partir da bagagem de experiências adquiridas nos anos vividos e de sentir-se inserido na sociedade (Tavares, 2008). É possível supor que a educação se configura uma importante estratégia de superação da marginalização do indivíduo frente à velhice (Oliveira; Scortegagna & Oliveira, 2009). Para a garantia do direito à educação, a sociedade deve se basear em uma concepção de inclusão não apenas como um movimento educacional, mas como um processo social e político. Assim, a educação inclusiva não é aquela que apenas aceita as diferenças, mas faz da diferença uma maneira distinta de expressão e de operacionalização do mundo (Oliveira; Scortegagna & Silva, 2016).

No que se refere a metodologias de ensino, sabe-se que lidar com a diversidade etária é desafiador, pois exige do corpo docente uma expertise qualificada na preparação das aulas e seleção do material didático que será utilizado com pessoas idosas, somado a atitude livre de discriminação, preconceito e estereótipo contra a idade. Além disso, é pertinente destacar a diversidade,



não somente etária, mas social, cultural, étnico-racial e sexual, entre outras que existem nos espaços educacionais. Entretanto, pode-se afirmar que a preparação para o trabalho com pessoas idosas é ainda mais deficiente, uma vez que demanda conhecimentos provenientes de outras ciências, como psicologia, medicina, nutrição, serviço social, dentre outras (Cachioni & Todaro, 2016).

Consoante ao Estatuto da Pessoa Idosa, é imperativo pontuar que, o poder público deve criar oportunidades de acesso desta parcela da população à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ela destinados.

No contexto da universidade, no que se refere ao desempenho de suas funções de ensino, pesquisa e extensão, percebe-se que têm utilizado quase que exclusivamente ações extensionistas para a educação das pessoas idosas no sentido de proporcionar a inclusão, empoderamento e melhoria da qualidade de vida desse segmento populacional (Oliveira; Scortegagna & Silva, 2016).

As primeiras universidades brasileiras foram criadas no Rio de Janeiro (1920), em Minas Gerais (1927), Porto Alegre e em São Paulo (ambas em 1934). Atualmente, existem várias Instituições de Ensino Superior (IES), mas, apenas a partir da década de 90 se iniciou a implantação das políticas públicas de acesso a essas universidades.

Assim, no que tange a educação com pessoas idosas em âmbito universitário observa-se as iniciativas em Universidades Públicas Estaduais e Federais, e também de instituições privadas, denominadas “Universidades Abertas à Terceira Idade” (UnATI), que criaram cursos livres e programas voltados às questões culturais, sociais e de saúde específicas para o público de pessoa idosa, embora não sejam regulamentados e reconhecidos pelo MEC, enquanto mecanismos formais de educação. Porém, questiona-se políticas de acesso do estudante da pessoa idosa à universidade em termos do Ensino Superior, para além da iniciativa das chamadas UnATI (Oliveira et al, 2016). No Brasil, atualmente, as UnATI são denominadas de “Universidade Aberta da Pessoa Idosa (UNAPI)”.

As UNAPI são programas de educação permanente que vêm consolidando experiências significativas para o incentivo à cidadania das pessoas idosas, por meio de ações interdisciplinares no contexto universitário como um meio para promover o envelhecimento ativo (Yamasaki; Wanderbroocke & Camargo, 2019).

Mundialmente, o marco inicial das primeiras políticas educacionais para o público da pessoa idosa foi na França, por volta de 1962, onde o país buscou uma nova forma de integração das pessoas idosas no cotidiano francês e no

mundo do trabalho. A partir de 1973, o professor Pierre Vellas, que lecionava ciências humanas e sociais na Universidade de Toulouse, incitado pela exclusão de pessoas idosas frente aos direitos sociais, especializou-se em política internacional para pessoas idosas, criando na instituição a “Université du Troisième Âge” (Universidade da Terceira Idade). O programa tinha por objetivo promover a integração social, a partir da análise das experiências de vida e dos discursos trazidos por esses estudantes idosos sobre assuntos referentes à saúde e educação (Cachioni, 2012).

Almeida e Oliveira (2013) afirmam que a criação desses programas voltados para a população idosa nas universidades só ocorre porque o envelhecimento populacional foi uma conquista específica do século XX.

No Brasil, a primeira UNAPI foi uma iniciativa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1982, nominada Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI), o qual é reconhecido nacionalmente como um modelo de intervenção gerontológica que realiza educação permanente para o envelhecimento e promove a inclusão da pessoa idosa no meio universitário (Schier et al, 2013). Tal modelo foi fundamentado nas referências da Universidade da Terceira Idade da França.

A participação das pessoas idosas no processo educativo torna-se fator preponderante à sua qualidade de vida, pois através dela conseguirão manter-se integrados à sociedade, desenvolvendo seu senso crítico e sendo reconhecidas como agentes de sua própria história (Martins; Casetto & Guerra, 2019).

Entretanto, a presença da pessoa idosa na educação formal no Brasil ainda é incipiente e carece de estudos e investigações, o que configura um fator importante para a implementação de políticas públicas e sociais específicas. O Ensino Superior apresenta-se como uma alternativa viável para a reformulação dos programas educativos que favoreçam a pessoa idosa a oportunidade de aprendizagem inovadora, significativa e inclusiva em todos os aspectos humanos, desde que adequadamente qualificada nas diferentes áreas de ensino (Oliveira et al, 2016).

Sendo assim, conforme aponta uma revisão de literatura (Vagetti et al., 2020) que buscou caracterizar a produção científica do conhecimento sobre políticas públicas para pessoas idosas no Brasil, não foi identificado um documento referente exclusivamente à política nacional de educação para pessoas idosas. Os autores mencionam que o Brasil, atualmente, possui relevantes recursos legais para o enfrentamento da violência contra a pessoa idosa, garantias da saúde e o direito da assistência social à pessoa idosa. Contudo, no campo da educação, os direitos se apoiam em leis gerais da educação e no estatuto da pessoa idosa, sem a observação de direitos legais apoiados em políticas nacionais específicas para a educação da pessoa idosa.

## Ações afirmativas: garantia de acesso e permanência da pessoa idosa na universidade

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a pessoa idosa é todo indivíduo com 60 anos ou mais. Todavia, para efeito de formulação de políticas públicas, esse limite mínimo pode variar segundo as condições de cada país. A própria OMS reconhece que, qualquer que seja o limite mínimo adotado, é importante considerar que a idade cronológica não é um marcador preciso para as alterações que acompanham o envelhecimento, podendo haver grandes variações quanto a condições de saúde, nível de participação na sociedade e nível de independência entre as pessoas idosas, em diferentes contextos (WHO, 2002).

A Constituição Federal de 1988 assegurou a pessoa idosa brasileira leis especiais para a garantia de direitos necessários a uma vida digna e com participação social cidadã; sendo o direito à educação um importante instrumento para a construção da cidadania e promoção da dignidade da pessoa humana.

Sabe-se que a universidade, além de formar profissionais qualificados, desempenha valoroso papel no desenvolvimento de estudos e pesquisas acerca dos fenômenos decorrentes do processo de envelhecimento humano, na geração de novas tecnologias e de conhecimentos basilares para a tomada de decisão em políticas públicas e na estruturação de serviços. Portanto, a pesquisa, o ensino e a extensão universitária são considerados pilares que sustentam a produção, sistematização e socialização dos diversos saberes que contribuem para a formação do ser humano e do profissional com consciência crítica, atitude ética e solidária no ato de viver e conviver em sociedade.

Pesquisa de Rodrigues, Mafrá & Pereira (2018), investigou a importância do acesso à educação formal para a promoção da cidadania da pessoa idosa brasileira, constatando que esse sujeito vem sendo negligenciado e que não figura na pauta das políticas educacionais. Assim, indicam a necessidade de conceber a pessoa idosa como detentora do direito à educação e implementar políticas públicas de acesso e permanência, de modo factível, ou seja, que assegure o exercício desse direito. Nesta perspectiva, acredita-se que da mesma forma que Educação de Jovens e Adultos no Brasil nunca foi vista como prioridade, a preocupação com a educação formal das pessoas idosas a nível superior, além de ser uma experiência nova para as universidades, continua carregando esse estigma de pouca valorização e invisibilidade.

O debate sobre a inserção do público da pessoa idosa nos cursos de graduação do ensino superior é pouco explorado. Reis, Meira & Moitinho (2018) realizaram um levantamento sobre produções acadêmicas e identificaram uma lacuna de estudos envolvendo o acesso de pessoas idosas no ensino superior,

sendo que nas buscas a maioria dos estudos encontrados foram relacionados à Universidade Aberta da Pessoa idosa (UNAPI), o que não se enquadra ao ensino formal. Os autores reforçam por meio dos dados do Censo de Educação Superior de 2015, que apesar do número crescente de pessoas idosas no Brasil, a presença de estudantes com mais de 60 anos no ensino superior no Brasil, em comparação ao número de pessoas idosas, é muito reduzida, pois correspondia apenas 0,57% das matrículas.

Estudo de Fernandes (2020) buscou compreender as relações de reconhecimento que os alunos que são pessoas idosas mantêm com a Universidade, identificando uma heterogeneidade nos modos como esses sujeitos atribuem sentidos sobre sua relação com a Instituição de Ensino Superior. Dentre os temas emergentes identificou-se: as relações intergeracionais, em que as pessoas idosas universitárias falaram sobre as vivências e o aprendizado com os colegas mais novos, o sentimento de exclusão dos grupos de trabalho e a ausência do reconhecimento do próprio sujeito enquanto pessoa idosa. Outro tema foi os estereótipos sobre a velhice, no qual identificou-se diferença no tratamento destinado às pessoas idosas mulheres, as quais frequentemente são questionadas sobre o motivo do retorno aos estudos, além de acusações sobre roubar o lugar do jovem. O terceiro tema identificado diz respeito a acessibilidade das pessoas idosas com deficiência, em que as sugestões de melhorias são tão diversas quanto os modos de viver a velhice e as lutas por reconhecimento na Universidade não são travadas por todos os entrevistados.

Santos (2017) buscou compreender o percurso singular de uma pessoa idosa estudante no contexto do curso de Fonoaudiologia da Universidade Federal da Bahia. A partir de uma análise das falas do sujeito, percebeu que por vezes a pessoa idosa é colocada em posição na qual parece não haver mais espaço para sua permanência, ou seja, há um estranhamento em ambientes compostos predominantemente por jovens. Assim, observou-se a importância dos contatos intergeracionais para a construção e desconstrução de preconceitos, tendo em vista o ganho mútuo adquirido por meio das trocas de saberes e experiências.

Fernandes, Meucci & Geremias (2021) estudaram um grupo de pessoas idosas que frequentava regularmente a Universidade Federal de Viçosa e identificaram que o reconhecimento familiar, principalmente, no estímulo ao ingresso e permanência no Ensino Superior tornou-se fundamental no processo de vínculo social com a Universidade. O apoio recebido dos familiares contribuiu na defesa do direito de estudar, promovendo o desenvolvimento de autoconfiança para permanecer em um ambiente que, historicamente, não foi projetado para recebê-los como estudantes universitários e que pode ser hostil à presença deles.

Além disso, uma das principais barreiras de entrada de pessoas idosas estudantes na Universidade é o desconhecimento e/ou a inabilidade em operar aparelhos tecnológicos, seja o celular, o tablet ou o computador. Portanto, atualmente é imprescindível o acesso à Tecnologia Digital, bem como a necessidade de apoio da Universidade no desenvolvimento de atividades que possibilitem às pessoas idosas tornarem-se capazes de utilizar tais dispositivos, de modo que se sintam devidamente incluídas no âmbito acadêmico (Ehmke et al., 2020).

Os principais motivos que levam as pessoas idosas a buscar o ensino superior se vinculam à realização profissional e pessoal, ao prazer de elevar a autoestima e à participação nas atividades da sociedade contemporânea. Para esses sujeitos, o apoio e o incentivo da família para o ingresso no ensino superior, a própria mobilização e as referências sociais e institucionais são determinantes. Neste cenário, tornam-se necessárias mais pesquisas sobre o acesso e a permanência das pessoas idosas no ensino superior, como também aumentar o debate sobre políticas e estratégias educacionais adequadas à essa população, cada vez mais presente no cenário social e educacional (Reis; Meira & Moitinho, 2018).

Diante disso, são necessários encaminhamentos para o fortalecimento das políticas para pessoas idosas na universidade, que abrangem a educação sobre a velhice, o processo de envelhecimento e os direitos das pessoas idosas, o estímulo à convivência entre pessoas de diferentes idades, a conscientização dos familiares para que haja reconhecimento e apoio para permanência, além da ampliação dos atendimentos da Unidade de Políticas Inclusivas (Fernandes, 2020; Fernandes; Meucci & Geremias, 2021).

Portanto, a construção de políticas públicas envolvendo ações afirmativas que garantam tanto o acesso quanto a permanência da pessoa idosa no Ensino Superior são incipientes, mas urgentes.

O termo Ação Afirmativa refere-se a um conjunto de políticas públicas para proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados. Assim, busca reconhecer as desigualdades e remover barreiras que impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, universidades e posições de liderança. Portanto, por meio de ações pontuais e por um período provisório, criam-se incentivos aos grupos minoritários buscando o equilíbrio em sua participação e composição nas diversas instituições que fazem parte da sociedade. Sendo assim, a Ação Afirmativa, configura-se como forma de discriminação positiva, é uma política de aplicação prática e tem sido implementada em diversos países, variando o público a que se destina. No Brasil, a implementação desse tipo de política pode ser observada com as cotas nas universidades, com base em dados raciais (Oliven, 2007).

Outro exemplo, é a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a qual dispõe sobre a reserva de vagas no mercado de trabalho para as pessoas com deficiência (Brasil, 1991).

Para pensarmos tais ações, torna-se necessário conhecer o perfil da população idosa que acessa a Universidade para entendermos suas perspectivas e suas necessidades. Neste sentido, acredita-se que são pessoas idosas diferenciadas, pois conseguiram romper várias barreiras para dar continuidade aos estudos nesta etapa da vida. Assim, dentre tantas possibilidades, podem buscar a realização profissional adiada por diversas circunstâncias da vida, na qual a entrada na Universidade poderá permitir novas perspectivas de ascensão social. Ou ainda, podem ser pessoas já com nível de escolaridade superior e que retornam ao ambiente universitário para um novo projeto de vida após a aposentadoria. No entanto, seja qual for o perfil, são estudantes que necessitam de um olhar diferenciado para que permaneçam em busca da realização de suas metas e objetivos no contexto universitário.

Neste contexto, surge um relato de experiência inovadora vivenciada na Universidade Federal de Santa Catarina, em que por meio da Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD/UFSC) foi instituído em 2019 um grupo de trabalho composto por representantes docente, discente e técnico-administrativo em educação com o objetivo de estudar e propor uma política institucional de acesso e permanência para pessoas idosas estudantes. A primeira preocupação do Grupo de Trabalho constituído foi buscar em outras instituições nacionais de ensino superior a informação quanto a existência de uma política institucional ou algum outro dispositivo interno que visasse a garantia de acesso e permanência da pessoa idosa no meio acadêmico e ou atividades de extensão. O contato realizado, por meio de correio eletrônico, obteve dezessete (17) respostas sem indícios de atenção específica dirigida a esse grupo etário. Desse modo, ressalta-se que a iniciativa de ação afirmativa visando a garantia de direito à educação formal para a pessoa idosa, demonstrava caráter pioneiro no âmbito das instituições de ensino superior no Brasil.

Por meio da destinação dos recursos públicos aos direitos sociais, se mensura a democratização do Estado e da Universidade. Desse modo, a real inclusão de questões emergentes, como o envelhecimento populacional e a população idosa dentro da universidade demandam um pensar interdisciplinar e aberto. Para tanto, a universidade deve contemplar a pessoa idosa em sua estrutura institucional, cumprindo sua função social, promovendo pesquisas e qualificando recursos humanos, numa perspectiva de inovação social que contemple ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável, e com uma estrutura mais flexível e interdisciplinar, que o tema demanda (Silva; Souza & Sousa, 2017).

## Algumas considerações

A Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1988) expressa um conjunto de direitos conquistados, individuais e sociais, de fundamental importância ao conhecimento da população idosa, tendo em vista que são regidos pelos princípios da igualdade, da equidade e da justiça social. De igual modo, imprescindível é o conhecimento da legislação específica voltada a essa população, o Estatuto da Pessoa Idosa - Lei n.10.741 (Brasil, 2003), que traz a condição expressa das medidas de proteção a pessoas a partir de 60 anos, dos direitos das pessoas idosas, das obrigações das entidades assistenciais e das penalidades em situações de desrespeito a esse segmento que mais cresce, no Brasil.

Ao mesmo tempo em que o envelhecimento populacional evidencia grandes conquistas da humanidade, representa um enorme desafio aos diferentes gestores governamentais. E, nesse sentido, a aplicação e continuidade de legislações referentes à pessoa idosa requerem comprometimento social do Estado que, por sua vez, é realizado a partir do controle democrático da sociedade, possibilitando que políticas públicas sejam efetivas a esse segmento. Ainda, é igualmente efetivo o compromisso social firmado para possibilitar um envelhecimento digno às pessoas idosas que tanto contribuíram e ainda muito podem contribuir para o desenvolvimento do país e na construção do conhecimento.

É salutar o reconhecimento da pessoa idosa muito além de sua atividade produtiva, mas de seu trabalho intelectual e de sua história de vida, de sua memória que possibilita a reconstrução do passado que é constituinte do presente, e da própria natureza humana em todas as suas fases.

O envelhecimento ativo contribui para o protagonismo social da pessoa idosa em direção à participação, independência, autonomia, corroborando para que o acesso aos espaços que contemplem a educação permanente, cultura, esporte e lazer, efetivem o direito e a cidadania dos mesmos, como preconiza o Estatuto da Pessoa Idosa (Brasil, 2003). Ainda, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, por sua vez, estabelece que a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996).

Nesse contexto, Freire (2013) adverte que o importante para uma educação libertadora é que os indivíduos se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão do mundo, manifestada implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros.

Assim, para a desafiante transformação do presente, considerando-se as históricas desigualdades sociais brasileiras, cada vez mais é necessário o saber de cada um e o saber coletivo. Todavia, a educação não é contemplada em leis como as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Brasil, 1996) e no Estatuto da Pessoa Idosa (Brasil, 2003) como um problema social que afeta grande parte da população idosa (19,3%) considerada, segundo dados da PNAD – 2017 (IBGE, 2018), com pouca ou nenhuma escolarização, sobretudo, as mulheres, os negros, os indígenas e os residentes em área rural. Os contrastes regionais são muito significativos e as taxas de analfabetismo estão diretamente relacionadas à renda familiar.

Tal situação reflete o descaso do Estado brasileiro quanto à educação como direito universal, o que requer condições de acesso e permanência nas instituições de ensino, para se evitar o rápido retorno à condição de analfabeto. Para isso, são prementes estratégias específicas, por segmento etário, contratação de maior número de professores e sua respectiva qualificação, ampliação e qualificação de políticas e de programas educacionais que considerem diferentes perfis da população, especialmente, a idosa.

O acesso e permanência da pessoa idosa em diferentes níveis de aprendizagem é primordial, refletindo diretamente na ampliação do espaço social e de convivência que ocupa, possibilitando maior participação na vida social e econômica, pois a educação pode contribuir para o processo de formação e emancipação da pessoa humana, contribuindo para a sua autonomia e dignidade. Por vezes, a pessoa idosa retorna aos estudos após longo tempo longe das instituições de ensino e reconhece os benefícios desse acesso para a sua vida e no processo de envelhecimento.

Sendo assim, a educação possibilita novas aprendizagens, a percepção ampliada do envelhecimento e da própria velhice, melhor compreensão de políticas e serviços públicos, maior participação social, o engajamento em espaços coletivos que desafiem a pessoa idosa a atuais reflexões sobre a vida social, o cotidiano e o processo contínuo de formação.

Nesse sentido, é primordial o crescimento de investimentos em políticas públicas nas áreas do envelhecimento e velhice, propiciando que todos cheguem à velhice com melhores condições de vida. A destinação de recursos na área da educação possibilita o aumento de matrículas, o aumento de professores, a manutenção e ampliação de necessários projetos de pesquisa para o fortalecimento da ciência, considerando-se que o desenvolvimento e o futuro do país acontecem pela educação.

Portanto, o planejamento de políticas educacionais e de políticas públicas, como um todo, requer constantes revisões e ajustes considerando a oscila-



ção de cenários sociais, econômicos e demográficos para a necessária modernização do sistema educacional e eliminação das desigualdades sociais, principalmente no que se refere ao Ensino Superior em nosso país. Com isso, deve-se pensar sobre ações para a ampliação de vagas, o acesso de todos aos diferentes espaços acadêmicos como áreas de convivência, biblioteca, computadores, laboratórios e a outros recursos educacionais que muito contribuem no aprendizado da pessoa idosa. Pois, pelo que se percebe tais recursos, no momento, são privilégios para uma minoria de estudantes, dado as disparidades resultantes da ampla desigualdade social, sendo o investimento público um importante instrumento para a reversão desse quadro.

Sendo assim, o debate sobre políticas públicas envolvendo ações afirmativas para o facilitar o acesso e a permanência da pessoa idosa no Ensino Superior devem ganhar destaque para dar visibilidade à problemática e, assim, entrar para a agenda de prioridades dos legisladores em nosso país. Assim, entende-se que alguns temas são importantes para a elaboração dessas ações afirmativas como: as relações intergeracionais, estereótipos sobre a velhice, acessibilidade, inclusão digital, apoio pedagógico e familiar, perfil e demandas da população idosa que acessa a Universidade, capacitação docente incluindo o seu próprio processo de envelhecer. Tais ações são necessárias e devem existir para que a inclusão da população idosa no ambiente acadêmico não cause mais estranhamentos e possamos identificar na universidade sua função social sendo um espaço em que o conhecimento e seus desdobramentos possam ser acessados por todas as idades.

## Referências

- ALMEIDA, S. A. P. & OLIVEIRA, R. D.C. S. (2013). Envelhecimento digno: inserção da mulher na Universidade Aberta para Terceira Idade. *Revista Kairós: Gerontologia*, 16 (3), 309-323.
- BRASIL. Constituição. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília (DF).
- BRASIL. Lei nº 8.213. (1991). Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília (DF).
- BRASIL. Lei nº 9.394. (1996). Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). *Diário Oficial da União*. Brasília (DF).
- BRASIL. Lei nº. 10.741.(2003). Estatuto da Pessoa Idosa. *Diário Oficial da União*. Brasília (DF).
- BRASIL, Lei nº 14.423. (2022). Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente. *Diário Oficial da União*. Brasília (DF).
- CACHIONI, M. (2012). Universidade da Terceira Idade: história e pesquisa. *Revista Kairós: Gerontologia*, 15 (14), 1-8.
- CACHIONI, M. & Todaro, M.A. (2016). Política nacional do idoso: reflexão acerca das intenções direcionadas à educação formal. In: Alcântara, A. O., Camarano, A. A., Giacomini, K. G. *Política nacional do idoso: velhas e novas questões*, 175-209. Rio de Janeiro: IPEA.
- DOLL, Johannes. (2022). A educação no processo de envelhecimento. In: Freitas, Elizabete Viana et al. *Tratado de Geriatria e Gerontologia*, Cap.152, 1360-69. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- EHMKE, D. P. et. al. (2020). O processo de envelhecimento e a necessidade de inclusão (digital) do idoso no âmbito acadêmico. *RBCEH*, 17 (2): Resumos da 22ª Jornada de Inverno da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia - RS.
- FERNANDES, C.A.C. (2020). Idosos universitários e Reconhecimento: acesso, permanência e os desafios na Universidade Federal de Viçosa. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-Graduação em Educação. Viçosa.
- FERNANDES, C.A.C, Meucci, A., & Geremias, B. M. (2021). A importância do reconhecimento familiar dos idosos estudantes na decisão de ingressar e permanecer no Ensino Superior. In: Pinheiro, J. (Org.). *Olhares Sobre o Envelhecimento: Estudos Interdisciplinares*, 1-12. Madeira: Funchal.
- FREIRE, Paulo. (2013). Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2012). Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios, Rio de Janeiro.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2018). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017. Rio de Janeiro. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf)

- Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (2017). Censo Escolar da Educação Básica 2016 - Notas Estatísticas. Brasília. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/notas\\_estatisticas/2017/notas\\_estatisticas\\_censo\\_escolar\\_da\\_educacao\\_basica\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf)
- Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (2018). Sinopse Estatística da Educação Superior 2017. Brasília. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 04 dez. 2018.
- MARTINS, R. C. C.C., Casetto, S. J., Guerra, R.L.F (2019). Mudanças na qualidade de vida: a experiência de idosos em uma universidade aberta à terceira idade. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 22.
- OLIVEIRA, R. C., Scortegagna, P. A., & Oliveira, F. S. (2009). Mudanças sociais e saberes: o papel da educação na terceira idade. *RBCEH*, 6(3), 338.
- OLIVEIRA, L.L. et al. (2016). A presença do idoso no ensino superior brasileiro e os rumos dos modelos de ensino-aprendizagem. *Revista Perspectivas do Desenvolvimento: um enfoque multidimensional*, 4 (5).
- OLIVEIRA, R. C., Scortegagna, P. A., & Silva, F.O.A. (2016). O idoso na universidade: inclusão, educação e extensão universitária. *Olhar de Professor*, 19(2), 134-148.
- OLIVEIRA, C. P. & Oliveira, C. P. (2019). O processo de alfabetização e letramento de jovens, adultos e idosos - a análise da prática. *Estudos IAT*, 4(2), 232-245.
- OLIVEIRA, B.A. (2022). É possível erradicar o analfabetismo absoluto no Brasil até 2024? *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais: Estratégias do Plano Nacional de Educação*, 6.
- OLIVEN, A.C. (2007). Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. *Educação*, 1 (61), 29-51.
- REIS, S.M.A.O., Meira, A.M.T., Moitinho, C.R. (2018). História de vida de idosos no Ensino Superior: percursos inesperados de longevidade escolar. *Revista Exitus*, 8 (3), 340-369.
- RODRIGUES, P.M.A., Mafra, S.C.T., & Pereira, E.T. (2018). O Direito da pessoa idosa à educação formal no Brasil: um caminho para o exercício da cidadania. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, 29 (2), 187-209.
- ROZENDO, A.S, Justo, J.S., & Correa, M. R. (2011). Protagonismo político e social na velhice: cenários, potências e problemáticas. *Revista Kairós: Gerontologia*, 13 (1), 35-52.
- SANTOS, L.C.S. (2017). Envelhecimento e intergeracionalidade: conhecendo o percurso singular de uma estudante idosa na Universidade Federal da Bahia. (Trabalho de Conclusão do Curso). Universidade Federal da Bahia, Curso de Fonoaudiologia. Salvador.
- SCHIER, J., Alvarez, A.M., Vahl, E.A.C., & Gonçalves, L.H.T. (2013). 30 Anos NETI: o percurso de um modelo de educação permanente em gerontologia. *Extensão: Revista Eletrônica de Extensão*, 10 (15), 1-10.
- SILVA, F. M., Silva, A.T.D., Rocha, R.A. (2017). Onde estão as UnTI das Universidades públicas Federais do Brasil. *XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária*.

- SILVA, F.M., Souza, I.M, & Sousa, E.R. (2017). Além das “caixinhas fechadas”: reflexões sobre a inclusão do idoso na estrutura universitária e as teorias de gestão. *XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária, UFSC*. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/182366/102\\_00171.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/182366/102_00171.pdf?sequence=1&isAllowed=y) .
- TAVARES, D.E. (2008). A presença do aluno idoso no currículo da universidade contemporânea: uma leitura interdisciplinar. (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação. São Paulo.
- VAGETT, G. C. et al. (2020). Políticas públicas em saúde, violência, educação e assistência social para pessoas idosas no Brasil: revisão de escopo. *Research, Society and Development*, 9(8), e438985868.
- YAMASAKI, F., Wanderbroocke, A.C., & Camargo, D. (2019). Avaliação participativa de uma Universidade Aberta à Terceira Idade: perspectiva dos idosos. *Revista Kairós-Gerontologia*, 22(1), 635-655.
- World Health Organization (WHO). (2002). Active Ageing: A Policy Framework. Geneva: World Health Organization.

# Contribuições das universidades para o envelhecimento ativo

Maria Fernanda Baeta Neves Alonso da Costa. <sup>1</sup>, Fábio Marcelo Matos. <sup>2</sup>

## Resumo:

Estudo que buscou refletir sobre as contribuições das universidades para o envelhecimento ativo. Método: revisão narrativa da literatura, nas bases de dados ERIC (Educação; abrangência mundial); SciELO (Multidisciplinar; principalmente revistas latino-americanas, de Portugal e da Espanha); Scopus (Multidisciplinar; abrangência mundial); Web of Science (Multidisciplinar; abrangência mundial) e LILACS (Literatura latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde), nos últimos 5 anos, com coleta em outubro de 2022. Resultados: os resultados deste estudo mostram a complexidade do conceito de envelhecimento ativo e a necessidade de diversificar ações nas universidades que possibilitem aprender ao longo da vida. Considerações finais: torna-se primordial a implantação de políticas baseadas em evidências que incorporem oportunidades de aprendizado adequadas à pessoa idosa no seu percurso de vida.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Envelhecimento Ativo; Universidades; Pessoa Idosa.

45

## Introdução

A longevidade é uma realidade mundial e o envelhecimento populacional, é um marco na contemporaneidade, é o maior fenômeno demográfico e social da atualidade. A pessoa idosa, nos últimos anos, vem assumindo cada vez mais um papel relevante na sociedade brasileira. A identificação de diferentes problemas, discriminações e preconceitos existentes na sociedade justifica a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas a essa população.

No Brasil a legislação dirigida ao(a) velho(a) que se encarrega de abordar o tema da educação é a Política Nacional do Idoso (Lei nº.8.842 de 4 de janeiro de 1994), no capítulo IV art.10 - III - na área da educação, preconiza que os currículos, metodologias e material didático devem se adequar aos programas educacionais destinados ao(a) velho(a), assim como, devem ser desenvolvidos programas que adotem modalidades de ensino à distância, adequa-

1 Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: fernanda.baeta@ufsc.br

2 Universidade Regional de Blumenau (FURB). E-mail: matosfisio@furb.br

dos às condições dos(as) velhos(as); e também preconiza que como meio de universalizar o acesso às diferentes formas de saber, se deve apoiar a criação de Universidades Abertas para a Terceira Idade (UNATI). À exceção do apoio à criação de UNATI, as outras diretrizes citadas, ainda não se concretizaram (LINS, 2020).

Também, é no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº.10.741/2003 de 1º de outubro de 2003), que o velho (a) brasileiro(a) tem assegurado direitos especiais, pois, esta é a principal Lei para esse fim. Entre esses direitos especiais, está o direito à educação e o acesso a essa educação, sobre os quais versam os artigos 20, 21 e § 1º, respectivamente, do capítulo V do referido documento (LINS, 2020).

A UNATI surge como possibilidade de inserção da pessoa idosa em um espaço educacional não formal, que visa a integração social, aquisição de conhecimentos, elevação da autoestima, valorização pessoal, ao conhecimento dos direitos e deveres, e ao exercício pleno da cidadania. Os programas vinculados às universidades cumprem um papel fundamental na democratização da aprendizagem ao longo da vida (CACHIONE, FLAUZINO, 2020).

Assim, as instituições de ensino superior assumem sua responsabilidade social, pois, além da questão social, a criação de UNATI, com o apoio do poder público, assim como, ações educacionais voltadas para ele, são necessárias para a superação de uma visão assistencialista (BRASIL, 2003).

As questões referentes à temática do envelhecimento afetam diretamente as universidades, visto que os estudantes de todas as áreas formativas atuarão como pesquisadores e profissionais, em uma sociedade em envelhecimento ou envelhecida, e precisarão estar preparados para os desafios deste cenário. A presença de pessoas idosas no campus universitário aproxima o encontro de gerações. Entende-se que atitudes positivas sobre o envelhecimento e seu cotidiano são essenciais para combater o ageísmo, uma ocorrência mundial que se manifesta em forma estereotipada e discriminada contra as pessoas idosas porque são velhas (CACHIONE, FLAUZINO, 2020).

A educação requer do sujeito o desenvolvimento de atitudes do aprender para o autoconhecimento, comunicação, empatia, resolução de conflitos e a realização de tarefas, utilizando-se de uma bagagem de conhecimentos teórico-práticos construídos em seu trânsito de vida, de modo a tomar para si uma consciência crítica do mundo e das práticas sociais (PEREIRA, TODARO, CACHIONE, 2021).

Em Portugal, o nível de escolaridade dos adultos mais velhos é muito inferior ao nível de escolaridade da população adulta em todo o país. A média de anos de escolaridade é de 6,3, o que significa que a maioria dos adultos mais

velhos não teve acesso ao ensino médio ou deixou de estudar antes disso. Além disso, as mulheres têm níveis de escolaridade ainda mais baixos. Como regra, a educação é construída no início da vida e afeta a saúde futura de uma pessoa em muitos aspectos. As pessoas com mais anos de escolaridade tendem a ter maiores rendimentos, ocupações mais seguras, mais autoestima, mais aderência a comportamentos saudáveis e mais recursos para a busca oportuna de cuidados de saúde (CACHIONI et al; 2021).

Segundo Cachioni et al (2021), a feminização da velhice é um fenômeno reconhecido mundialmente e se deve à diminuição das taxas de mortalidade das mulheres em relação aos homens. As mulheres são a maioria na população adulta idosa em todas as regiões do mundo. Estima-se que elas vivem, em média, de 5 a 7 anos a mais do que os homens. Entretanto, ao longo de suas vidas, as mulheres acumulam desvantagens como violência, discriminação, salários mais baixos que os homens, turnos duplos, baixo nível de educação, solidão devido à viuvez, pobreza e dependência de recursos externos. As pesquisas também apontam que são as mulheres, a imensa maioria, que frequentam as Universidades da Terceira Idade.

Na velhice, uma forma de assistência para as mulheres é sua rede de apoio, que em muitos casos é composta por membros da família que atendem as necessidades que os programas governamentais não atendem. Em troca, elas também prestam apoio aos membros de suas famílias, pois muitas vezes são provedoras através de seus pagamentos de aposentadoria, pensões e outros benefícios. Estas mulheres desempenham um papel social importante como avós e cuidadoras, fornecendo ajuda a amigos doentes ou vizinhos e assumindo cada vez mais responsabilidades (CACHIONI et al; 2021).

Fatores de risco para incapacidade, morbidade e mortalidade têm sido amplamente debatidos, mas, recentemente, abordagens que enfocam o envelhecimento como fase em que é possível desfrutar de bem-estar têm se destacado. Nesse sentido, há quase duas décadas, foi lançada a política de envelhecimento ativo, cuja estrutura está centrada na otimização das oportunidades de saúde, participação, segurança e aprendizagem ao longo da vida (DERHUN et al, 2022).

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), as oportunidades de aprendizado na terceira idade são determinantes do envelhecimento ativo, pois otimizam as oportunidades de saúde, participação, educação permanente, segurança e melhor qualidade de vida. Tais afirmações reforçam que deve haver mais atenção dos formuladores de políticas públicas e autoridades sobre a necessidade de ampliação do acesso a programas universitários, e que estes atendam às necessidades das pessoas idosas (DERHUN et al, 2019).

Ao ponderar as particularidades de tal cenário e a complexidade das demandas da população idosa, que exigem dos serviços e profissionais a capacidade de resposta orientada por políticas públicas, pergunta-se: quais as contribuições das universidades para o envelhecimento ativo?

Segundo Derhun et al (2022), as contribuições das universidades se referem à capacidade das atividades ofertadas permitirem às pessoas idosas perceberem-se com potencial para o próprio bem-estar e engajamento na sociedade. As pessoas idosas têm melhor autoavaliação, comportamento e responsabilidade pela saúde e melhor nível de atividade física, capacidade cognitiva, convívio social e qualidade de vida.

As atividades de aprendizagem não formais, quando ocorrem de forma inclusiva e equitativa, têm mostrado impacto no bem-estar das pessoas idosas e assegurados, mesmo aos mais vulneráveis, uma estratégia compensatória para fortalecer suas capacidades de autonomia e satisfação com a vida.

Além disso, a aprendizagem ao longo da vida nas UNATIs tem envolvido a promoção de estilos de vida saudáveis, uma vez que a participação no contexto tem sido reconhecida como preditor de comportamentos favoráveis à saúde, melhorando a autoavaliação de saúde e a qualidade de vida. Porém, pondera-se que o engajamento parece não ter efeito sobre condições crônicas já instaladas, tendo implicações para a saúde por meio de mudanças em comportamentos e acesso aos recursos de saúde.

Exemplos de fatores de risco potencialmente minimizados são a ausência de suporte social, a solidão, a dependência para atividades cotidianas, o comprometimento cognitivo, a depressão, as condições crônicas, a autopercepção de saúde negativa, o estado de fragilidade e o desempenho físico baixo/ruim. O envelhecimento ativo vai além de uma responsabilidade individual, configurando-se como uma meta para que os entes federativos estimulem, por meio de políticas públicas, o engajamento das pessoas idosas em tarefas significativas (DERHUN et al, 2022).

Muitos fatores contribuem para a longevidade e o processo dinâmico do envelhecimento ativo: genética, gênero, comportamento, classe socioeconômica, cultura e meio ambiente. Ou seja, o envelhecimento não é apenas um processo biológico, mas um processo determinado por uma série de fatores biológicos, sociais, psicológicos e ecológicos. Como consequência, há uma grande diversidade de perfis entre as pessoas idosas com uma ampla gama de necessidades. Isto também é visto pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que desenvolveu o Modelo dos determinantes do envelhecimento, o que reflete a influência de vários fatores que afetam o envelhecimento processo e impacto no envelhecimento ativo (ÁLVAREZ-GARCÍA et al, 2018).



A Organização Mundial da Saúde (OMS) desenvolveu o Modelo dos determinantes do envelhecimento, que reflete a influência de vários fatores que afetam o processo do envelhecimento e o impacto no envelhecimento ativo. Existem fatores externos: determinantes transversais (cultura e gênero), determinantes relacionados aos serviços de saúde e serviços sociais, determinantes relacionados ao ambiente físico (ambientes físicos adaptados), determinantes relacionados com o ambiente social (apoio social, oportunidades de educação e aprendizagem, etc.), determinantes econômicos que influenciam saúde das pessoas, segurança e oportunidades de participar ativamente na sociedade (ÁLVAREZ-GARCÍA et al, 2018).

A participação implica física, social, econômica, cultural, cognitiva, e atividades espirituais em interação com o meio ambiente. Apoio à participação em atividades socioeconômicas, atividades culturais e espirituais, de acordo com seus direitos humanos básicos, habilidades, necessidades e preferências através de políticas sociais e programadores do mercado de trabalho, emprego, educação e saúde, com as pessoas idosas contribuindo de forma produtiva para a sociedade através de atividades remuneradas e não remuneradas como eles ficam mais velhos (ÁLVAREZ-GARCÍA et al, 2018).

O termo segurança significa segurança e proteção; ter nutrição básica, moradia, e acesso a serviços essenciais que melhoram o padrão de vida e que atendem às necessidades sociais, financeiras e de segurança física e aos direitos das pessoas à medida que envelhecem. As famílias e comunidades recebem apoio em seus esforços para cuidar de seus membros mais antigos. Finalmente, a aprendizagem ao longo da vida é necessária para investir em treinamento e processos destinados a fortalecer as habilidades e capacidades para melhorar a autonomia das pessoas idosas (ÁLVAREZ-GARCÍA et al, 2018).

Embora o conceito de envelhecimento ativo tenha sido amplamente utilizado como uma estrutura que sustenta uma visão otimista do envelhecimento, poucos estudos têm se concentrado nas atividades que ele engloba e o que as pessoas idosas aprendem. Segundo, Villar et al (2020) há dois tipos principais de aprendizagem: autofocada e centrada em outros, cuja frequência difere dependendo da atividade em que os participantes estavam envolvidos.

Quando pensamos no processo de aprendizagem, a aplicação das diretrizes da política pública do envelhecimento ativo é uma possibilidade viável uma vez que as Universidades e outras Instituições de Ensino Superior (IES), são territórios de desenvolvimento deste modelo, pois tem na sua composição a diversidade do conhecimento, a múltipla formação de seus profissionais, a capacidade da realização de relações intergeracionais entre as pessoas ido-

sas, os especialistas, os acadêmicos e toda a comunidade no entorno, gerando uma territorialidade a pessoa idosa que passa a ser palco para efetivação de ações e ensaios por meios de pesquisa e extensão.

Para Matos (2018), para que esta política pública possa dar respostas eficazes e gradativas nos territórios modificando padrões locais do envelhecimento precisa de um criterioso pacto com a sociedade seguindo estruturalmente aquilo que se propõe, pois o conceito de envelhecimento ativo da OMS captura essa visão positiva e holística do envelhecimento e a utiliza tanto como aspiração individual quanto como meta de políticas e aplica-se igualmente a indivíduos e sociedades.

Em se tratando de aspirações individuais, a atividade autofocada, implica principalmente em benefícios individuais, em termos de saúde, bem-estar, autorrealização, ou desenvolvimento pessoal, mas nenhuma outra pessoa está envolvida ou afetada pela atividade. Cursos de treinamento nos quais participam pessoas mais velhas, em prol de aprendizagem, ou atividades de lazer baseadas no enriquecimento cultural representam bons exemplos de atividades de envelhecimento autofocada. Enquanto que, a atividade centrada em outros, contribui para o desenvolvimento de outras pessoas ou da comunidade, ou da sociedade como um todo. Programas de voluntariado são bons exemplos de outras atividades centrada em outros (VILLAR et al, 2020).

É razoável pensar que pessoas mais velhas adquirem algum tipo de aprendizado como resultado de seu envolvimento em atividades de envelhecimento ativo. Os resultados da aprendizagem são definidos como qualquer tipo de mudança pessoal, em termos de conhecimentos, habilidades ou atitudes, que as pessoas percebem em decorrência da sua participação em uma determinada atividade, independentemente de sua natureza. Em geral, as pessoas mais velhas mantêm seu compromisso com a atividade independentemente dos custos, em termos de tempo e esforço e independentemente dos possíveis inconvenientes que a atividade também pode envolver (VILLAR et al, 2020).

No caso de atividades que acontecem em contextos educacionais não formais, os resultados de aprendizagem podem corresponder ao conjunto de conhecimentos, habilidades instrumentais, atitudes desenvolvidas nas atividades cotidianas, sociais e comunitárias.

Segundo Villar et al (2020), as pessoas idosas que realizam atividades de envelhecimento ativo parecem ver as atividades como uma experiência de aprendizado, que vai muito além de qualquer objetivo educacional formal, e são capazes de desenhar lições que eles consideram importantes para suas próprias vidas. Estas lições de vida podem, por sua vez, ser a chave para entender seu envolvimento na atividade.

Outro ponto importante que foi observado em relação às variáveis socio-demográficas. Nenhuma delas parecia influenciar nos resultados de aprendizagem relacionados ao autoconhecimento, habilidades instrumentais ou sociais. No entanto, quanto mais instruída for a pessoa, mais ela será capaz de identificar o conhecimento social como um resultado, por ter um nível de educação mais elevado (VILLAR et al, 2020).

Segundo Martins et al (2019), 36 UNATIs federais brasileiras oferecem espaço à participação das pessoas idosas, por meio de cursos palestras, oficinas e atividades de lazer, dispondo de núcleos de estudo vinculados à extensão e pesquisa, projetos e programas direcionados a essa faixa etária ou ainda celebrando algum tipo de parceria com fundações, associações, estados e municípios. Apenas três delas, a exemplo da Universidade Federal de São Paulo campus Baixada Santista- Unifesp/BS, facultam às pessoas idosas a participação nas aulas de graduação. Os professores são, em sua maioria, docentes e técnicos da universidade, atuando voluntariamente.

Desta forma, as UNATIs, consagram-se como um ambiente de integração, no qual a educação pode ser reafirmada por meio de novas aprendizagens e trocas de experiências auxiliando as pessoas idosas a melhorar sua qualidade de vida física e mental, despertando-lhes a importância do autocuidado e da autovalorização, aumentando sua motivação, autoestima e resgatando sua cidadania (MARTINS et al, 2019).

A participação de pessoas idosas em atividades educacionais tem sido relacionada a decorrências positivas, como a redução de doenças psicossomáticas; aumento da reserva cognitiva e à conseqüente melhoria da qualidade de vida. Nesse mesmo sentido, constatou-se que a participação na UNATI possibilitou a revisão dos estudos da juventude, aquisição de novos conhecimentos, possibilidade de expor as próprias ideias, ouvir e ser ouvido, além de colocar em prática os aprendizados adquiridos, em um exercício do que se convencionou chamar de educação continuada ao longo da vida (MARTINS et al, 2019).

Na Polônia e em vários países do mundo, as UNATIs organizam e conduzem palestras, seminários e aulas regulares, tais como workshops, cursos e círculos de interesse, e para fornecer insumos culturais e artísticos, com o objetivo principal de aumentar a qualidade de vida através da educação, atividades sociais e esportivas. Seu crescimento tem sido substancial e tem contribuído para a implementação do modelo de envelhecimento ativo, entre as pessoas idosas adultas (ZADWORNA, 2020).

Em Madri (Espanha) foi realizado estudo com o objetivo de encontrar um modelo capaz de explicar como as variáveis psicossociais estão relacionadas à melhoria da qualidade de vida durante o envelhecimento ativo. A modela-

gem da equação estrutural (SEM) foi usada para examinar as relações entre a disponibilidade de recursos sociais, memória, depressão e percepção da qualidade de vida, de três centros comunitários de pessoas idosas.

Os resultados sugerem um modelo psicossocial onde a disponibilidade de apoio social melhora a qualidade de vida e memória, reduz a depressão em pessoas idosas adultas ativas, e foram encontrados dois elementos principais para compreender a qualidade de vida: percepção de saúde e satisfação. Concluíram que, a disponibilidade de recursos sociais, entendidos não apenas como as pessoas interagindo diariamente, mas também com outros membros da família, amigos próximos ou instituições que poderiam ajudar em caso de emergência, poderiam evitar o isolamento e a solidão, aumentar a satisfação e o bem-estar em adultos mais velhos (LEÓN, MANGIN, BALLESTEROS, 2020).

Vale ressaltar a relevância de criar políticas públicas destinadas a implantar iniciativas que, como as UNATIs, atuem elevando a qualidade de vida das pessoas idosas, por favorecer a convivência social e a aprendizagem contínua, ajudando a alavancar a autoestima, a inclusão e o estabelecimento de novos objetivos de vida.

O envelhecimento ativo adota a meta de melhorar a saúde da população e de reduzir as desigualdades de saúde para que se possa alcançar um pleno potencial de saúde ao longo da vida. Essa visão de saúde está firmemente enraizada no conceito e nas estratégias para a saúde articuladas ao longo de décadas pela OMS e universalmente consideradas como normativas. *Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afeições e enfermidades*, é um recurso para a vida cotidiana. É uma dimensão importante de qualidade de vida que se precisa alcançar não somente por meio dos serviços de saúde, mas também garantindo segurança e aprendizagem, através de paz, abrigo, educação, alimentação, renda, estabilidade ecossistêmica, recursos sustentáveis, justiça social e igualdade (ILC-BRASIL, 2015).

A necessidade de aprendizado é variada e constante ao longo do curso de vida. Paralelo à educação formal e às habilidades de leitura e escrita, a educação para a saúde é necessária para o autocuidado, a educação financeira é necessária para gerenciar renda e despesas, e a educação tecnológica é necessária para estar plenamente conectado. Ficar desatualizado sobre os avanços tecnológicos pode fazer com que a pessoa não possa mais exercer a profissão que aprendeu (ILC-BRASIL, 2015).

A vulnerabilidade aumenta nas pessoas que apresentam baixo nível de escolaridade – um grupo em que, com frequência, preponderam minorias ra-

ciais e culturais, imigrantes, deficientes e pessoas idosas e, em muitos países, mulheres também. A educação organizada para adultos, após o fim da escolarização, tende a se focar na aquisição de habilidades e conhecimentos relacionados ao trabalho e a se direcionar a pessoas em atividade na força de trabalho. A necessidade de uma abordagem mais inclusiva e estratégica feita especialmente para determinados grupos alvo no intuito de promover o envelhecimento ativo foi reconhecida pela Comissão Europeia incluindo pessoas que deixaram a escola precocemente e imigrantes (ILC-BRASIL, 2015).

Um modelo de curso de vida ainda mais abrangente para a aprendizagem de adultos pressupõe uma variedade de programas que atendam às necessidades de lidar com situações, de contribuir e de cultivar relacionamentos (ou seja, aperfeiçoamento pessoal). A participação ativa de todos os cidadãos em todos os níveis dos processos de tomada de decisões da sociedade mantém robusta a democracia, aumenta a capacidade de resposta das políticas e dá poder aos indivíduos (ILC-BRASIL, 2015).

As pessoas que têm mais recursos - aquelas que têm melhor educação formal, renda mais alta e redes sociais mais extensas e são adultos maduros - participam mais na vida política e social. Os indivíduos que se engajam em atividades cívicas na juventude tendem a manter esse engajamento ao longo da vida. Encorajar a participação cívica intensa desde a juventude, por meio de órgãos como associações voluntárias, se tornará cada vez mais importante para garantir que venham a ter sua voz ouvida em um diálogo saudável entre gerações acerca de questões sociais. Ter acesso à internet também está associado com o engajamento cívico. Promover a inclusão digital por meio do acesso à internet e do treinamento pode ser uma forma de facilitar a participação de pessoas que foram excluídas da vida cívica (ILC-BRASIL, 2015).

Portanto, as políticas públicas devem propiciar oportunidades flexíveis e acessíveis de ampliação de conhecimentos, educação, treinamento e retreinamento ao longo do curso de vida; e adaptar os arranjos de trabalho para facilitar e estimular a aprendizagem para suprir uma gama de necessidades pessoais e profissionais. Dar suporte para que a sociedade civil ofereça acesso e encoraje a aprendizagem em situações e modalidades não tradicionais para alcançar pessoas excluídas ou socialmente isoladas. Assim como, dar suporte para que instituições de educação formal da comunidade e da sociedade civil incluam a educação sobre o envelhecimento enquanto processo que dura toda a vida, a forma diferente como afeta homens e mulheres e sobre os direitos da pessoa idosa em situações educacionais (ILC-BRASIL, 2015).

Estudo realizado na Coréia do Sul mostrou que a alfabetização em saúde pode gerar capacidade de acessar, compreender, avaliar, promover, manter e melhorar a saúde durante o curso da vida, desempenha um papel significa-

tivo no gerenciamento de múltiplas doenças crônicas em adultos mais velhos. Os resultados mostraram que mais de 90% dos adultos com idade > 70 anos têm baixo nível educacional e resultados de saúde negativos, incluindo o mau uso dos serviços de saúde, interpretação equivocada das instruções médicas, má adesão ao uso de medicamentos, e uma saúde mais pobre e autorrelatada pelas pessoas idosas (LEE, OH, 2020).

O estudo mostrou uma associação positiva entre autoestima e o componente de saúde mental em adultos mais velhos, que se refere à confiança na sua capacidade de alcançar o sucesso com os resultados comportamentais desejados e que indivíduos com alta autoestima têm menos estresse relacionado à saúde, emoções positivas e otimismo. Os indivíduos mais velhos com maior autoestima podem ganhar uma maior sensação de confiança em sua capacidade de controlar e gerenciar sintomas associados a doenças crônicas e aderência a longo prazo em gerenciar sua doença. Conseqüentemente, as crenças dos adultos mais velhos em relação à autoestima podem afetar sua percepção mental e, assim, aqueles que pretendem assumir a responsabilidade pelo autocuidado, acreditam ter as habilidades no comportamento de cuidado desejado. Na prática clínica, os profissionais de saúde devem planejar e executar estratégias de ensino adequadas à idade das pessoas e devem proporcionar às pessoas idosas uma educação de saúde para melhorar sua qualidade de vida (LEE, OH, 2020).

Estudo realizado em uma UNATI em Campinas (SP/Brasil) foi avaliada a relação entre as variáveis sociodemográficas, nível de atividade física e aspectos psicológicos nos membros mais velhos. Os resultados mais relevantes sugerem uma associação entre variáveis sociodemográficas, autoestima e resiliência, demonstrando a influência da capacidade de adaptação e ajuste individual em compreender os aspectos emocionais investigados (ou seja, autoestima, resiliência, autoeficácia e distúrbios mentais) (ALVES et al., 2020).

Um nível elevado de educação é um fator de proteção para o declínio cognitivo. O programa de uma UNATI demonstrou que a renda e a escolaridade desempenham um papel vital nas habilidades emocionais, particularmente em autoestima e resiliência. Finalmente, os resultados mostraram que adultos mais velhos com boa adaptação e habilidades exibem níveis mais altos de autoestima, autoeficácia e resiliência e menos doenças mentais (ALVES et al., 2020).

## Considerações Finais

As ideias de envelhecimento ativo têm sido altamente enquadradas pelos formuladores de políticas que acreditam ser significativo para pessoas mais

velhas. Estas ideias preveem um mundo de pessoas idosas saudáveis, engajadas e ativas que contribuem continuamente para a sociedade. Isto criou um padrão a ser mantido pelas pessoas idosas para envelhecer ativamente (e, portanto, envelhecer bem). Ela enquadra a participação de pessoas mais velhas como mais valiosas quando participam de atividades e formas produtivas que beneficiam a sociedade. Além disso, coloca a responsabilidade de envelhecer com as pessoas mais velhas, ignorando estruturas sociais e físicas mais amplas (DIZON, WILES, PEIRIS-JOHN, 2020).

Em suma, os formuladores de políticas deveriam incentivar e criar oportunidades para as pessoas mais velhas viverem vidas plenas, ativas e realizadas através da participação ativa em todos os aspectos da vida, onde a participação é importante por duas razões: para melhorar a qualidade de vida e contribuir à sociedade ((DIZON, WILES, PEIRIS-JOHN, 2020).

É preponderante que as Universidades criem programas que possam estimular a pessoa idosa e os indivíduos próximos a chegarem a este marco, em seus aspectos biopsicossociais e ambientais, além de possibilitar a conectividade com redes sociais e a comunidade. A Universidade deverá ser espaços de construção de territorialidades, contribuindo para a oferta da construção de um envelhecimento mais positivo, fortalecendo os vínculos e a cidadania destas pessoas.

## Referências

- ÁLVAREZ-GARCÍA, J. DURÁN-SÁNCHEZ, A., RÍO RAMA, MC del., GARCÍA-VÉLEZ, DF. Active Ageing: mapping of Scientific Coverage. **Int. J. Environ. Res Public Health**. 15, 2727. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.3390/ijerph15122727>
- ALVES, VMC., SOARES, VN., OLIVEIRA, DV.; FERNANDES, PT. Sociodemographic and psychological variables, physical activity and quality of life in elderly at Unati Campinas, São Paulo. **Fisioter Mov.** v. 33. e003310.2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-5918.033.AO10>
- BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Política Nacional do Idoso. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm)
- BRASIL. [Estatuto do idoso (2003)]. Legislação sobre o idoso: Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do idoso) e legislação correlata [recurso eletrônico]. - 3. ed. - Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2013. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dosdeputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/legislacao-pdf/Legislaoidoso.pdf>
- CACHIONI, M., LAUZINO, K. Ensino e aprendizagem para o envelhecimento no contexto da universidade. **Revista Kairós-Gerontologia**, n.23. p.17-24. Esp. 27. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-901X.2020v.22iEspecial27p17-24>
- CACHIONI, M., CIPOLLI, GC., BORIM, FSA., BATISTONI, SST., YASSUDA, MS., NERI, AL., PAUL, C. Factors Associated With Positive Self-Rated Health: Comparing Older Adults in Brazil and in Portugal. 2021. **Front. Public Health**. DOI: <http://dx.doi.org/10.3389/fpubh.2021.650294>
- CENTRO INTERNACIONAL DE LONGEVIDADE BRASIL (ILC-BRASIL). **Envelhecimento ativo: um marco político em resposta à revolução da longevidade**. 1ª edição - Rio de Janeiro. 119p.ISBN 978-85-69483-01-4.
- DERHUN, FM., SCOLARI, GAS., PUIG-LLOBET, M., SALCI, MA., BALDISSERA, VDA., CARREIRA, L. Participation in university activities for the elderly: motivations of Brazilian and Spanish seniors. **Rev Bras Enferm.** 72(Suppl 2):104-10, 2019.DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0181>
- DERHUN FM, SCOLARI GAS, RISSARDO LK, SALCI MA, LLOBET MP, CARREIRA L. Contributions of university activities to active aging: grounded theory. **Rev Esc Enferm USP.** 56:e20210237. 2022. <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2021-0237>
- DIZON, L., WILES, J., PEIRIS-JOHN. What Is Meaningful Participation for Older People? Na Analysis of Aging Policies. **Gerontologist.** v. 60, n. 3, p.396-405. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1093/geront/gnz060>
- LEE, MK., OH, J. Health-Related Quality of Life in Older Adults: Its Association with Health Literacy, Self-Efficacy, Social Support, and Health-Promoting Behavior. **Healthcare.** N..8, p.407. DOI: <http://dx.doi.org/10.3390/healthcare8040407>
- LEÓN, LP., MANGIN, JPL., BALLESTEROS S. Psychosocial Determinants of Quality of Life and Active Aging. A Structural Equation Model. **Int. J. Environ. Res. Public Health.** v. 17, p.6023. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.3390/ijerph17176023>



- LINS, T. Gerontologia educacional brasileira: causas e consequências do seu Estado embrionário e das suas áreas majoritárias de atuação. **Revista Interseção**, v. 1., n. 1, ago. 2020, p. 49-61. 49. ISSN 2675-5955. DOI: <http://dx.doi.org/10.48178/interseção.v1i1.216>
- MATOS, FM. **A territorialização do envelhecimento sustentável**: da política do envelhecimento ativo ao envelhecimento bem sucedido. 2018. 367 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2018. Disponível em: [http://www.bc.furb.br/docs/TE/2018/365480\\_1\\_1.pdf](http://www.bc.furb.br/docs/TE/2018/365480_1_1.pdf). Acesso em: 24 out. 2022.
- MARTINS, RCC., CASSETTO, SJ., GUERRA, RLF. Changes in quality of life: the experience of elderly persons at a university of the third age. **Rev. bras. geriatr. gerontol.** vol. 22, n.1, e180167, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-22562019022.180167>
- PEREIRA, DA., TODARO, MA., CACHIONI, M. Educação permanente e o círculo de cultura freiriano: diálogos com idosos. **Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde**. v. 23, nº2, 2021. e-ISSN: 1982-3010. DOI: <http://dx.doi.org/10.48075/RI.V24I2.26624>
- VILAR, F., SERRAT, R., CELDRÁN, M., PINAZO, S. Active Aging and Learning Outcomes: What Can Older People Learn From Participation? **Adult Education Quarterly**. vol. 70, n.3, p. 240-257. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/0741713619897589>
- ZADWONA, M. Healthy aging and the University of the Third Age - Health behavior and subjective health outcomes in older adults. **Archives of Gerontology and Geriatrics**. n. 90. p. 104126, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.archger.2020.104126>

# Sexualidade e Envelhecimento: o conhecimento científico e sua abordagem no Ensino Superior

Higor Matheus de Oliveira Bueno, Felipe Bueno da Silva, Márcia Thaís de Souza, Dalyanna Mildred de Oliveira Viana, Gilson de Vasconcelos Torres, Aline Maino Pergola-Marconato

## Resumo

A sexualidade na velhice é uma temática pouco discutida, repleta de estigmas e preconceitos e que requer melhor atenção e compreensão. Logo, torna-se importante a elaboração de estudos que evidenciem as necessidades sexuais da pessoa idosa, bem como a aplicação destes nas universidades de ensino nacionais, abordando as identidades de gênero e orientação sexual, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), resultando na avaliação do impacto da desmistificação e educação em saúde no envelhecimento ativo da população idosa. O objetivo deste capítulo é apresentar os diversos aspectos relacionados à sexualidade da pessoa idosa, tais como, as orientações sexuais, identidades de gênero, práticas sexuais seguras e as ISTs. A temática do envelhecimento tem sido objeto de crescente interesse, embora ainda haja escassez de produção de literatura e de políticas públicas relacionadas. Diante desse cenário, é fundamental que as universidades, conscientes de sua importância social e intelectual, estimulem seus estudantes e futuros profissionais a fim de promover a capacidade de compreensão do que é de fato a sexualidade na velhice e suas diversas formas de expressão, bem como desenvolver cuidados em saúde que melhorem a qualidade de vida destes indivíduos e contemplem suas necessidades em relação à temática.

58

## Introdução

O envelhecimento está presente na vida de todo indivíduo desde o nascimento até a morte e é caracterizado por mudanças físicas, comportamentais e sociais enfrentadas pelo ser humano ao longo da vida (Dardengo & Mafra, 2019). No Brasil são considerados pessoas idosas os indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos e, segundo as Projeções de População divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atingiu uma proporção de 19,2 milhões de pessoas com mais de 65 anos no ano de 2018, correspondendo a 9,2% da população total (Organização das Nações Unidas [ONU], 2020).

Dos anos de 2004 a 2014, a população acima de 60 anos cresceu expressivamente, o que levou a um processo denominado de transição da estrutura etária, e com isso, em 2006, foi realizada a implementação de uma política nacional dirigida às pessoas idosas, Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) (Bortolozzi & Netto, 2020). Estima-se que no ano de 2025 o Brasil se torne o sexto país com maior quantitativo de pessoas idosas do mundo, esse fenômeno se dá pelo declínio das taxas de fertilidade, aumento da expectativa de vida e a melhoria das condições de vida da população, que reforçam a importância do conhecimento científico para que seja possível compreender as demandas da longevidade (Govindaraju et al., 2018).

O envelhecimento é acompanhado por mudanças fisiológicas, comportamentais, psicológicas e sociais advindas do processo de senescência, entretanto, ser uma pessoa idosa não é sinal de enfermidade ou doença. À medida que o processo de envelhecimento progride, a qualidade de vida das pessoas idosas tende a sofrer redução de forma gradativa, devido ao comprometimento da sua funcionalidade o que pode implicar na instalação de uma condição clínica desfavorável devido ao aumento de sua fragilidade e vulnerabilidade (Júnior et al., 2010). Embora o envelhecimento esteja associado à fragilidade, esses dois termos não podem ser tratados como sinônimos, uma vez que, o envelhecimento pode ser alcançado de forma saudável, longa e com melhor qualidade mesmo em presença de fragilidade (Lenardt et al., 2016).

A Organização Mundial da Saúde [OMS] (2005) tem evidenciado cada vez mais a importância de se estabelecer um envelhecimento ativo, conceito proposto em 2002, a fim de assegurar melhores condições na velhice envolvendo o bem-estar físico, psicológico e social, bem como a segurança e os cuidados de saúde adequados (World Health Organization [WHO], 2005). A saúde da pessoa idosa deve ser vista de forma integral, desde suas necessidades básicas de vida aos desejos mais complexos, para que seja possível transcender o cuidado, e para que isso seja realizado, é necessário compreender que a qualidade de vida entrelaça aspectos pessoais desses indivíduos, como é o caso da sexualidade (Bortolozzi & Netto, 2020).

Torna-se imprescindível desmistificar estereótipos acerca da sexualidade, que foram instituídos por décadas e que muitas vezes é vista como uma prática estagnada e impassível de mudança, resultado de costumes culturais e sociais. O envelhecimento ativo inclui a possibilidade de vida sexual ativa, dado que o sexo não deve ser visto como algo exclusivo da população jovem ou da reprodução, pois a sexualidade também está relacionada às necessidades fisiológicas humanas, logo, é considerado um fator preditor de melhor qualidade de vida para muitas pessoas idosas (Alencar et al, 2014).

Portanto, o objetivo deste capítulo é apresentar os diversos aspectos relacionados à sexualidade da pessoa idosa, tais como, as orientações sexuais, identidades de gênero, práticas sexuais seguras e as infecções sexualmente transmissíveis (ISTs).

Dessa forma, pretende-se fornecer subsídios para uma reflexão sobre a sexualidade na velhice, proporcionando compreensão e possibilidade para desenvolvimento de cuidados em saúde que melhorem a qualidade de vida destes indivíduos e atendam às demandas da pessoa idosa quanto à sexualidade.

## Sexualidade e Envelhecimento

A vivência sexual saudável é considerada um componente essencial para a identidade do indivíduo e sua expressão é elemento integrante da qualidade de vida na velhice, uma vez que representa uma função vital do ser humano ligada às necessidades de prazer, reprodução e amor, que podem ser ameaçadas com o envelhecimento (Souza et al, 2019 e Almeida & Lourenço, 2008).

A sexualidade não se restringe somente a um ato físico, sendo considerada como uma necessidade humana básica, essencial para a qualidade de vida e bem-estar do indivíduo. A negação ou supressão da sexualidade pode intensificar o processo de envelhecimento e impactar negativamente na saúde mental das pessoas idosas. Apresenta uma relação direta com diversos fatores como prazer, intimidade, comportamentos e relacionamentos, tornando-se parte integrante da personalidade de uma pessoa (Soares & Meneghel, 2021).

Modificações na anatomia e na fisiologia sexual durante a velhice vêm acompanhadas de dificuldades de aceitação da sexualidade devido, principalmente, à falta de informação e a ideia de que a sexualidade está restrita aos órgãos genitais. Entre os fatores que interferem negativamente na sexualidade nesta faixa etária, destacam-se a diminuição na produção de hormônios, aspectos psicológicos e socioculturais e as próprias condições de saúde, com destaque para as doenças crônicas, declínio físico, cognitivo e social decorrentes do aumento da fragilidade e o avanço da idade (Lima et al, 2022 e Wang et al, 2008).

A pessoa idosa fica suscetível às denominações impostas pela sociedade que prejudicam a expressão da sua sexualidade, como assexualidade, pureza, deserotização, tal qual a própria orientação sexual, uma vez que muitas vezes é exigida a heteronormatividade, resultando na deterioração e conformismo das vontades da pessoa idosa, o que contribui para inúmeros agravos à saúde mental destas pessoas (Crema & Tilio, 2021).

Logo, faz-se necessário a identificação e compreensão de todos os prismas que a sexualidade da pessoa idosa envolve, desde o sexo biológico aos anseios íntimos, envolvendo a orientação e a prática sexual.

A sexualidade é iniciada desde o nascimento e não há idade que expresse o fim das descobertas humanas acerca dos sentimentos, prazeres e atrações. A construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, contínua e infindavelmente. Este termo na velhice deve ser considerado para além da semântica, de modo que não se limite apenas ao gênero, mas que vise assimilar os aspectos emocionais, sociais, dispondo-se da assistência à pessoa idosa e conduzi-lo para a satisfação que pretende (Vieira, 2012).

Em relação à orientação sexual, muitas pessoas idosas são oprimidas socialmente, por meio da religião, mídia, crenças, mitos e, em grande parte, pela família. Portanto, a sexualidade na velhice, deve resultar em preservação e proteção da imagem e a maneira pela qual a pessoa idosa gostaria de viver, já que, a sexualidade é uma construção multifatorial que envolve comportamentos, funções, motivação, valores e identidade. Muitas vezes, a vergonha e o medo de expressar a verdadeira personalidade sobressai neste indivíduo, mantendo-o privado dos prazeres e bem-estar que isso poderia proporcionar, como o reconhecimento pessoal, satisfação e melhor qualidade de vida (Souza et al., 2021).

A orientação sexual na velhice é um dos tabus mais consolidados na sociedade. Pode-se dizer que a orientação sexual é uma propriedade da personalidade de um indivíduo e que se destaca pela atração sexual, física e ou romântica. A diversidade dos modos de atração transcorre a sociedade desde a antiguidade, e atualmente ganhou espaço para ser debatido. Diante disso, vale destacar os diversos e variados grupos pertencentes à comunidade LGBTQIA+, acrônimo que se refere a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Transgêneros, Travestis, Queer Sexuais, Intersexuais, Assexuais e o símbolo (+) que abrange todas as outras siglas e identidades que integram o movimento, como pessoas pansexuais, não binárias, entre outras (Caceres & Peres, 2021).

Esta sigla agrega tanto as orientações sexuais quanto as identidades de gênero que é o reconhecimento interpessoal do indivíduo, destacados por cisgênero, transgênero e não binários (Bortoletto, 2019). A cisgeneridade é o reconhecimento e identificação do gênero (feminino e masculino) com o qual nasceu, por exemplo, é um indivíduo que nasceu do sexo masculino e que se reconhece como homem. O indivíduo transgênero é aquele que expressa identidade de gênero diferente do sexo biológico, isto é, um indivíduo masculino (gênero) que se reconhece como uma mulher (identidade de gênero). O não-binário refere-se àqueles indivíduos que mesmo nascidos com um determinado gênero (masculino ou feminino) não se reconhecem como pertencendo

centes a este gênero, ou seja, não se limita ao masculino e feminino (Ferreira, 2021 e Gomes, 2014).

Já para as orientações sexuais pertencentes à sigla LGBTQIA+ estão presentes as Lésbicas que são mulheres que se sentem atraídas por outras mulheres; Gays representados por homens que se sentem atraídos por outros homens; Bissexuais, que são homens ou mulheres que se sentem atraídos por ambos os gêneros; Queer sexuais, que são pessoas que não correspondem à heteronormatividade, seja pela sua orientação sexual, identidade de gênero, atração emocional ou pela sua expressão de gênero; Assexuais, cuja pessoa não sente atração física e/ou sexual por nenhum dos sexos ou gêneros. O símbolo (+) em destaque na sigla abrange a pansexualidade, sendo uma orientação sexual representada por pessoas que sentem atração sexual ou romântica independentemente da identidade de gênero (Nogueira, 2010 e Altmann, 2003).

Observa-se que a vivência ativa e saudável da sexualidade em pessoas idosas homossexuais é um grande desafio em meio a estigmas e dogmas, uma vez que pessoas idosas que vivem a sexualidade e conversam abertamente sobre a temática ainda são considerados seres profanos, uma vez que culturalmente, a velhice está atrelada a pureza (Fernandes & Pessoa, 2018).

62

Diante disso, torna-se fundamental analisar, identificar e desenvolver estudos que dissertam sobre a sexualidade das pessoas idosas e as principais demandas de saúde relacionadas ao tema. É imprescindível o conhecimento das inúmeras formas de prevenção acerca das infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), assim como a importância das práticas de prevenção e cuidados em saúde para com esta questão. Por conseguinte, para que a pessoa idosa envelheça de forma ativa e saudável atrelada à sexualidade é fundamental que ele busque informações acerca das IST, assim como suas formas de prevenção e tratamentos (Nierotka, Nicaretta & Ferretti, 2020 e Moreira et al., 2015).

## **Conhecimento Científico Sobre Sexualidade no Envelhecimento**

O envelhecimento populacional trouxe ganhos significativos às pessoas idosas, processo esse que foi advindo do avanço da tecnologia e consequentemente da saúde e longevidade. No entanto, há ainda muitas barreiras para serem rompidas, como a pouca abordagem à saúde sexual da pessoa idosa, o extremo julgamento e inúmeros preconceitos. É inegável que houve uma mudança no comportamento sexual dos longevos, mas é necessário que junto com essa progressão ocorra também a prevenção das ISTs, sendo primordial

que esta população detenha entendimento sobre as relações sexuais, e que estas, devem ser uma experiência prazerosa bem como segura e que não cause danos de saúde algum (Monte et al., 2021).

Por volta dos anos de 2007, houve um aumento expressivo das ISTs e dos casos de AIDS entre os indivíduos com idade acima de 50 anos nas regiões da Austrália, China, Coreia, África Subsaariana e América do norte. No Brasil, realizou-se um estudo no Piauí e verificou-se que muitas pessoas idosas possuíam ainda a vida sexual ativa, entretanto, de forma insegura, como relação sexual sem uso de preservativos, ausência da realização de exames preventivos, bem como a falta de rastreamento de indivíduos portadores de alguma IST, o desconhecimento de métodos preventivos contra o risco de infecção pelo vírus HIV, como a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) e a Profilaxia Pós-Exposição (PEP) e, a não adesão ao tratamento medicamentoso para qualquer ou determinada doença (Minichiello et al., 2012).

Os dados como este corroboram para o aumento dessas patologias em âmbito mundial, mas não foi observado amplitude nacional sobre esta temática para esta faixa etária, o que sugere a importância desse assunto ser estudado, discutido e colocado em pauta, para que seja identificado e tratado as demandas desse público, bem como a desmistificação de estereótipos que foram instalados na sociedade desde o passado acerca da sexualidade dos longevos (Andrade et al., 2017).

Denominada um problema de saúde pública, as ISTs têm como agente etiológico vírus, bactérias e outros microorganismos, que podem ser transmitidos através do ato sexual seja ele oral, vaginal ou anal sem o uso de preservativo. Logo, é necessário que apenas um dos membros envolvidos esteja infectado para que contamine o parceiro. Há também outras formas de contágio como o contato de mucosas ou com a pele não íntegra e secreções corporais contaminadas, estas, são formas de transmissão menos recorrentes quando comparado à transmissão advinda do ato sexual (Ministério da Saúde [MS], 2022).

Nota-se que dentre as principais ISTs no mundo, a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), possui alta incidência e prevalência quando comparada com outras infecções sexualmente transmissíveis, a partir disso, estima-se que cerca de 42 milhões de pessoas no mundo convivem com a AIDS, sendo que destas, 2,8 milhões são indivíduos com a faixa etária superior a 50 anos. Desse modo, enuncia-se que há uma grande relevância epidemiológica principalmente entre as pessoas idosas, considerado um público que com crescimento expressivo (Burigo et al., 2015).

Apesar destes dados, os idosos não são considerados como pessoas vulneráveis em relação às ISTs, o que representa uma percepção equivocada e, percebe-se que há um déficit por parte dos profissionais da saúde em desenvolver atividades de promoção de saúde, como a disseminação de informações acerca dos métodos preventivos, o desenvolvimento da infecção e o seu respectivo tratamento, resultando na carência de conhecimento e assistência ineficaz, o que propicia falta de informações por parte dos longevos e consequentemente este indivíduo poderá apresentar alterações na saúde, como a infecção e possível propagação de doenças (Silva et al., 2022).

Mesmo com as problemáticas supracitadas, pode-se inferir que nas últimas décadas houveram avanços relacionados à vida sexual da pessoa idosa, mesmo que mínimos. Entretanto, são ganhos importantes acarretados pelo avanço da tecnologia em saúde, e desenvolvimento de medicamentos que melhoram a qualidade sexual da pessoa idosa. Diante das práticas sexuais na velhice, as ISTs não devem ser descartadas, mesmo que, as transmissões se propaguem por relações sem uso de métodos eficazes de proteção, escassez de prevenção e alto risco de contágio, acrescido pela desinformação, falta de promoção de saúde relacionado às práticas sexuais na terceira idade e educação em saúde (Monte et al., 2021).

As pesquisas que enfocam na pessoa idosa e em sua relação com a sexualidade são escassas, entretanto, existem diversos instrumentos que podem ser utilizados para a avaliação da sexualidade e o seu impacto na saúde e na qualidade de vida do indivíduo, como por exemplo, a Escala de Vivências Afetivas e Sexuais dos Idosos (EVASI). Trata-se de uma escala psicométrica composta de 38 itens estruturados e divididos em três dimensões: aspectos sexuais, relações afetivas e adversidades físicas e sociais (Souza-Junior et al., 2022).

Essa escala foi aplicada anteriormente em uma amostra de 250 pessoas idosas na região Nordeste do Brasil em conjunto com o Instrumento Autor-referido de Fragilidade e, entre os resultados obtidos, identificou-se que as pessoas idosas classificadas como frágeis apresentaram as piores vivências relacionadas à sua sexualidade. Além disso, as pessoas idosas melhor experienciaram sua sexualidade nas relações afetivas (Souza-Junior et al., 2022).



## **A Produção de Conhecimento e a Formação de Recursos Humanos pelo Ensino Superior e seu Impacto no Processo de Envelhecimento Ativo e Saudável**

A temática do envelhecimento tem sido objeto de crescente interesse na literatura científica e em políticas públicas, em função do aumento da expectativa de vida e do envelhecimento da população mundial. Apesar disso, ainda são escassos os estudos que se dedicam a analisar as diversas dimensões e a influência de fatores que compõem esse processo, em especial quando se trata de questões mais complexas, como a sexualidade na velhice, deixando de atender de forma integral esses indivíduos.

Diante desse cenário, é fundamental que as universidades, conscientes de sua importância social e intelectual, estimulem seus estudantes a se interessarem por essa temática, destacando sua relevância no desenvolvimento de novas políticas públicas e na possibilidade de tornar o processo de envelhecimento mais ativo e saudável por meio de pesquisas e aplicação dos novos conhecimentos produzidos.

Nesse sentido, é preciso que a formação de novos profissionais de saúde seja orientada para atender uma sociedade em constante evolução de forma holística, considerando as individualidades e necessidades em cada fase da vida.

É fundamental que novas técnicas e métodos de ensino sejam introduzidas nas universidades a fim de garantir que os estudantes adquiram conhecimento técnico-científico e desenvolvam habilidades para um cuidado competente e ético (Carvalho, 2008).

No âmbito da saúde da pessoa idosa, é imprescindível que a temática seja inserida na grade curricular de forma abrangente, contemplando a magnitude dos processos fisiológicos, cognitivos e emocionais advindos do envelhecimento, a fim de que estes possam desenvolver habilidades em diversas dimensões e sejam abordadas temáticas que frequentemente são negligenciadas devido a estigmas sociais. Conforme Motta e Aguiar (2007), tópicos específicos da Gerontologia, tais como fragilidade e síndromes geriátricas, não são comumente contemplados nos conteúdos abordados durante a graduação, embora esses temas sejam de suma importância para a tomada de decisões e para a abrangência do cuidado.

As instituições de ensino superior têm papel fundamental na propagação de conhecimento, visto que elas são excelentes produtores de ciência e ino-

vação. A pesquisa científica produzida pelas universidades é de suma relevância para o desenvolvimento social e econômico, sendo uma ferramenta eficaz para instruir na implementação de políticas públicas (Novaes et al., 2019).

Por meio dos estudos científicos, são observadas evidências empíricas e baseadas em dados que podem ser usadas para orientar órgãos públicos e privados na formulação e reformulação de políticas públicas. Portanto, o conhecimento científico pode contribuir para que as políticas públicas sejam baseadas em evidências e fundamentadas em uma abordagem baseada em dados, em vez de serem tomadas com base em suposições ou crenças pessoais (Campêllo & Souza., 2019).

Isso tende a aumentar a eficácia das políticas públicas e evitar o desperdício de recursos humanos e financeiros em intervenções que não são resolutivas, tornando um elemento fundamental para uma prática de cuidado mais efetiva.

Torna-se imprescindível a conscientização das universidades quanto à produção e a aplicação de novos conhecimentos acerca das necessidades sexuais e humanas da população idosa. A partir do reconhecimento destas necessidades, podem ser criados grupos de pesquisa destinados a identificar as principais demandas desses indivíduos e como isso iniciar as intervenções adequadas.

Com a criação de grupos de pesquisa, projetos de extensão e atividades complementares, é possível que esta temática se torne atrativa aos estudantes e estimule a busca por novos conhecimentos e assuntos mais complexos e que posteriormente, os resultados sejam destinados à sociedade a fim de melhorar a qualidade de vida.

Com a introdução da sexualidade na velhice na matriz curricular, propõe-se a preparação de profissionais mais capacitados em sua formação técnico-científica, ética, humanística e com visão integral das necessidades da pessoa idosa, buscando melhor compreensão do processo de saúde e o compromisso com a promoção de saúde (Barroso, 2007). A sensibilização do estudante quanto às necessidades sexuais da pessoa idosa é necessária para melhor entendimento do processo de saúde desses indivíduos, uma vez que a sociedade estereotipa a pessoa idosa como assexuada, despojada de sensualidade e utilidade, tornando-o isento dos prazeres que os cerca e limitando a qualidade de vida.

A partir da estruturação desses estudos pode-se esperar que os futuros profissionais detenham o conhecimento técnico-científico acerca dos assuntos mais complexos, bem como, extinguir tabus ainda estabelecidos socialmente. Por meio destas pesquisas produzidas nas universidades, espera-se

fortalecer as políticas e direitos da pessoa idosa; garantir e valorizar o atendimento acolhedor e resolutivo; implementar ações que contraponham atitudes preconceituosas e sejam esclarecedoras; investir na promoção da saúde em todas as idades; informar e estimular a prática de sexo seguro e hábitos de vida saudáveis.

Logo, espera-se que a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa seja atualizada de acordo com os estudos realizados nas instituições de ensino superior, introduzindo questões sobre a sexualidade da pessoa idosa, ISTs, orientação sexual, práticas sexuais seguras e saudáveis, qualidade de vida e envelhecimento ativo, partindo da integralidade de cada indivíduo bem como a coletividade.

## Considerações finais

Levando em consideração a importância da sexualidade e a sua relação com a manutenção da saúde da pessoa idosa, estudos acerca da temática são de grande importância, principalmente para que profissionais da saúde e alunos de graduação adotem medidas que reorganizem a atenção de forma a contemplar ações de educação em saúde, promoção da saúde e prevenção de agravos. Como a temática ISTs que é muitas vezes deixada de lado para esse público, torna-se necessário o enfoque para o envelhecimento e suas singularidades, assim como, a qualificação dos discentes e profissionais para garantir a saúde integral da pessoa idosa abrangendo aspectos importantes para a vivência e qualidade de vida da pessoa idosa, como a sexualidade e suas formas de expressão.

À vista disso, com a inclusão da tríade ensino, pesquisa e extensão acerca desta temática, os futuros profissionais possuirão uma formação sólida e integral, com intuito de contemplar a população idosa em suas diversas complexidades, e como resultado disso, ser garantido seus direitos de vida ativa, com qualidade e isentos de preconceitos.

## Referências Bibliográficas

- ALENCAR, D.L. de., Marques, A.P. de O., Leal, M.C.C., & Vieira, J. de CM (2014). Fatores que interferem na sexualidade de idosos: Uma revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19 (8), 3533-3542. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014198.12092013>.
- ALMEIDA, T., & Lourenço, M. (2008). Amor e sexualidade na velhice, direito nem sempre respeitado. *Revista Brasileira De Ciências Do Envelhecimento Humano*, 5(1). <https://doi.org/10.5335/rbceh.2012.104>.
- ALTMANN, H. (2003). Orientação sexual em uma escola: recortes de corpos e de gênero. *Cadernos Pagu*, 281-315. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332003000200012>.
- ANDRADE, J., Ayres, J.A., Alencar, R.A., Duarte, M.T.C., & Parada, C.M.G de L. (2017). Vulnerabilidade de idosos a infecções sexualmente transmissíveis. *Acta Paulista de Enfermagem*, 30, 8-15. <https://doi.org/10.1590/1982-0194201700003>.
- BARROSO, R. F. F.. (2007). A Universidade e as políticas públicas de saúde. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 16(Texto contexto - enferm., 2007 16(3)), 371-372. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072007000300001>.
- BORTOLETTO, G. E. (2019). LGBTQIA+: identidade e alteridade na comunidade. *São Paulo: USP*. [https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/guilherme\\_engelman\\_bortoletto.pdf](https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/guilherme_engelman_bortoletto.pdf).
- BORTOLOZZI, A. C., & Netto, T. de C. R. (2020). Saúde sexual e envelhecimento: revisão da literatura e apontamentos para a Educação Sexual. *Revista Ibero-Americana De Estudos Em Educação*, 15 (esp4), 2699-2712. <https://doi.org/10.21723/riaee.v15iesp4.14516>.
- BURIGO, G. da F., Fachini, IH, Garetti, B., Streicher, CCI, & Rosa, RS (2015). Sexualidade e animais detidos a animais sexualmente transmissíveis. *CuidArte, Enferm*, 148-153. <http://fundacaopadrealbino.org.br/facfipa/ner/pdf/Revista%20CuidArt%20-%20Jul%20-Dez%202015.pdf>.
- CACERES Gonçalves, M., & Peres Gonçalves, J. (2021). GÊNERO, IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL: conceitos e determinações de um contexto social. *Revista Ciências Humanas*, 14(1). <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2021.v14.n1.a600>.
- CAMPÊLLO, L. de O. S., & Souza, R. B. de. (2019). A Importância de políticas públicas de acesso à informação científica: contexto social contemporâneo. *Revista Fontes Documentais*, 2(2), 55-68. Recuperado de <https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/fontesdocumentais/article/view/440>.
- CARVALHO, R.E. Cartografia do trabalho docente na e para a educação inclusiva. *Revista @mbienteeducação*, v. 1, n. 2, 2008. <https://doi.org/10.26843/v1.n2.2008.586.p%25p>
- CREMA, I. L., & Tilio, Rafael De. (2021). Gênero e sexualidade nas relações íntimas: interpretação e vivências de mulheres idosas. *Psicologia: teoria e prática*, 23 (2), 1-22. <https://dx.doi.org/10.5935/1980-6906/eP-TPSP12948>.
- DARDENGO, C. F. R., & Mafra, S. C. T. (2019). Os conceitos de velhice e envelhecimento ao longo do tempo: contradição ou adaptação?. *Revista De Ciências Humanas*, 18(2). Recuperado de <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/8923>.

- DE SOUZA Júnior, E. V., Santos, G. da S., Brito, S. de A., Therrier, S., Reis Siqueira, L., & Okino Sawada, N. (2022). Assessment of Sexuality and Frailty in Older Adults Living in Northeast Brazil. *Aquichan*, 22(1), 1-19. <https://doi.org/10.5294/aqui.2022.22.1.8>.
- Estatísticas Sociais. (2018). Projeção da População 2018: número de habitantes do país deve parar de crescer em 2047. *Agenciadenoticias.ibge.gov.br*. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018-numero-de-habitantes-do-pais-deve-parar-de-crescer-em-2047>.
- FERNANDES de Araújo, L., & Pessoa Teixeira Carlos, K. (2018). Sexualidade na velhice: um estudo sobre o envelhecimento LGBT. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 8(1), 218-237. Recuperado de <https://revista.psico.edu.uy/index.php/revpsicologia/article/view/447/360>.
- FERREIRA, S. R. da S. (2021). A respeito da categoria (trans/cis) gênero: a representação da identidade de gênero e a cisgeneridade compulsória. *Revista Eco-Pós*, 24(3), 355-380. <https://doi.org/10.29146/ecopos.v24i3.27576>.
- GOMES de Jesus, J. (2014). Gênero sem essencialismo: o feminismo transgênero como crítica ao sexo. *Universidades Humanísticas*, 78 (78). Recuperado de <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/univhumanistica/article/view/6410>.
- GOVINDARAJU, T., Sahle, B., McCaffrey, T., McNeil, J., & Owen, A. (2018). Dietary Patterns and Quality of Life in Older Adults: A Systematic Review. *Nutrients*, 10(8), 971. <https://doi.org/10.3390/nu10080971>.
- JUNIOR, G. D. B. V., Bergamo, F. D., Martins, G. C., Rocha, T. B. X., Manzatto, L., Grande, A. J., ... & Leme, L. C. G. (2010). Qualidade de vida e capacidade de equilíbrio durante o processo de envelhecimento de mulheres praticantes de atividade física. *Revista Brasileira de Qualidade de vida*, 2(2). <https://doi:10.3895/S2175-08582010000200003>.
- LENARDT M.H, Carneiro N.H.K., Binotto M.A, Willig M.H., Lourenço T.M., & Albino J. (2016) Frailty and quality of life in elderly primary health care users. *Rev Bras Enferm*. v. 69, n. 03. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2016690309i>.
- LIMA, F.P.S de., Dutra, L.N.L., Novaes, L.F., Fernandes, IS., Brech, G.C., & Salles, RJ. (2022). Corpo temporal e sexualidade atemporal: um conflito na velhice. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 11 (9), e10811931519. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i9.31519>.
- MINICHIELLO, V., Rahman, S., Hawkes, G., & Pitts, M. (2012). Epidemiologia de IST na população idosa global: desafios emergentes. *Perspectivas em Saúde de Pública*, 132 (4), 178-181. <https://doi.org/10.1177/1757913912445688>.
- Ministério da Saúde (2022). Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). (2022). Recuperado 26 de outubro de 2022, de <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/i/infeccoes-sexualmente-transmissiveis-ist-1/infeccoes-sexualmente-transmissiveis-ist>.
- MONTE, C. F. do., Nascimento, L. C. do., Brito, K. P. S. S. de., Batista, A. S. de L., Ferreira, J. S., Campos, L. da S., Andrade, T. J. F. D., & Ferreira, A. F. (2021). Idosos frente a infecções sexualmente transmissíveis: uma revisão integrativa. *Brazilian Journal of Health Review*, 4(3), 10804-10814. <https://doi.org/10.34119/bjhrv4n3-095>.

- MOREIRA, W. C., Lago, E. C., Viana, M. R. P., Carvalho, A. R. B. de., Frota, B. C., & Pereira, P. S. L. (2015). Sexualidade e prevenção de IST e HIV/aids entre idosos usuários da estratégia saúde da família. *Revista Prevenção de Infecção e Saúde*, 1(3), 76-82. <https://doi.org/10.26694/repis.v1i3.3943>.
- MOTTA, L. B., Aguiar, A. C. Novas competências profissionais em saúde e o envelhecimento populacional brasileiro: integralidade, interdisciplinaridade e intersetorialidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, n. 2, p. 363-372, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/qH4TjMdsXc6DGF-cXQLyVymq/>>. Acesso em: 21 mar. 2023.
- NIEROTKA, R. P., Nicaretta, R. J., & Ferretti, F. (2020). Viver a velhice com HIV/AIDS. SAMPAIO, EC Envelhecimento Humano: desafios Contemporâneos. *Cidade: Editora Científica Digital*, 375-87. <https://downloads.editoracientifica.org/articles/201202397.pdf>.
- NOGUEIRA, C., & de Oliveira, J. M. (2010). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero*. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/64341/2/16034.pdf>.
- NOVAES, MRCCG, Motta, ML da, Elias, FTS, Silva, RE da, Silva, CCG da, Baliero, V. de AT, & Tenorio, M. (2019). Incentivos e desafios relacionados à condução da pesquisa científica, tecnológica e de inovação no âmbito do Sistema Único de Saúde no Distrito Federal, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24, 2211-2220. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018246.07932019>.
- Organização das Nações Unidas. (2020). População na terceira idade deverá duplicar até 2050 ultrapassando 1,5 bilhão. *ONU News*. <https://news.un.org/pt/story/2020/10/1728162>.
- SILVA, KCF, Pereira, TTJ, Ramos, ASMB, Souza, SBJ de, Lima, R. de A., Silva, DLS e, Alencar, YS de, & Souza, IBJ de. (2022). Relacionado à ocorrência de infecções sexualmente transmissíveis em fatores / Fatores relacionados à ocorrência de infecções sexualmente transmissíveis em idosos. *Revista Brasileira de Desenvolvimento*, 8 (4), 23224-23240. <https://doi.org/10.34117/bjdv8n4-033>.
- SOARES, KG., & Meneghel, S.N. (2021). O silêncio da sexualidade em idosos dependentes. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26 (1), 129-136. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020261.30772020>.
- SOUZA, C. L. D., Gomes, V. S., Silva, R. L. D., Silva, E. S. D., Alves, J. P., Santos, N. R., ... & Ferreira, S. A. (2019). Envelhecimento, sexualidade e cuidados de enfermagem: o olhar da mulher idosa. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 72, 71-78. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0015>.
- SOUZA, Edison Vitório de et al. (2021). Association between sexuality and quality of life in older adults. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*. v. 55 <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2021-0066>.
- SOUZA Júnior, E. V. D., Souza, C. S., Silva Filho, B. F. D., Siqueira, L. R., Silva, C. D. S., & Sawada, N. O. (2022). Função sexual positivamente correlacionada com a sexualidade e qualidade de vida do idoso. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 75. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0939pt>.
- VIEIRA, Kay Francis Leal. (2012). *Sexualidade e qualidade de vida do idoso: desafios contemporâneos e repercussões psicossociais*. 234 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6908>.

WANG, TF, Lu, CH, Chen, IJ, & Yu, S. (2008). Conhecimento sexual, atitudes e atividade de idosos em Taipei, Taiwan. *Journal of Clinical Nursing*, 17 (4), 443-450. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2702.2007.02003.x.4>.

World Health Organization. (2005). *Envelhecimento Ativo: Uma Política*. Retirado de [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento\\_ativo.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf).

Contribuições  
da extensão  
universitária  
voltadas à pessoa  
idosa



# Boas práticas de extensão universitária para pessoas idosas no Brasil

Silvia M. M. Costa <sup>1</sup>, Carmen Pineda Nebot<sup>2</sup>, Simone Martins<sup>3</sup>, Andreia Queiroz Ribeiro<sup>4</sup>

## Resumo:

As evidências do aumento do número de pessoas idosas indicam uma demanda de iniciativas e espaços inclusivos do grupo etário que mais cresce no Brasil e enfrenta desafios para a continuidade de sua participação na sociedade. Estudos mostram que o desenvolvimento humano ocorre a todo tempo e a capacidade de “aprendizagem ao longo da vida” permanece ativa sem interrupção. Paralelamente ao modelo de universidade aberta às pessoas idosas, os programas de extensão universitária oferecem oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem que unem o prosseguimento da participação de pessoas idosas na sociedade e a convivência em geral e entre gerações. Este capítulo traz exemplos dessas boas práticas.

73

## Introdução

Para além dos dados demográficos, nossa percepção indica um maior número de pessoas idosas em nosso convívio nos mais diversos ambientes do cotidiano. O fato de criarmos uma legislação para estabelecer prioridade para pessoas de 60 anos e mais sinaliza um novo cenário social, povoado por uma quantidade crescente de pessoas idosas. Soma-se a isso, nova legislação (Brasil, 2017) definidora de prioridade para a faixa etária a partir dos 80 anos, em relação ao grupo que vai dos 60 aos 79 anos.

Com o aumento do número de pessoas idosas no país, nossa sociedade se depara com uma vida diferente da conjuntura anterior, quando a quantidade de crianças e jovens ultrapassava a população envelhecida. A significativa extensão da longevidade é uma conquista social recente, intensificada, no

1 Grupo de Pesquisa Espaços Deliberativos e Governança Pública (GEGOP)/CNPq

2 Grupo de Pesquisa Espaços Deliberativos e Governança Pública (GEGOP)/CNPq

3 Grupo de Pesquisa Espaços Deliberativos e Governança Pública (GEGOP)/CNPq Universidade Federal de Viçosa

4 Grupo de Pesquisa Espaços Deliberativos e Governança Pública (GEGOP)/CNPq, Grupo de Estudos e Práticas em Envelhecimento, Nutrição e Saúde (GREENS), Universidade Federal de Viçosa

Brasil, a partir dos anos 1940. Ainda ligada ao passado, a sociedade atual está voltada para a juventude – embora os números de jovens estejam em franca redução (Brasil, PNAD, 2016)<sup>5</sup>. Nesse contexto, a juventude simboliza um estilo de vida e um estado de espírito relacionados a certa fase da vida, mais do que uma referência numérica de idades, influenciando algumas formas de nomear pessoas idosas que não correspondem a uma velhice, como por exemplo, associada ao declínio.

A conquista de viver mais anos traz também desafios. Envelhecer no Brasil significa lidar com o papel estipulado pela sociedade para quem alcança a velhice, originado por representações fluidas ao longo das décadas que, porém, mantêm um aspecto comum: a associação da pessoa idosa a um ócio pós-aposentadoria, ao declínio das capacidades funcional e produtiva e à inutilidade.

A demarcação da idade cronológica para o início da velhice é arbitrária e socialmente construída nas diferentes épocas e espaços geográficos. No século XX, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estabeleceu como as pessoas idosas com 60 anos e mais - para países em desenvolvimento-, e fixou 65 anos e mais - para a população de países desenvolvidos. Em relatório sobre envelhecimento e saúde (OMS, 2015) a OMS coloca em discussão a existência de faixas etárias dentro da faixa etária correspondente às últimas décadas da vida, que começariam aos 60 anos. No relatório, para a OMS, a pessoa idosa de 70 anos **seria** (grifo nosso) uma nova pessoa idosa de 60 anos, por estar, comparativamente, em melhor situação de saúde do que seus pais ou avós quando tinham essa idade. A OMS dá título a esse debate, como sendo uma suposição: “70 não é o novo 60 – mas poderia ser” (p. 9), por considerar que “os adultos maiores de 70 anos de hoje estão em melhor posição para se defenderem sozinhos e, portanto, há menos necessidade de ação política para ajudá-los.”

Segundo Guita Debert em *A reinvenção da Velhice* (1999, p. 67),

A concepção de velhice como um conjunto de perdas foi fundamental para a legitimação de direitos sociais. Entretanto, as novas imagens do envelhecimento, na luta contra os preconceitos, tratam de acentuar os ganhos que o avanço da idade traz.

<sup>5</sup> A taxa de fecundidade vem diminuindo drasticamente desde meados do século passado. Enquanto uma mulher teve em média 6,15 filhos em 1950, o número de filhos por mulher caiu para 2,39 em 2000. Hoje, com uma taxa de 1,77 filhos por mulher, a taxa já está abaixo do nível de reposição (2,1 filhos por mulher) e continuará caindo para 1,50 filhos por mulher até 2050. O aumento da esperança de vida nos últimos anos se deve, em grande parte, pela diminuição nos níveis de mortalidade nos idosos a partir dos 70 anos e nas crianças abaixo de 1 ano de idade. (Brasil, PNAD, 2016, p. 20)

Em consonância com o questionamento da OMS sobre os 70 anos serem os novos 60, Debert, em outra publicação (1999, p.7), analisa a abordagem dos signos do envelhecimento que nos leva a designações, como “terceira idade”, “nova juventude”, “idade do lazer”. E, aqui, acrescentamos outras em voga: “melhor idade”, “envelhescência”, “alargamento da meia idade”; além do disfarce da idade ao incluir nela um ponto, como, por exemplo, 6.0 – prática das tecnologias da informação para denominar melhorias em versões tecnológicas.

Debert pressupõe uma “invenção da terceira idade” como experiência de envelhecimento que não se restringe a indicadores apenas referentes ao prolongamento da vida na sociedade atual e que parte do princípio de que há grupos de pessoas aposentadas influentes, em vista da boa saúde demonstrada, da independência financeira e de outras evidências que atendem às expectativas de que esse período da vida seja pleno de realizações e satisfação pessoal (Debert, 1999, p. 77).

Birman (2015) considera que o surgimento de termos como “terceira idade”, entre outros eufemismos, pode significar uma tentativa de escapar a estereótipos que funcionem como preconceitos ao inverso. O autor entende que a imagem da velhice passou por transformações, deixando de representar “o fim da vida e a expectativa da morte iminente”, para indicar não apenas um “tempo outro” da vida, como também a inserção social e a experiência existencial. Birman estima que “por essa transformação relevante, a velhice perdeu a marca de ser uma ‘negatividade’ em si mesma para se tornar uma ‘positividade’, de fato e de direito.” (p. 4). A dimensão numérica das idades faz parte de uma organização administrativa da sociedade e contribui apenas parcialmente para a compreensão de quem são as pessoas idosas. Para Camarano (2004, p.11), a conceituação de pessoa idosa vai mais além do que a simples determinação de idades-limite biológicas, vinculando-se ao aumento da esperança de vida e às transformações sociais daí decorrentes.

A forma de falar sobre as pessoas idosas mostra preconceitos que nos fazem usar palavras que não lembram que a idade chegou. Ademais, as pessoas idosas percebem que os outros não olham muito para quem tem idade, como se fosse melhor nem olhar - para não ver as marcas da velhice - o estigma: rugas; manchas na pele; cabelo grisalho ou careca; às vezes um andar mais lento, tudo o que lembra que a pessoa pode estar mais perto da morte. Os estereótipos também são fatores de rejeição à idade, como o hábito de pessoas que acham que precisam proteger as pessoas idosas tratando-os no diminutivo como se fossem crianças. Preconceito, estigma e estereótipos são materializados em atos de discriminação etária, que devem ser evitados.

Nesse sentido, a velhice vem sendo associada à estagnação, como se um “início” dessa fase da vida fosse indicativo da interrupção do desenvolvimento das pessoas, não havendo mais o que aprender nem novas perspectivas de trajetória pessoal ou profissional. Podemos até dizer que a fase é interpretada como o momento de “espera da morte” – tal o isolamento social decorrente da rejeição ao envelhecimento.

Entretanto, a multiplicação de ações e projetos voltados às pessoas idosas revela as possibilidades de desenvolvimento humano em qualquer época da vida, especificamente durante a velhice. Sendo desenvolvimento humano conceituado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2015, p. 5) como “processo de ampliação da liberdade de escolha das pessoas, com relação às suas capacidades e às oportunidades a seu dispor, para que elas possam viver conforme desejam”. Conceito surgido no primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano, publicado em 1990, partindo de uma definição simples: “o desenvolvimento significa alargar as escolhas humanas atribuindo maior destaque à riqueza das vidas humanas, e não, de forma redutora à riqueza das economias.”

Muitas das inúmeras iniciativas disponíveis para as pessoas idosas visam à continuidade de seu desenvolvimento, em diversas formas, com diferentes ofertas nascidas da demanda das pessoas idosas ou da idealização de instituições. Certamente, as pessoas idosas influenciam as oportunidades que determinam e transformam suas vidas. Alguns autores referem uma “lazerização” da velhice, como se as iniciativas fossem constituídas de pura diversão, na direção contrária da busca das pessoas idosas por fontes de ampliação de conhecimento e de socialização, como oferecidas pelas universidades.

A busca de diversão é parte do desenvolvimento humano, não é o único objetivo. Junta-se às práticas culturais, como cinema, teatro, ballet, circo, dança, enfim, oportunidades de fruição estética que ultrapassam a diversão, embora também resultam em divertimento. Este tópico requer amplo debate, não fazendo parte deste trabalho, mas recomendado para estudos futuros.

## **A Extensão Universitária para a População Idosa**

A aprendizagem ao longo da vida é uma filosofia, um marco conceitual e um princípio organizador de todas as formas de educação, baseada em valores inclusivos, emancipatórios, humanistas e democráticos que está pautada nos pilares da aprendizagem: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver (UNESCO, 2009). Essa ideia de educação permanente começa a se consolidar no mundo a partir dos relatórios sobre edu-

cação elaborados pela UNESCO, nos anos 1972<sup>6</sup>-1993, e os fundamentos da perspectiva *lifespan*<sup>7</sup> em psicologia. Provocando também mudanças no paradigma sobre a velhice.

Muitos autores consideram que a educação e a formação são grandes aliados do envelhecimento ativo e de uma velhice considerada mais positiva e inclusiva (Jacob, 2015). Para Cachioni e Neri (2004), a educação torna-se um meio de progresso dos indivíduos em todas as idades e grupos sociais. No caso das pessoas idosas a educação permite a sua integração e participação na sociedade através de novas aprendizagens que oportunizam a manutenção da funcionalidade, flexibilidade e ganhos evolutivos que estão associados à velhice bem-sucedida. Segundo Marques e Pachane (2010) a educação é tanto um direito da pessoa idosa como um espaço privilegiado para a conscientização, tornando-se um dos pilares para a construção de sua cidadania. É preciso entender estes sujeitos em suas peculiaridades, o que não remete apenas a uma questão de especificidade etária, mas a uma questão de especificidade cultural.

O termo gerontologia educacional foi usado pela primeira vez em 1970, na Universidade de Michigan, por David Peterson, no contexto de um curso de doutorado em gerontologia. Em 1976, esse autor definiu-a como a área responsável pelo estudo e pela prática das tarefas de ensino a respeito de orientação a pessoas envelhecidas e em processo de envelhecimento. Em 1980, o mesmo autor refez sua definição, acrescentando que a gerontologia educacional é a tentativa de aplicar o que se conhece sobre a educação e o envelhecimento em benefício da melhoria da vida das pessoas idosas. Ele fez uma classificação dos conteúdos da gerontologia educacional: 1) Educação para as pessoas idosas se constitui de programas educacionais voltados a atender às necessidades da população idosa, considerando as características desse grupo etário. 2) Educação para a população em geral sobre a velhice e as pessoas idosas envolvem programas educacionais que possibilitam à população mais jovem rever seus conceitos sobre a velhice; e, as pessoas idosas, rever o seu próprio processo de envelhecimento. 3) Formação de recursos humanos para o trabalho com as pessoas idosas: ocorre através da capacitação técnica de profissionais e da formação de pesquisadores.

6 Em 1972 a UNESCO inaugurou a temática Educação Permanente por meio do Relatório "Aprender a ser".

7 Em meados dos anos 1970, surge um novo paradigma acerca do desenvolvimento ao longo da vida (*lifespan*) proposto por um grupo de reconhecidos acadêmicos, entre eles, Paul B. Baltes, K. Warner Schaie, James Birren, Bernice Neugarten, Klaus Riegel e Matilda Riley, que enuncia o envelhecimento como um processo que não implica, necessariamente, em doenças e isolamento, e que a velhice, como fase do desenvolvimento humano permite não só a ocorrência de perdas, mas também de ganhos. A educação é apontada como otimizadora das competências.

Ainda em torno de 1973, Pierre Vellas cria em Toulouse (FRA) a primeira “Universidade da Terceira Idade” (UnTI)<sup>8</sup>. Essas iniciativas foram se desenvolvendo e se disseminando pela Europa, principalmente em universidades da Alemanha, Suíça, Polônia e Espanha. Os objetivos eram tirar as pessoas idosas do isolamento e propiciar-lhes saúde, energia e interesse pela vida, bem como modificar sua imagem (Uchoa, 1997; Lemieux, 1995; Lefèvre, 1993).

Existem hoje dois grandes modelos de organização das UnTIs: o modelo francês ou continental e o modelo inglês ou britânico. Para Posadas (2016), o modelo inglês é visto como *bottom-up*, em que os docentes normalmente não são professores universitários, mas pessoas idosas com habilidades específicas no conteúdo transmitido, enquanto o francês é *top-down*, funcionando como extensão da universidade regular, preocupada com a participação e o desenvolvimento dos programas, oferecendo infraestrutura, instalações e recursos didáticos utilizados pelos docentes. O fato mais relevante para Jacob (2015) é que as UnTIs são universidades “da” Terceira Idade em vez de Universidades “para a” Terceira Idade. Os seniores podem desempenhar nestas organizações até três papéis em simultâneo: alunos, professores e dirigentes.

Na América Latina, a UnTI pioneira foi, em 1983, a Universidad Abierta Uruguay (Uni 3 Uruguay)<sup>9</sup>, com sede em Montevideu. Ela alicerçou-se no modelo francês e as suas ações foram estendidas aos demais países sul-americanos (Gomes; Loures & Alencar, 2004). Ainda que os modelos apresentem variações determinadas por características históricas, políticas e culturais, mesmo localizando-se em um mesmo país, há diferenças determinadas pela estrutura da instituição, por exemplo, se é pública ou privada. No Brasil, desde a década de 1980, as universidades cederam espaço às UnTI, tanto à população idosa como a profissionais interessados no envelhecimento. Em 1990, a Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas (SP) cria a Universidade da Terceira Idade da PUC-Campinas, baseada no modelo francês, que para Veras e Caldas (2004) foi a primeira divulgada no cenário nacional e, por isso, o marco para consolidar novos projetos (Pacheco, 2006). Nos anos de 1990, aumentou o número de UnTI nas universidades brasileiras. Para Alencar e Carvalho (2009, p. 439), as UnTI no Brasil são balizadas como “Unatis francesas de segunda geração”, pela força em pesquisa gerontológica, isto é, “por meio de programas de educação continuada, educação em saúde e trabalho comunitário”, contribuindo aos programas de terceira idade os brasileiros usarem o modelo francês centrado na educação permanente (PACHE-

8 Essas instituições focam no crescimento pessoal da pessoa idosa e no modo como eles se desenvolverão de forma livre e autônoma no desempenho de seus papéis na sociedade (Aiuta, 2020), sendo reconhecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial da Saúde (OMS) e outras organizações internacionais (Arruda, 2007).

9 A UNI 3 Uruguay era uma universidade aberta que funcionava independentemente, sem vínculo com nenhuma universidade tradicional.

CO, 2006). Em 2012, falava-se em mais de 200 programas dessa natureza em instituições de ensino superior, mas a maioria como projetos de extensão (Cachioni, 2012). Cabe destacar que estes programas possuem diferentes denominações e seguem modelos pedagógicos diversos, mas têm propósitos comuns como promover o resgate da cidadania e da autoestima; incentivar a autonomia, a independência, a autoexpressão e a reinserção social em busca de um envelhecimento bem-sucedido; e rever os estereótipos e os preconceitos com relação à velhice (Veras e Caldas, 2004a). Nesse cenário, há espaço de ampliação das UnTI uma vez que a tendência de inversão da pirâmide demográfica é real<sup>10</sup>. Consolidado o modelo de UnTI e garantida sua expansão, recomenda-se que a oferta de novos espaços siga as características da região em que está inserida (Silva, Silva e Rocha, 2017).

As UnTIs coexistem com outro potente empreendimento educacional da sociedade voltado à educação e desenvolvimento das pessoas idosas: a extensão universitária. Componente do tripé da educação universitária – ensino, pesquisa e extensão – a extensão universitária integra a “matriz curricular” e a organização da pesquisa, de modo interdisciplinar e com uma missão transformadora junto à sociedade. (Brasil, 2018, p. 1.)

## A educação a serviço do envelhecimento ativo

A antiga relação da universidade com a sociedade nos remete ao diálogo entre problemas sociais e problemas de pesquisa agregados aos interesses de cientistas e pesquisadores na busca de saberes indicadores de soluções, ou não, para os problemas que requerem reflexão e apresentação de resultados, em geral provisórios e sujeitos a novos estudos.

As iniciativas de Extensão Universitária se constituem como formas e metodologias de educação não-formal, de duração variável, sem diplomação vinculada a aprovação/reprovação, que fortalecem o currículo das graduações e são oferecidas em diversas modalidades, como cursos teóricos e/ou práticos, eventos acadêmicos, com objetivos de atualização, aperfeiçoamento e/ou qualificação, visando atender demandas da sociedade na interação com os grupos participantes.

Há alguns anos, preocupadas com o envelhecimento populacional, universidades brasileiras realizam iniciativas de Extensão Universitária voltada às pessoas idosas, bilateralmente com as pessoas idosas e a partir de pesquisas com a participação dessas pessoas idosas.

<sup>10</sup> No Brasil, há 18,9 mil universitários com idades entre 60 e 64 anos. Na faixa etária acima dos 65, o número é de 7,8 mil pessoas. Os dados incluem instituições públicas e privadas (Censo de Educação Superior de 2017).

Descrevemos aqui cinco iniciativas como ilustração de boas práticas de extensão universitária para pessoas idosas, alinhadas à Gerontologia Educacional (Jacob, 2015): (1) direcionada às pessoas idosas com o objetivo atender às demandas da população idosa, de acordo com suas características. (2) mobilização da população em geral sobre a velhice e o processo de envelhecimento inerente a pessoas de todas as idades. 3) preparação profissional para o trabalho com as pessoas idosas.

São descritas quatro experiências do Estado de Minas Gerais e uma experiência da cidade do Rio de Janeiro (Costa, 2019). De Minas Gerais, apresentamos as boas práticas para o envelhecimento realizadas na Universidade Federal de Viçosa (UFV), por três grupos de pesquisa de diferentes departamentos:

- Grupo de Pesquisa Espaços Deliberativos e Governança Pública (GE-GOP), vinculado ao Departamento de Administração e Contabilidade;
- Grupo de Pesquisa Risco social e Envelhecimento, vinculado ao Departamento de Economia Doméstica;
- Grupo de Estudos e Práticas em Envelhecimento Nutrição e Saúde (Greens), vinculado ao Departamento de Nutrição e Saúde.

Ainda de Minas Gerais, do município de Ponte Nova, a experiência da Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga (FADIP) que realiza relevantes projetos de extensão com pessoas idosas.

No Rio de Janeiro, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) desenvolve dois programas com diversas ações para as pessoas de 50 anos.

## **UFV – Programa de Envelhecimento Ativo**

Surgido a partir da observação do processo de envelhecimento na Comunidade do Beco situada no município de Ponte Nova, Minas Gerais, o programa de extensão para o envelhecimento ativo foi concebido e implantado com a realização de pesquisa qualitativa, ações e eventos para identificar a situação das pessoas idosas ali residentes; para realizar o diagnóstico participativo no Conselho de Direitos da Pessoa Idosa, e para sensibilizar o poder público para a inserção da política de envelhecimento ativo na agenda pública. Ações,



eventos e reuniões foram espaços de escuta, de troca de experiências, de socialização e convivência intergeracional.

À frente do programa, estiveram professores e estudantes do Grupo de Pesquisa Espaços Deliberativos e Governança Pública (GEGOP), vinculado ao Departamento de Administração e Contabilidade e ao Departamento de Nutrição e Saúde, ambos da UFV.

Moradores, especialmente moradoras – em sua maioria, passaram a uma postura proativa e demandada que levou o Prefeito de Ponte Nova a tomar conhecimento e se engajar no movimento gerado pelas atitudes das pessoas idosas da Comunidade do Beco. O Conselho de Direitos da Pessoa Idosa teve a oportunidade de acompanhar e apoiar as ações. A gestão pública local instituiu uma agenda pública para o envelhecimento ativo. Como desdobramento, Ponte Nova aderiu a um programa federal de políticas públicas para o envelhecimento ativo e foi o primeiro município a receber uma premiação.

A história desse programa é documentada na publicação *Envelhecimento Ativo: das ações à política*, que teve como principal estímulo o grande envolvimento da Comunidade do Beco, que foi protagonista de um novo olhar para o envelhecimento no município de Ponte Nova (Martins; Ribeiro, 2018).

## UFV - Faces do Envelhecimento em Viçosa

A pergunta de pesquisa “como é envelhecer em Viçosa?” desencadeou uma série de iniciativas nos professores e alunos do Grupo de pesquisa Risco Social e Envelhecimento, vinculado ao Departamento de Economia Doméstica.

As pessoas idosas participantes são frequentadores do “Programa Municipal da Terceira Idade (PMTI)” - política pública da Prefeitura de Viçosa com o apoio da Universidade Federal de Viçosa - e do “Clube da Vovó” - uma iniciativa particular de uma cidadã viçosense. As faces das pessoas idosas de Viçosa participantes da iniciativa estão em um livro contendo histórias de vida, fotos e a percepção de cada um sobre como é envelhecer na cidade.

Além do livro, a iniciativa gerou os eventos “I Encontro Mineiro sobre Envelhecimento e Risco Social – a face da velhice: uma discussão necessária” e o “II Encontro Mineiro sobre Envelhecimento e Risco Social – a cultura do cuidado, a insuficiência familiar e o risco social no envelhecimento”. Também foi produzido um livro acadêmico sobre os temas discutidos nos eventos.

## UFV - Envelhecimento, Nutrição e Saúde

Muitas pessoas idosas sabem cozinhar e prover uma alimentação saudável, tendo a consciência do valor nutricional da comida que preparam. O reconhecimento de que essa consciência pode ser ampliada e resgatada no contexto das inúmeras mudanças que ocorrem com o envelhecimento, trazendo ainda maiores benefícios à saúde, foi a base do Programa de Extensão Interdisciplinar: Estratégias e Ações com Vistas a Contribuir para o Envelhecimento Ativo. O programa desenvolve oficinas para produção e degustação de receitas com intercâmbio de conhecimentos das pessoas idosas e dos condutores das oficinas, para promover mudanças no comportamento alimentar e construir uma visão da alimentação como oportunidade de criação e fortalecimento de vínculos.

Para a efetivação do Programa, o Grupo de Estudos e Práticas em Envelhecimento Nutrição e Saúde (Greens) coloca em campo seus professores e estudantes em um trabalho que evidenciou haver chegado a hora de pensar que a alimentação contribui sim, para o controle e/ou prevenção de doenças crônicas que podem ocorrer durante o processo de envelhecimento, mas também faz parte da necessidade do prazer pelo sabor e pela memória afetiva. Além disso, é profundamente marcada por histórias, trajetórias, símbolos e significados, que podem ser resgatados e compartilhados em espaços de convívio, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos sociais

Na última edição em que participaram pessoas idosas do Programa Municipal da Terceira Idade (PMTI) e da Comunidade do Beco, esses tiveram a oportunidade de experienciar atividades de educação alimentar e nutricional em um contexto ampliado de promoção da saúde, pois além de aprimorarem o autocuidado em relação às doenças crônicas por meio da alimentação, ressignificaram a alimentação pelas memórias afetivas dos hábitos alimentares passados, pelo estímulo ao ato de cozinhar e de comer em companhia.

## Relações empáticas em universidade de Ponte Nova

Durante o estágio curricular de fisioterapia da Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga (FADIP), os alunos conceberam e manufaturaram produtos para reabilitação de pessoas idosas de baixa renda atendidos em Unidades Básicas de Saúde (UBS), do município de Ponte Nova. A FADIP tem sede em Ponte Nova, MG.

Os produtos usados no cotidiano do atendimento foram objeto de exposição na “III Semana da Farmácia”, promovida para cursos da área da saúde da Faculdade Dinâmica e de outras instituições e profissionais farmacêuticos de Ponte Nova e região. O conhecimento sobre a velhice foi discutido na confe-

rência “Eu jovem! Não me preocupo em envelhecer?”.

Houve grande destaque para a experimentação de relações empáticas em duas estratégias: (1) a roupa simuladora da velhice e (2) o exercício de imaginação da velhice.

## **PUC Mais de 50 na cidade do Rio de Janeiro**

Pessoas idosas da Zona Sul do Rio de Janeiro foram consultadas em pesquisas, expressando suas demandas de cursos e atividades a serem realizados para eles, idealizados conjuntamente com os professores. O Laboratório de Design, Memória e Emoção (LABMEMO) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) planejou com os participantes as ações baseadas em Design e Envelhecimento organizadas em eixos temáticos. Além da programação de extensão, o envelhecimento foi estudado em projetos de disciplinas curriculares e gerou o estágio para pessoas idosas na graduação - Programa de Iniciação Científica e Tecnológica Sênior (PICT-Sênior).

## **Análise e Considerações Finais**

É importante reconhecer que são muitos os desafios para a naturalização da velhice; valorização e promoção do envelhecimento ativo, saudável e cidadão; para alcançar o respeito entre as diferentes gerações; e, essencialmente, para o fortalecimento da política da pessoa idosa em nosso país.

Diante da atual pandemia da Covid-19, fica evidente a necessidade de se rever a política de saúde fiscal, que acabou fragilizando a capacidade da administração pública de responder às demandas urgentes da população que depende do SUS e do SUAS, especialmente a população idosa, colocando em risco a saúde humana.

As universidades são campos férteis de proteção ao estado de direito e de geração de conhecimento com vistas à transformação social. Há que se reconhecer que a extensão universitária é o que “permanente e sistematicamente convoca a universidade para o aprofundamento de seu papel como instituição comprometida com a transformação social, que aproxima a produção e a partilha de conhecimento de seus efetivos destinatários, cuidando de corrigir, nesse processo, as interdições e bloqueios, que fazem com que seja assimétrica e desigual a apropriação social do conhecimento, das ciências, das tecnologias” (De Paula, 2013, p.6).

No estado brasileiro, marcado por profunda desigualdade e falta de serviços e equipamentos básicos para a população, a extensão universitária se apresenta como alternativa à promoção de saúde e inserção social da população idosa, fortalecimento de vínculos e oportunidades de aprendizagem e aperfeiçoamento. Nesse contexto, é fundamental que ela se concretize por meio de ações pedagógicas dialógicas, que compreendam as pessoas idosas como protagonistas do processo (Freire, 1979).

Os exemplos aqui apresentados são demonstrações claras das possibilidades de alcance de ações verdadeiramente extensionistas, que se utilizaram de projetos educativos, culturais e científicos, para (re)significar e qualificar a vida das pessoas idosas e influenciar a agenda pública.

A importância das ações extensionistas, aqui destacadas, está na possibilidade de promover mudanças em três públicos. A transformação pessoal das pessoas idosas (que participaram dos diferentes projetos), contribuindo para que as próprias pessoas idosas recuperem a sua autonomia, autoestima, dignidade e autoconfiança e se tornem agentes de transformação social. A transformação dos estudantes, que têm a oportunidade de construir uma visão positiva da velhice, a partir de uma perspectiva de desenvolvimento humano. Por último, a influência na agenda da própria universidade, que tem a oportunidade de pautar o envelhecimento e a velhice como temas prioritários de suas ações. Essa contribuição concreta da universidade agrega valor significativo ao seu papel na sociedade, sendo instrumento emancipatório não apenas no ensino e na pesquisa – o que é tradicionalmente reconhecido, mas também na extensão.

## Referências

- AIUTA. ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS UNIVERSIDADES DA TERCEIRA IDADE (AIUTA, França). **Historique**. Disponível em: <<http://aiu3a.com/HISTORIQUE.html>>. Acesso em: 25 fev. 2020.
- ALENCAR, Maria do Socorro Silva; CARVALHO, Cecília Maria Resende Gonçalves de. O envelhecimento pela ótica conceitual, sociodemográfica e político-educacional: ênfase na experiência piauiense. **Interface: Comunicação Saúde Educação** v. 13 n.29, p. 435-444, abr./jun. 2009.
- ARRUDA, Ivan Eduardo de Abreu. Reflexões sobre o idoso e o programa Universidade da Terceira Idade. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, v. 4, n. 2, p.94-113, jul./dez. 2007.
- ASSIS, Marcella Guimarães; Dias, Rosângela Corrêa; Necha, Ruth Myssior. A universidade para a terceira idade na construção da cidadania da pessoa idosa. In ALCANTARA, A. O; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (org.). **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016
- Birman, Joel. **Terceira idade, subjetivação e biopolítica**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.22, n.4, out.-dez. 2015.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad): síntese de indicadores 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.466 de 12 de julho de 2017, Altera os arts. 3º, 15 e 71 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.
- Brasil. Estatuto da Pessoa Idosa. Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003. Brasília: Senado Federal, 2003.
- CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO Maria Tereza. “O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas.” In: CAMARANO, Ana Amélia (org). **Novos idosos brasileiros. Muito além dos 60?** Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 2004. p. 253-292.
- CACHIONI, M. (2012, dez.). **Universidades Abertas à Terceira Idade como contextos de convivência e aprendizagem: implicações para o bem-estar subjetivo e o bem-estar psicológico**. Revista Temática Kairós Gerontologia, 15(7), 23-32. Online ISSN 2176-901X. Print ISSN 1516-2567. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP.
- CACHIONI, M. y NERI, A. L., Educação e velhice bem-sucedida no contexto das universidades da terceira idade. In: A. L. Neri & M. S. Yassuda (Orgs), **Velhice bem-sucedida** (pp. 29-49). Campinas: Papyrus, 2004.
- COSTA, Silvia M.M. **Mais além da vida orgânica: a convivência como fator de prevenção do isolamento social dos idosos e de promoção da saúde**. 2019. 157f. Dissertação (Mestrado em Ensino em Biociências e Saúde). Instituto Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2019.
- DA SILVA, F.M.; DA SILVA, A.T.S. & DA ROCHA, R.A. “Onde estão as UnTI das universidades públicas federais do Brasil”. VII Colóquio Internacional de Gestão Universitária, Argentina, 22- 24 noviembre 2017.

- DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Edusp, 1999.
- DEBERT, Guita G. **Velhice e o curso da vida pós moderno**. REVISTA USP, São Paulo, n.42, p. 70-83, junho/agosto 1999.
- DE PAULA, João A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/5/pdf>
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 4º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GOMES, Lucy; LOURES, Marta Carvalho; ALENCAR, Josélia. Universidades abertas da terceira idade. **Revista Diálogos**, Taguatinga, v. 4, p. 84-94, 2004.
- JACOB, L. (2015). A educação e os seniores. Revista Kairós Gerontologia, 18 (n.º Especial 19), Temático: “Envelhecimento Ativo e Velhice”, pp. 81-97. ISSN 2176-901X. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP.
- LEFÈVRE. AIUTA - **Association Internationale des Universités du Troisième Age**. Bélgica: Louvian - la Neuvre, 1993
- LEMIEUX A. The university of the third age: role of senior citizens. **Educational Gerontology**, 21:337-344, 1995
- LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: MERLLIÉ, D. et al. **Iniciação à Prática Sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- LIMOEIRO, Beatrice Cavalcante. **Uma sociedade para todas as idades**: Centro Dia e Centro de Convivência para idosos em Campo Grande (Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: Gramma, 2017.
- Marques, D. T. & Pachane, G.G. “Formação de educadores: uma perspectiva de educação de idosos em programas de EJA”, **Educação e Pesquisa**, 36: 475-490, 2010.
- MARTINS, Simone & RIBEIRO, Andreia Queiroz (Orgs). **Envelhecimento ativo: das ações à política** [recurso eletrônico] Viçosa: IPPDS, 2018.
- MEDEIROS, Paulo Adão de; Azeredo, Marta Roseli de. **Políticas educacionais para a população idosa**: Uma análise sobre ações pedagógicas inclusivas em cursos de educação profissional no Sul do Brasil (2020 159 págs.355 372).
- Organização Mundial da Saúde (OMS). Relatório mundial de envelhecimento e saúde. OMS, 2015
- PACHECO, Jaime Lisandro. As Universidades Abertas à Terceira Idade como Espaço de Convivência entre Gerações. In: VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes; NERI, Anita Liberalesso; CACHIONI, Meire (Org.). **AS Múltiplas Faces da Velhice no Brasil**. 2. ed. Campinas (SP): Editora Alínea, 2006. Cap. 10. p. 223-250.
- POSADAS, Feliciano Villar. La generatividad en la vejez: implicaciones para el futuro de los Programas Universitarios para Adultos Mayores. In: OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva; SCORTEGAGNA, Paola Andressa; CURY, Mauro José Ferreira (Org.). **A velhice e o envelhecimento no contexto ibero-americano**. Cascavel (Pr): Edunioeste, 2016. p. 35-54.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2015**: o trabalho como motor do desenvolvimento humano. PNUD, Nova York, 2015.

Resolução CNE/CES 7/2018. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de dezembro de 2018, Seção 1, pp. 49 e 50. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

UCHOA L. **Como nasceu a Universidade da Terceira Idade**. Depoimento pessoal de Pierre Vellas, 1997.

UNESCO. Marco de Ação de Belém. Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos. Belém: UNESCO, 2009.

VERAS, Renato Peixoto; CALDAS, Célia Pereira. Promovendo a saúde e a cidadania do idoso: o movimento das universidades da terceira idade. **Ciência saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 423-432, jun.2004.

VERAS, R. P.; CALDAS, C. P. Promoting elderly health and citizenship: the U3A (University of Third Age) movement. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 2, p. 423-432, 2004a. (On-line).

# O projeto Arte de Cuidar: a experiência de ser velho e estar uma pessoa idosa à procura de uma outra suavidade

Bruno Vasconcelos de Almeida<sup>1</sup>, Amauri Carlos Ferreira<sup>2</sup>

## Resumo

Este capítulo tem sua origem na experiência do Projeto Arte de Cuidar: apoio psicológico às pessoas idosas residentes e trabalhadores de ILPIs mineiras, desenvolvido através de práticas de estágio e extensão da PUC Minas. Nele discute-se o “ser velho” e o “estar uma pessoa idosa”, ao abordar a experiência, a memória e problematizar a construção social da pessoa idosa, mantendo o tensionamento produzido no paradoxo enunciado. Nas práticas com pessoas idosas e trabalhadores, o projeto investiu, em uma perspectiva clínico-política, na singularização dos cuidados e na possibilidade de uma nova suavidade na relação com o velho/pessoa idosa. Com metodologias diversas e resultados significativos, o trabalho, até o momento, configurou um campo de atuação universitária gerador de práticas educativas com a pessoa idosa/velha e não para a pessoa idosa.

**Palavras-chave:** Velho. Pessoa Idosa. Arte de Cuidar. Cuidado. Suavidade.

## Introdução

A instauração da velhice ocorre em processos que demandam reflexões e ações. Por um lado, a velhice é uma etapa de um limite imposto aos sujeitos que nela chegam. Por outro, o modo como se envelhece nas condições socio-políticas e emocionais nesse ciclo da vida.

Para o primeiro processo, faz parte da condição de mortais para aqueles que chegaram a essa etapa e atingiram um *status*, seja ele bom ou não, um modo de se fazer pertencer a esse mundo. Uma resignificação do passado e um sentido de ainda estar nesse mundo configura o “ser velho”. Por outro lado, as condições de envelhecimento nas sociedades equivalem a um processo de condições políticas que tornam, a pessoa velha, uma pessoa idosa. Esses processos estão intimamente imbricados na configuração da velhice. Tanto um processo quanto o outro envolve projetos sociais que repercutem no modo de se fazer pertencer ao mundo nessa etapa provisória da existência.

1 Professor de Psicologia (PUC Minas). Pós-doutor em Filosofia (UFMG, 2016; UFMG, 2014). Doutor e Mestre em Psicologia Clínica (PUC-SP, 2010; PUC-SP, 2005).

2 Professor de Filosofia (PUC Minas e Ista). Pós-doutor em Educação (UFMG, 2009). Doutor em Ciências da Religião (Umesp, 2002). Mestre em Ciências da Religião (PUC-SP, 1995).



As escolhas de por projetos de longa duração, que envolvem a relação entre ser e estar velho/pessoa idosa na sociedade, indicam práticas pedagógicas intersubjetivas que são cruciais para deslindar, aprender e aprimorar aspectos psicossociais.

Este capítulo propõe apresentar o modo de conceber a pessoa velha/pessoa idosa, em especial aquelas que residem em instituições de longa permanência para idosos (ILPIs), a partir de uma relação que envolve o ato de cuidar do outro em uma escuta cuidadosa de experiências alheias. Uma prática que envolve o Projeto de Extensão Arte de cuidar: apoio psicológico às pessoas idosas residentes e trabalhadores de ILPIs mineiras, da PUC Minas, na relação de diversos sujeitos sociais que, ao perceber a pessoa nessa etapa de existir no mundo, institui um modo singular da construção social/educativa da velhice.

## **Das relações com a pessoa idosa: experiência e memória**

O mundo dos velhos, de todos os velhos, é de modo mais ou menos intenso, o mundo da memória. (Bobbio, 1997, p.300).

89

Estar velho e envelhecer com o outro parece não ser bom para ninguém. Pois isso implica refletir a condição humana daqueles que já estão instalados na velhice, aqueles que potencialmente a ela chegarão e as condições psicossociais de se estar nessa etapa da vida. Os limites da condição humana indicam as mudanças no corpo e no modo de perceber e significar o mundo. Essa etapa envolve todo um processo de cuidado com o corpo/mente, bem como um modo de proteção da pessoa.

Há entre nós, no modo de percepção dessa etapa, formas acalentadoras desse limite, de prevenção do processo de envelhecimento e das conquistas de políticas públicas para essa etapa.

A velhice é uma etapa tardia e é possível de não se chegar a ela. As contingências da vida podem antecipá-la de tal maneira que, para aqueles que nela chegam, ocorre a necessidade de pensar como se envelhece, as formas de se aproveitar dessa etapa, e refletir sobre direitos e deveres da pessoa nessa condição.

Assim, envelhecer é uma condição que desde sempre e, particularmente, para os gregos remonta-se a um processo de perda da vitalidade de existir no

tempo. Isso de tal maneira que o ideal era morrer jovem, ou seja, desfrutando de sua beleza e vigor. A velhice seria uma forma de ultraje à condição de mortais, a esses seres que podem não mais contemplar uma alvorada. A perda da forma (*morphé*) era sinal de que se perdeu a juventude (força e vigor). Isto é, “trata-se do velho sem força física, sem ímpeto, sem a juventude vigorosa e impossibilitado do manejo do escudo e do carro. É visto e vê a si mesmo como lamentável e destruído em sua pessoa”. (Gazola, 2011, p.124).

Se, por um lado, a condição da velhice no mundo antigo indicava esse peso, a compensação está na experiência vivida em um tempo, daí a prática de ensinamento aos mais jovens. Uma compensação pelo ato de narrar o acontecimento.

Desde Nestor e Príamo, da *Ilíada* de Homero aos contemporâneos, só é possível deixar registradas as práticas do que já foi: aprender a esculpir no tempo uma experiência digna de ser contada às gerações que chegam ao mundo. É uma vivência de uma singularidade inscrita na espécie humana.

Talvez a história e as lutas e conquistas sociais da pessoa, nessa etapa de vida, seja para que ela tenha condições de dizer de si, sobre si, para si. A necessidade de entender os quadros da velhice nas sociedades, e o modo como as singularidades que envolvem as escolhas e as contingências do estar velho, pressupõe explicitar o real nessa etapa da vida. Entender a velhice implica necessariamente pensá-la de forma universal, ou seja, ela poderá vir para qualquer um e de modo particular nas culturas, para identificar o modo como o velho é acolhido, percebido nas relações instituídas e construídas.

Em um processo de modificações físicas, e de modo geral para compreensão do modo universal da velhice na espécie humana, ocorrem transformações internas e externas. Zimerman aponta para essas modificações baseando-se em sua vivência com velhos caracterizando-as da seguinte maneira:

Modificações externas: as bochechas se enrugam; aparecem manchas escuras na pele (manchas senis); a produção de células diminui, a pele perde o tônus, tornando-se flácida; podem surgir verrugas; o nariz alarga-se, os olhos ficam mais úmidos; há um aumento na quantidade de pelos nas orelhas e no nariz; os ombros ficam mais arredondados; as veias destacam-se sob a pele dos membros, enfraquecem; encurvamento postural devido às modificações na coluna vertebral; diminuição de estatura pelo desgaste das vértebras.

Modificações internas : os ossos endurecem; os órgãos internos atrofiam-se, reduzindo seu funcionamento; os cérebro perde neurônios e atrofia-se, tornando-se menos eficiente; o metabolismo fica mais lento; a digestão mais difícil; a insônia aumenta, assim como a fadiga durante o dia; a visão de perto piora devido à falta de flexibilidade do cristalino; a perda de transparência (catarata, se não operada pode provocar cegueira; as células responsáveis pela propagação dos sons no ouvido interno e pela diminuição dos nervos auditivos degeneram-se; o endurecimento das artérias e seu entupimento provocam arteriosclerose; o olfato e o paladar diminuem. (Zimerman, 2005, p.p.21-22).

A esse quadro de modificações, que cotejam o universal presente na singularidade dos sujeitos, configura-se uma possível abertura para doenças. Há uma fragilidade inevitável da velhice com todos os avanços na área da saúde contemporânea e nas especialidades médicas para essa etapa da vida. “Estar velho” implica modificações corporais que afetam as relações sociais e psíquicas. A linha demarcatória entre o adulto e o velho está em aceitar limites de sua condição.

Como em cada cultura, essas modificações vão sendo acentuadas e passam a ser remediadas, buscando uma pausa que alivie sofrimentos espirituais e dores corporais, conviver com as limitações configura um modo singular das sociedades.

Na sociedade brasileira, percebe-se um envelhecimento ao longo dos anos, o que marca um perfil no modo de se fazer pertencer ao mundo e, ao mesmo tempo, uma virada na compreensão da velhice em sua condição de situação limite imposta pela etapa de vida. Há uma mudança de significação dessa etapa, que tem origem nos estudos da década de 1970.

Na década de 1970 tem início a ressignificação do discurso sobre o envelhecimento que vai conferir virtude e otimismo a todo o universo do envelhecer - medicina, ciência, indústria estética, produção acadêmica, políticas públicas e muito mais. A velhice, transmutada em terceira idade, que até então se confundia com um período sombrio, associado à debilidade física e ao fim da vida, passou a representar conforto, sociabilidade e autonomia para pessoas idosas, a partir dos anos 1970. (Cerqueira & Ribeiro, 2017, p.20).

Há uma configuração sobre a velhice construindo significações dicotômicas marcadas pela etapa da vida e a construção social da velhice, entendida como a pessoa velha (etapa da vida) e a pessoa idosa (construção social). Configuramos como processos marcados pela mesma urdidura, por isso estão imbricados. Neles estão associados os preconceitos, aceitação da condição limite do envelhecimento e o processo de institucionalização da pessoa velha. À medida que as melhores condições de vida avançam nessa etapa, tendo em vista as pesquisas na área da saúde e as reivindicações sociais, há uma tendência do processo de institucionalização da pessoa idosa, uma espécie de transferência da obrigação socioafetiva dos familiares para instituições cuidadoras da pessoa velha em locais públicos e privados.

As inúmeras transformações demográficas em diferentes povos e países resultaram na diminuição do número de filhos e em um novo desenho das práticas de cuidado no interior das famílias. Do ponto de vista das políticas públicas, as pontas frágeis da vida, isto é, crianças e velhos, passaram a dispor de cuidados sob responsabilidade pública, daí decorrendo diferentes formas de institucionalização.

A questão da institucionalização da pessoa idosa/velha é crucial na sociedade brasileira, quando se considera o aumento do envelhecimento da população e a formação valorativa da vida em suas etapas para as gerações mais jovens. Esse processo de terceirização da pessoa velha para instituições de pessoas idosas estabelece quadros sociais de compreensão da pessoa idosa nas relações intersubjetivas entre parentes e cuidadores. A fragilidade física da velhice tende a aumentar com a fragilidade socioemocional.

Um paradoxo se evidencia: a negação da velhice por parte das pessoas idosas e da sociedade com as melhores condições sociais e de serviços de saúde no atendimento à pessoa idosa. Tal paradoxo configura situações problemáticas e dilemáticas na figuração da pessoa nessa etapa.

Negar a velhice como etapa implica perder a dimensão de ser uma pessoa velha com todos os limites que essa etapa impõe, o que nos lembra histórias e memórias de velhos. Aqui destacamos a experiência de Norberto Bobbio quando atingiu os 80 anos, em sua experiência única da velhice como etapa:

A velhice é a última etapa da vida, representada como aquela da decadência, da degeneração, da parábola descendente de um indivíduo, mas também metaforicamente, de uma civilização, de um povo, de uma raça, de uma cidade. Dentro de uma visão cíclica é o momento no qual o ciclo termina. De fato o inverno é representado como um velho decadente que caminha com dificuldade sob a

neve... A vida do velho desenvolve-se em marcha lenta. São cada vez mais lentos os movimentos das mãos e dos dedos, o que torna difícil manejar instrumentos como o computador, no qual a agilidade dos dedos é indispensável para o aproveitamento de todo o seu potencial. É cada vez mais lento o passo: em meus breves passeios percebo (mas até pouco tempo atrás não percebia, quantos são os velhos que, como eu, se arrastam pelas ruas acompanhados muitas vezes de uma pessoa mais jovem, dando pequenos passos circunspectos, como se estivessem em uma estrada perigosa, cheia de obstáculos, e não em uma rua plana e bem pavimentada da cidade... Também as ideias demoram a surgir na cabeça. E quando surgem são sempre as mesmas. Que tédio! Não que o velho seja particularmente apegado às suas ideias. É que ele não tem outras. (Bobbio, 1997, p.47).

Refletir sobre a velhice e sobre a sua, em particular, marca uma compreensão do que se universaliza e o que está singularizado na percepção de mundo. A velhice é um dos temas universais, como nascimento e morte. O corpo que entra no mundo tende à dilaceração, à decadência. É possível conservá-lo? É possível ter uma outra ideia que não seja mais uma etapa do viver?

A figuração dada ao ser velho como forma de negação dessa etapa implica uma ação de preservação da saúde no adiar os limites do corpo, impondo um cuidado em uma derivação da ideia de cura ou de proteção do indivíduo. Na ideia de cuidado, impõe-se o curvar-se sobre o outro, para tentar curá-lo. A velhice não é uma doença ao fazer parte de uma etapa do viver e de ser próprio da condição de existir no mundo. Ela não tem cura. Por outro lado, a ideia de proteção conduz à dependência do outro. O reconhecimento de si, em seu limite do corpo, vivido em uma dependência de um outro, cuja contingência ainda não se hospedou.

Tanto uma condição como outra implicam entender socialmente e subjetivamente a pessoa idosa/velha em seu mundo de limitações e significações. A experiência e a memória atuam juntas em processos que demandam uma atitude de cuidado para com a pessoa velha/idosa.

De acordo com Norberto Bobbio (1997, p.17) “a velhice é um tema não acadêmico”. Já a pessoa idosa, sim. Há um hiato entre pesquisa, ensino e extensão que o Projeto Arte de Cuidar: apoio psicológico a idosos residentes e trabalhadores de ILPIs mineiras buscou e busca reverter. Ele inova uma prática pedagógica no que se refere ao ser e estar velho/pessoa idosa, através de uma escuta cuidadosa de seu público-alvo e dos diversos sujeitos sociais que atuam com a pessoa idosa, atento à escuta apurada das demandas do dizer de si e para si.

## Cuidado, suavidade e projeto

No começo, animais e humanos passam pelos mesmos estágios. Um recém-nascido sobreviveria sem cuidados? Não é preciso que seja protegido, cercado, falado, pensado, imaginado, para que possa realmente vir ao mundo? O que acontece quando a suavidade falta totalmente? O cuidado do pequeno mamífero por sua mãe é outro nome do envoltório daquilo que não acabou de crescer e está ameaçado em sua integridade. O estudo das primeiras ligações afetivas mostra que, tanto o corpo do bebê quanto o do animal, guardam na memória todas as intensidades (e todas as carências) que lhe foram concedidas. Todo comprometimento grave colocará em perigo, agora ou mais tarde, suas capacidades de sobrevivência. (Dufourmantelle, 2022, p.19).

No fim de 2019, a Organização Mundial de Saúde foi alertada da existência de casos de pneumonia na cidade de Wuhan, na China. A partir daí, o planeta vivenciou a pandemia de coronavírus (Covid-19), com milhares de contaminações, doentes e mortos. Os sistemas de saúde não estavam preparados para as demandas geradas na pandemia, em especial, na escala em que ocorreram. Os mais vulneráveis foram os primeiros atingidos.

Uma das demandas surgidas naquele momento indicava algo para além do combate ao coronavírus: a necessidade de replanejamento das políticas voltadas para a atenção da pessoa idosa. O número de óbitos de pessoas idosas, além da situação de desamparo, de maneira geral, em alguns países, disparava o alarme de uma preocupação global com o enfrentamento daquele momento.

Diante de alguns diagnósticos produzidos em grupos de pesquisa, a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) criou, por meio da atuação conjunta de docentes e discentes, o Projeto Arte de Cuidar: apoio psicológico a pessoas idosas residentes e trabalhadores de ILPIs mineiras, cujo objetivo inicial era precisamente promover apoio psicológico, de forma remota, a pessoas idosas e trabalhadores de instituições de longa permanência.

O cuidado às pessoas idosas objetivava reduzir os efeitos do isolamento determinado pelas autoridades sanitárias, buscando ao mesmo tempo promover saúde a partir das interações entre as pessoas idosas, os trabalhadores e estudantes universitários. O início, cercado de temores, foi marcado pelas dúvidas acerca da viabilidade do trabalho remoto, com as tecnologias dispo-

níveis naquele momento, principalmente com as pessoas idosas. Mas, para surpresa geral, foi superado com a adesão das pessoas idosas e o esforço dos trabalhadores das inúmeras instituições participantes.

O Arte de Cuidar, projeto envolvendo estágios comunitários e práticas extensionistas, se desdobrou para outras linhas de atuação como o direito de ser cuidado e o direito da pessoa idosa, a formação dos trabalhadores da área, a urgente necessidade de planejamento de políticas públicas voltadas para a pessoa idosa, o olhar atento às cidades despreparadas para o envelhecimento e outras, de forma que a atuação demandou das equipes pesquisa, qualificação e criatividade.

Para que fique claro para o leitor, as atividades do Arte de Cuidar consistem no acolhimento e apoio psicológico às pessoas idosas e trabalhadores da área; no acompanhamento terapêutico *online*, em uma multiplicidade de atendimentos; na leitura e contação de histórias; na realização de grupos temáticos; na realização de oficinas de música, tapeçaria e outras; na produção de material para redes sociais. São realizadas reuniões semanais de supervisão, envolvendo professores e estudantes, em encontros com as instituições parceiras, em atividades de formação continuada para integrantes e parceiros e na participação em eventos externos ligados à política da pessoa idosa.

Em 2022, o Arte de Cuidar ampliou as atividades para o modo presencial, mantendo as atividades *online*, pois estava atuando em 24 cidades mineiras, incluindo a capital, e 25 instituições de longa permanência para idosos. Muitas estratégias e diferentes metodologias foram utilizadas, levando-se em consideração caso a caso, a preferência pelo trabalho individual ou coletivo, o grau de autonomia das pessoas idosas, a disponibilidade dos trabalhadores, os recursos tecnológicos disponíveis, o envolvimento de estudantes e as articulações intersetoriais.

Através do esforço de se aprimorar metodologias de trabalho com pessoas idosas e profissionais da área, com destaque especial para as técnicas e tecnologias do cuidado, os resultados até o momento sinalizam uma experiência enriquecedora para todos os envolvidos: cuidado, vínculo, troca de experiências, resgate da autoestima pelo reconhecimento dos saberes das pessoas idosas, espaços de acolhimento psicológico e acompanhamento terapêutico em um momento em que os níveis dos platôs de saúde mental sinalizam a urgente necessidade de ampliação dessas práticas.

Não há proposta de trabalho com grupos comunitários vulneráveis que não contenha dificuldades e problemas de solução complexa. No caso do Arte de Cuidar, foram as dificuldades que desenharam o caminho para uma prática exitosa. A partir de 2023, o projeto passou a se chamar Arte de Cuidar: clínica, políticas públicas inclusivas e espaços de convivência voltados para a

pessoa idosa. Desenvolvido através de estágios do curso de Psicologia da PUC Minas, ele acontece nas formas presencial e *online*, com pessoas idosas institucionalizadas e não institucionalizadas.

A necessidade de se repensar os espaços e trocas cotidianos na política da pessoa idosa, promoveu a compreensão de que não se podia ficar restrito aos espaços da institucionalização e às políticas de saúde, gerando a necessidade de atuação em áreas como educação e cultura. Dessa forma, novos parceiros integram o projeto. As práticas acontecem nos espaços urbanos, nas visitas domiciliares, em grupos de convivência, em obras sociais ligadas à igreja e em espaços culturais.

A prática da escuta e o aprendizado da velhice estão ligados ao cuidado com a pessoa idosa. Aliás, cuidado que deveria acontecer ao longo de toda uma vida, mas em especial nas pontas frágeis da vida, na infância e no envelhecimento. Sem o cuidado, essas vidas se despotencializam, perdem sentido e vitalidade, vida nua, e a morte em vida antecipa a morte.

No Brasil, em 1920, as pessoas idosas representavam 4% da população; já em 2010, 10,8% da população tinha 60 anos ou mais. (Miranda et al., 2016). Atualmente, um censo populacional está em andamento e possivelmente apresentará dados impactados pela pandemia do coronavírus. As desigualdades econômicas indicam variadas formas de se envelhecer no país e a necessidade de compreensão dessa heterogeneidade deve ser um elemento no planejamento das ações voltadas para pessoas idosas.

O Arte de Cuidar, que faz ciência e faz arte, aprendeu que o contato, o vínculo, o estabelecimento de relações com as pessoas idosas e com todos os envolvidos nesses cuidados, demandam uma certa suavidade, um olhar atento que é carregado de envolvimento, um estabelecer de vínculos que passa pelo afeto e pela disponibilidade para o outro, velho e pessoa idosa. O cuidar, na perspectiva do projeto, é, ao mesmo tempo, trabalho complexo e busca algum tipo de suavidade. Essa característica fica evidenciada nas supervisões semanais, quando os estudantes relatam a riqueza de suas experiências, não sem forte carga emocional.

Atentos às agruras e especificidades do envelhecimento e ao caráter ambivalente e problemático do lugar das pessoas idosas nas sociedades contemporâneas, apostamos na singularidade das relações com o envelhecer, em nós e com o outro, e pensamos que uma pista para o nosso trabalho cotidiano seja exatamente a busca de uma suavidade no cuidado, no vínculo e no acompanhamento.



Filósofos norte-americanos chamaram esse pensamento de *care*, pois lhes permitia falar da vulnerabilidade dos seres de maneira inédita. Fazer os gestos apropriados para conter a doença, fechar a ferida, acalmar a dor: o cuidado está associado, desde o início da humanidade, à suavidade. Ele exprime a intenção do bem, daquilo que é dado para além do ato médico ou da substância analgésica. Aqueles que cuidam dos grandes prematuros sabem disso, pois o mistério da sobrevivência desses bebês tão frágeis, mas cuja resistência por vezes surpreende, talvez se deva ao fato de que uma palavra ou um gesto lhes foram concedidos com ternura. A suavidade é suficiente para curar? Ela não precisa de nenhum poder, nenhum saber. Para apreender a vulnerabilidade do outro é preciso que o sujeito reconheça a própria fragilidade. Essa aceitação é uma força, faz da suavidade um grau mais alto na compaixão que o simples cuidado. Ter compaixão é sofrer com o outro aquilo que ele sofre, sem capitular. É poder se deixar atingir por outro, por sua tristeza ou sua dor, e conter essa dor levando-a para longe.

Mas a suavidade não é apenas um princípio de relação, qualquer que seja a intensidade que a anime. Ela abre o caminho para aquilo que é mais singular no outro. Se a atenção de suavidade, no sentido do “cuidado da alma” compreendido por Patocka, acena para nossa responsabilidade de ser humano para com o mundo que nos cerca, os seres que o compõem e até mesmo os pensamentos que lhes dedicamos, ela inclui uma relação de familiaridade com o animal, o mineral, o vegetal, o estelar. (Dufourmantelle, 2022, p.19-20).

## Considerações finais

Refletir sobre e com a pessoa idosa/velha pressupõe projetos de longa duração. Projetos que estão circunscritos na última etapa da vida, cuja experiência e memória conduzem a um aprendizado dialético/ético de acompanhamentos de diversos segmentos sociais.

Esse processo de configurar a etapa da velhice como sendo a da pessoa idosa o pressupõe no campo da política pública avanços no que se refere à exigência de direitos novos. Ao mesmo tempo, explicita a relação intersubjetiva da pessoa idosa com familiares e sujeitos presentes nas instituições públicas e particulares de acolhimento.

Ao entender como a sociedade brasileira em seu processo de envelhecimento passou a lidar com a pessoa idosa institucionalizado, abriu-se uma perspectiva ainda embrionária de projetos que buscam uma escuta cuidadosa com a pessoa idosa/velha .

O Arte de Cuidar, projeto realizado com estágios e com a extensão universitária com a pessoa idosa/velha, nesses três anos de existência, foi desenhado pela atuação de uma equipe multidisciplinar, em diálogo permanente com a área da saúde, e pressupôs a categoria do cuidado, em termos de fragilidade, aliada ao de proteção. O Arte de Cuidar busca igualmente na suavidade uma de suas estratégias metodológicas e, ao fazer da suavidade um elemento de sua prática, abre com isso novas possibilidades de atuação, marcada pela singularidade de processos e por outro entendimento da articulação necessária em políticas públicas.

É evidente que, no amadurecimento desses anos de vivência, a equipe configurou um campo de atuação universitária gerador de práticas educativas com a pessoa idosa/velha e não para a pessoa idosa. Tal experiência tem gerado frutos, tais como o reconhecimento da velhice e a compreensão da subjetividade da pessoa idosa, novas metodologias de escuta singular da pessoa idosa/velha, mais clareza sobre o alcance das políticas públicas voltadas para a pessoa idosa e, sobretudo, a possibilidade de se percorrer caminhos na produção de subjetividade de pessoas idosas/velhas que não aqueles bastante difundidos socialmente, ora o velho incapaz, “coitadinho”, ora o velho cheio de vida, forte e capaz de correr maratonas.

Projetos dessa natureza implicam a longa duração e a sua própria transformação. A importância do papel da universidade é inquestionável. O projeto Arte de Cuidar, no formato estágios obrigatórios da graduação, está ampliando sua atuação para fora das instituições de longa permanência, para os espaços da cidade, e até mesmo domiciliares, no formato presencial. O espaço da velhice é o espaço urbano ou rural, e sua relação se dá com a cidadania. Viver e experimentar a velhice, ciente dos direitos e deveres nela implicados, atentos à possibilidade de uma outra suavidade antes de morrer.

## Referências

- BOBBIO, Norberto. *O tempo da Memória. De Senectute e outros escritos autobiográficos*. Rio de Janeiro, Campus, 1997.
- CERQUEIRA, Borba Monique & RIBEIRO, Aline Ângela Victória. Semânticas do envelhecimento - modos de envelhecer nos anos 70. In: Raimunda Silva D'Alencar (org.) *A Representação Social na Construção da Velhice*. Ilhéus-BA: Editus, 2017.
- DUFOURMANTELLE, Anne. *Potências da suavidade*. Tradução Hortensia Lencastre. São Paulo: n-1 edições, 2022.
- GAZOLA, Raquel. A bela e a boa morte. In: *Pensar Mítico e Filosófico - Estudos Sobre a Grécia Antiga*. São Paulo, Loyola, 2011.
- MIRANDA, G.M.D., Mendes, A.C.G., Silva, A.L.A. *O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbqg/a/MT7nmJPPRt9W8vndq8dpzDP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 de janeiro de 2023.
- ZIMERMAN, Guite I. *Velhice - Aspectos Biopsicossociais*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

# Corpos experienciados em expressão: relato de uma prática extensionista em teatro com a população idosa

Bárbara Carbogim<sup>1</sup>, Emerson de Paula<sup>2</sup>

## Resumo:

Este relato tem por objetivo registrar uma experiência de extensão realizada no período de 2008 até 2010. A proposta se desenvolveu no Lar São Vicente de Paulo, na cidade de Ouro Preto, no estado de Minas Gerais. Possui como estrutura ser uma ação extensionista inserida no *Projeto Cia. Da Gente*<sup>3</sup>, o qual pertence a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, sendo fomentado pela Fundação Gorceix<sup>4</sup>. O objetivo geral do Projeto é inserir o fazer teatral em Instituições não-formais, atendendo a públicos bem específicos e diferentes. Os locais trabalhados além do Lar São Vicente de Paulo são: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Hospital Santa Casa e Pastoral da Criança, ambos de Ouro Preto (MG). A prática extensionista aqui relatada foi realizada no Lar São Vicente de Paulo, tendo como público os/as seus/suas próprios/as moradores/as.

Palavras-Chave: Teatro; Pessoas Idosas; Extensão.

O Projeto *“Terceira idade - Uma proposta de construção artística junto a corpos experienciados”* promoveu o desenvolvimento de trabalhos artísticos a partir do estudo em Teatro tendo como público alvo aproximadamente vinte moradores, incluindo homens e mulheres, do Lar São Vicente de Paulo localizado na cidade de Ouro Preto em Minas Gerais<sup>5</sup>.

Levando em consideração que a pessoa idosa carrega consigo um grande número de histórias construídas durante sua vida, pretendeu-se respeitar essas experiências, ir para além delas - não subjugando o corpo da pessoa idosa

1 Professora de Arte da educação básica pública no município de Juiz de Fora-MG e Doutoranda em Pedagogia das Artes Cênicas pela UDESC-SC. Discente do curso de Licenciatura em Artes Cênicas da UFOP e bolsista do Projeto Cia.da Gente à época.

2 Professor Adjunto do Curso de Teatro da UNIFAP. Professor Substituto do Curso de Artes Cênicas da UFOP (2009 a 2011). Orientador do Projeto à época.

3 Mais informações em: <https://ciadagenteufop.wixsite.com/cia-da-gente/trabalhos>

4 Mais informações em: <https://site.gorceix.org.br/>

5 Este projeto também contou com a parceria da artista e arte-educadora Thálita Motta, que compartilhou e também criou os processos criativos e metodológicos aqui relatados.

somente ao seu passado, mas também às experiências do presente - e aproveitá-las para conscientizar esse corpo, o qual é marginalizado e reconhecido como incapaz perante a sociedade ocidental capitalista, muitas vezes tendendo assim, ao sedentarismo, reforçado pelo próprio ambiente em que vivem.

A Arte possibilita também o conhecimento do corpo e o que este ainda pode criar. É por esta via que caminhou o Projeto, transitando entre os sentidos do tato, olfato, audição e percepção de um olhar dentro do espaço em que os/as participantes se encontravam. Desenvolveu-se a escuta do próprio corpo, sua memória e expressão, para gerar o movimento desses corpos envelhecidos e, então, modificar o paradigma corporal/intelectual que circunda a pessoa idosa. Paradigma este citado por Moreira (*Apud* PIO, 2009, p.53):

O envelhecimento que está associado ao processo biológico de declínio e deterioração que ocorre com a passagem do tempo, e é próprio daquelas pessoas que atingiram o estágio final do ciclo vital, no qual a idade se define como limitativo do bem-estar biológico (fragilidade e/ou invalidez), psicológico (diminuição da velocidade dos processos mentais) e comportamental (isolamento).

Através da sensibilização dos cinco sentidos pretendeu-se levar as pessoas idosas ao autoconhecimento, respeito à individualidade e prazer pelo coletivo, criando também um espaço de conversa e troca, onde puderam se expressar livremente. Focando sempre na oralidade, compreendemos melhor as pessoas idosas, sendo este o meio de comunicação eficaz no que tange o registro das tradições e modos de viver de uma comunidade.

Tratando-se de um público que, em sua maioria, possuía diversas deficiências e transtornos mentais e que, além disso, residiam em um abrigo (antigamente chamado de asilo) e com visões diversas sobre suas próprias expectativas de vida, este Projeto teve como relevância o estudo na prática do Teatro com a terceira idade e a contribuição na pesquisa em Teatro-Educação para esta faixa etária, uma vertente pouco estudada.

No Lar São Vicente de Paulo as pessoas idosas conviviam, mas muitas vezes não se conheciam e não se reconheciam, também pelo excesso de medicamentos por estes usados. Então, esta prática extensionista buscou gerar o encontro entre essas pessoas despertando-as para um mundo além de seus próprios e construindo através do Teatro uma vida com mais qualidade. De acordo com Anzieu (1989, p.17) a “pele é como dado de origem orgânica e ao

mesmo tempo imaginária, como sistema de proteção de nossa individualidade, assim como primeiro instrumento e lugar de troca com o outro”. Essas pessoas idosas carregam/carregavam em sua pele uma gama de vivências em contraponto a um processo de perdas sensoriais tendo por consequência a diminuição do desejo, caminhando para processos depressivos e sedentários. Pensando no contato entre o eu e o outro por meio da pele, o toque se apresentou como auxílio para uma experiência de troca. Baron (2004, p. 18) também explicita essa importância:

Durante nossa formação necessitamos estabelecer um diálogo com nosso corpo, isto nos dá segurança e sentido de pertença, a base de nossa autoestima. A pele da realidade é a superfície de todos os objetos que a compõem, depende de nós deixarmos nosso sinal, nosso vestígio. Temos toda uma história gravada na pele.

Envelhecer de forma sã, com aceitação da idade e dos próprios limites consiste em uma busca diária. É nessa busca que incidiu este projeto promovendo um envelhecer consciente no encontro entre o expressar e o despartar também para um dia-a-dia mais prazeroso.

## Cotidiano do Lar São Vicente de Paulo

O Lar São Vicente de Paulo está localizado no Bairro Cabeças, na cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais. Por se tratar de um abrigo para pessoas idosas, lidamos com uma rotina regrada. Ao nos confrontarmos com essa realidade foi desenvolvido um trabalho em que pudesse haver a modificação do dia-a-dia dessas pessoas e uma, mesmo mínima, reflexão de suas realidades, ao propormos a potencialização das sensibilidades artística e sensorial.

As pessoas idosas no Lar, assim como em outros locais de abrigo para a terceira idade (ILPI - Instituições de Longa Permanência para Idosos), são denominadas como pessoas idosas institucionalizadas. Quando se institucionaliza um local, este assume características circunstancialmente econômicas, culminando por este viés também os serviços prestados. O ato de reconhecer uma pessoa como institucionalizada suscita discussões pois, em muitos casos, é como se o sujeito tivesse perdido sua identidade e se tornado somente parte integrante de um local, não respondendo mais por si e sendo “dirigido” por uma coordenação.

Como toda instituição, o Lar possui suas normas internas e regras de funcionamento com horários marcados para cada atividade. À época, as pessoas idosas não possuíam nenhum tipo de recreação, tendo a televisão esta função de acordo com a direção da instituição. Práticas esportivas rotineiras também não existiam, havendo algumas aulas esporádicas de ginástica oferecida por uma voluntária. O contato com atividade cultural existia quando participavam das aulas de Teatro oferecidas pelo projeto de extensão em questão, mas esta não abrangia todas internas, pois só praticava a mesma quem demonstrasse interesse.

O Lar São Vicente de Paulo faz parte de um programa social da igreja católica que ocasiona o direcionamento e funcionamento da instituição. As pessoas idosas viviam em alas distintas (masculina e feminina) e possuíam um local fixo e determinado para se acomodarem chamado *Sala de Convivência* onde ficava localizada a televisão; cadeirantes que não iam até o refeitório, acabavam fazendo suas refeições também neste local.

Ao adentrar o abrigo tínhamos contato com um pátio onde pessoas idosas realizavam banho de sol, um pequeno jardim e uma capela. Dentro do abrigo se localizavam as alas, o refeitório, os banheiros dos funcionários, a sala de fisioterapia e a sala de Teatro. O Lar se apresentava como um ambiente amplo se considerado o número de moradores/as à época (aproximadamente sessenta e sete), com um gramado em volta, lavanderia no subsolo e quartos com até seis internos/as.

Neste percurso, uma questão se apresenta: asilo ou abrigo? Por mais que na atualidade não se use mais o termo asilo, nos confrontamos ainda com estruturas de abrigos em que este significado não se transformou. É importante refletir que a intenção de mudar a nomenclatura não tenha sido apenas uma tentativa de amenizar a situação. Essas instituições precisam pensar em metodologias de funcionamento em que não se tornem um espaço excludente, deixando internados/as aqueles/as que “não servem mais para a sociedade”.

Fundamentando esta reflexão, está um dos pontos de vista de Michael Foucault que nos diz (1979, p.121):

Qual poderá ser então o papel do asilo neste movimento de volta às condutas regulares? Certamente ele terá de início a função que se confiava aos hospitais do século XVIII. Permitir a descoberta da doença mental, afastar tudo aquilo que, no meio do doente possa mascará-la confundi-la, dar-lhe formas aberrantes, alimentá-la e também estimulá-la [...].

Acreditamos ser necessária a pontuação dessa questão nos levando para a abertura de uma reflexão sobre os espaços institucionalizados para a pessoa idosa por nos apresentar vias diversas de estudo sobre as políticas públicas e os direitos das pessoas idosas no Brasil. Neste sentido, esta ação extensionista apresenta uma possibilidade de promover um trabalho qualitativo sobre o envelhecimento populacional, com ênfase na Cultura, promovido pela Universidade consolidando sua missão de diálogo com a comunidade a que pertence.

## Descoberta de uma metodologia do ensino teatral para a pessoa idosa institucionalizada

Este projeto considerou dois conceitos: experiência e experienciar. O que chamamos de corpos experienciados é a junção dessas duas ideias principais no corpo da pessoa idosa observando a potência da idade e das vivências. A experiência segundo Larrosa (*Apud TELLES, 2007, p.2*), pensador da Educação, é aquilo “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca” e o experienciar segundo Telles (2007, p.1) a partir do pensamento do filósofo Gadamer é “este movimento que devolve ao homem o conhecimento de sua finitude, pois cada experiência faz com que perceba sua limitação diante do mundo”. Já para a teatróloga Viola Spolin (*Apud TELLES, 2001, p.4*), “experienciar é penetrar no ambiente, é envolver-se total e organicamente com ele. Isto significa envolvimento em todos os níveis: intelectual, físico e intuitivo”.

As pessoas idosas do Lar São Vicente de Paulo eram mais tocadas pelo o que passaram em suas vidas, pois por estarem abrigadas se alimentam/alimentavam da reflexão e nostalgia de suas experiências. Tornaram-se observadores/as pacatos/as do que ainda não viveram por desacreditarem em suas expectativas de vida e enxergarem cada vez mais próxima sua finitude. É na busca da velhice enquanto qualidade que continuamos os/as considerando *corpos experienciados*, para que a Arte e mais especificamente o Teatro, contribuíssem no cotidiano desse abrigo.

De acordo com a Teoria do Desengajamento de Elaine Cummings e Willian Henry (*Apud OLIVEIRA, 2002, p.39*) “o envelhecimento é como um decréscimo inevitável na interação entre a pessoa que envelhece e as demais [...] Portanto, existe um retraimento recíproco entre sociedade e indivíduo”. Assim, a sociedade não está disposta a receber a participação da pessoa idosa e conseqüentemente a exclui. Inseridas em um abrigo, encontramos uma população idosa desmotivada, se considerando abandonada por seus familiares



e sem expectativas de vida. Retirá-las desse paradigma era o grande desafio e também instigá-las a desejar algo, a redescobrir seus gostos, a questionar a realidade em que estavam inseridas, a se reconhecerem pessoas idosas, mas não incapazes e provarem para elas mesmas que é possível envelhecer de forma saudável, num sentido amplo dessa expressão.

Pudemos observar que a realidade ali se caracterizava pela ideia de que a vida estava em detrimento daquilo que se foi e não do vir a ser. Por mais que a memória não armazene todas as vivências, o corpo as carrega inconscientemente, registrando na pele o que a mente esqueceu. Por isso, é tão essencial o estímulo aos cinco sentidos - por existir as perdas sensoriais ocasionadas pelo tempo e que faz o envelhecer algo passível de difícil aceitação. Notamos que ao estimular os sentidos poderíamos aguçar a sensibilidade e tornar mais ativa a participação de algumas pessoas idosas, principalmente as que haviam se tornado Pessoas com Deficiência. Neste ponto o trabalho se mostrou delicado e complexo, pois se tratava de pessoas idosas com as mais específicas necessidades. De certa forma, o Projeto iniciou um diálogo com a Acessibilidade Cultural, mas esta temática carece de um outro momento para uma reflexão específica.

Uma atividade significativa de utilização e sensibilização dos sentidos foi assim realizada: iniciamos o encontro com a exposição da importância desses sentidos e a falta de percepção diária dos mesmos. Após isso, ativamos o olfato através da venda dos olhos e propomos um jogo de adivinhações levando elementos como sementes de café, folhas de chás e incensos diversificados. A segunda parte era a sensibilização do tato também com os olhos vendados em que utilizamos materiais presentes no próprio ambiente. Percebemos a ativação da concentração das pessoas idosas, como também o desconforto em não saber o que estava acontecendo, concomitantemente com a curiosidade. Constatamos depois de um determinado período de trabalho, como a imagem é algo que se faz necessário na percepção dessas pessoas idosas e o modo como havia o entendimento e compreensão de uma proposta quando esta se inseria. Ao levar para os encontros quadros de pintura de rostos de mulheres, as pessoas idosas conseguiram abstrair com mais facilidade e deixar a imaginação fluir através da construção de estórias daquela figura, se permitiram à descoberta do jogo e era notável o interesse em revelar aquela imagem.

Incomodava o fato de não conseguirmos inserir diretamente a linguagem teatral nos encontros. Então, partindo da constatação anterior, propomos um determinado período em que trabalharíamos, aos poucos, um texto dramático, onde em cada encontro seria escolhido uma cena diferente. Escolhemos a

peça teatral *Tartufo*<sup>6</sup> de Molière<sup>7</sup>. Tal escolha se deu pela peça por possuir algumas características que se relacionavam com a história das pessoas idosas, assuntos sobre a religião, o casamento, porém abordados de forma cômica e até irônica que pode gerar uma reflexão crítica desses valores. Partimos então, para a construção de uma dramaturgia de imagem ao explicar o que é um texto dramático. Começamos a contextualizar os elementos teatrais como personagens, espaço cênico, conflito da cena e suas ações. Ao desenvolver a dramaturgia a partir de recortes de revistas compreendemos o contexto da peça teatral e a partir daí desenvolvemos as outras questões que permeiam o Teatro.

A segunda etapa era a compreensão das personagens e seus respectivos figurinos tendo sempre a imagem em primeiro lugar. Desenhamos as ideias construídas por todas e com alguns adereços caracterizamos as pessoas idosas. Na terceira etapa foi apresentado o espaço cênico, mas antes disso, percebemos o ambiente em que viviam: as pessoas idosas desenharam como seria a sala em uma folha branca, depois desenharam esta mesma sala em um papel áspero e em seguida caminhamos pela sala atentando para cada detalhe, cheiro, sensação de calor ou frio, textura das paredes, temperatura do chão e assim em diante. Voltamos para o *Tartufo* e pensamos os espaços cênicos realistas e surrealistas, desenhamos e construímos com nossos elementos este espaço, ressignificando alguns materiais e introduzindo a ideia destas duas vanguardas. Este processo durou mais de um mês e foi de grandes resultados, conseguimos relacionar o contexto teatral à realidade daquele ambiente e o interesse pela atividade.

Desenvolvendo mais especificamente a identidade de cada participante, tema este sempre relacionado às atividades que propomos, aplicamos a prática psicomotora de construção de corpos com massa de modelar e olhos vendados. Os *corpos experienciados* se transformaram em formas abstratas bem diferentes uns dos outros. Neste mesmo encontro houve o desenvolvimento de um autorretrato com tinta em um envelope. Estas duas atividades no mesmo dia se completaram e se relacionaram mostrando a percepção destas pessoas idosas para com seus corpos e suas fisionomias. O produto finalizado foi de muita expressividade.

Com estas atividades pudemos começar no processo da oralidade, que consistiu em análises de discursos trabalhando o reconhecimento e a interpretação de si através dos diferentes formatos de autorretratos, buscando os sentimentos e características pessoais juntamente com o resgate do que aquela imagem representava. Percebeu-se como o fato de estarem contando sobre si mesmas, suas experiências, as faziam observar e participar mais ativamente dos encontros.

6 Mais informações em: <https://www.culturaanimi.com.br/post/o-tartufo-de-moli%C3%A8re>.

7 Mais informações em: <https://www.aliancafrancesa.com.br/novidades/400-anos-de-moliere-quem-foi-moliere/>.

Ao longo do processo, por sermos uma ação extensionista ligada a um projeto maior de extensão e sermos fomentados pela Fundação Gorceix, tivemos que mostrar um produto final do que estava sendo desenvolvido. Propomos a realização e mostra de um documentário, criado a partir do trabalho com a oralidade e o autorretrato que iria melhor explicar o que fazíamos e apresentar o pensamento dos/das participantes. Esta apresentação foi significativa devido a observação das pessoas idosas para consigo. Quando se assistiram no vídeo se reconheceram, foram colocadas como protagonistas, apresentaram suas possibilidades e capacidades artísticas, tiveram o direito de expressar o que sentem e criticar/refletir a situação em que vivem, diferentemente de como sempre são/eram vistas, de como sempre são/eram apresentadas para as pessoas que ali as visitavam.

No primeiro semestre de 2010, com a continuidade do projeto, partimos para um foco maior no corpo pois queríamos realmente movimentá-los, mas com todo o cuidado e limite de suas estruturas corporais. Inserimos um aquecimento corporal e vocal todos os dias de nossos encontros, mas estes também se deram através de relações com suas realidades. Por exemplo, como a grande maioria é oriunda da zona rural, o alongamento era direcionado para o abrir de janelas, a respiração daquele ar de campo, as etapas do plantio até a colheita e partilha das frutas, flores, verduras, legumes imaginados (este exercício foi baseado na proposta do arte-educador Dan Baron<sup>8</sup>). O interessante foi que introduzimos essa proposta depois de plantarmos verdadeiramente com eles/as feijão e girassol, buscando nisso a continuidade do trabalho, assim, ao cuidarem e olharem para os vasos não se esqueceriam do que construímos, porém, essa estratégia não se efetivou.

Este ponto é importante, pois tínhamos dificuldade em dar continuidade ao processo de uma semana para outra pelo fato de suas memórias se apresentarem comprometidas e por não termos tido a possibilidade, à época, de expor o trabalho realizado em qualquer espaço da instituição.

Lidamos com uma perda importante quando se chega à terceira idade que é a memória. Oliver Sacks em seu livro *“O homem que confundiu sua mulher com um chapéu”* conta histórias de pacientes que perdem a memória e não se curam, estes geralmente são internados. O que há com a sociedade que não consegue conviver com essas pessoas? A perda de memória promove uma mudança na lida com o mundo, que difere da relação tal qual a sociedade ocidental capitalista apresenta e que Bunuel (*Apud SACKS, 1997, p.38*), explica:

É preciso começar a perder a memória, mesmo que a das pequenas coisas, para percebermos que é a memória que faz nossa vida. Vida sem memória não é vida. [...]

Nossa memória é nossa coerência, nossa razão, nosso sentimento, até mesmo nossa ação. Sem ela somos nada. [...] só posso esperar pela amnésia final, a que pode apagar toda uma vida, como fez com a de minha mãe.

Retomando a inserção do trabalho corporal, percebemos que por causa dele tivemos um crescimento na participação das pessoas idosas, pois além de se divertirem e se movimentarem, tocamos em algo palpável, o contato físico, e fez toda a diferença. Aconteceu de uma pessoa idosa participante que em um ano de processo nunca havia falado e, de repente, soltou gritos e frases, que ao nosso ver eram de reivindicação. Isso mostra mais uma vez a importância da expressão corporal dentro da prática teatral para um maior autoconhecimento.

As pessoas idosas participantes da ação extensionista, moram/moravam em alas diferentes, possuindo pouco contato entre homens e mulheres. Quando conseguimos reunir as duas alas era uma transformação em todos os sentidos, pois tinham pessoas que não se conheciam, existiam poucos que conviviam e incrivelmente até dois irmãos que não se viam: a senhora se esquecera do irmão, continuaram sem se relacionar, o irmão sentia saudades e a irmã já nem se lembrava. Mas o contato, reavivou os sentidos e as lembranças!

Dando continuidade e aprofundando na série de encontros através do texto teatral, trabalhamos com as mulheres o texto teatral *Gota D'água*<sup>9</sup> e com os homens *Ópera do Malandro*<sup>10</sup>, ambos musicais de Chico Buarque<sup>11</sup>, pois além de tratar temáticas interessantes ao trabalho, tínhamos o elemento artístico da música, que eram canções que conhecíamos. Por exemplo: com as mulheres focamos no primeiro ato que era o encontro das lavadeiras, então trabalhamos ações físicas e cotidianas do ato de lavar a roupa sem perder também a contextualização da peça; com os homens demos prioridade para a figura do homem protagonista da peça, com sua personalidade e vida pessoal/profissional, suas relações com os amigos, com as mulheres. Com os dois grupos trabalhamos as realidades cenográficas que eram de cortiço e vila.

Estes exemplos das práticas extensionistas em Teatro pretendem apresentar possibilidades de ações culturais com a população idosa contribuindo aqui com uma temática ainda pouco explorada que é o Teatro com pessoas idosas. A Pedagogia do Teatro avançou muito no que tange o estudo, aprofundamento, metodologias e pesquisas voltadas ao Teatro com/para e a partir da comunidade. Mas a questão do envelhecimento ainda necessita de maior

9 Mais informações em: <http://joinville.ifsc.edu.br/~luciana.cesconetto/Textos%20teatrais/CHICO%20BUARQUE%20-%20Gota%20D%C3%A1gua.pdf>

10 Mais informações em: <https://teatroemescala.com/2021/04/12/opera-do-malandro/>

11 Mais informações em: <http://www.chicobuarque.com.br/>

socialização/atenção por diferentes áreas (para além da Saúde e do Social, chegar à Cultura) e a Universidade é um local em que ações como estas são mobilizadas, realizadas e fomentadas por uma política de extensão institucionalizada que, além de contribuir com a comunidade em que a Instituição está inserida, contribui diretamente na formação de graduandos/as que se permitem a estas *experiências*.

## **Ir/Dialogar/Pertencer à Comunidade: Extensão como ação política e formativa**

Uma característica comum em trabalhos extensionistas é a ligação com a Educação Libertadora de Paulo Freire, contextualizada no conceito de *iluminação*. Paulo Freire (2008) defende a ideia de que nós educadores/as, devemos iluminar a realidade dos/as educandos/as para ativarmos a potencialidade criadora. E é dentro deste pensamento de educador/a libertador/a que nos posicionamos, desafiando as pessoas idosas a se conscientizarem da liberdade que podem/podiam ter, despertando as para a situação em que estavam inseridas, iluminando suas mentes para o poder e o desejo que ainda possuem/possuíam. São ideias que podem ser consideradas utópicas, mas foi a maneira encontrada para movimentar um pouco os padrões sociais, e citando ainda Freire (2008, p.209), pensar que a utopia é denunciar e propor efetivamente a mudança, pois:

O educador libertador tem de criar criando, isto é, inserido na prática, aprendendo os limites muito concretos de sua ação, esclarecendo-se sobre as possibilidades, não muito aquém e nem muito além de nossos limites do medo necessário. [...] Isto é o utopismo, como relação dialética entre denunciar o presente e anunciar o futuro. Antecipar o amanhã pelo sonho de hoje. A questão é o que Cabral (rodapé) disse: O sonho é um sonho possível ou não? Se é menos possível, trata-se para nós, de saber como torná-lo mais possível.

É indispensável também assumir a postura política que os projetos extensionistas possuem uma vez que, ações em/com diversos públicos e comunidades, promovem mudanças de pontos de vista em relação a diversas questões tanto a quem participa como a quem a realiza.

O trabalho se pautou na redescoberta de aprendizes que, a partir do ato

criativo, utilizando recursos expressivos e linguagens não-verbais, desenvolvessem suas potencialidades como indivíduo dentro de um coletivo institucionalizado, reconhecendo a si mesmo e o outro, assim como, o espaço em que vivem/viveram, isto para se alcançar um objetivo maior que era a busca por um envelhecimento saudável em todos os sentidos.

O envelhecimento é mais um ciclo da vida e ações como esta aqui relatada podem contribuir com a erradicação do preconceito etário. Cabe ao Teatro-Educação propiciar, através do contato/fazer cultural, que é direito de todos e todas, encontros sinestésicos capazes de promover experiências pessoais e coletivas mediadas pela Arte e que possam ser transpostas para a vida diária.

Este processo que perdurou quase dois anos, se desenvolveu com muita dificuldade por falta de pesquisa nesta área, uma vez que as referências existentes naquele período tratavam, geralmente, de uma terceira idade “ativa e saudável” carecendo de pesquisas na área com a população idosa institucionalizada. Fato este marcado pela própria história do termo terceira idade:

Se, de um lado, a “invenção” da terceira idade trouxe para os aposentados novas possibilidades de viver o envelhecimento, por outro impôs um estilo de vida e uma tentativa de homogeneização da velhice, encobrindo, em parte, os problemas e dificuldades dos idosos empobrecidos e dos idosos mais velhos (KOUDELA, JÚNIOR, 2015, p.188).

Registramos também a importância de como este trabalho extensionista nos levou a repensar sobre o conceito de velhice que possuíamos à época em diálogo com a inexperiência inicial para a realização de tal prática. O que une coletivamente quem proporcionou esta ação e quem dela participou foi a *experiência* nos fazendo descobrir caminhos metodológicos construídos no tempo que o envelhecer nos indicou.

## Referências:

- ANZIEU, Didier. *O Eu-pele*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1989.
- BARON, Dan. *Alfabetização Cultural a luta íntima por uma nova humanidade*. São Paulo: Alfarrabio, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FREIRE, Paulo. *Medo e Ousadia: O cotidiano do professor*. 12ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- KOUDELA, Ingrid; JÚNIOR, José Simões de Almeida (org.). *Léxico de Pedagogia do Teatro*. São Paulo: Perspectiva: SP Escola de Teatro, 2015.
- OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. Velhice – Teorias, Conceitos e Preconceitos. *A terceira idade: Estudos sobre o envelhecimento*. São Paulo, v., n.25, agost. 2002.
- PIO, Cleuza. Da beleza do corpo à beleza da alma. *A terceira idade: Estudos sobre o envelhecimento*. São Paulo, v.20, n.44, fev. 2009.
- SACKS, Oliver. *O homem que confundiu sua mulher com um chapéu*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1997.
- TELLES, Narciso. *A experiência como atitude metodológica na pesquisa em teatro*. Disponível em: <http://www.portalabrace.org/ivreuniao/GTs/Pedagogia/A%20experiencia%20como%20atitude%20metodologica%20na%20pesquisa%20em%20teatro%20-%20Narciso%20Telles.pdf>. Acesso em: 5 de outubro de 2022.

# Universidade aberta para a terceira idade: qualidade de vida ao envelhecer

Márcio José Pinto Ribeiro<sup>1</sup>

Jones Nogueira Barros<sup>2</sup>

Carmen Pineda Nebot<sup>3</sup>

Ana Maria de Albuquerque Vasconcelos<sup>4</sup>

## Resumo

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial que demanda atenção de diversas políticas públicas. No Brasil, surgiram programas universitários voltados para a população idosa, por exemplo, das Universidades Abertas para a Terceira Idade (UnATI). O artigo é resultado de uma pesquisa dividida em 2 etapas, a primeira um levantamento histórico e a segunda uma análise da UnATI, programa de extensão da Universidade Federal do Pará (UFPA). O artigo foca na primeira etapa e trata do processo histórico de criação dos programas universitários no Brasil e sua relevância para a qualidade de vida das pessoas idosas. Conclui-se que os primeiros programas de cunho educativo para as pessoas idosas foram liderados pelo SESC - Serviço Social do Comércio, que posteriormente se disseminou pelas universidades brasileiras, constituindo-se as UnATIs.

Palavras-chave: Universidade aberta. Longevidade. Envelhecimento.

## O que nos move

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial com estimativa de aumento constante, que demanda atenção de diversas políticas públicas, nas áreas da saúde, mobilidade, econômica, social e educacional, dentre outras. Tais políticas interferem na qualidade e nas condições de vida da pessoa idosa, com reflexos nas relações sociais, suas experiências pessoais e afetivas.

Neste contexto, criou-se no Brasil diversos instrumentos como forma de garantir e fortalecer a criação de políticas públicas voltadas às necessidades das pessoas idosas, ainda que precisem de maior efetividade.

Um desses instrumentos são os programas universitários voltados para a população idosa, por exemplo, das Universidades Abertas para a Terceira Ida-

1 Universidade da Amazônia

2 Universidade da Amazônia

3 Cigapp/Gegop

4 Universidade da Amazônia



de (UnATI), esses espaços têm como objetivo oferecer uma alternativa para que as pessoas idosas utilizem seu tempo livre de maneira cultural, social e esportiva. Além disso, visam também à integração das pessoas idosas com diferentes gerações, assim como a atualização e aquisição de novos conhecimentos, possibilitando a participação integral, a elevação da autoestima, visando a melhora da qualidade de vida desse grupo populacional.

O artigo apresenta o resultado parcial de uma pesquisa sobre as Universidades Abertas para a Terceira Idade e a qualidade de vida ao envelhecer. A pesquisa foi dividida em 2 etapas, sendo a primeira um levantamento histórico e a segunda etapa, análise da Universidade da Terceira Idade, programa de extensão da Universidade Federal do Pará (UFPA).

O artigo foca na primeira etapa e trata do processo histórico de criação dos programas universitários no Brasil e sua relevância para a qualidade de vida das pessoas idosas. Conclui-se que os primeiros programas de cunho educativo para as pessoas idosas foram liderados pelo SESC - Serviço Social do Comércio, que posteriormente se disseminou pelas universidades brasileiras, constituindo-se as UnATIs.

## **2 Revirando a história - a criação das Universidades Abertas para a Terceira Idade (UnATI) no Brasil**

Antes de adentrarmos a história da criação das Universidades Abertas para a Terceira Idade (UnATI) no Brasil é necessário situar como surgiram as primeiras iniciativas nesse sentido no mundo.

Identifica-se historicamente o pioneirismo da França no trabalho com educação junto à população idosa, a criação da Université Du Troisième Âge - Universidade da Terceira Idade (UnTI) (Silva et al., 2019).

No Brasil, nos anos de 1980, foram criadas as UnTI da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI) e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - Núcleo Integrado de Estudos e Apoio à Terceira Idade (NIEATI). No ano de 1990, a PUC-Campinas e o Serviço Social do Comércio (SESC) criaram a Universidade da Terceira Idade, nos moldes do Modelo Francês. O pioneirismo das duas universidades brasileiras fez com que a iniciativa se propagasse pelas demais universidades. Silva (2019) evidencia que no ano de 2016, 36 das 63 universidades federais brasileiras desenvolviam atividades com UnTI, como apresenta o quadro 1.

Quadro 1 - UnTI de Universidades Públicas Federais do Brasil

IFES	Denominação da UnTI	Idade	Data
UFSC	NETI	50 anos	1983
UFMS	NIEATI	55 anos	1984
UFU	AFRID	50 anos	1989
UFJF	Polo de Enriquecimento Cultural para a Terceira Idade.	45 anos	1991
UFRGS	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento: UNITI	60 anos	1991
UFPB	Núcleo Integrado de Estudos e Pesquisas da Terceira Idade: NIETI	60 anos	1992
UFF	Centro de Referência em Atenção à Saúde do Idoso: CRASI	60 anos	1992
UFMT	NEATI	45 anos	1993
UFMG	Projeto Maioridade - Universidade Aberta para a Terceira Idade.	60 anos	1993
UFOP	Programa Terceira Idade.	60 anos	1993
UFPEl	Núcleo de Atividades para a Terceira Idade: NATI	60 anos	1993
UFAM	PIFPS-U3IA	45 anos	1994
UFPA	Programa Universidade da Terceira Idade: UNITERCI	55 anos	1994
FURG	Núcleo Universitário da Terceira Idade: NUTI	60 anos	1994
UFSJ	Programa Universidade para a Terceira Idade.	55 anos	1995
UNIRIO	Grupo Renascer.	55 anos	1995
UFMA	Universidade Integrada da Terceira Idade: UNITI	50 anos	1995
UFES	Núcleo de Estudos sobre o Envelhecimento e Assessoramento à Pessoa Idosa: NEEAPI	60 anos	1996
UFS	Núcleo de Pesquisa e Ações da Terceira Idade: NUPATI	60 anos	1998
UFPI	Núcleo de Pesquisa e Extensão Universitária para a Terceira Idade: NUPEUTI	55 anos	1998
UNIFAL	UNATI	50 anos	1999
UNIFESP	Universidade Aberta à Terceira Idade: UATI	60 anos	1999
UFAC	UNATI	60 anos	1999
UFPE	UnATI	60 anos	2002
UFSCar	Programa de Revitalização de Idosos.	50 anos	2005
UFT	Universidade da Maturidade: UMA	45 anos	2006
UNIFAP	Universidade da Maturidade da Universidade Federal do Amapá: UMAP	60 anos	2006

IFES	Denominação da UnTI	Idade	Data
UFTM	Universidade Aberta à Terceira Idade.	60 anos	2009
UFMS	Programa de Promoção dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa: UNAPI	60 anos	2010
UFAL	UNATI	60 anos	2011
UFPR	Universidade Aberta da Maturidade: UAM	55 anos	2012
UFGD	Terceira Idade na Universidade.	55 anos	2013
UFRR	Projeto Girassol.	60 anos	2013
UFCSPA	Esporte e Lazer para Idosos / Programa de Exercício, Saúde e Cidadania para Idosos.	60 anos	2015
UNIVASF	UNATI	60 anos	2015
UFRB	Programa Universidade Aberta da Terceira Idade.	60 anos	2015

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de SILVA et al. (2019)

Como resultado da pesquisa realizada em UnATI públicas, Silva et al. (2019) relata que os resultados mostraram que as UnATI são atividades de extensão universitária, com registros na Pró-Reitoria de Extensão, Direção de Centro ou Departamento de Ensino, das universidades estudadas.

Os resultados da pesquisa apontam, ainda, que são utilizadas variadas ações e metodologias para a educação pelas UnATI com diversas estratégias de formação como a organização em módulos, oficinas, atividades e cursos para as pessoas idosas; palestras, jornadas e debates. E também, ações de educação não diretamente junto às pessoas idosas, mas relacionadas com a capacitação de Conselhos e conselheiros, cuidadores, orientação para grupos de convivência; especialização em gerontologia; treinamento dos bolsistas da UnATI (Silva et al., 2019).

O estudo de Silva et al. (2019) questiona a necessidade de institucionalização das UnATI para além dos projetos de extensão, com oferta no ensino de disciplinas que tratam do envelhecimento e que possibilite a inserção das pessoas idosas participantes, como estudantes em cursos regulares, bem como o atendimento a legislação que regula as universidades brasileiras e trata como indissociáveis as atividades de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988).

Na busca de maior compreensão do processo de criação e ampliação das UnATI no Brasil, para além das questões já tratados por Silva et al. (2019), observa-se a falta de dotação orçamentária que garantem o desenvolvimento dos projetos, o que condiciona as atividades a colaboração de facilitadores voluntários que são profissionais da universidade ou externos, alunos com projetos de pesquisa, e bolsistas e alguns coordenadores (Silva et al, 2019; Loreto, Ferreira, 2014; Silva, 2013; Cachioni, 2012).

A falta de orçamento diverge dos instrumentos legais como o Estatuto da Pessoa Idosa que preconiza que a inserção de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, respeito e valorização da pessoa idosa nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal como forma de eliminar o preconceito e produzir conhecimentos sobre o tema (Silva et al., 2019; Brasil, 2003).

Importa compreender que o estudo sobre as UnATI revela a diversidade de ações desenvolvidas em cada universidade. Silva et al. (2019) destaca que as universidades compreendem espaços diversos, o que reflete na diversidade de projetos, que deve ser respeitada, até porque cada região do país tem suas características, e ao longo dos anos as UnATI desenvolveram know-how para desenvolver atividades relevantes voltadas ao público específico. Muitas das conquistas das pessoas idosas brasileiras estão entrelaçadas com estes programas, que são referência na comunidade na qual estão inseridas. Tal heterogeneidade nas ofertas destes programas é vista como positiva, tendo em vista à adaptação ao contexto, mas para o estabelecimento de políticas mais concretas, algumas diretrizes podem ser dadas, sem a ideia de engessar tais programas, que necessitam de flexibilidade.

Compreende-se que as UnATI desenvolvem trabalho de inclusão social e estabelecem elo com as comunidades onde estão inseridas, mas que precisa ser fortalecida para além das atividades extensionistas, as quais têm seu potencial e reconhecimento, podendo integrar o tripé do ensino, como estabelece a legislação universitária brasileira. Ressalta-se que tal fortalecimento demanda interesse e decisão política, que de fato priorize o atendimento com políticas públicas mais assertivas e amplas, especialmente com alocação de orçamento, que atendam a população idosa.

## **A pessoa idosa universitária: levantamento das Universidades Abertas para a Terceira Idade (UnATI)**

O envelhecimento da população no Brasil, afetará todos os aspectos da sociedade, desde a seguridade social e assistência de saúde, até o planejamento urbano, oportunidades educacionais e mercado de trabalho, impondo necessidade de atenção com tempo limitado para ajustes (Silva et al., 2019; Banco Mundial, 2011).

Diante do cenário de envelhecimento da população, a educação das pessoas idosas, como resposta aos desafios e demandas sociais latentes mostra-se como indispensável, inclusiva e inovadora, que promova o acesso (Silva et al., 2019; Cachioni, 2013).

Considera-se que as representações da velhice são sociais e em permanente mudança, relacionadas à posição remetida às pessoas idosas na sociedade, refletindo as mudanças físicas, as necessidades políticas e econômicas de uma época, impondo às pessoas idosas desafios de comportamentos, de atitudes e de valores, cujo papel das instituições de ensino apontam para as múltiplas possibilidades, no caso das universidades são inexoráveis (Silva et al., 2019; Daniel, 2006).

Inouye et al. (2018) considera que a educação na velhice tem como finalidade promover conhecimentos de diversos campos de saberes que determinam redimensionamentos para o fomento da qualidade de vida. Para os autores, a educação para as pessoas idosas precisa ter como base pressupostos de interdisciplinaridade, participação social e promoção da saúde. Tais argumentos corroboram com a observação de Pereira (2022) de que muitas das pessoas idosas que procuram as UnATIs apresentam sintomas depressivos, ansiedade e índice de stress. Neste sentido, estratégias interdisciplinares associadas à Psicologia Positiva podem contribuir para tais situações problemas, especialmente atuando na prevenção de adoecimento.

Martín García e Requejo Osório (2005) relataram ser relevante potencializar os aspectos positivos e diminuir os negativos da mudança etária, sem nutrir ilusões que ocultem a verdade do envelhecimento, nem assumir a atitude pessimista de ausência de possibilidades (Silva et al., 2019).

Apreende-se por meio da literatura consultada que os modelos de UnATI apresentam-se diversos, como o contexto. Destaca-se que o modelo Francês se fundamenta no sistema universitário tradicional, o Anglo-saxão foca na aprendizagem compartilhada e autoajuda. No modelo Norte-americano as pessoas idosas participam mais na organização dos cursos, e o modelo chinês foca mais na vida e cultura tradicional dentro da comunidade (Cachione, 2012).

O modelo Sul-americano, no qual insere-se o contexto brasileiro, segue o modelo Francês e cabe destacar que funciona dentro das instituições de nível superior (Cachione, 2012), especificamente, nos projetos de extensão.

No caso brasileiro, a emergência do tema pela educação das pessoas idosas, dá-se em um contexto de mudança previdenciária no final das décadas de 60 e 70 e desencadeou a participação e movimento dos sindicatos no protagonismo quanto a este tema, surgindo então as associações que buscaram ocupar esse espaço e a manifestar-se sobre pleitos dessa categoria. Esse movimento deu maior visibilidade à causa das pessoas idosas brasileiras (Cachione, 2012; Simões, 1998).

Concebeu-se no país, nas décadas dos anos 60 e 70, os primeiros programas de cunho educativo para as pessoas idosas liderados pelo SESC - Serviço Social do Comércio, que posteriormente se disseminou pelas universidades brasileiras (Cachione, 2012).

A Universidade Federal de Santa Catarina, criou em 1982, o Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI). O foco desse núcleo é na realização de estudos, na divulgação de conhecimentos gerontológicos, e na formação de recursos humanos, que é considerado o primeiro programa brasileiro com características de Universidade da Terceira Idade. Porém, somente em 1990 a PUC - Pontifícia Universidade Católica de Campinas criou um programa conforme o Modelo Francês (Cachione, 2012).

O programa da PUC Campinas estabeleceu como objetivo propiciar aos mais velhos um ambiente de aprendizagem e culturalmente estimulante, de diálogo entre seus pares, de exercício da cidadania, para ocupação do tempo livre e de estabelecimento de redes sociais e influenciou as primeiras universidades da terceira idade no Brasil. A PUC Campinas desenvolveu o modelo semelhante à Toulouse, com especial ênfase na revisão de estereótipos e preconceitos em relação à velhice. Mas o perfil dos alunos brasileiros não era de solidão e inatividade; de condições de vida precária e, sim, de pessoas ativas, saudáveis, e engajadas socialmente (Cachione, 2012).

Cachione (2012), estima-se que no ano de 2012, no Brasil, já somava mais de 200 programas com esse formato em instituições de ensino superior. Na maioria formado por projetos de extensão universitária. Tais programas se caracterizam também pela modalidade de educação permanente de natureza não-formal, cujo objetivo não seria certificar ou profissionalizar as pessoas idosas, mas, sim, possibilitar o aprendizado ao longo de toda a vida. O ambiente universitário, multidisciplinar e intergeracional, fornece o lócus onde a troca de experiências, a sociabilidade, o resgate da cidadania se tornam possíveis.

Como contribuição a um modelo de educação de pessoas idosas o Relatório “Aprender a ser” da Unesco (1972) trouxe as bases de uma educação permanente, colocando os sistemas educativos tradicionais em questão (Cachione, 2012; Faure, 1972) e de certo modo refletiu no formato dos programas desenvolvidos pelas universidades.

No ano de 1993, sob a liderança de Jacques Delors, o Relatório sobre a educação para o século XXI: *Educação - Um tesouro a Descobrir*, discutiu a educação de maneira mais ampla sob a perspectiva da Educação ao longo de toda a vida (Cachione, 2012; Delors, 2012).

Um novo paradigma acerca do desenvolvimento ao longo da vida (LIFESPAN) surge em meados dos anos 70. Desenvolvido por um grupo de reconhecidos acadêmicos, dentre eles, Paul B. Baltes, K. Warner Schaie, James Birren, Bernice Neugarten, Klaus Riegel e Matilda Riley.

O paradigma enunciado por tais acadêmicos corrobora com o pensamento de que o envelhecimento é um processo que não implica, obrigatoriamente,

em doenças e afastamento, e que a velhice entendida como fase do desenvolvimento humano, traz perdas e ganhos. A educação seria nesse sentido otimizada das competências e habilidades. Desenvolvimento e envelhecimento são reconhecidos como eventos correlatos (Cachione, 2012; Neri, 2006).

Pereira (2022) enuncia que o envelhecimento é vivido de diferentes maneiras pelos indivíduos, que enfrentam a velhice de modo singular, cujo contexto vivido, também, tem influência. Por sua vez, a longevidade é o aumento dos anos de vida, numa perspectiva que se anuncia uma vida longa, que necessariamente não representa uma melhora na qualidade de vida dessas pessoas, à medida que, também, resulta do contexto e das políticas públicas, como de saúde, lazer e educação.

É preciso compreender que a aprendizagem e o desenvolvimento ao longo de toda a vida demandaram mudança de paradigma sobre a velhice. As universidades da terceira idade representam parte desse novo paradigma – lugar de gente velha também é na escola. As universidades da terceira idade expressam na prática o potencial da educação e do desenvolvimento humano ao longo de toda a vida. Voltar aos bancos escolares na velhice, é possível, as nossas universidades não são mais habitadas somente pela juventude. De alguma maneira, ampliou-se o direito de aprender para todas as idades, mas ainda muito precisa ser feito. Legitima-se que o processo de desenvolvimento não cessa na idade adulta, mas está presente em toda a existência humana.

De Oliveira e De Souza Wanderbroocke (2021) verificaram que não há um único modelo ou padrão referente à sistematização e estruturação dos programas das UnATIs no cenário brasileiro. Apontam que existem diversas formas de delinear, planejar, e estruturar os programas descritos, mesmo que respaldados em um mesmo modelo de base: o francês. Contrapõem-se as observações dos autores na perspectiva de não engessamento a modelos prescritivos de planejamento e estrutura. Faz-se necessário compreender o meio e contexto em que as UnATIs estão inseridas.

Cachione (2012), argumenta que as universidades da terceira idade exercem um papel apenas como equipamento educativo e social, e não como protagonistas de pesquisa e geradoras de novos conhecimentos para a população idosa. Os investimentos na produção de pesquisas no tema são escassos, mormente que se observa que a produção é pouco expressiva no cenário das publicações gerontológicas.

Observa-se a importância das universidades da terceira idade, também, constituírem-se em campo de pesquisas e estudos sobre longevidade e o processo de envelhecer, que possibilite compreender as necessidades das pessoas idosas, a exemplo da experiência da Universidade Aberta à Terceira

Idade da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (UnATI-EACH) com o Caderno Temático intitulado “Universidade Aberta à Terceira Idade e Velhice”, que tem como objetivo a produção de conhecimento científico para melhor atender as demandas dos educandos que são pessoas idosas.

## Nossas evidências

O artigo teve como objetivo apresentar o processo histórico de criação dos programas universitários no Brasil e sua relevância para a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas, como resultado parcial de uma pesquisa sobre as Universidades Abertas para a Terceira Idade e a qualidade de vida ao envelhecer.

O histórico da UnaTI no mundo e no Brasil aponta para uma diversidade de formas de atuação. Inicialmente originada na França nos anos 60, a criação das UnaTIs espalhou-se pelo mundo.

No pós-guerra, a França observou que sua população envelhecida passou por um período de baixa condição de vida. A partir da recuperação econômica nos anos 60 e a emergência de uma classe média com mais recursos, concomitantes às políticas para as pessoas idosas, passou a observar os novos aposentados como sinônimo de bem viver.

O Brasil acompanhou o modelo Francês e singularmente as literaturas pesquisadas para o embasamento do artigo, pode-se vislumbrar que as UnaTIs se desenvolvem via projetos de extensão e relacionado a isto identifica-se falta de investimentos denotando baixa relevância pelos os decisores da política pública, embora sejam reconhecidas pelo corpo funcional e voluntários.

No caso brasileiro, a emergência do tema pela educação das pessoas idosas, deu-se em um contexto de mudança previdenciária no final das décadas de 60 e 70 e desencadeou a participação e movimento dos sindicatos.

Os primeiros programas de cunho educativo para as pessoas idosas foram liderados pelo SESC - Serviço Social do Comércio, que posteriormente se disseminou pelas universidades brasileiras. Destaca-se que o protagonismo das Universidades no desenvolvimento de pesquisas e atividades para enfrentamento da mudança demográfica faz-se imperioso.

Envelhecer é um processo que ocorre desde que se nasce e se desenvolve a história de vida de cada um e de cada coletividade. A educação como preparação para uma velhice ativa e saudável deve estar ao alcance de todos, em



todas as idades e carece, também, do protagonismo do Estado e dos gestores das universidades para o fortalecimento das atividades que são propiciadas pelas UnATIs.

Pensar as UnATIs como política pública que atendem, preferencialmente, pessoas idosas que por não dispor das condições sociais necessárias deixam de buscar os referidos programas e ficam a depender dos cuidados e oportunidades que as famílias dependendo das condições econômicas e culturais lhes possam ofertar.

Compreende-se ser imprescindível a inserção para além das atividades extensionistas, o debate sobre longevidade e envelhecimento integrado ao currículo de cursos da graduação de forma que as Universidades sejam lócus irradiadores da defesa de políticas públicas por melhor qualidade de vida e da proteção às pessoas idosas.

## Referências

- BANCO MUNDIAL. (2011). Envelhecendo em um Brasil mais velho. 64 p. Disponível em: <[http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1302102548192/Envelhecendo\\_Brasil\\_Sumario\\_Executivo.pdf](http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1302102548192/Envelhecendo_Brasil_Sumario_Executivo.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- CACHIONI, M. (2012). Universidade da Terceira Idade: história e pesquisa. *Revista Temática Kairós Gerontologia*, 15 (7): 01-08. 2012, dezembro.
- CACHIONI, M. (2013). *Educação e Envelhecimento Humano no Contexto das Universidades Brasileiras*. 12ª SEPEX. 25, out. 54 slides, color.
- DANIEL, F. (2006). O conceito de velhice em transformação. *Interações: Sociedade e Novas Modernidades*. 10: 113-122. Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga.
- DE OLIVEIRA, D. B.; De Souza Wanderbroocke, A. C. N. (2021). Caracterização das Universidades Abertas da Terceira Idade: Estudo de revisão sistemática no cenário Brasileiro. *Revista Kairós-Gerontologia*, 24 (1): 715-737.
- DELORS, J. (2012). Educação: um tesouro a descobrir. *Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. (7ª ed.). São Paulo (SP): Cortez.
- FAURE, E. (1972). *Aprender a Ser*. Lisboa (Portugal): Livraria Bertrand.
- INOUYE, K. et al. (2018). Efeito da Universidade Aberta à Terceira Idade sobre a qualidade de vida do idoso. *Educação e Pesquisa* 44
- NERI, A.L. (2006). O legado de Paul B. Baltes à Psicologia do Desenvolvimento e do Envelhecimento. *Temas em Psicologia* 14(1): 17-34.
- PEREIRA, E. T. (2022). Contribuições da Psicologia Positiva: um estímulo para ações conscientes de bem-estar para aluno (a) s pessoas adultas maduras e idosas das Universidades Abertas à Terceira Idade. *Revista Longevidade* 13.
- SILVA, F. M. da et al. (2019). Como funcionam as universidades da terceira idade no Brasil?, XIX Colóquio Internacional de Gestão Universitária. Brasília. 25-27 novembro
- SIMÕES, J.A. (1998). A maior categoria do país: o aposentado como ator político. In: Barros, M.M.L. (Org) *Velhice ou Terceira Idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. (p. 13-34). Rio de Janeiro (RJ): Editora Fundação Getúlio Vargas.

# Além dos trilhos: convivência virtual e educação financeira para o envelhecimento ativo

Cássia do Carmo Pires Fernandes, Eder Pereira Giardini Bonfim, Edson Batista de Sena, Pedro Henrique Pereira

## Resumo:

Situado na antiga estação ferroviária da cidade Ponte Nova, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais possui um papel estratégico na expansão e interiorização da Rede Federal. Buscando ir *além dos trilhos* da oferta de educação profissional e tecnológica, o presente texto resulta de um projeto de extensão que teve o propósito de promover a convivência virtual e a socialização de conhecimentos sobre educação financeira com pessoas idosas. Diante da pandemia, as atividades ocorreram por meio do grupo de *WhatsApp* “Ativa Idade”, conduzido como ambiente virtual de aprendizagem e de convivência. As expectativas das pessoas idosas eram aprender sobre o cuidado com o dinheiro, o não endividamento e o consumo mais consciente. Como avaliação, o projeto teve retornos positivos, com relatos de mudanças de comportamento em função do que foi compartilhado e a satisfação das pessoas idosas em integrar o grupo, corroborando a premissa de que a convivência, mesmo que virtual, contribui para minimizar o isolamento e o sentimento de solidão.

Palavras-chave - Educação financeira. Consumo consciente. Envelhecimento.

## 1. Palavras iniciais: Educação para o envelhecimento ativo

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais Campus Ponte Nova é a única instituição pública federal da microrregião que oferta educação técnica, tecnológica e de formação profissional à população local e do entorno. Portanto, possui um papel estratégico na expansão e interiorização da Rede Federal, com potencial para se consolidar nos processos educativos, de inovação e de desenvolvimento econômico, social, cultural, tecnológico e ambiental.

Somando a essa demanda territorial por formação, evidencia-se o quase silenciamento das pessoas idosas como público-alvo de cursos que abordam a temática de educação financeira. Por outro lado, a descoberta pelo mercado e pelas instituições financeiras dos aposentados de camadas populares como

“novos consumidores” têm levado muitas pessoas idosas ao endividamento, especialmente via crédito consignado (BUAES, 2015).

Em um contexto socioeconômico marcado nos últimos anos pelo aumento da oferta de crédito e pela diversificação de condições de pagamento, evidencia-se a movimentação da economia com o acesso das classes menos favorecidas a produtos e serviços e, ao mesmo tempo, o endividamento e a inadimplência do consumidor (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, 2012). Acumular dívidas se torna um problema de ordem social, da chamada “sociedade do consumo”, que além de problemas financeiros ocasiona o adoecimento mental e emocional das famílias (VIEIRA et al., 2014), atingindo especialmente as pessoas idosas aposentados que por circunstâncias diversas se tornam “um seguro” contra a pobreza ou extrema pobreza do grupo doméstico (BUAES, 2015).

Tal cenário demonstra a falta de conhecimento para o consumo consciente e para uma relação saudável com o dinheiro; situações que se tornam ainda mais complexas em camadas populares. Embora o meio não seja exclusivamente determinante, historicamente, os mais pobres possuem menor acesso ao conhecimento de como alcançar determinados bens e de como gerar riquezas, perpetuando, assim, um círculo vicioso.

Somos campeões em desigualdade social: segundo pesquisa da FGV (2019), existe um abismo entre os poucos que ganham muito e os muitos que ganham muito pouco. Então, o que oferecer à população acima de 60 anos que trabalhou por décadas e precisa continuar trabalhando, mesmo após a aposentadoria, para ter uma vida digna? Além de conhecimentos para melhorarem suas relações com o dinheiro, que garanta minimamente a sobrevivência, várias pessoas idosas almejam se sentir “úteis”, querem ser ativos na sociedade e funcionalmente independentes (ABREU et.al. 2018).

A Organização Mundial de Saúde (OMS), no texto *Envelhecimento Ativo: uma política de saúde*, enfatiza a necessidade de analisar o crescimento da população idosa com vistas a pensar em políticas públicas direcionadas a ela (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2005, p. 7). No documento, são apresentados os pilares da estrutura política para o envelhecimento ativo, visando orientar a elaboração e a implementação de ações de políticas públicas: participação (como em atividades socioeconômicas, culturais e espirituais, de acordo com os direitos humanos, as capacidades e as preferências das pessoas idosas); segurança (social, física e financeira, para proteção, dignidade e assistência às pessoas idosas); saúde (serviços diversos de saúde que atendam às necessidades e aos direitos das pessoas idosas); e aprendizagem ao longo da vida - este incluído em 2015.

Para fins de conceituação, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2005), educação financeira é

o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (2005, p.13).

Destaca-se que o crescimento da população idosa é uma das mais significativas tendências do século XXI. Segundo o relatório sobre o envelhecimento, publicado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) em 2012, uma em cada nove pessoas no mundo tem entre 60 anos de idade ou mais, e estima-se um crescimento para um em cada cinco por volta de 2050.

Na obra *Envelhecimento ativo: das ações às políticas*, organizada por Martins e Ribeiro (2018), é abordada a questão do envelhecimento em Minas Gerais e no Brasil e os caminhos para a promoção do envelhecimento ativo em Ponte Nova. As autoras enfatizam a convivência como fundamento e oportunidade de prosseguimento da vida em coletividade, reduzindo vulnerabilidades para as pessoas idosas, contribuindo assim para a manutenção da autonomia, da independência e da melhoria de vida durante a velhice. A convivência aparece como a chave para a qualidade de vida nesta etapa, apesar de o envelhecimento trazer consigo o risco de isolamento social.

Em “Inovação e criatividade após a aposentadoria: o direito de empreender do idoso”, capítulo parte da obra anterior, Barros Júnior, Barreto e Assis (2018) evidenciam que a população mundial está vivendo, cada vez mais, por fatores como qualidade de vida, melhores condições de saúde, aliados a uma baixa taxa de fecundidade. Sempre ligada a uma imagem de descanso, todavia, a aposentadoria e a velhice têm se tornado uma fase de atividade intensa, seja física ou intelectual, o que por sua vez gera uma nova e complexa forma de interação entre as diferentes faixas etárias.

Cerbasi (2014), no livro *Adeus aposentadoria*, resume bem os inúmeros desafios para o envelhecimento ativo ao afirmar que aposentar-se é mais do que encerrar uma carreira profissional. Com a aposentadoria, nasce uma nova etapa na vida, acompanhada de transformações que afetam as pessoas sob

diversos aspectos. Mudam os relacionamentos, a saúde, as finanças e outras áreas da vida.

Apresentados os conceitos, cabe situar que o presente texto resulta do projeto de extensão *Além dos trilhos: educação financeira para o envelhecimento ativo*, desenvolvido nos anos de 2020 e 2021 com pessoas idosas do município de Ponte Nova, Minas Gerais. Importante evidenciar que em 2017, Ponte Nova tornou-se a primeira cidade do Brasil “Amiga da pessoa idosa”, com os objetivos de promover o envelhecimento ativo e melhorar a qualidade de vida da população idosa da cidade.

Diante da pandemia de Covid-19, as atividades ocorreram por meio do grupo de *WhatsApp* “Ativa Idade”, conduzido como ambiente virtual de aprendizagem e de convivência. O propósito foi conectar as pessoas idosas com outras gerações em uma troca de conhecimentos e diálogos, entendendo como é a velhice na pós-aposentadoria. A premissa era de que as convivências, mesmo que virtuais, entre as diferentes gerações - bolsistas, docentes e as pessoas idosas - seriam carregadas de significados para todos.

## 2 O projeto de extensão *Além dos trilhos: educação financeira para o envelhecimento ativo*

### 2.1 Perfil das pessoas idosas

Após as inscrições das pessoas idosas e a criação do grupo virtual, foi aplicado um questionário - intitulado “Ativa Idade: Conversando sobre Educação Financeira” - pela equipe do projeto, através de ligação telefônica. Nesse contato, foi esclarecido aos respondentes: (a) os objetivos da pesquisa, (b) a participação voluntária e anônima e (c) a exclusividade de interesse acadêmico a respeito dos dados coletados. A pesquisa se iniciou com 15 inscritos; no entanto, na disponibilização do formulário, houve uma desistência, totalizando 14 inscritos. Entre esses participantes, 13 responderam à pesquisa.

A faixa etária do grupo ficou entre 60 e 77 anos e obtivemos uma maior participação de pessoas idosas, totalizando 13 mulheres e um homem. Em relação à localização geográfica, a distribuição do grupo foi de cinco pessoas de Ponte Nova, duas de Oratórios, duas de Urucânia, uma de Dom Silvério, uma de Piedade de Ponte Nova, uma de Mariana e uma de Belo Horizonte. Quanto à situação profissional, a maioria (92%) respondeu ser aposentada e ocupar a posição de dona de casa. Por fim, a respeito da escolaridade, 50% possuem ensino fundamental, 16,7% ensino médio e 33,3% ensino superior.

## 2.2 Conhecimentos iniciais/avaliação diagnóstica

Entre os inscritos, a maioria (91,7%) nunca havia participado de debates acerca de educação financeira; apesar disso, o mesmo percentual considera importante que a família tenha o hábito de poupar, corroborando a pertinência do projeto. Embora tenham respondido que não participam de atividades formativas sobre educação financeira, os integrantes do grupo afirmaram ter atitudes conscientes em relação a suas finanças pessoais.

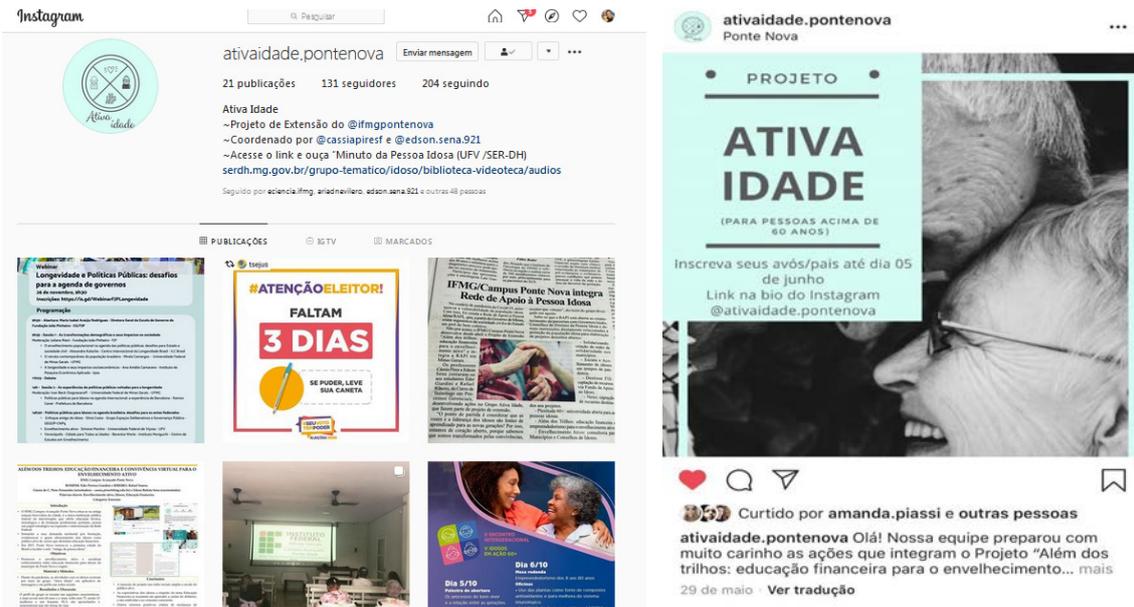
Ao final do questionário, também indagamos sobre as expectativas das pessoas idosas a respeito da proposta de formação em educação financeira e as respostas, transcritas a seguir, representaram uma motivação a mais para a concretização do trabalho:

*Aprender a controlar melhor meus gastos/Aprender a não endividar./Adquirir conhecimentos para melhorar a minha educação financeira/Consumo consciente./Espero aprender dicas para aplicar na minha casa/Aumentar a eficiência em gastar menos e mantendo um padrão de vida sustentável./Aprender a cuidar melhor do meu dinheiro/Aprender a poupar e evitar gastos desnecessários e somar os conhecimentos adquiridos até hoje, pois temos muito que aprender na vida./Adquirir conhecimentos técnicos para controlar meus gastos da melhor forma possível./Espero que possa ajudar no conhecimento financeiro e ajudar outras pessoas com a experiência adquirida do curso.*

## 2.3 Perfis em redes sociais como estratégia para conectar pessoas

Como primeira estratégia de marketing do projeto, foram criados perfis nas redes sociais Instagram (@atividade.pontenova) e Facebook (Ativa Idade de Ponte Nova), conforme a imagem 1. Após um mês de divulgação, período no qual foram realizados levantamentos de temas, de recursos didáticos e discussões da equipe quanto ao formato remoto das oficinas para o público do projeto, as inscrições foram abertas e não conseguimos alcançar a adesão esperada de 30 pessoas.

## Imagem 1 - Perfil do projeto em rede social



Fonte: <https://www.instagram.com/atividade.pontenova/>

## Imagem 2 – Evento Café virtual



Fonte: [https://www.instagram.com/p/CEsQ84mH5KV/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link](https://www.instagram.com/p/CEsQ84mH5KV/?utm_source=ig_web_copy_link)

### 2.4 Aplicativo de mensagem como espaço de aprendizagem e trocas de saberes

A criação do grupo de *WhatsApp* foi essencial para o contato entre pesquisadores e participantes. Neste espaço, que concluímos ser o principal ambiente de aprendizagem e trocas do projeto, foi possível dialogar, quase diariamente, com as pessoas idosas e compartilhar diversos conteúdos relacionados ao bem-estar e ao envelhecimento. Para isso, a equipe do projeto se reunia semanalmente para planejar a sequência de assuntos, pesquisar materiais adequados ao grupo e estipular estratégias de mediação. O quadro a seguir (quadro 1) traz a relação dos conteúdos e alguns comentários dos



participantes. A fim de mantermos o anonimato, os comentários estão identificados apenas pela letra “I” quando for pessoa idosa, seguida de um número. Áudios, *emojis* e a íntegra das interações estão arquivados no drive do projeto.

Quadro 1 – Resumo das interações

Dia	Conteúdo
22/06	Apresentação por áudio e mensagem de texto de todos os membros do grupo.
23/06	<p><b>Podcast Qualidade do Sono</b> - <a href="https://serdh.mg.gov.br/grupo-tematico/idoso/biblioteca-videoteca/audios;i=qualidade-do-sono">https://serdh.mg.gov.br/grupo-tematico/idoso/biblioteca-videoteca/audios;i=qualidade-do-sono</a></p> <p><b>Vídeos:</b> Meditação em 5 minutos (<a href="https://www.youtube.com/watch?v=kcl87gRy07w">https://www.youtube.com/watch?v=kcl87gRy07w</a>) e Yoga para a terceira idade (<a href="https://www.youtube.com/watch?v=N2ZeYhdEFcc">https://www.youtube.com/watch?v=N2ZeYhdEFcc</a> )</p> <p><b>Questão:</b> Como está seu sono? O que te ajuda a dormir bem? Conte pra nós!</p> <p><i>Só durmo a poder de remédio. Alprazolam 2 ml, e ainda acordo uma ou duas vezes à noite. Mais uma das coisas que falei neste áudio eu faço muito, toda noite: Celular. Existe um horário melhor para essa prática (meditar)?(11)</i></p> <p><i>Resposta do bolsista: É bom separar o horário da meditação e criar uma rotina, mas não existe a melhor hora e sim a sua melhor hora. Muitas pessoas preferem fazer pela manhã antes de iniciar o dia.</i></p>
Comentários	<p><b>Podcast Atividade física</b> - <a href="https://serdh.mg.gov.br/grupo-tematico/idoso/biblioteca-videoteca/audios;i=atividade-fisica">https://serdh.mg.gov.br/grupo-tematico/idoso/biblioteca-videoteca/audios;i=atividade-fisica</a></p> <p><b>Vídeo Exercícios para idosos em casa:</b> <a href="https://www.youtube.com/watch?v=xcM3aaBI-8U">https://www.youtube.com/watch?v=xcM3aaBI-8U</a></p> <p><b>Questão:</b> Vocês têm praticado alguma atividade nesse período de isolamento? Conte pra nós!</p> <p><i>Tenho feito caminhada no hall do prédio. (13)</i></p> <p><i>Faxina conta como exercício físico? Limpo casa o dia inteiro. Os serviços domésticos ficaram pesados com esta pandemia. Tenho mais uma pergunta. Pular corda é recomendado para maiores de 60? (15)</i></p> <p><i>Resposta Profa. Cássia: Teremos na próxima semana um profissional da área de educação física para esclarecer dúvidas como essa. Aguardem!</i></p>
24/06	<p><b>Imobilismo</b> - <a href="https://serdh.mg.gov.br/orientacoes/covid19/biblioteca-videoteca/audios;i=imobilismo">https://serdh.mg.gov.br/orientacoes/covid19/biblioteca-videoteca/audios;i=imobilismo</a></p>
26/06	<p><b>Levantamento de dúvidas.</b> Sugestão cultural Mostra de artes CEFET: <a href="https://youtu.be/TsReR_a5Vzk">https://youtu.be/TsReR_a5Vzk</a></p> <p><i>Muito bom! Amei. (13)</i></p> <p><i>Gostei muito bom, eu prefiro rock anos 70 mais gosto de música (...)nessa época só quem sabia tocar fez sucesso, sem recursos acústicos e tecnologia, eram pessoas virtuosas, sem recursos mais o dom da música, isto é importante, como vcs o dom de ensinar (16)</i></p> <p><i>Resposta do Prof Edson: Eu também adoro rock, principalmente as bandas dos anos 70 e 80.</i></p>
Comentários	

Dia	Conteúdo
29/06  Comentários	<p><b>Saúde Mental</b> - <a href="https://serdh.mg.gov.br/grupo-tematico/idoso/biblioteca-videoteca/audios;i=saude-mental">https://serdh.mg.gov.br/grupo-tematico/idoso/biblioteca-videoteca/audios;i=saude-mental</a></p> <p><i>Boa tarde! Diante desses novos e desafiadores tempos que estamos vivendo, preservarmos a saúde física, mental e emocional é de grande importância para obtermos mais leveza e confiança de que tudo vai passar. E os temas aqui abordados estão sendo satisfatórios. (15)</i>  <i>Resposta de Rafael: Ficamos felizes em ajudar vocês, isto nos motiva a procurar mais conteúdo de qualidade para compartilhar aqui. Muito obrigado!</i></p>
30/06  Comentários	<p><b>Automedicação</b> - <a href="https://serdh.mg.gov.br/orientacoes/covid19/biblioteca-videoteca/audios;i=automedicacao">https://serdh.mg.gov.br/orientacoes/covid19/biblioteca-videoteca/audios;i=automedicacao</a>  Complementar: <a href="http://www.blog.saude.gov.br/promocao-da-saude/32252-dia-do-uso-racional-de-medicamentos-lembra-dos-perigos-da-automedicacao">http://www.blog.saude.gov.br/promocao-da-saude/32252-dia-do-uso-racional-de-medicamentos-lembra-dos-perigos-da-automedicacao</a></p> <p><i>Temos que nos conscientizar, não devemos fazer isso. Pois as consequências podem ser desastrosas, como diz a médica(11)</i></p>
01/07  Comentários	<p><b>Isolamento social</b> - <a href="https://serdh.mg.gov.br/orientacoes/covid19/biblioteca-videoteca/audios;i=isolamento-social">https://serdh.mg.gov.br/orientacoes/covid19/biblioteca-videoteca/audios;i=isolamento-social</a>  Vídeo: Questões respondidas pelo especialista em educação física Darlan (<a href="https://www.instagram.com/tv/CCHIL9QnXBf/?utm_source=ig_web_copy_link">https://www.instagram.com/tv/CCHIL9QnXBf/?utm_source=ig_web_copy_link</a>)</p> <p><i>Bora exercitar pessoal. (17)</i>  <i>Também gostei muito das explicações. E vamos pular corda, minha gente! Sem exagero (15)</i></p>
02/07  Comentários	<p><b>Saúde Mental Durante a Pandemia</b> - <a href="https://serdh.mg.gov.br/grupo-tematico/idoso/biblioteca-videoteca/audios;i=saude-mental-durante-a-quarentena">https://serdh.mg.gov.br/grupo-tematico/idoso/biblioteca-videoteca/audios;i=saude-mental-durante-a-quarentena</a></p> <p><i>Temos que nos cuidar, se não iremos pirar. E foco nas coisas boas, pois estamos bem, por isso vamos pedir a proteção de Deus. (11)</i>  <i>Ontem fiquei muito feliz com as respostas sobre exercício físico e hoje seu podcast veio pra somar. (15)</i></p>
03/07	<p><b>Sugestão cultural Live O Grande Encontro:</b> <a href="https://youtu.be/PYE4QsZ-T7Ro">https://youtu.be/PYE4QsZ-T7Ro</a></p>
07/07  Comentários	<p><b>Esquecimento</b> - <a href="https://serdh.mg.gov.br/orientacoes/covid19/biblioteca-videoteca/audios;i=esquecimento">https://serdh.mg.gov.br/orientacoes/covid19/biblioteca-videoteca/audios;i=esquecimento</a></p> <p><i>Legal. Gostei muito. Eu, às vezes, esqueço onde guardei alguma coisa. Mas paro de procurar naquele momento. E depois eu encontro. Muito boa as dicas. (11)</i>  <i>Nossa! Valeu a pena este podcast. Ando bem esquecida ultimamente. (15)</i>  <i>Boa tarde! Excelente! (19)</i></p>
08/07  Comentário	<p><b>Uso de máscara</b> - <a href="https://serdh.mg.gov.br/orientacoes/covid19/biblioteca-videoteca/audios;i=uso-de-mascara">https://serdh.mg.gov.br/orientacoes/covid19/biblioteca-videoteca/audios;i=uso-de-mascara</a></p> <p><i>Bom dia. Um mal necessário, temos que usar. (17)</i></p>

Dia	Conteúdo
09/07  Comentários	<p><b>Hidratação</b> - <a href="https://serdh.mg.gov.br/orientacoes/covid19/biblioteca-videoteca/audios;i=hidratacao">https://serdh.mg.gov.br/orientacoes/covid19/biblioteca-videoteca/audios;i=hidratacao</a></p> <p><i>Eu faço o possível para tomar pelo menos 1 litro e meio de água por dia. (1)</i>  <i>Excelente informação. Temos que criar este hábito, pois é importantíssimo para nossa saúde. (19)</i></p>
10/07  Comentários	<p><b>Dúvidas da semana.</b></p> <p><i>Estão comentando que o medicamento ivermectina é bom para prevenir contra a covid 19, sabemos que cientificamente não tem nada comprovado. Se vocês puderem e tiverem alguém que tire esta dúvida, seria muito bom. Obrigada. (1) Eu também fiquei sabendo, ia até tomar, mas vou aguardar a resposta. (12) Bom dia!!! Tem muitas pessoas tomando estes medicamentos. (14)</i>  <i>Resposta da equipe em Vídeo e a mensagem: Boa tarde! As pesquisas são recentes e indicam que a dose da ivermectina que seria necessária para “destruir” o coronavírus no nosso organismo atuaria como veneno. Ou seja, nos mataria. Precisamos ter muito cuidado para não acreditarmos em “soluções milagrosas “. O problema é mundial e a vacina sim, será o que precisamos!</i>  <i>Enquanto isso, vamos ficar em casa e seguir as regras de limpeza! E não esquecer que a máscara, lavar as mãos e o isolamento é o nosso maior aliado. Mais uma vez obrigada por esclarecer, pois ficam mandando vídeos dizendo que é muito bom. (1)</i></p>
13/07  Comentários	<p><b>Limpeza</b> - <a href="https://serdh.mg.gov.br/orientacoes/covid19/biblioteca-videoteca/audios;i=limpeza">https://serdh.mg.gov.br/orientacoes/covid19/biblioteca-videoteca/audios;i=limpeza</a></p> <p><i>Vamos limpar minha gente! (15)</i></p>
14/07  Comentários	<p><b>Acidentes Domésticos</b> - <a href="https://serdh.mg.gov.br/orientacoes/covid19/biblioteca-videoteca/audios;i=acidentes-domesticos">https://serdh.mg.gov.br/orientacoes/covid19/biblioteca-videoteca/audios;i=acidentes-domesticos</a></p> <p><i>Bom dia! Ótimas informações. Sempre tomo alguns cuidados... Principalmente em subir em cadeiras ou bancos, estes fico atenta, pois já vi pessoas caírem e o resultado foi muito grave. (19)</i>  <i>Aqui em casa evito subir em qualquer lugar. Nem banco, nem cadeira e muito menos escada. (15)</i></p>
17/07	<p><b>Dúvidas da semana.</b></p> <p><i>Nenhuma dúvida. Mas realmente a atividade física é um problema para a dona de casa. Mas sigamos em frente. Quando dá pra fazer. Essa semana só fiz dois dias de bicicleta. (1)</i></p>
20/07  Comentários	<p><b>Direito do Consumidor</b> - <a href="https://serdh.mg.gov.br/orientacoes/covid19/biblioteca-videoteca/audios;i=direitos-do-consumidor">https://serdh.mg.gov.br/orientacoes/covid19/biblioteca-videoteca/audios;i=direitos-do-consumidor</a></p> <p><i>Boa tarde! É muito importante sabermos dos nossos direitos como consumidores para evitarmos, como você disse, aquela dor de cabeça. (15)</i></p>
21/07  Comentários	<p><b>Violência contra a pessoa idosa</b>  <a href="https://serdh.mg.gov.br/orientacoes/covid19/biblioteca-videoteca/audios;i=violencia-contra-a-pessoa-idosa">https://serdh.mg.gov.br/orientacoes/covid19/biblioteca-videoteca/audios;i=violencia-contra-a-pessoa-idosa</a></p> <p><i>Bom dia a todos! Muito importante e sério. Cuidar de um idoso é um ato de amor. Porém requer paciência e responsabilidade. (15)</i>  <i>Boa tarde. Verdade, mas exige muita calma e jeito e paciência (15)</i></p>

Dia	Conteúdo
22/07	<p><b>Fake news</b>  <a href="https://serdh.mg.gov.br/orientacoes/covid19/biblioteca-videoteca/audios;i=fake-news">https://serdh.mg.gov.br/orientacoes/covid19/biblioteca-videoteca/audios;i=fake-news</a></p> <p><i>Isso mesmo Eder, como foi o caso da ivermectina. Todo mundo tá tomando, é já está faltando nas farmácias. Valeu pelas informações. (11)</i></p>
28/07  Comentários	<p><b>Mercado de trabalho</b>  <a href="https://serdh.mg.gov.br/grupo-tematico/idoso/biblioteca-videoteca/audios;i=mercado-de-trabalho">https://serdh.mg.gov.br/grupo-tematico/idoso/biblioteca-videoteca/audios;i=mercado-de-trabalho</a></p> <p><i>Eder, procuro me manter ativa, fui vereadora depois que aposentei e agora ajudo meu marido. Ele tem uma parceria com um advogado e ajudamos algumas pessoas, no caso de aposentadoria, auxílio doença, BPC e outros. Apesar de ficar muito em casa, me sinto muito útil. (11)</i>  <i>Boa tarde! Sim. Faço crochê, docinhos e comprei uma máquina de costura para fazer alguns pequenos serviços, só para passar o tempo. Mas o que gosto mesmo de fazer é passear. Ainda trabalhei 11 anos após a minha aposentadoria no mesmo trabalho em que me aposentei. (19)</i>  <i>Também faço crochê. Adoro. Amo muito o que faço. Só que trabalho de graça, pois não consigo dar preço e acho que não é valorizado. (15)</i></p>
29/07  Comentários	<p><b>Áudio da coordenadora explicando sobre o início da temática “Educação Financeira”.</b></p> <p>Bom dia! A educação financeira é hoje considerada muito importante na família. (19)  <i>Bom dia! Vamos em frente, sabemos da importância do tema. Espero poder aprender mais, pois o saber é e sempre foi importante em nossas vidas. (11) Estou precisando dessas orientações (111)</i>  <i>Boa tarde, Cássia! A educação financeira é um tema muito importante, pois sabemos que viveremos, já esperado, uma crise. Saber como vencer esta difícil face vai ajudar muito. (15)</i></p>
30/07  Comentários	<p><b>Video. Questão:</b> Vamos começar a pensar nas nossas compras no supermercado?</p> <p><i>Amei o vídeo, sempre fazemos isso. Pego o carrinho e acabo trazendo pra casa coisas desnecessárias. (11) Ultimamente faço uma lista e compro somente o necessário. (19) Eu mesmo com a lista, descobri que trago pra casa coisas desnecessárias. (15) Eu também quero aprender fazer isso às vezes trago e vence! (115)</i></p>
04/08	<p><b>Questão:</b> Alguém aí gosta de assistir novela? (Vida e Dinheiro) - <a href="https://www.youtube.com/watch?time_continue=8&amp;v=3w9L6boLb9k&amp;feature=emb_logo">https://www.youtube.com/watch?time_continue=8&amp;v=3w9L6boLb9k&amp;feature=emb_logo</a></p> <p>Aviso: A partir desta semana teremos conteúdos às terças e quintas-feiras! Vamos conversar sobre consumo consciente, orçamento familiar e outros temas relacionados à educação financeira.</p>
11/08  Comentários	<p><b>Video “Pare, pense e decida” da ENEF</b> - <a href="https://youtu.be/B90kgwLWdvg">https://youtu.be/B90kgwLWdvg</a></p> <p><i>Boa tarde! Sou muito Dona Graça. Dinheiro é coisa séria! (15) Boa tarde Cassia, realmente temos que nos planejar. Já caí em muito nesse tipo de empréstimo. Custei para me conscientizar. Infelizmente, existem ainda algumas dívidas de consignado. Valeu as dicas. Gostei muito (11)</i></p>
13/08	<p><b>Video 10 dicas para economizar no supermercado:</b> <a href="https://youtu.be/oMWv91vGe2I">https://youtu.be/oMWv91vGe2I</a></p>
17/08	<p><b>CONTA DE LUZ: 7 DICAS PARA economizar</b> <a href="https://www.youtube.com/watch?v=-Em9L669hv8">https://www.youtube.com/watch?v=-Em9L669hv8</a></p>

Dia	Conteúdo
18/08	<b>Vídeo E agora, Seu Arlindo? Educação financeira!</b> [MERCANTIL DO BRASIL] <a href="https://www.youtube.com/watch?v=dLOld43tMjA&amp;feature=youtu.be">https://www.youtube.com/watch?v=dLOld43tMjA&amp;feature=youtu.be</a>
Comentários	<i>Nossa! Este vídeo tem tudo de bom. O casal que faz contas juntos sonha juntos. Amei! (15) Legal adorei as dicas (114)</i>
21/08	<b>Vídeo: Dicas para sobrar dinheiro</b> - <a href="https://youtu.be/CNCKjxUM3I">https://youtu.be/CNCKjxUM3I</a>
25/08	<b>Vídeoclipe “Está cansado de receber ligações de bancos?”</b> <a href="https://www.youtube.com/watch?v=wdIOJKriKZ4&amp;feature=youtu.be">https://www.youtube.com/watch?v=wdIOJKriKZ4&amp;feature=youtu.be</a>
Comentários	<i>Adorei Semana passada cheguei até ser um pouco grosseria com uma moça. Depois pedi desculpas, pois esse é o serviço dela. Mas pedi que não ligasse mais. Não estou interessada. (11) Muito bom me ligam umas 8 vezes por dia, até domingo (110)</i>
27/08	<b>Site para bloqueio chamadas de Telemarketing ,Telecomunicações e Bancos Consignado:</b> <a href="https://www.naomeperturbe.com.br/">https://www.naomeperturbe.com.br/</a> e tutorial: <a href="https://youtu.be/LzzFon2gcxc">https://youtu.be/LzzFon2gcxc</a>
Comentários	<i>Boa noite! Vou usá-lo agora. Haja paciência para tantas ligações (15).</i>
31/08	<b>Vídeo sobre dívidas</b> - <a href="https://www.youtube.com/watch?v=iwacYbvH-KI">https://www.youtube.com/watch?v=iwacYbvH-KI</a>
02/09	<b>Vídeo 20 Dicas de Economia doméstica em tempos de crise</b> <a href="https://www.youtube.com/watch?v=zwHATHsPEcl">https://www.youtube.com/watch?v=zwHATHsPEcl</a>
03/09	<b>I Café Virtual - Convite:</b> <a href="https://www.instagram.com/p/CEpTqSJn-gA/?utm_source=ig_web_copy_link">https://www.instagram.com/p/CEpTqSJn-gA/?utm_source=ig_web_copy_link</a> Fotos: <a href="https://www.instagram.com/p/CEsQ84mH5KV/?utm_source=ig_web_copy_link">https://www.instagram.com/p/CEsQ84mH5KV/?utm_source=ig_web_copy_link</a>
10/09	<b>Vídeo Como fazer um orçamento familiar:</b> <a href="https://www.youtube.com/watch?v=-U_Xpki6ms4&amp;feature=youtu.be">https://www.youtube.com/watch?v=-U_Xpki6ms4&amp;feature=youtu.be</a>
11/09	<b>Vídeo 1“Ser Idoso” - alunos do 1*Ano ADM</b> <a href="https://www.instagram.com/tv/CFA9_4Znvx6/?utm_source=ig_web_copy_link">https://www.instagram.com/tv/CFA9_4Znvx6/?utm_source=ig_web_copy_link</a>
14/09	<b>Vídeo 2: “Poema Curar” - alunos do 1*Ano ADM</b> <a href="https://www.instagram.com/tv/CFQEE5LHuUK/?utm_source=ig_web_copy_link">https://www.instagram.com/tv/CFQEE5LHuUK/?utm_source=ig_web_copy_link</a>
29/09	<b>Mensagens de encerramento das atividades do grupo:</b> <a href="https://www.youtube.com/watch?v=6fbZ52_VLAY">https://www.youtube.com/watch?v=6fbZ52_VLAY</a> <i>Boa noite! Agradeço a todos por momentos tão agradáveis e também pelos aprendizados. Grande abraço! (19)</i> <i>Boa tarde a todos! Meus agradecimentos pelos ensinamentos. Vou levar sempre o que aprendi aqui. Abraços a todos. (15)</i> <i>Obrigado a todos vcs, valeu (111). Obrigada por mais esta oportunidade (1).</i> <i>Valeu, foi um prazer ter vcs no dia a dia! Que Deus abençoe todos vcs, um abraço e fiquem em paz, valeu muito as dicas e ensinamentos. (110)</i> <i>Valeu professor Édson! Conhecimento é muito bom em qualquer idade. Obrigada pela atenção e pelo apoio e carinho. Espero podermos nos encontrar. Um grande abraço(17)</i>
26/10	<b>II Luau da Federal</b> - Vídeo de uma participante do grupo: <a href="https://youtu.be/eae8chhrxPk">https://youtu.be/eae8chhrxPk</a> <i>Boa tarde! Hoje vamos nos despedir com arte! Agradecemos pela presença de todos durante esses quatro meses. (Professora Cássia)</i>

Durante o primeiro mês do grupo, como uma maneira de aproximar das pessoas idosas contextualizando o atual cenário da pandemia, conversamos sobre temas relacionados à prevenção contra a Covid-19, à necessidade do distanciamento social e à manutenção saudável da mente e do corpo. Entre os conteúdos, compartilhamos podcasts do programa “Minuto da Pessoa Idosa – Juntos somos mais fortes contra o coronavírus”, produzidos em uma parceria do Governo de Minas com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), por meio do Sistema Estadual de Redes em Direitos Humanos (SER-DH) e da Coordenadoria dos Direitos da Pessoa Idosa (Cepid), da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese).

Em um mês, contabilizamos 20 podcasts, além de vídeos complementares e mediações da equipe que engajaram às 14 pessoas idosas a conversarem sobre os seguintes temas: Isolamento Social, Automedicação, Imobilismo, Atividade Física, Saúde Mental, Saúde Mental Durante a Pandemia, Esquecimento, Uso de máscara, Hidratação, Limpeza, Acidentes Domésticos, Cuidado com o Álcool, Vacinas, Violência contra a pessoa idosa, Direito do Consumidor, Fake News, Lavar as mãos, Novas relações com a tecnologia e Mercado de trabalho. Como surgiram mais dúvidas a respeito do tema “atividade física”, convidamos um profissional da área para responder às perguntas do grupo. O educador físico Darlan Moreira gravou um vídeo com orientações que foi enviado no *Whatsapp* do grupo e postado nas redes sociais.

A inserção do projeto nas redes sociais buscou dar publicidade a essas ações. Como a maior parte do público atendido não possuía perfil em tais espaços, a expectativa foi de que os usuários alcançados pudessem ajudar a disseminar os conteúdos postados para outras pessoas idosas, o que amplia a escala do público-alvo.

## **2.5 Ampliando a rede de conexões: UFV, RAPI e SER-DH**

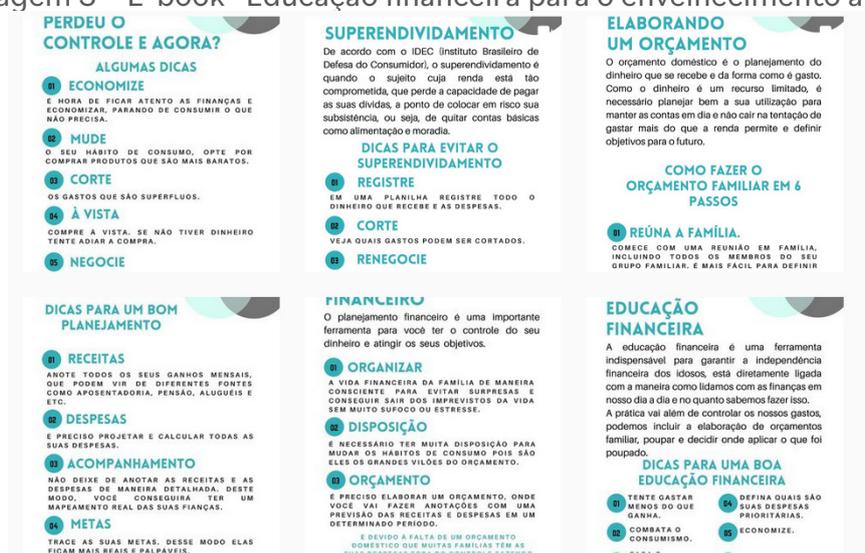
Tendo em vista o desenvolvimento do projeto, o Campus foi convidado a integrar a Rede de Proteção à Pessoa Idosa (RAPI) que reúne atores da sociedade civil e do estado na articulação do bem coletivo. Com isso, o IFMG Campus Ponte Nova é uma das primeiras instituições a integrar a RAPI em Minas Gerais.

Colaborando com a RAPI, surgiu o convite da coordenação do Programa Minuto da Pessoa Idosa para que o nosso Projeto gravasse um podcast sobre Educação Financeira. Assim, de entusiastas e disseminadores dos conteúdos do Programa como recursos de aprendizagem, passamos a integrá-lo. O arquivo produzido pode ser acessado em: <https://serdh.mg.gov.br/orientacoes/covid19/biblioteca-videoteca/audios;i=educacao-financeira>.

## 2.6 Produtos decorrentes do projeto: E-book e episódio de podcast

A partir da experiência com o grupo “Ativa Idade”, foi produzido um episódio de podcast (<https://open.spotify.com/episode/0rTuNnt7lCQekb96k6kBr-S?si=316ede1dfec94bc80>) e organizado o e-book “Educação Financeira para o Envelhecimento Ativo”, em que o leitor entrará em contato com conteúdos gerais que levam ao reconhecimento da importância de cuidar do próprio dinheiro, possibilitando a compreensão sobre os riscos do endividamento e sobre o planejamento financeiro pessoal, aprendendo a como poupar e investir. Esse produto educacional possui linguagem adequada para que a população idosa possa aprender boas práticas de gestão das finanças pessoais e assim envelhecer com mais qualidade de vida e ativamente. A imagem a seguir ilustra algumas páginas desse documento.

Imagem 3 – E-book “Educação financeira para o envelhecimento ativo”



Fonte: Os autores, 2022

## Considerações finais

A equipe do projeto avalia que iniciar a aproximação com o grupo de pessoas idosas, a partir de temas que se relacionam ao cotidiano e ao contexto imposto pela pandemia, mostrou-se uma estratégia assertiva por explorar o suporte digital, através de podcasts e vídeos, de maneira acessível às diferenças de escolarização e contextos de vida.

Na abordagem do tema educação financeira, buscamos selecionar e compartilhar conteúdos, conscientizando sobre o endividamento, modalidades de empréstimos, dívidas no cartão de crédito, crédito consignado, consumo consciente, investimentos e a importância de poupar. Nas pesquisas de re-

cursos audiovisuais, identificamos poucos resultados alinhados às características das pessoas idosas, o que revela uma demanda para a produção de material para fins didáticos em programas sobre educação financeira.

Por fim, recebemos retornos positivos, com relatos de mudanças de comportamento de algumas pessoas idosas em função do que foi compartilhado e dialogado, além da satisfação em integrar o grupo, corroborando a teoria de que a convivência (Ribeiro e Martins, 2018), mesmo que virtual, contribui para minimizar ou reduzir o isolamento e o sentimento de solidão.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, B. M.; GOMES, A. P.; MARTINS, S. Envelhecimento Ativo: das diretrizes às ações para melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 11, n. 21 (2018). Disponível em <<http://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/2890>>. Acesso em 13 de março de 2020.
- BARROS JÚNIOR, E. M.; BARRETO, E. C.; ASSIS, A. P. B. Inovação e criatividade após a aposentadoria: o direito de empreender do idoso. In: MARTINS, S.; RIBEIRO, A. Orgs. **Envelhecimento ativo: das ações à política** [recurso eletrônico] Viçosa: IPPDS, 2018., (2018)
- BRASIL. Decreto-Lei n. 8.842. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 de janeiro de 1994. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2020.'
- BUAES, Caroline Stumpf. Educação Financeira com Idosos em um Contexto Popular. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 105-127, mar. 2015. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-62362015000100105&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362015000100105&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 13 mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/2175-623646496>.
- CENTRO INTERNACIONAL DE LONGEVIDADE BRASIL - ILC - Brasil. (Org.). **Envelhecimento Ativo: Um marco político em resposta à revolução da longevidade**. Rio de Janeiro, 2015.
- FGV-Social. **A Escalada da Desigualdade** - Qual foi o Impacto da Crise sobre Distribuição de Renda e Pobreza ? Novembro/2019. Disponível em <<https://cps.fgv.br/desigualdade>>. Acesso em: 10 out. 2022.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 8.ed.
- Organização Mundial da Saúde [OMS]. (2005). **Envelhecimento ativo: uma política de saúde / World Health Organization**. tradução Suzana Conti-jo. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde. Disponível em [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento\\_ativo.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf). Acesso em 29 de junho de 2022.
- MARTINS, S.; RIBEIRO, A. Orgs. **Envelhecimento ativo: das ações à política** [recurso eletrônico] Viçosa: IPPDS, 2018.
- RIBEIRO, A.; MARTINS, S. Das políticas às ações. **Revista Científica de Direitos Humanos**, v. 1, n. 1, p. 58 a 81, 23 nov. 2018.
- VIEIRA, K. M. et al. Níveis de materialismo e endividamento: uma análise de fatores socioeconômicos na mesorregião central do estado no rio grande do sul. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUN-DACE -RACEF**, Ribeirão Preto, 2014.

# A atuação das Universidades na Governança Pública voltada à População Idosa

# Funções básicas da governança pública e a atuação de universidades voltada para a população idosa

Ivan Beck Ckagnazaroff<sup>1</sup>

## Resumo

Este capítulo parte da perspectiva de que as universidades ou instituições de ensino superior possuem um papel relevante na questão da defesa, garantia e implementação dos direitos das pessoas idosas. Ele considera que a realização de tal papel implica não apenas em ações realizadas por elas mesmas, mas principalmente em iniciativas compartilhadas com outros atores da sociedade e do Estado, que podem tomar a forma de pesquisa, ensino ou extensão. Nesse sentido, se faz necessário uma atenção para a governança pública. Este capítulo apresenta funções consideradas relevantes para o funcionamento de arranjos de governança pública. A governança pública se refere à capacidade governativa de gestão em articulação com outros atores, sejam da sociedade civil, sejam do mercado, em processos voltados para objetivos comuns. Os arranjos podem assumir diferentes modos de articulação: a hierarquia, o mercado e as redes. Para que se consiga a eficácia de um projeto em um processo que se pretende democratizar, são apresentadas as seguintes funções e discutida sumariamente a atuação das universidades/IFEs nestas funções: estabelecimento de metas, coordenação, implementação e responsabilização e avaliação. Ao longo desta apresentação é discutida sumariamente a atuação das universidades/IFEs nestas funções. Conclui-se que essas funções podem auxiliar na obtenção de um resultado eficaz e legítimo em relação às demandas dos cidadãos, à medida em que se faça uso adequado de capacidades técnica-administrativas e política-relacionais dos atores envolvidos em um determinado projeto.

139

## Introdução

Este capítulo busca apresentar funções importantes para o funcionamento de arranjos de governança pública que podem ser úteis para a atuação de universidades em projetos voltados para as pessoas idosas e que contem com o envolvimento de atores da sociedade e do Estado. O tema da governança pública ganhou espaço nas últimas décadas na discussão sobre administração pública, tanto em processos de reforma do aparelho de Estado em diversos países, quanto em pesquisas acadêmicas que buscavam estabelecer uma reflexão crítica sobre este conceito. Dentre os vários entendimentos que o termo tem, uma ideia que interessa aqui é a de que governança se refere à capa-

<sup>1</sup> Prof. Titular do departamento de Ciências Administrativas, Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG, Membro do GEGOP

cidade governativa de gestão (Diniz, 1997). Ela é tratada tanto por governos de direita quanto de esquerda. Pela direita, a preocupação primeira é com a eficiência e a *accountability* de caráter corporativo. Pela esquerda, a preocupação é com a democratização e a legitimação da administração pública. Em termos práticos, as experiências indicam uma conjugação de objetivos, que buscam tanto a eficiência quanto a democratização.

Para realizar o objetivo pretendido a parte seguinte apresentará uma concepção de governança pública e dimensões relevantes para a atuação de organismos públicos, como as universidades, que promovem ações voltadas para os direitos das pessoas idosas. Na terceira parte se apresenta a conclusão.

## 1. Governança pública

O termo “governança” é de origem grega e está relacionada à ideia de condutor (*kybernêtes*) dos navios de guerra gregos. Esta expressão também era utilizada para tratar o aparato político-administrativo à época. No latim se tem as palavras “*gubernare*” e “*regere*” aplicados para a condução tanto “de um navio quanto do Estado”. Em inglês se tem a expressão “*to govern*”. O conceito de governança seria um substantivo relacionado ao verbo governar (Schneider, 2005, p. 34). Na perspectiva de Peters (2013), o termo grego original estaria relacionado a direção. Neste sentido, a governança implica na direção da sociedade e da economia para o atingimento de objetivos coletivos. Objetivo é entendido, neste trabalho, como a situação que se deseja alcançar ao fim de uma determinada iniciativa (projeto, política pública) planejada anteriormente (Cohen e Franco, 1994, p. 88).

Como afirma Bevir (2013), governança é um termo amplo como também é sua literatura. O termo se refere a todos processos de governar/administrar/reger, seja por meio de um governo, mercado, ou rede, seja sobre uma família, tribo, corporação ou território; e seja por meio de leis, normas, poder ou linguagem. Ela é mais ampla que o termo governo, já que não focaliza apenas o Estado e suas instituições, mas também lida também com a criação de regras e ordem em práticas sociais. Estes processos possuem caráter interorganizacional, já que envolvem a articulação de atores de Estado com atores de mercado e da sociedade civil.

De acordo com Schneider (2005, p.34), que reforça os argumentos já apresentados, a noção contemporânea de governança não se reduz à administração do Estado, “mas se aplica também ao governo, regulação e condução da sociedade por meio de instituições e atores sociais. Governança transcende com isso o conceito tradicional estatal e remete a formas adicionais de con-

dução social”. Assim, governança se refere a arranjos institucionais constituídos por diversos atores sociais, de diferentes níveis de governo, de diferentes setores, com diferentes interesses e objetivos, que por determinado objetivo comum, se reúnem para concretizar, pois é relevante para a coletividade.

O entendimento de arranjos institucionais aqui adotado se baseia na abordagem de Pires e Gomide (2014), que os consideram como conjunto de regras, mecanismos e processos pelos quais se articulam diferentes atores na elaboração e/ou implementação de uma iniciativa pública. Esses arranjos podem adotar três modos de coordenação: a hierarquia, o mercado e a rede (Pires e Gomide, 2016, p. 124). A hierarquia implica em um modo vertical e centralizado de processo decisório, de coordenação e integração. As estruturas são rígidas e o seu funcionamento é orientado por normas e regras, indicando alto grau de formalismo e rotina, sem muito espaço para criação e flexibilização. Já o mercado, se baseia em trocas auto-interessadas, orientadas por contratos entre atores, que podem ser adotadas pelos governos, por meio de incentivos e avaliação de custo-benefício, proporcionando mais flexibilidade e competição (Pires e Gomide, 2016, 124). Finalmente, as redes implicam na definição de um objetivo em comum, em relações de interdependência entre os envolvidos devido a complementaridade de recursos, certa horizontalidade no processo, confiança, e compartilhamento de valores e de perspectivas, muita flexibilidade e solidariedade, mas de baixa sustentabilidade (Pires e Gomide, 2016, p.124). Tais modos de coordenação podem ser adotados não apenas em processos interorganizacionais como também dentro de uma mesma organização. Eles não se excluem na prática, mas a adoção simultânea de mais de um modo de coordenação pode gerar tensão entre os atores envolvidos no processo.

A noção adotada de governança pública, é aquela que considera que o Estado tem um papel relevante em processos de prestação de serviços públicos e na gestão de políticas públicas. Outras abordagens jogam menos peso para o Estado e o transferem para atores de mercado ou do terceiro setor. O Estado teria um papel de formulador e regulador, mas não necessariamente de executor.

Aqui, ao contrário, se reconhece que a complementaridade de recursos e competências é relevante, mas o Estado é o principal ator neste contexto já que ele também é um executor. Ele possui capilaridade, é governado por um governo eleito, ou seja, carrega legitimidade, e funciona com recursos públicos extraídos da sociedade e do mercado. Assim, aqui se utiliza a proposta de Diniz (1999, p.196), de caráter interacionista, que preocupada com a melhoria da eficácia do Estado, salienta na sua argumentação a atuação do governo ao definir governança como “capacidade governativa no sentido amplo,

envolvendo a capacidade de ação estatal na implementação de políticas e na consecução de metas”. O papel do governo também aparece em outros autores como em Frederickson (2007, p.298) que considera que “o governo é uma pré-condição essencial para a governança”. Em relação à capacidade, segundo Wilson (2000, p. 57) “se o governo não possui a capacidade de atuar, a questão da governança é discutível”.

Diniz (1997) contrapõe a adoção de arranjos de governança, caracterizada por espaços para diálogo com outros atores envolvidos nos arranjos, com as ações dos governos federais, logo após a ditadura (de 1985 até meados de 1996), de governar por meio de medida provisórias, o que poderia ser considerado como um traço de insulamento burocrático. Para Diniz (1997, p.89), a governança trata do “conjunto de mecanismos e procedimentos para lidar com a dimensão participativa e plural da sociedade”, o que demanda uma ampliação e aperfeiçoamento dos meios de interlocução e de administração dos interesses presentes no processo, ou seja, engloba questões relacionadas “à padrões de coordenação e cooperação entre atores sociais e políticos”. Isso requer que o Estado se torne mais flexível, descentralize suas funções, transfira responsabilidades e amplie o leque de atores participantes, sem descuidar dos meios de controle e supervisão.

Por outro lado, outros autores ressaltam o caráter híbrido desses arranjos, ou seja, o envolvimento de atores de diferentes setores da sociedade, ou seja, do mercado e do terceiro setor, além do estatal. Segundo Peters (2013), tal mistura de organizações pode levar a mais eficiência. Esse pressuposto repousa sobre a ideia de que o trabalho em conjunto por diferentes organizações interessadas na realização de certo objetivo comum, pode gerar complementaridades de competências, de recursos e aprendizagem organizacional, o que geraria um resultado mais eficiente.

Em suma, a governança pública tem três aspectos marcantes. O primeiro traço é que ela “combina arranjos administrativos estabelecidos com aspectos do mercado... e de organizações não-lucrativas” (Bevir,2011, p. 2). Esses arranjos combinam funcionamentos de sistemas administrativos com mecanismos de mercado e de organizações do terceiro setor. Daí podem derivar novos meios de articular atores públicos com privados e novas formas de regulação.

O segundo ponto marcante, de acordo com Bevir (2011, p.2) é que ela é multijurisdicional e, às vezes, transnacional. Alguns arranjos combinam atores de diferentes setores da administração pública e de diferentes níveis de governo (como o SUS), indo do municipal até ao nível internacional (como a ONU, por exemplo).

O terceiro aspecto é que ela engloba uma grande variedade e pluralidade de atores interessados em questões públicas. Diversos grupos de interesse e organizações não governamentais passam a fazer parte de iniciativas governamentais, como por exemplo, grupos de defesa de direitos em processos de políticas públicas ou organizações privadas não-lucrativas em processos de prestação de serviços públicos. Daí, a crescente utilização de arranjos de governança colaborativa e de parcerias público-privadas (Bevir, 2011, p.2).

**O que se pode observar é que a universidade, muitas vezes, realiza ações ou projetos ou participa de tais iniciativas, que envolvem diferentes atores, em torno de objetivos em comum. Seja por meio de pesquisa, da extensão ou do ensino. Na questão da pessoa idosa, projetos de pesquisa ou redes de pesquisa, podem envolver professores/pesquisadores e técnicos da administração pública de diferentes níveis de governo e organizações do terceiro setor.**

**Um exemplo é a RAPI, rede criada a partir da noção de governança colaborativa, coordenada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais com intuito de prover suporte técnico na proteção e provimento de informações relacionadas às pessoas idosas e ao combate da COVID-19.**

**A RAPI (Rede de Apoio à Pessoa Idosa) é constituída por diversos organismos públicos e privados, com destaque para as universidades e IFES, que contribuem com pesquisa, assessoramento e cursos de extensão voltados para questões relevantes da população idosa e para as instituições de longa permanência para idosos (ILPIs).**

**Este é apenas um exemplo de como as universidades/IFEs podem atuar com outras organizações em um arranjo de governança. A adoção de relações de colaboração entre diferentes atores, seja por parte de órgãos governamentais, seja por parte das universidades/IFEs, permite uma complementaridade de recursos e competências, que podem facilitar a realização de objetivos comuns.**

As universidades, com sua expertise em diversas áreas do conhecimento, se apresentam como um ator relevante para a elaboração e implementação de políticas públicas. A rede é considerada um modo de coordenação que permite a utilização de recursos e competências oriundas dos diferentes atores envolvidos em uma iniciativa pública.

Considerando este contexto e com o intuito de contribuir para a atuação de universidades/IFEs, tais organizações necessitam estabelecer laços que con-

tribuem para uma atuação eficaz nas iniciativas em que estejam envolvidas, sejam eficazes na sua atuação.

Diante disso, serão consideradas funções relevantes para o funcionamento adequado de arranjos de governança pública, seguindo a perspectiva de que os órgãos públicos estatais são elementos centrais no seu funcionamento. Deve-se chamar a atenção de que mesmo em ações isoladas, as universidades/IFEs devem atuar de modo próximo com aqueles que elas pretendem atender. Assim, as funções a serem apresentadas podem ser de grande utilidade nesses casos também.

## 2. Funções relevantes em arranjos de governança e as universidades/ifes

Antes de falar das funções, é importante considerar as capacidades estatais necessárias para que o Estado, ou seja, o órgão público atue com certa efetividade. Segundo Pires e Gomide (2016, p. 4), à medida que a noção de governança pública foi ganhando espaço em diferentes países e na academia, a preocupação com capacidades de Estado foram também objeto de maior atenção. A literatura sobre capacidades estatais se preocupa com “as habilidades e competências do Estado de estabelecer seus objetivos e realizá-los” (Pires e Gomide, 2016, p.124).

Considerar as capacidades e as respectivas funções é um modo de se atentar para a gestão de arranjos de governança para garantir que atuem com certa efetividade. Pires e Gomide (2016, p. 127) apresentam duas capacidades. As capacidades técnico-administrativas se referem a presença de burocracias com competência e profissionais com recursos organizacionais, financeiros, tecnológicos, que permitam uma atuação minimamente organizada de tais organizações. As capacidades político-relacionais se referem “às habilidades e procedimentos de inclusão de múltiplos atores (sociais, econômicos e políticos) de forma articulada nos processos de políticas públicas” com o intuito de se obter um consenso possível e alianças de apoio a iniciativas governamentais (Pires e Gomide, 2016, p.127).

**Como salientado anteriormente, as universidades/IFEs possuem tanto capacidades técnico-administrativas quanto às político-relacionais. Obviamente, a melhor utilização de tais capacidades depende da interação entre os atores envolvidos, seja dentro das próprias instituições de ensino, seja entre eles e os outros atores, sejam de governo ou da sociedade civil. Isto significa, que tais relações podem ser permeadas por diferenças de**



## **visão, de posicionamento político e de recursos, diferenças em ritmos de funcionamento.**

Deve-se ter claro que órgãos públicos possuem especificidades legais que os diferenciam de organizações privadas, sejam lucrativas ou não. **Por exemplo, uma universidade pública é caracterizada por seus processos burocráticos, a despeito de se ter espaços decisórios representativos em termos democráticos. Por sua vez, uma ONG pode ter um processo decisório e uma capacidade de respostas rápidas.** Tais diferenças devem ser observadas e consideradas em projetos públicos em arranjos de rede.

As capacidades técnico-administrativas e político-relacionais são operacionalizáveis por meio do exercício de certas funções necessárias para que um arranjo de governança pública possa gerar resultados satisfatórios para os beneficiários de uma política ou projeto público. São funções básicas e que podem ser adotadas por meio mecanismos participativo-deliberativos.

Para Peters (2013, pp. 29-30), a primeira função é o **estabelecimento de metas**. Meta, seguindo Cohen e Franco (1994, p. 90), pode ser compreendida como a corporificação de um objetivo, em termos espaciais, temporais e quantitativos. Em suma, é a quantificação de um objetivo pretendido.

Mas a definição de metas supõe a existência de um plano ou de um programa com determinados objetivos, em relação aos quais as metas são coletivamente estabelecidas. Ressalta-se aqui a necessidade de que os objetivos tenham foco. Isto facilita o estabelecimento de metas e a avaliação das mesmas.

Em termos políticos, além das metas refletirem o que é pretendido pelo projeto/programa, é necessário que se tenha estabelecido um mínimo de conexão com aqueles que implementarão o programa/projeto e os considerados beneficiários da iniciativa pública. Em suma, a elaboração, além da implementação, de um programa/projeto tem que envolver os diferentes públicos que têm alguma relação com o conteúdo de tal iniciativa, isso visa garantir legitimação ao processo, além de poder aprimorar a leitura da realidade e dos problemas a serem trabalhados.

**Por parte das universidades/IFEs, isto significa que os responsáveis pelos projetos têm que estabelecer canais de diálogo que funcionem de início ao fim, para evitar erros de diagnóstico, ruídos de comunicação, conflitos entre os envolvidos, e falhas de avaliação, pelo menos.**

Ressalta-se a atenção dada a diferentes grupos profissionais e burocratas existentes dentro de uma organização pública, que detém diferentes perspectivas em relação aos problemas selecionados para determinada iniciativa. Tanto tais diferenças, quanto o envolvimento de atores da sociedade no pro-

cesso de uma iniciativa pública, implicam para o gestor público o gerenciamento de conflitos e a manutenção de certo *modus operandi* que seja efetivo. Esta observação abre espaço para a função da coordenação.

De acordo com (DINIZ, 1997, pp.40-41), a **coordenação** está relacionada à integração entre diferentes áreas de governo e entre elas e os atores privados (lucrativos ou não). A preocupação aqui é obter coerência e consistência das políticas de governo. Refere-se, de um lado, a capacidade de ajustes entre programas focalizados e setoriais e, de outro, ao ajuste entre programas de maior alcance e abrangência. Além desses aspectos, a coordenação implica, também, administrar conflitos de interesses de tal modo que os compatibilize com a racionalidade governativa baseada em função de um projeto coletivo. Esse projeto coletivo corporifica o que a autora denomina de interesse público, decorrente do esforço de compatibilizar as diversas e contraditórias demandas sociais. Isto significa que os responsáveis pelo programa/projeto são capazes de lidar com o dissenso e o conflito, através da negociação e o compromisso (DINIZ, 1997, pp.40-41).

Em programas/projetos que lidam com temas, como por exemplo, envelhecimento ativo, é comum e necessário a contribuição de diferentes campos do saber. Tais campos possuem suas abordagens específicas que em um trabalho que envolve diferentes organizações, têm que ser compatibilizadas para se obter coerência na ação. Por outro lado, a presença de diferentes organizações, ou de diferentes órgãos de uma mesma organização, **como os diferentes departamentos de uma universidade**, pode ser caracterizada pela reprodução de conflitos de origem profissional, por disputas por recursos ou por espaço político. Isto só ressalta a relevância da coordenação e da coerência em arranjos de governança.

Uma outra função é a **implementação**. Para Peters (2013, p.13) e Hill e Hupe (2009) a implementação é o elemento crucial da governança. Ou seja, o estabelecimento de arranjos para projetos é inútil se nada é implementado, ou se o que é implementado não resolve os problemas enfrentados pelos grupos beneficiários. Aqui ela é entendida, segundo Diniz (1997, p.42), como as condições do Estado ou de um órgão público de mobilização de recursos técnicos, institucionais, financeiros e políticos que são exigidos para a execução de suas decisões. Para tal é necessário que os recursos estejam disponíveis. Se não, deve-se criá-los e, também, levar em conta os recursos decorrentes da competência técnica e excelência do quadro administrativo.

**Além desses aspectos, é importante garantir as condições de sustentação política das decisões. Considera-se que a implementação possua um caráter eminentemente político. Desse modo, ela exige uma estratégia de manutenção de canais abertos tanto com a sociedade quanto com o sis-**

tema representativo como, por exemplo, os partidos políticos, grupos de interesse, movimentos sociais e o poder legislativo, além dos beneficiários, para verificar a percepção dos mesmos sobre o andamento da implementação. Deve-se agregar que a dependência das Universidades/IFEs de recursos provenientes do poder executivo as coloca em situação delicada, à medida em que a prestação de tais recursos podem ser sujeitos a descontinuidade administrativa ou a remanejamentos orçamentários por motivos outros, podendo interromper projetos de prestação de serviços para pessoas idosas, por exemplo.

A **implementação** implica em relacionamentos entre quem decide o que vai ser implementado e quem vai implementar. Isto demanda um relacionamento próximo entre esses atores para que se evite resultados ruins em termos de eficiência e de eficácia. Pressupõe que o que está sendo implementado, reflita as demandas do público a ser atendido. Daí a necessidade, ressaltada anteriormente, de um lado, de dialogar com os beneficiários, na definição de objetivos; de outro, dialogar também com os responsáveis pela implementação das ações, já que eles podem contribuir na elaboração de projetos, com intuito de evitar equívocos no andamento do processo. Ou seja, a implementação pode ser entendida como um processo horizontal de negociação, ao invés de ser um processo hierárquico (de cima para baixo, top-down) de decisão, onde um decide e o outro implementa, orientado pelas noções de comando e controle.

Em geral, a implementação top-down (de cima para baixo, de caráter hierárquico onde se tem uma separação entre quem decide como será feito e quem realiza o que foi planejado) leva a problemas de erros de planejamento e de execução. Como diz Peters (2013, p. 31), o distanciamento de meios de controle e comando, típicos da burocracia pública, em direção a meios de negociação pode facilitar a implementação já que gera uma conformidade maior, entre os atores envolvidos, sem levar a uma alienação decorrente de posturas mais hierarquizadas. A posteriori, tal negociação pode gerar aprendizado para aqueles responsáveis pela elaboração e implementação da iniciativa.

Esta postura dialógica não exclui a necessidade controle, já que as universidades públicas devem prestar contas dos seus gastos, garantindo assim transparência. Este conceito é uma característica importante de arranjos de governança pública

Finalmente, se apresenta a função de **responsabilização e avaliação** (Peters, 2013, p. 31). Em democracias, a **responsabilização** é fundamental diante da necessidade de controle e monitoramento na utilização de recursos públicos. Ela demanda que os órgãos envolvidos na governança, adotem mecanis-

mos de transparência para informar a sociedade sobre decisões e iniciativas tomadas em relação ao programa/projeto. Além de apresentar justificativas por tais ações. A responsabilização engloba instrumentos de prestação de contas para verificar o que ocorreu de errado e o motivo para tal, além de informar sobre os pontos de conformidade na execução em relação ao que foi planejado. **Como as universidades já são controladas por órgãos de controle, elas já possuem uma larga experiência nesse tipo de questão.**

Já a **avaliação** é entendida como meio de aprendizagem pelos e para os responsáveis de programa/projeto, incluindo os próprios políticos, com o intuito de aprimorar a performance de suas iniciativas. De acordo com Cohen e Franco (1994, p.77) avaliação seria uma função busca “maximizar a eficácia dos programas na obtenção de seus fins e a eficiência na alocação de recursos para a consecução dos mesmos”. No entanto, Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 35), em uma definição mais ampla e profunda, consideram que “avaliação é identificação, esclarecimento e aplicação de critérios defensáveis para determinar o valor (valor ou mérito), a qualidade, a eficácia ou a importância do objeto em relação a esses critérios.” Esta última definição, engloba a preocupação com eficiência e eficácia, mas para refletir uma preocupação com o valor daquilo que se pretende realizar. Isto significa que aqueles que se pretendem que sejam atendidos, tem que ter voz ao longo do processo (para auxiliar na identificação do(s) problema(s), na elaboração e implementação de um projeto/programa), já que o diálogo com esse grupo de atores pode auxiliar na definição dos objetivos a serem alcançados (que servem como critérios para se alcançar a eficácia) e do valor e do mérito da iniciativa.

**Existem várias universidades que possuem núcleos de pesquisa em avaliação e elas podem contribuir muito para avaliações de projetos de organizações governamentais e/ou de fomento, além de avaliarem seus próprios projetos.**

Considerando processos de elaboração de políticas públicas como contínuos, onde os problemas não são bem resolvidos, ou seja, eles continuam a existir e a se modificar em certa extensão, a avaliação é um meio de aprimoramento de políticas públicas em relação àquelas anteriormente adotadas. Mesmo quando se tem uma mudança de governo, ela permite ao novo governante a adoção de uma iniciativa melhorada em relação às ações do governo anterior (Peters, 2013, pags. 31- 32), **além do aprendizado decorrente das análises empreendidas para tal avaliação. Ou seja, por outro lado, a inserção das universidades nesses processos pode auxiliar na formação de estudantes em geral.**

Levando em conta, o aspecto democratizante que um arranjo de governança pode ter, o processo avaliativo pode ser encarado como mais um momento de diálogo, por meio de reuniões por exemplo, seja com os funcionários que atuam na ponta, na realização da iniciativa, já que eles podem indicar o que deu certo ou errado e alguns motivos para tais resultados; como também os beneficiários sobre a percepção que eles possuem sobre aquilo que eles receberam. Em suma, a realização de avaliação pode significar um ganho técnico e político fundamental para a sustentação de uma iniciativa pública que pretenda atender demandas dos beneficiários de modo eficaz e modificar as vidas dessas pessoas.

### 3. CONCLUSÃO

O capítulo buscou apresentar uma noção de governança pública, que ressalta um modo de governo onde se tem a articulação de uma organização pública estatal com outras de outros setores como o mercado e/ou a sociedade civil. Os arranjos de governança podem ter três modos de coordenação: o hierárquico, o de mercado e o de redes. Tais modos podem ser utilizados simultaneamente. De toda forma, o intuito é garantir que a iniciativa a ser realizada tenha eficácia e seja democrática. As funções comentadas servem de orientação tanto para gestores quanto para acadêmicos. Em termos práticos, a realização das funções citadas demanda tanto capacidades técnica-administrativas quanto capacidades político-relacionais. A atuação de um órgão público, **como uma universidade**, exige uma busca por eficácia e por democratização da sua gestão simultaneamente, de tal maneira que as demandas daqueles para os quais as iniciativas sejam dirigidas possam ser minimamente atendidas, com efeitos sociais e políticos que garantam os direitos do público atendido pela organização pública.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

- BEVIR, M. (2011). Governancy as Theory, Practice, and Dillema, In: M. Bevir (ed.) **The SAGE Handbook of GOVERNANCE**, London, SAGE, pp.1-16.
- BEVIR, M. (2013). **A Theory of Governance**, Berkeley and Los Angeles, University of California Press.
- COHEN, E. e Franco, G. (1993). **Avaliação de projetos sociais**, Petrópolis, Vozes.
- DINIZ, E. (1997) Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: Diniz, E.; Azevedo, S. de (Orgs.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: UnB/ENAP, pp19-54.
- FREDERICKSON, H. G. (2007) Whatever Happened to Public administration? Governance, Governance Everywhere; In: Ferlie, E.; Lynn Jr; L. E.; Pollit, C. **The Oxford Handbook of Public Management**; Oxford, cap. 12; p.282-304.
- HILL E HUPE (2009) **Implementing Public Policy**. London, Sage.
- PETERS (2013) O que é Governança?, Revista do TCU, mai/ago, pp. 28-33.
- PIRES. R.R.C. e Gomide, A. de A. (2016), Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 158, pp. 121-143, jun.
- PIRES, R. R. C. e Gomide, A. de A. (2014). **Capacidades estatais e Democracia: arranjos institucionais de políticas públicas**, Brasília, IPEA.
- SCHNEIDER, V. (2005), Redes de políticas públicas e condução de sociedades complexas. Porto Alegre, **Civitas**, v.5, n.1, jan/jun, pp.29-58.
- WILSON, R. H.(2000) Understanding Local Governance: an International Perspective. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, abr./jun., vol.40, n. 2, p. 51-63.
- WORTHEN, B. R.; Sanders, J. R. e Fitzprattick, J. L. (2004). **Avaliação de programas**, São Paulo, Editora Gente, Edusp.

# Histórias da Pandemia: a alegria do encontro

Stefania Becattini Vaccaro, Andreia Queiroz Ribeiro, Thaís dos Santos Gomes

## Resumo:

O convite à escrita de um capítulo sobre as políticas e os direitos da pessoa idosa nas universidades trouxe a possibilidade de realizarmos um brinde à esperança. Um brinde à alegria do encontro entre pessoas, Conselhos de Direito da Pessoa Idosa e universidades, o qual tem sido capaz de rearticular a construção da cidadania nos territórios e a transformação social. Mas, que história é essa?

## Cena I: A luz no escuro

Em fevereiro de 2020, o Brasil recolhia as fantasias de carnaval. Era ainda tempo de euforia, de serpentina e de amores foliões. Mas, de repente, a presença da morte se instalou de forma absoluta entre nós.

Não, não era apenas uma quarta-feira de cinzas a anunciar o início da quaresma; era a COVID-19 que estampava em nossos rostos a vulnerabilidade da vida e o milagre da existência. Era a COVID-19 que revelava a fratura social de um Brasil estruturado sob profundas desigualdades socioeconômicas. Era a COVID-19 que desvelava a nossa interdependência social e a impossibilidade de viver em isolamento.

Das ruas em multidões, como num passe de mágica, passamos a viver em ilhas e, muitas vezes, distanciados daqueles que amamos. As mortes, todos os dias, eram anunciadas aos milhares, assombrando-nos. Cada um de nós precisava se encontrar com o melhor e o pior de si mesmo e, no escuro de cada noite, precisava sozinho reaprender a viver. Foram tempos duros que a todos desafiava.

Àquele momento nada sabíamos da doença propriamente; apenas sobre a vida. Sabíamos ser necessário alimentar, exercitar fisicamente, trabalhar, estudar, encantar com as artes, amar; sem o que morreríamos ainda que a doença não nos acometesse. Atos cotidianos que, de repente, ganharam

enorme complexidade e, para alguns, muito mais que para outros. Pobres e velhos morriam em maior número e revelavam a nossa cegueira social.

Foi nesse cenário desconhecido e assustador que decidimos nos mover. De forma voluntária, reunimos várias pessoas para realizar apoio técnico aos municípios mineiros no cuidado à população mais vulnerável e às pessoas idosas. A ação foi capitaneada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e pelo Governo de Minas Gerais, mas reuniu pesquisadores dos mais diferentes rincões do país.

A capacidade de articulação rápida só foi possível porque vários professores-pesquisadores estavam vinculados ao GEGOP - grupo de trabalho Clacso: espaços deliberativos e governança pública - e já vinham desenvolvendo pesquisas e ações extensionistas voltadas à população idosa para implementar a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa<sup>1</sup>.

Esse grupo de pesquisadores, conhecendo a realidade do interior do Brasil, detectou rapidamente a ausência de planos emergenciais e elaborou documentos orientadores para apoiar os municípios em suas ações. Mas, os anos de vivência e de pesquisa junto às municipalidades também revelavam de pronto a insuficiência dessa iniciativa. Sabíamos que sem a presença de uma rede de apoio aos municípios os planos emergenciais se resumiriam a papéis. Além disso, sabíamos de várias ações voluntárias adotadas individualmente ou em pequenos grupos.

A pergunta era: como rearticular e fortalecer essas ações para alcançar todo o território de Minas Gerais? A luz veio com a ideia de formar uma Rede de Apoio à Pessoa Idosa (RAPI) coordenada pelo governo estadual; único ente capaz de ver e acessar a integralidade do território.

Assim, surgiu a rede de governança colaborativa entre governo, regionais da secretaria de estado e desenvolvimento social (SEDESE), sociedade civil e universidades para apoiar os municípios e permitir que cuidassem do maior número de pessoas em vulnerabilidade. A Coordenadoria Estadual de Políticas para as Pessoas Idosas (CEPID) fez com que as informações circulassem pelos 853 municípios mineiros.

A partir dessa rede e com a atuação do SERVAS - Serviço Social Autônomo - foram distribuídos alimentos, água, produtos de limpeza e equipamentos de proteção individual em várias comunidades. Mas também, foram ofertados

1 Estratégias Brasil Amigo da Pessoa Idosa é um programa de integração de políticas públicas para que comunidades e cidades promovam o envelhecimento ativo, saudável e sustentável. O programa foi criado no ano de 2017 sob a coordenação do antigo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em parceria com o Ministério da Saúde, com o Ministério de Direitos Humanos, com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e com o Fundo Nacional de Direitos da Pessoa Idosa (FNDPI).



atendimentos virtuais de apoio técnico nas mais diferentes áreas do conhecimento: contábeis, enfermagem, psicologia, direito, administração pública, nutrição, entre tantas outras.

É verdade, naquele momento os ares da morte nos rondavam. Mas, a vida lentamente ganhou novos movimentos e ressurgiu entramada pelos atos de trabalho diário de cada uma das pessoas envolvidas na construção do amanhã.

## Cena II: Uma moeda por um Conselho

Você quer um conselho?

Escute seus avós. Eles já viveram muito e sabem das belezas e das dificuldades do viver. Sabem que cada idade carrega em si sonhos e que construí-los exige esforço, paciência, resiliência e amor pelo processo de conquista diária. Sabem que toda casa se constrói tijolo a tijolo, com o suor do trabalho diário. Sabem que nada se constrói sozinho, que precisamos uns dos outros, mas o acolhimento de todos depende de uma casa acessível, de portas abertas e de fácil trânsito. Oxalá, que possamos construir nossas cidades nesse modelo.

Afinal, uma cidade acessível e adaptada às pessoas idosas é uma cidade para todos; capaz de incluir diferentes idades e necessidades individuais como de uma gestante, de uma criança ou de uma pessoa com deficiência. É um trabalho diário de transformação do espaço e que será mais eficiente se todos envolver.

Para orientar esse processo, a Organização Mundial de Saúde (OMS) elaborou o Guia Global Cidade amiga do Idoso e estruturou a Rede de Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas<sup>2</sup> indicando oito dimensões que influenciam diretamente a saúde e a qualidade de vida das pessoas: espaços ao ar livre e edifícios, transporte, habitação, participação social, respeito e integração social, participação cívica e trabalho, comunicação e informação, e apoio da comunidade e serviço à saúde. Os mais velhos, no entanto, nos dizem que se tentarmos avançar em todas essas direções ao mesmo tempo e sem um planejamento é receita certa para o insucesso. Como, então, devemos fazer?

Dizem que o segredo da receita está em conhecer seu próprio território e nele identificar as parcerias estratégicas e as áreas específicas prioritárias

2 Para saber mais informações consulte <https://bit.ly/3u4S8Sg>

para receber atenção e recursos financeiros. Se o segredo é simples, a execução é um pouco mais complicada e deve ser feita por etapas.

A primeira etapa é criar um Conselho de Direitos da Pessoa Idosa (CDPI). Este será o espaço de reunião de pessoas da sociedade civil de diferentes idades - incluindo, fundamentalmente, pessoas idosas (nada de nós sem nós) - e de representantes da administração pública para, em diálogo, buscarem construir soluções para os problemas locais. Também será um espaço de aprendizado sobre as políticas nacional e estadual voltadas à promoção e proteção das pessoas idosas, para que possam ser implementadas e avaliadas continuamente. Mas, não é só isso!

O Conselho ainda irá funcionar como o espaço de referência da cidade para proteção de direitos e da cidadania. Ele pode promover cursos e ações de fiscalização sobre os equipamentos destinados ao atendimento das pessoas idosas; pode promover festas de congregação das pessoas idosas e de suas famílias, como também deliberar sobre todas as ações, programas e políticas locais voltadas à pessoa idosa. Mas, sabemos, que de nada adianta deliberar sobre políticas e programas que queremos sem recursos. Este é o segundo passo!

Uma vez constituído e ativo o Conselho de Direitos da Pessoa Idosa (CDPI), é preciso instituir os Fundos de Direito das Pessoas Idosas (FDPI)<sup>3</sup> para reunir recursos destinados especificamente à promoção de políticas e de ações para essa camada populacional.

Os Fundos de Direito são instrumentos legais que permitem exceção ao princípio da unidade orçamentária, o que significa dizer que os recursos eventualmente destinados a esse fundo somente podem ser aplicados em prol da população idosa e ficam impedidos de serem destinados a outros fins. De modo diferente, significa dizer que a partir da criação dos Fundos no território local existe a possibilidade concreta de ter recursos disponíveis para executar as ações e projetos deliberados no âmbito do Conselho.

Mas, você pode estar pensando que esses Fundos irão trazer novos encargos financeiros ao município ou que irão competir com recursos destinados a outras áreas. Se este for o seu caso, nós advertimos que você está enganado.

Os Fundos de Direito da Pessoa Idosa funcionam como unidades orçamentárias de captação de recursos independentes, à espécie de uma conta bancária. Aliás, para ter o Fundo ativo em sua cidade é preciso justamente abrir uma conta em um banco público e validar esse dado junto à Receita Federal do Brasil. A partir daí cada indivíduo ou cada empresa, residente ou não na cidade, poderá destinar para o Fundo de Direito da Pessoa Idosa parte do Imposto de Renda devido anualmente à União.

3 Para maiores informações consultar <http://bit.ly/2QOIJ0P>

Observe que a quantia a ser destinada ao FDPI é um valor devido ao Imposto de Renda, de modo que não há a criação de novo encargo ao contribuinte e nem ao município. A diferença é que a Lei nº 12.213/2010 e a Lei nº 13.797/2019 autorizaram ao contribuinte reservar uma parcela do imposto devido para ser aplicado em um setor específico de sua escolha, *in casu* as políticas e os programas voltados à pessoa idosa.

Essa destinação de parte do imposto de renda é, pois, uma autorização legal que pode ser utilizada tanto pelas pessoas físicas (PF) quanto pelas pessoas jurídicas (PJ) e, atualmente, não compete com igual valor<sup>4</sup> que pode ser destinado ao Fundo da Infância e da Adolescência (FIA). Trata-se, portanto, de uma enorme oportunidade para os Conselhos trabalharem em seus territórios com a cidadania tributária. Simples ações adotadas aqui podem ter grande repercussão.

Mas, lembrem-se do conselho: é preciso conhecer o território de sua cidade para realizar campanhas de arrecadação de receitas para o Fundo. Imagine que na sua cidade existe uma universidade pública ou uma comarca do Poder Judiciário. Se o Conselho conseguir que cada servidor público destine a parcela de seu IR devido ao Fundo da cidade, serão muitos os recursos arrecadados e, para isso, basta um simples convênio com a fonte pagadora dos salários e uma campanha de conscientização sobre a importância do Fundo nas políticas locais. De quebra, o Conselho conseguirá comunicar-se com toda a sociedade e ganhar visibilidade para suas causas.

A próxima etapa é realizar o plano de ação para aplicação dos recursos. Esse plano de ação se refere ao planejamento de ações políticas voltadas a aprimorar a rede de atendimento à pessoa idosa no município e o ideal é que seja desenvolvido com base em diagnóstico qualificado, capaz de identificar lacunas e fragilidades da rede de atenção à pessoa idosa, bem como na distribuição territorial da rede de serviços.

Essa pode ser aparentemente uma etapa difícil porque requer a investigação sobre os equipamentos e os serviços já existentes no território em comparação com as políticas nacionais e estaduais dentro das oito dimensões indicadas pelo Guia Global Cidade Amiga do Idoso. Mas, não se assuste! Aqui o conselho é contar com a experiência da Universidade que congrega em si diferentes campos do saber e tem dentro de sua finalidade última a realização de pesquisas.

---

4 As pessoas jurídicas optantes pelo lucro real podem destinar até 1% do imposto devido, enquanto as pessoas físicas podem destinar de 6% a 3% a depender do momento de efetivação da entrega (se dentro do próprio ano base da declaração de imposto de renda ou se no momento de realização da declaração de imposto de renda).

Além disso, na elaboração desse plano, o Conselho deve envolver toda sociedade local por meio da realização de fóruns, encontros setoriais e de Conferências municipais voltadas a discutir as políticas públicas de promoção da pessoa idosa. Deve também promover o diálogo entre Conselho e Administração Pública para decidir as prioridades do município e eleger objetivos comuns a serem perseguidos pelas partes. Viu, como é fácil!

Em sequência, o Conselho deve elaborar o Plano de Aplicação para indicar o montante de recurso do Fundo da Pessoa Idosa destinado ao atendimento dos respectivos programas, ações e projetos a serem executados naquele ano, os quais devem estar intimamente relacionados às prioridades definidas no Plano de Ação.

Já para realizar a escolha dos programas, ações e projetos em específico, o Conselho deverá realizar um chamamento público<sup>5</sup> e, então, selecionar as entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que estejam mais aptas a executar o projeto ou ação. Assim, o Conselho vai estimular que toda a sociedade se envolva na construção da cidade amiga da pessoa idosa.

Mas, lembre-se: os editais de chamamento público devem indicar uma comissão de seleção (órgão colegiado composto por pelo menos um servidor público efetivo) para processamento e julgamento das propostas apresentadas. Aqui a peça-chave para o sucesso das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil é a atuação efetiva do Conselho de Direitos da Pessoa Idosa no planejamento do edital.

Essa receita trará novos recursos financeiros ao município e irá alimentar a dinâmica de participação social e de descentralização das políticas públicas. Também irá se constituir como um importante mecanismo de fortalecimento da cidadania e de desenvolvimento local. Você quer experimentar?

### **Cena III: Aprender todos os dias**

Havia um tempo em que ir à escola era coisa dos pequenos e dos jovens. Havia um tempo em que ensinar era coisa de adultos e dos mais velhos. Esse tempo acabou. Agora, o tempo é de aprender todos os dias e com todas as pessoas. O tempo é de trocar experiências e de compreender que cada indivíduo é um universo de potencialidades mergulhados em uma realidade social,

<sup>5</sup> Embora haja obrigatoriedade de chamamento público para uso das verbas de natureza pública, a Lei nº 13.019/2014 prevê três exceções: a parceria dispensada, a parceria dispensável e a parceria inexigível (arts. 30 e seguintes).

uma trajetória individual, detentores de conhecimentos, habilidades e atitudes. A tarefa longe do trivial é um desafio.

Permanecer ativo, dizer sobre si, seguir adiante em cenários incertos, pedir ajuda, manter a autonomia, parar, ouvir o outro, acolher, compreender uma perspectiva diferente, desconstruir certezas. São movimentos que podem gerar desconforto ou podem traduzir a magia de estarmos vivos e reinventarmos diariamente nossos lugares. Qual lado você vai escolher?

A Universidade escolheu abrir as portas para as pessoas idosas e realizar estudos sobre a velhice, o envelhecimento e a longevidade, enquanto aprende sobre mudanças evolutivas no curso da vida, novos papéis sociais, desafios para a inclusão tecnológica entre tantos outros temas.

As UNAPIs (Universidades Aberta para Pessoas Idosas) é um programa de extensão que utiliza dos espaços da universidade e de suas competências para desenvolver cursos, palestras, oficinas regulares, teatro e cinema destinados a promover integração social e educacional das pessoas idosas, mas que recebe a oportunidade de interagir com essa camada populacional para aprender sobre o envelhecimento, a partir da perspectiva das próprias pessoas idosas. Além disso, promove um contato intrageracional com jovens que compartilham essas vivências, a partir de iniciações científicas, estagiários e bolsistas de extensão e de ensino. Essa ação, de natureza interdisciplinar e transversal, tem feito das UNAPIs um espaço privilegiado para pesquisa e para a construção do conhecimento nas mais diferentes áreas. Um espaço privilegiado para promover a educação para a longevidade para diferentes públicos, desde as pessoas idosas, a academia, a governança e os profissionais envolvidos com o cuidado desse grupo etário.

Se pensado de forma integrada, esse espaço pode também ser direcionado à busca de soluções para questões locais do envelhecimento. Pode permitir que cada uma das pessoas envolvidas nas ações e, a cidade no seu conjunto<sup>6</sup>, “modifique a forma como pensamos, agimos com relação à idade e ao envelhecimento”, “promova a capacidade das pessoas idosas”, “entregue serviços de cuidados integrados e de atenção primária à saúde centrados na pessoa e adequados à pessoa idosa”, e “propicie o acesso ao cuidado de longo prazo às pessoas que necessitem”. As UNAPIs podem, portanto, ser o espaço para a cidade trabalhar na promoção da Década do Envelhecimento Saudável 2021-2030.

Esse plano foi desenvolvido com base na estratégia global da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre envelhecimento e saúde, no Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento e nos Objetivos de Desenvolvimento

<sup>6</sup> A lista diz respeito aos 4 eixos de atuação dos objetivos da Década do Envelhecimento Saudável.

Sustentável da Agenda das Nações Unidas de 2030 e é capaz de garantir que o envelhecimento saudável e ativo seja uma realidade para muitos. Fomentar essa transformação é o papel que as Universidades têm buscado assumir e que as municipalidades podem se utilizar para, de imediato, dar início à construção de uma cidade amigável e acolhedora de todas as idades.

Novamente, a tarefa não é trivial e pode parecer mais difícil a alguns municípios localizados no interior do Brasil, com pequenas estruturas de administração pública e sem a presença física das Universidades em seu território. Mas, também para esses, há possibilidade de seguir adiante na transformação social. Com a pandemia aprendemos a trabalhar à distância, ofertamos treinamentos e suporte técnico de forma remota, nos associamos à rede de Universidades para permitir atuar em todo território nacional, a partir das especificidades locais.

Utilizando do GEGOP - grupo de trabalho Clacso: espaços deliberativos e governança pública - como um sistema de integração já reunimos a Universidade Federal de Viçosa, a Universidade Federal de Lavras, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade Federal de São Carlos, a Universidade Federal do Paraná, a Universidade Federal de Rondônia para, em conjunto, ofertar<sup>7</sup> capacitações em EAD aos Conselhos de Direitos das Pessoas Idosas, às Instituições de longa permanência para pessoas idosas (ILPIs) e às pessoas em geral nos temas de educação financeira e em empreendedorismo.

Em cada uma dessas pequenas ações temos unido esforços para alcançar o território nacional na amplitude de sua diversidade. Em cada uma dessas pequenas ações temos aprendido sobre as diferenças locais, a potência do fazer em rede, e as possibilidades concretas de esperar sobre o amanhã. A pergunta é: você vem conosco?

7 O curso ConFoco SC, Foco MG, AGE ILPIs, GERAR foram alguns dos cursos ofertados no ano de 2021 e 2022.

# Governança Colaborativa nas Políticas da Pessoa Idosa no Estado de Minas Gerais: o Caso da Rapi/MG

Simone Martins<sup>1</sup>, Andréia Queiroz Ribeiro<sup>2</sup>, Roseany Gloriane Mendes<sup>3</sup>, Sabrina Olímpio Caldas de Castro<sup>4</sup>, Ivan Beck Ckagnazaroff<sup>5</sup>, Ricardo Duarte Gomes<sup>6</sup>

## Resumo

O capítulo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa-ação, realizada no ano de 2021, com o qual se buscou analisar o processo de criação e implementação da Rede de Apoio à Pessoa Idosa no Estado de Minas Gerais (Rapi/MG). Esta Rede é uma inovação na gestão pública, à medida em que sua coordenação se baseia na noção de governança colaborativa. Para a análise foram abordadas as seguintes dimensões da Rede: atores sociais (colaboradores, financiadores), tipos de colaboração e formas de organização. Verificou-se que a criação e implementação da Rapi/MG contou com o apoio de universidades. Foi estruturada inicialmente em macro ações que colaboraram para a resolução de problemas coletivos emergenciais, principalmente relativos à pandemia da Covid-19, os quais desafiavam a atuação isolada da administração pública. A Rede é financiada pelos próprios entes públicos e demais parceiros e continua ativa com o objetivo de fortalecer as políticas para a população idosa. Se verificou que tanto a criação quanto a implementação reproduzem traços de governança colaborativa.

Palavras-chave: Cooperação. Governança Colaborativa. População Idosa. Rede de Apoio à Pessoa Idosa em Minas Gerais.

## 1 introdução

As críticas ao modo hierárquico de governar, adotado pela administração pública ao longo do século XX, e a emergência dos denominados wicked problems<sup>7</sup> desafiavam a capacidade da administração pública de, a partir de uma

1 Professora do Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: simone.m@ufv.br.

2 Professora do Departamento de Nutrição e Saúde da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: andreia.ribeiro@ufv.br.

3 Doutoranda em Administração no programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: roseanymendes@gmail.com.

4 Professora do Instituto Federal Fluminense. E-mail: sabrina.castro@ufv.br.

5 Professor do Departamento de Ciências Administrativas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: ivanbeck00@gmail.com.

6 Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: ricardoduarte.ufv@gmail.com.

7 De acordo com alvesko (2012), trata-se de problemas sociais ou culturais de difícil ou impossível solução por quatro razões: conhecimento incompleto ou contraditório dos

única entidade governamental hierárquica, solucionar problemas coletivos cada vez mais complexos.

Tais desafios se intensificam em contextos de emergências, que afetam em grande escala a população, criam um ambiente consideravelmente distinto da normalidade e demandam rápida mobilização pelos entes públicos (Alves & Costa, 2020), como é o caso da pandemia da Covid-19.

Em cenários de calamidade que desafiam a administração pública, estudos têm evidenciado a colaboração entre diferentes atores como um caminho plausível para resolver as demandas da sociedade e viabilizar a superação das crises.

Comfort e Kapucu (2006) analisaram as interações entre entidades públicas, privadas e sem fins lucrativos para lidar com os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, tendo considerado os relacionamentos em termos de apoio e acesso às informações. Como resultados, indicaram a relevância do apoio mútuo e do compartilhamento de informações adequadas como aspectos fundamentais à adaptação e ao aprendizado para antecipar e responder a eventos extremos.

Simo e Bies (2007) analisaram o envolvimento de organizações sem fins lucrativos em setores transversais para a recuperação e reconstrução de cidades após furacões. Como conclusões, apontaram a relevância de esforços colaborativos para o gerenciamento de emergências.

Em 2020, diante do cenário de pandemia da Covid-19, Andion (2020) destacou a necessidade de realização de estudos dedicados à análise e discussão das redes colaborativas locais. Ainda, identificou a escassez de estudos que focalizam a colaboração como mecanismo de lidar com as demandas de grupos populacionais mais vulneráveis ao vírus. Dentre esses grupos, a população idosa.

Neste sentido, cabe indagar: Como se estrutura a governança colaborativa para fortalecer as políticas da pessoa idosa no Estado de Minas Gerais? Qual o papel das universidades?

Para responder às questões apresentadas, foi realizada uma pesquisa ação<sup>8</sup>, com participação dos autores no planejamento, na implementação, no apoio e na análise das ações empreendidas pela Rapi/MG. No processo de

---

problemas, número de pessoas e opiniões envolvidas, grande carga econômica para os envolvidos e natureza interconectada de um problema com outros com a mesma característica (por exemplo, a pobreza está ligada à educação, mas também a nutrição. E assim por diante).

<sup>8</sup> Este capítulo é parte da pesquisa intitulada: Governança Colaborativa em Defesa da Pessoa Idosa: em análise a Rede de Apoio à Pessoa Idosa em Minas Gerais, registrado no SISPPG/UFV sob o número 60213275437.



análise descritiva foram utilizadas notas observacionais e de documentos que registraram as ações.

Este capítulo, além desta breve introdução, está estruturado nas seguintes seções: Governança Colaborativa, uma breve contextualização do processo de criação da Rapi/MG, o papel das universidades na Rapi/MG e se encerra com as considerações finais.

## 2 Governança colaborativa

Tanto a abordagem *top-down* de políticas públicas quanto o modelo burocrático de administração pública se caracterizam pela hierarquia e centralização decisória. No caso das políticas públicas, na perspectiva *top-down* considerava-se que uma única entidade pública detinha jurisdição legal sobre determinada área de política pública, de acordo com uma delegação de autoridade definida (Bingham, 2011, p. 386).

Estas estratégias de gestão de comando e controle hierárquicos, adotadas pela entidade responsável, falhavam em lidar com problemas que não poderiam ser enfrentados por uma única entidade (Kissler & Heidemann, 2006). Degradação ambiental, ineficácia em processos de desenvolvimento econômico urbano e problemas de saúde pública eram, e ainda são, exemplos desses problemas que a administração pública e os governos enfrentavam e enfrentam a partir dos anos 70.

No contexto supracitado, o conceito de governança foi crescentemente adotado em diversos países. A noção de governança adotada aqui segue as concepções de Frederickson (2007) e Bingham (2011), pelas quais a governança implica em atividades entre vários atores e com potencial justaposição jurisdicional. Isto significa que o Estado deixa de atuar sozinho para trabalhar com outros órgãos públicos de uma mesma jurisdição (seja ela federal, estadual ou municipal, no caso brasileiro), ou de jurisdições diferentes, ou, ainda, entre órgãos de setores distintos, e, finalmente, com organizações privadas e, ou, da sociedade civil. Este processo engloba interações não-hierarquizadas (Kohler-Koch & Rittberger, 2006). Cabe agregar que tais processos ganham corpo por meio de estruturas, constituindo assim arranjos de governança.

Segundo Bingham (2011), a literatura que se refere à colaboração em governança, pode ser alocada em duas categorias gerais. A primeira trata da colaboração entre organizações, que também pode ser denominada de gestão pública colaborativa ou governança de rede. A noção de rede implica em relações entre mais atores do que simplesmente dois em uma relação de contrato

bilateral. De qualquer modo, a noção de contrato como metáfora pode ser apropriada, na medida em que governança implica na mistura entre privado e público por meio de acordos consensuais entre os componentes da rede. Já a noção de colaboração implica em um relacionamento próximo entre atores, tal como um grupo de indivíduos que trabalha em conjunto para atingir determinado fim. (Bingham, 2011). Dessa forma, emerge uma nova estrutura, há compartilhamento de recursos, relacionamentos definidos e comunicação. Como afirma Bingham (2011), a colaboração implica também na utilização de capital social, se não na criação de capital social para o alcance de objetivos comuns.

A governança colaborativa é definida por Ansell e Gash (2008, p. 544) como:

um arranjo de governo onde uma agência pública, ou mais, diretamente se engaja com *stakeholders* não-estatais em um processo decisório coletivo que é formal, orientado para o consenso deliberativo e que objetiva realizar ou implementar política pública ou gerenciar programas ou ativos públicos (traduzido pelos autores).

Para caracterizar e analisar a formação da Rede de Apoio à Pessoa Idosa no estado de Minas Gerais (Rapi/MG), optou-se por seguir a proposta apresentada por Ansell (2012), segundo a qual a governança colaborativa pode variar ao longo de algumas dimensões, tais como as apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Dimensões empregadas na análise dos dados

Dimensão	Descrição
Quem colabora	Analisa quais atores estão envolvidos na ação colaborativa, podendo incluir os da administração pública, de diferentes setores e jurisdições; do Legislativo e do Judiciário, atores do setor privado lucrativo e da sociedade civil.
Quem financia a colaboração	Analisa a fonte dos recursos que financia a governança colaborativa. Geralmente, são os organismos públicos.
Forma de organização da colaboração	Analisa o modo pelo qual a rede está organizada e configurada.

Elaboração própria dos autores a partir de Ansell (2012).

Antes da apresentação dos resultados referentes a cada dimensão de análise, seguimos com uma breve contextualização sobre o processo de criação da Rapi/MG.

### 3. Breve Contextualização do Processo de Criação da Rapi/MG

Em 2019, o governo de Minas Gerais aderiu à Estratégia Brasil Amiga da Pessoa Idosa (Ebapi)<sup>9</sup>, com o objetivo de proporcionar aos municípios mineiros melhores condições de atenção à população idosa. Para tanto, estabeleceu parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), por meio da Coordenadoria de Políticas Públicas para Pessoa Idosa (Cepid), componente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese). Pela UFV, a efetivação da parceria se deu pela atuação do Grupo de Pesquisa Espaços Deliberativos e Governança Pública (Gegop), inserido no Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (IPPDS). No decorrer das ações da parceria, teve início a pandemia da doença Covid-19, causada pelo novo coronavírus.

No cenário da pandemia da Covid-19, em abril de 2020, o governo de Minas Gerais e o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (CEI/MG), encomendaram à Universidade Federal de Viçosa (UFV) um diagnóstico das Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas (ILPIs). Esse diagnóstico se justificava pela vulnerabilidade da população idosa naquela situação, considerando-se o elevado número de mortes de pessoas institucionalizadas que estava ocorrendo em países europeus naquele momento. A partir do diagnóstico, Estado e universidade começaram a trabalhar para atender as ILPIs, bem como para atender outras demandas emergentes de diferentes segmentos que atuavam com a população idosa mineira, tais como secretarias municipais de assistência social e saúde. Nesse processo, outros colaboradores foram se somando à iniciativa, como instituições públicas e privadas e pessoas da sociedade civil, e assim teve origem a Rede de Apoio à Pessoa Idosa (Rapi/MG), que passamos a compreender nos próximos tópicos.

#### 3.1. Dimensão 1: Quem colabora com a Rapi/MG

Na perspectiva da governança colaborativa, a primeira dimensão diz respeito aos atores que colaboram ou “quem colabora” com a rede. Essa rede de colaboradores pode incluir atores da administração pública de diferentes setores e jurisdições, de instituições de ensino e pesquisa públicas e privadas, do setor privado lucrativo e da sociedade civil. Também podem ser incluídos organismos do Legislativo e do Judiciário.

Como já mencionado, a Rapi/MG foi criada em 2020, quando os problemas complexos exigiam respostas que ultrapassam as possibilidades de ações da administração pública. Imediatamente após declarada a pandemia da Co-

9 A Estratégia foi criada em abril de 2018 por meio do Decreto nº 9.328, revogado pelo Decreto nº 9.921 de 18/07/2019, consolidando atos normativos editados pelo Executivo Federal que dispõem sobre a temática da pessoa idosa.

vid-19 pela Organização Mundial da Saúde, em março de 2020, a Cepid/Sedese e o CEI/MG solicitaram apoio técnico da UFV para a realização de um diagnóstico junto às ILPIs filantrópicas mineiras, com o objetivo de identificar as fragilidades e as potencialidades dessas instituições no enfrentamento da pandemia. No âmbito da UFV, além dos pesquisadores do Gegop/UFV, coordenaram o diagnóstico os pesquisadores do Grupo de Estudos e Práticas sobre Envelhecimento, Nutrição e Saúde (Greens/UFV). Elaborado em tempo recorde, o diagnóstico<sup>10</sup> foi entregue no final do mês de abril de 2020, com o panorama da situação das ILPIs e o apontamento da necessidade de um conjunto de ações públicas emergenciais.

Para viabilizar a implementação de parte das ações identificadas como emergenciais, a Cepid/Sedese e o Sistema Estadual de Redes em Direitos (SER-DH) formalizaram parceria com a UFV, por meio de um Termo de Cooperação que previa as ações e as responsabilidades de cada uma das entidades envolvidas. Tal formalização cumpre um dos requisitos apontados por Kellas (2010) para que a governança seja efetivamente colaborativa, uma vez que estabelece processos claros de responsabilização e tomada de decisão, registrados em um acordo.

Devido à natureza diversa das ações apontadas pelo diagnóstico (como apoio gerencial, fiscal, jurídico e de manejo e cuidados no contexto da Covid-19), outros parceiros foram contatados. A partir de então, a rede passou a contar com diferentes atores em âmbito federal, estadual e municipal, além de instituições não governamentais.

Inicialmente houve o protagonismo da UFV, na qual os grupos de pesquisa Gegop e Greens estão acolhidos. A universidade participou dos processos de tomada de decisão, de orientação e de implementação de medidas e ações frente à pandemia. Essas ações incluíam: distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI); apoio técnico às ILPIs em assuntos de regulamentação jurídica e fiscal para viabilizar sua participação em editais de apoio material e financeiro; orientação dos profissionais das ILPIs na prevenção e manejo de casos de Covid-19; apoio técnico na elaboração de planos de contingência para enfrentamento da Covid-19 em ILPI; disseminação de conhecimentos sobre a pandemia para a população idosa em geral (por meio de vídeos e podcasts); produção e distribuição de materiais de estimulação cognitiva para pessoas idosas residentes nas ILPIs e em geral e outras. A UFV, por meio do

10 O diagnóstico acerca da realidade das ILPIs filantrópicas mineiras frente à Covid-19 pode ser acessado na íntegra aqui: MARTINS, S. et al. Instituições de Longa Permanência para Idosos em Minas Gerais diante da Pandemia da Covid-19. 12 p. Trabalho técnico. Rede de Apoio à Pessoa Idosa. Disponível em: <https://serdh.mg.gov.br/serdh-start/ser-dh/serdh-backend/public/storage/uploads/2020/08/08/tNzfy3c4u8vWBioRXND-fyNVXCgk36Rdi3XdRIU4T.pdf>

Gegop, também colaborou para identificar novos parceiros, um conjunto de instituições das diferentes regiões de Minas Gerais, que se somaram ao governo de Minas para lidar com a situação de crise sanitária, o que foi essencial para a criação e implementação da Rapi/MG.

Muitas instituições de ensino e pesquisa se tornaram participantes da rede, sendo elas: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e o Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) de Ponte Nova. Além destas, o Greens e outros grupos de pesquisa vinculados ao Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável também passaram a colaborar. A inserção destes atores na rede, fornecendo adequadas e válidas informações e colocando o conhecimento científico no planejamento das ações reduz a incerteza e dissipa o déficit científico, apontado por Koebele (2019) como fator relevante para o alcance de resultados colaborativos.

Em âmbito estadual, a Cepid/Sedese passou a contar com o apoio das regionais da Sedese e de outras secretarias de governo, como a da Saúde. Somou-se também o apoio das instituições privadas, como o Instituto Ânima e Itaú Viver Mais (Projeto Longeviver); a Organização da Sociedade Civil (OSC) CeMAIS; a Agência Nexo, voltada às OSCs; e os movimentos sociais Frente Nacional de Fortalecimento das ILPIs (FN-ILPIs) e Frente Nacional de Fortalecimento dos Conselhos de Direitos das Pessoas Idosas (FFC), ampliando as possibilidades de cooperação. A adesão dessas entidades se deu em função de atendimento a convites realizados pelas instituições fundadoras da Rede, a partir de parcerias anteriores e do interesse comum pela temática na pessoa idosa.

O Quadro 2 apresenta o rol de participantes da Rapi/MG no momento de realização da pesquisa, em agosto de 2021.

A partir das parcerias formalizadas, no segundo semestre de 2020, a rede colaborativa se consolidou, sob a coordenação da Cepid/Sedese. Instituiu-se um calendário de reuniões virtuais quinzenais para a definição da agenda, a atribuição das responsabilidades e coordenação das ações, assim como para a articulação entre os parceiros na condução das atividades. Em poucos meses a rede já se mostrava fortalecida, e o processo de colaboração seguiu o seu curso com a elaboração de documentos, estudos e assessorias, além da preparação de equipes de especialistas para o desenvolvimento de ações em prol dos municípios e da população idosa do estado de Minas Gerais.

Quadro 2 – Participantes Rapi/MG

Parceiros	Vinculação institucional	Projeto/ação*
Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (CEI/MG)	Governo de Minas Gerais e representações sociais vinculadas aos direitos das pessoas idosas.	Articulação e projetos.
Coordenadoria de Políticas Públicas para Pessoa Idosa (Cepid)	Governo de Minas Gerais	Coordenação, articulação e suporte técnico-administrativo.
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese)	Governo de Minas Gerais	Coordenação e suporte técnico-administrativo.
Sistema Estadual de Redes em Direitos (SER-DH)	Governo de Minas Gerais	Suporte técnico-administrativo.
Grupo de Pesquisa Espaços Deliberativos e Governança Pública (Gegop)	Universidade Federal de Viçosa (UFV); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Lavras (UFLA); Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).	Articulação e projetos.
Grupo de Estudos e Práticas sobre Envelhecimento, Nutrição e Saúde (Greens)	Universidade Federal de Viçosa (UFV);	Articulação e projetos.
IFMG Ponte Nova	IFMG Ponte Nova	Além dos trilhos (educação financeira e empreendedorismo)
Instituto Ânima	Instituto Ânima	Plenitude 60+ (Universidade Aberta à Pessoa Idosa)
Itaú Viver Mais	Grupo Itaú	Longeviver (apoio às ILPIs)
Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais (CeMAIS)	Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais (CeMAIS)	Rede CeMAIS 3i MG (geração de informações para ILPIs)
Agência Nexo	Nexo Investimento Social	Captação de recursos via projetos.
Associação Mineira dos Contadores Públicos	Associação Mineira dos Contadores Públicos	Apoio técnico e projetos.
Frente Nacional de Fortalecimento das ILPIs (FN-ILPIs)	Frente Nacional de Fortalecimento das ILPIs (FN-ILPIs)	Projetos.
Frente Nacional de Fortalecimento dos Conselhos de Direitos das Pessoas Idosas (FFC)	Frente Nacional de Fortalecimento dos Conselhos de Direitos das Pessoas Idosas (FFC)	Projetos.

\* As ações da Rapi/MG podem ser consultadas em <https://sites.google.com/view/rapimg>; Facebook: <https://www.facebook.com/Rapimg> e Instagram: @rapi.mg  
Fonte: Elaboração própria.

Após um ano de existência, em 2021, as três instituições que deram início ao processo, Cepid/Sedese, CEI/MG e UFV permaneceram unidas e constituíram uma comissão de articulação, visando representar a rede em seus relacionamentos externos e, principalmente, buscando firmar novas parcerias, por entenderem a importância de agregar outras pessoas e instituições ao processo de governança.

A liderança da Cepid/Sedese foi importante para atrair novos colaboradores e manter a rede com o menor nível de hierarquia possível, inclusive compartilhando a coordenação com o Conselho Estadual da Pessoa Idosa. Como afirmam Kellas (2010) e Koebele (2019), uma vez mantida a capacidade de unir os diferentes atores em uma atuação colaborativa, por meio de laços voluntários, têm-se elementos essenciais para que a governança estabelecida seja, de fato, colaborativa, tais como compartilhamento de responsabilidades, complementaridade de recursos e competências, processo decisório horizontal e participativo.

Apesar da diversidade de atores que se somaram à Rapi/MG, não houve a redução da responsabilidade e do papel do Estado em lidar com as questões emergentes, o que seria esperado conforme elucidado por Dallabrida et al. (2020). As instituições que participaram do processo de criação se mantiveram atuantes e outras foram somadas.

### **3.2 Dimensão 2: Quem financia a colaboração**

A segunda dimensão se refere aos atores financiadores ou “quem financia” a colaboração. Em geral, organismos públicos iniciam e patrocinam a governança colaborativa. Neste caso, o poder público e os próprios membros da Rede patrocinam as ações. Nos documentos de formalização do acordo de cooperação não estão previstos repasses de recursos financeiros. Assim, cada participante disponibiliza a força de trabalho necessária para o desenvolvimento das ações às quais se encontra vinculado ou responsável. Essa é, também, a realidade da Rapi/MG.

O comprometimento dos atores envolvidos com o processo colaborativo consiste em fator relevante para a experiência colaborativa, sendo influente no sucesso ou fracasso da proposta (Ansell & Gash, 2008).

### **3.3. Dimensão 3: Forma de organização da colaboração**

A terceira e última dimensão questiona a forma de organização da colaboração. Nela são abordados instrumentos de planejamento, regulação, políticas públicas e gestão pública utilizados com o intuito de coordenar, julgar e integrar os objetivos e interesses de vários stakeholders.

Ansell (2012), ao compreender a colaboração como técnica, relata que ela pode ser utilizada para a resolução de conflitos e como facilitadora da cooperação entre agências públicas, grupos de interesse e cidadãos. Muitas vezes é utilizada para situações de grandes conflitos ou para colocar juntos cidadãos e stakeholders para trabalhar em projetos ou agendas comuns, como melhorias da saúde de comunidades, reforma educacional ou em defesa da população idosa, como é o caso da Rapi/MG. E é nesta perspectiva que a governança colaborativa é aplicada nesta análise.

A organização do processo colaborativo ocorre desde o início no formato de parceria formalizada entre os colaboradores e a Cepid/Sedese e o CEI/MG. A parceria legítima características de governança colaborativa, pelo caráter de atuação formal, conjunta e consensual (Ansell & Gash, 2008).

As primeiras iniciativas da Rapi/MG encontravam-se estruturadas em três macro ações: a) apoio técnico aos municípios; b) produção de podcasts; e c) suporte às instituições de longa permanência para idosos.

- **a)** apoio técnico aos municípios - para a criação de redes locais de solidariedade e de apoio à pessoa idosa no contexto da Covid-19;
- **b)** produção de podcasts - com temáticas de interesse da população idosa, tendo o início focalizado medidas de prevenção e proteção contra a Covid-19 e posteriormente abordando estratégias de promoção da saúde física e mental no contexto da Covid-19 e outras temáticas; e
- **c)** suporte às instituições de longa permanência para pessoas idosas - para distribuição de equipamentos e insumos necessários ao enfrentamento da Covid-19; orientação e capacitação dos profissionais dessas instituições; apoio técnico para torná-las aptas à participação em editais de financiamento/apoio de ações no contexto da pandemia.

Nesse sentido, ainda que uma rede por si já contemple diversidade de ações e de colaboradores, o estabelecimento das três macros ações iniciais permitiram o fortalecimento da Rapi/MG. Isso porque o desenvolvimento das ações demandou articulação dos atores da Rapi/MG entre si e com diversos segmentos da sociedade. Além disso, potencializou o surgimento de novos planos de ação para fortalecimento das políticas locais da pessoa idosa, que mais adiante seriam incluídos no planejamento da Rapi/MG. Esse contexto contribuiu para a visibilidade da Rede não só no estado de Minas Gerais, mas no nível nacional.

Na Rapi/MG, o significado de colaboração está em consonância com a descrição apresentada por Bingham (2011), sendo a que resulta da atuação conjunta de atores de diferentes jurisdições, que se unem para desenvolver ações



voltadas especificamente para a resolução comunitária de um problema público. Além disso, as iniciativas são desenvolvidas pelos diferentes atores sem haver uma autoridade marcada, ainda que haja uma coordenação definida, que fica a cargo do Estado de Minas Gerais, por meio da Cepid/Sedese. Ou seja, a Rapi/MG apresenta condições para ser reconhecida como governança colaborativa, pois extrapola o modo hierárquico e centralizado de políticas públicas, contando com a participação e o envolvimento público (Bingham, 2011; Kholer-Koch & Rittberger, 2006).

## 4. O papel das universidades na RAPI/MG

Conforme mencionado nas seções anteriores, além da concepção da Rapi/MG ter contado com o protagonismo da Universidade Federal de Viçosa uma universidade, o trabalho da Rede agregou outras universidades ao longo do processo. Importante destacar que no contexto da pandemia, a UFV exerceu papel tanto orientador quanto norteador de tomada de decisão pelo Estado, nomeadamente pela Cepid. Além disso, contribuiu para formar uma rede de universidades mineiras apoiadoras da Rapi/MG. As universidades mineiras colaboram com a geração de conhecimento e ações da rede.

No âmbito internacional, mas especialmente na realidade brasileira, o contexto de pandemia revelou a importância da reflexão sobre a contribuição científica das universidades aos órgãos governamentais (Almeida et al., 2020). O conhecimento produzido pelas universidades deve ser útil para criar, avaliar e fortalecer a colaboração das instituições de governança (Boothroid, 2010). Isso se confirma na literatura, que aponta que as universidades federais brasileiras conseguiram apresentar soluções efetivas para diminuir os efeitos da crise gerada pela pandemia da Covid-19, nas distintas áreas do conhecimento, seja ainda na pesquisa ou na extensão (Almeida et al., 2020).

Particularmente em relação à Rapi/MG, a contribuição das universidades pode ser destacada nas seguintes ações:

- suporte teórico-científico na estruturação da governança colaborativa;
- realização de diagnósticos situacionais (perfil das ILPIs mineiras frente à Covid-19; levantamento do número de conselhos municipais de direitos da pessoa idosa ativos e com fundos da pessoa idosa ativos no estado de MG);
- suporte técnico às ILPIs em questões de regularização jurídica e financeira;

- capacitação dos profissionais das ILPIs para prevenção e manejo dos casos de Covid-19 nas instituições, via produção de informativos ou realização de lives para orientação;
- produção e disseminação de material informativo (podcasts, vídeos, cartilhas) para diferentes públicos, com a temática do envelhecimento, Covid-19, políticas públicas
- projetos de extensão de escuta solidária a pessoas idosas em isolamento social e de apoio psicológico a cuidadores e demais profissionais das ILPI mineiras;
- articulação com os demais atores da Rede para implementação de ações

As ações supracitadas contaram com a participação ativa das universidades e essas contribuíram para a proposição das estratégias de ação da Rapi/MG de forma coordenada, participativa e integrada, no intuito de fortalecer o trabalho em Rede e a governança colaborativa.

## Considerações Finais

A descrição e interpretação do caso da Rapi/MG MG contribui para elucidar a utilidade da noção de governança colaborativa no cenário de crise ocasionado pela pandemia, assim como para o fortalecimento das políticas para pessoas idosas de forma constante. Além disso, percebe-se o relevante papel das universidades no fomento a formas alternativas de gestão e qualificar os resultados da gestão pública.

Verificou-se que, financiada pelos próprios entes públicos e parceiros, a Rapi/MG se caracteriza como uma governança colaborativa que conta com um conjunto de atores de diferentes jurisdições, que se unem para desenvolver ações em prol de amenizar as implicações da pandemia, em especial para a população idosa.

As primeiras iniciativas da Rede, estruturadas em macro ações, colaboram para a resolução de problemas coletivos, os quais desafiam a atuação isolada da administração pública, uma vez que os atores envolvidos possuem complementaridade de recursos e de capacidades.

Conclui-se que a diversidade de atores proporciona importantes contribuições no atendimento a demandas e que a atuação conjunta de universidades, instituições privadas, instituições participativas e do terceiro setor com

o Estado, mas que as universidades podem ser a mola precursora para gerar inovações e soluções para a gestão de crises e resolução de problemas coletivos. Dentre essas contribuições pode-se destacar, entre outras, o alcance nas ações (a exemplo dos *podcasts*), a abrangência das ações (a exemplo do apoio jurídico, fiscal e de suporte psicológico às ILPIs), o aprendizado de práticas colaborativas e a troca de conhecimentos entre os diferentes atores.

Ainda, o estudo indica que uma situação complexa pode produzir novas relações entre administração pública e sociedade civil. Almeida et al. (2020) e Andion (2020) também compartilham desta expectativa, de que as parcerias estabelecidas para a cooperação no contexto de pandemia consolidem os vínculos constituídos entre a sociedade e o poder público.

É importante ressaltar que as proposições apresentadas aqui são um ponto de partida. Pesquisas posteriores serão realizadas com o intuito de monitorar as ações empreendidas. A análise de casos municipais cruzados, usando uma variedade de métodos qualitativos e quantitativos é sugerida para o refinamento dos resultados. Além dessas necessidades gerais, sugerem-se pesquisas futuras para acompanhar outras ações desenvolvidas nesse cenário, envolvendo o poder público e atores de outras esferas.

## Referências

- ALMEIDA, L. S. B., Silveira, R. M. C. Silva, B, C, N. Queiroz, J. V. R., & De Oliveira, P. H. C. N. (2020). As universidades públicas brasileiras no contexto da pandemia: iniciativas e parcerias no enfrentamento da covid-19. *CADERNOS Gestão Pública e Cidadania*, 25(82), 1-20.
- ALVES, M. A. & Costa, M. M. da (2020). Colaboração entre governos e organizações da sociedade civil em resposta a situações de emergência. *Revista de Administração Pública*, 54(4), 923-935.
- ANDION, C. (2020). Atuação da sociedade civil no enfrentamento dos efeitos da Covid-19 no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 54(4), 936-951.
- ANSELL, C. (2012). Collaborative governance. In *The Oxford handbook of governance*. 2012.
- ANSELL, C. & Gash, A. (2008). Collaborative governance in theory And Practice. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 18, 543-71.
- BINGHAM, L. B. (2011). Collaborative governance. *The SAGE handbook of governance*, 386-401.
- COMFORT, L. K. & Kapucu, N. (2006). Inter-organizational coordination in extreme events: The World Trade Center attacks, September 11, 2001. *Natural hazards*, 39(2), 309-327.
- DALLABRIDA, V. R., Baggio, D. K., & Zatera, A. (2020). Collaborative governance and its role in fighting the pandemic: from the conception of what it is to the verification of its inexistence. *Global Journal of human-social science*, 20(5), 17-22.
- FREDERICKSON, H. G. (2005). What ever happened to public administration? Governance, governance everywhere. *The Oxford handbook of public management*, 282-304.
- KELLAS, H. (2010). Governança Colaborativa para uma Metro Vancouver sustentável e com qualidade de vida. In Klink, J. (Org.). *Governança das Metrôpoles: Conceitos, experiências e perspectivas* (pp. 101-115). São Paulo: Annablume
- KISSLER, L. & Heidemann, F. G. (2006). Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade?. *Revista de Administração Pública*, 40(3), 479-499.
- KOEBELE, E. A. (2019). Integrating collaborative governance theory with the Advocacy Coalition Framework. *Journal of Public Policy*, 39(1), 35-64.
- KOHLER Koch, B. & Rittberger, B. (2006). The 'governance turn' in EU studies. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 44, 27-49.
- KOLKO, J. (2012). *Wicked Problems: Problems Worth Solving: A Handbook & A Call to Action*. Austin/Texas: AC4D.
- SIMO, G. & Bies, A. L. (2007). The role of nonprofits in disaster response: an expanded model of cross sector collaboration. *Public Administration Review*, 67, 125-142.

# Considerações Finais

Tainá Gomide Rodrigues de Souza Pinto

Este livro inicia com um convite para (re)pensarmos a relação entre a universidade e o envelhecimento, reflexão essa assaz necessária e que foi realizada ao longo de cada capítulo desenvolvido. O grupo Espaços Deliberativos e Governança Pública (Gegop) e a Frente Nacional dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa (FFC), ao entender a importância da universidade e o seu grande potencial de contribuição para o debate, que subsidia e fortalece as políticas públicas comprometidas com a defesa, a garantia e a ampliação dos direitos das pessoas idosas e a conseqüente promoção da qualidade de vida desta população em nosso país, organizaram várias amostras de ações que são realizadas tendo as universidades como promotoras ou parceiras.

As universidades possuem como pilares as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. E, a partir da leitura do livro, podemos verificar que, em cada um desses pilares, encontramos possibilidades de ações universitárias que buscam transformar a situação atual e proporcionar melhores condições de vida às pessoas idosas.

Já na primeira seção, podemos conhecer e refletir sobre ações de ensino e de pesquisa dedicadas à temática do envelhecimento. Quanto ao ensino, é sabido que o percentual de analfabetismo das pessoas idosas chama atenção e é reflexo de um processo educacional complexo no Brasil ao longo dos anos. Ocorre que, considerando a alta taxa de analfabetismo da população idosa, fica ainda mais difícil encaixar as pessoas idosas no contexto da universidade. Entretanto, a dificuldade não pode ser transformada em um empecilho conformado.

É importante que o conformismo e o preconceito em relação às pessoas idosas sejam rompidos, permitindo que esta população tenha acesso à educação, inclusive a pública, do fundamental ao ensino superior, e fazer valer o Estatuto da Pessoa Idosa. Para tanto, além das políticas de inclusão e de acesso à educação, é necessário que as universidades se adaptem e desenvolvam metodologias e materiais didáticos adequados para essas pessoas, ou seja, que sejam respeitadas as suas peculiaridades, proporcionando a sua permanência no ensino universitário. É preciso considerar que para a população idosa é muito difícil acessar a universidade e, também, para se manter nela quando conseguem acessar; dessa forma, é preciso que sejam realizadas ações afirmativas não só para garantir o seu acesso, mas, também, a sua permanência no ensino superior. Tais ações devem envolver o Estado, a socieda-

de em geral, as famílias e toda comunidade acadêmica.

As contribuições do ensino superior na vida das pessoas idosas permitem a sua integração e sua participação na sociedade e dão-lhes a oportunidade de manutenção das funcionalidades, flexibilidades, ganhos evolutivos e sentimento de pertencimento e de colaboração.

A pesquisa, outro pilar das universidades, também possui um grande potencial de contribuição para esta temática, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento de estratégias para o envelhecimento com qualidade de vida. Quando nos referimos a este tema, estamos problematizando várias abordagens científicas que podem ser dadas, tais como saúde, psicologia, atividade física e lazer, saúde, educação, políticas públicas, gestão financeira, educação financeira, inclusão digital, dentre outras. Vale ressaltar que as pesquisas nessa temática são, em sua grande maioria, voltadas para a saúde, sendo poucos os trabalhos de outras áreas que estudam o envelhecimento. Ou seja, esta temática é interdisciplinar e o desenvolvimento de pesquisas científicas pode gerar contribuições em diversas áreas do conhecimento, colaborando com o avanço em políticas públicas.

A importância das universidades, no que se refere à pesquisa voltada para o envelhecimento, reside no fato de que nelas se encontram pesquisadores capacitados, professores e alunos dispostos a desenvolverem estudos em diversas áreas do conhecimento, o que reforça a posição estratégica das universidades como centros importantes no desenvolvimento de políticas públicas. Os projetos de pesquisa universitária podem auxiliar no diagnóstico, na proposição e formação de agendas, na implementação e no monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas para população idosa.

Como podemos perceber, a pauta da pessoa idosa no ensino e pesquisa universitária ainda tem muito a evoluir. A inserção dessas pessoas na universidade, pelas atividades formais de ensino, ainda esbarram nos empecilhos do analfabetismo, na pouca escolaridade, no preconceito, na falta de preparo das universidades; entretanto, as atividades não formais podem ser uma boa porta de entrada da população idosa nas instituições de educação superior, conforme prevê o artigo 25 do Estatuto da Pessoa Idosa. Os programas de extensão se apresentam nesse contexto das atividades não formais, sendo possível desenvolver cursos e ações, presenciais ou à distância, voltados para a população idosa. Por meio deles, as pessoas idosas possuem oportunidade de acessar a universidade, cumprindo, em certa medida, a perspectiva da educação ao longo da vida.

A partir dos projetos de pesquisa e de extensão é possível identificar as demandas locais da população idosa e traçar um plano de ações para o atendi-

mento dessas demandas. A ação extensionista, outro componente do tripé universitário, tem um papel importante na melhoria da qualidade de vida da população idosa local, mas, também, uma importante contribuição para a formação técnica e social dos estudantes universitários, que possuem a oportunidade de construir uma visão positiva da velhice, a partir da perspectiva de desenvolvimento humano. Vale destacar que esse encontro de gerações entre os estudantes e pessoas idosas participantes dos projetos tem o potencial de proporcionar a diminuição do preconceito em relação ao envelhecimento e a troca de saberes.

A Universidade Aberta para as Pessoas Idosas (UNAPI), prevista no Estatuto da Pessoa Idosa, é um projeto de extensão que se apresenta como uma forma de atuação das universidades para com a esta população, sem necessariamente ser na realização de cursos do ensino superior, ou seja, nas atividades formais. A criação das UNAPIs precisa ser incentivada e fortalecida por parte do poder público e dos dirigentes universitários, considerando o seu potencial de inserir as pessoas idosas no contexto universitário.

Além das Universidades Abertas para as Pessoas Idosas, os programas e projetos de extensão universitária oferecem atividades e possibilidades de aprendizagem, convívio social e participação às pessoas idosas, cumprindo com a missão transformadora junto à sociedade. No estado brasileiro, marcado por profunda desigualdade e falta de serviços e equipamentos básicos, a extensão universitária se apresenta como alternativa para a promoção de saúde e inserção social da população idosa, bem como para o fortalecimento de vínculos e oportunidades de aprendizagem e aperfeiçoamento.

Ao longo do livro foram apresentados exemplos de projetos de extensão que demonstraram as possibilidades de alcance das ações extensionistas, sendo projetos educativos, culturais, científicos, sociais, esportivos e de lazer; e, em comum, em todos eles ficou clara a intenção de (re)significar a velhice, de construção conjunta com as pessoas idosas e de influenciar, em alguma medida, a agenda de políticas públicas. Os projetos de extensão que possuem o papel de apoiar o poder público na implementação de políticas públicas foram também destacados no livro, cabendo aqui uma menção ao significativo apoio das universidades no momento da Pandemia do Covid-19, em que universidades se juntaram ao Estado para diminuir as desastrosas consequências para a vulnerável população idosa, nas distintas áreas do conhecimento, seja na pesquisa e na extensão.

Até mesmo a agenda da universidade pode ser influenciada pelas práticas extensionistas voltadas para as pessoas idosas, sendo uma forma de pautar o envelhecimento no contexto universitário. Nesse momento, pode-se sugerir que seja criada a concepção de Universidade Amiga da Pessoa Idosa, tal como já existe a de Cidade Amiga da Pessoa Idosa.

A experiência no desenvolvimento de projetos de extensão nos revela a necessidade de que eles sejam construídos com a efetiva participação das pessoas idosas, o que significa ir além da ideia de apenas apresentar projetos para esta população. A construção conjunta de projetos e ações é de fato um desafio, pois envolve instigar a participação, fortalecer o momento da escuta, compreender as realidades em que as pessoas idosas estão inseridas, mas proporciona ações efetivas, em que se percebe o engajamento e comprometimento das pessoas idosas participantes dos projetos.

A partir do tripé universitário – ensino, pesquisa e extensão – percebemos as várias possibilidades de atuação e contribuição das universidades para o envelhecimento com qualidade de vida; ocorre que é necessário destacar que as parcerias entre entidades/instituições é de grande valia. O caso da Rede de Apoio à Pessoa Idosa no Estado de Minas Gerais (RAPI-MG), tratada nesse livro, revela o quão importante é o estabelecimento de uma rede de atores em que a política pública voltada para o envelhecimento seja efetiva.

As universidades possuem a possibilidade de apoiar os Estado e as famílias no desenvolvimento de ações voltadas para as pessoas idosas, como podem até serem indutoras, norteadoras e orientadoras de ações e de tomadas de decisão. A governança em rede se demonstra necessária nesse contexto em que são imprescindíveis que o Estado, a família e o mercado, terceiro setor e sociedade precisam se juntar em prol da qualidade de vida das pessoas idosas. O que se percebe é que a diversidade de atores proporciona importantes contribuições no atendimento das demandas da população idosa e que as universidades podem colaborar na geração de inovações e soluções para a gestão de crises e resolução de problemas coletivos.

Esse potencial de colaboração das universidades pode ser atribuído à sua estrutura física, ao seu conhecimento técnico e recurso humano qualificado, além da pesquisa, extensão e disposição geográfica, o que proporciona o reconhecimento de sua região e suas demandas específicas. Ocorre que não podemos deixar de observar que as universidades enfrentam falta de recurso orçamentário para garantir o desenvolvimento dos projetos, o que dificulta sobremaneira a sua atuação, fazendo com que as atividades voluntárias de pesquisadores, professores, estudantes e técnicos sejam uma constata. Nesse sentido, o Estado necessita estar atento ao potencial das universidades e ao fomento das ações de pesquisa e de extensão.

Precisamos reconhecer que a população brasileira está envelhecendo, esse reconhecimento se dá além dos dados demográficos censitários, mas, também, a partir da percepção de um maior número de pessoas idosas em nosso convívio. Entretanto, além do reconhecimento do processo de envelhecimento é preciso observar que as pessoas idosas tendem a exercer um novo papel



na sociedade brasileira, e as universidades devem se preparar para esse novo cenário. Os avanços da medicina, as reivindicações sociais, o maior acesso informações vem proporcionando a busca por uma velhice mais ativa.

Na mesma medida, é importante reconhecer que os desafios são grandes no que se refere à visão positiva da velhice, à valorização da pessoa idosa, à promoção do envelhecimento ativo, ao preconceito e ao fortalecimento das políticas públicas de envelhecimento. Mas é inegável a importância do papel estratégico das universidades para a contribuição de uma modificação da realidade no que refere à população idosa e ao envelhecimento.

## Os autores

### Aline Maino Pergola Marconato



Pós-Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Graduada, Mestre e Doutora em Enfermagem pela Universidade da Faculdade de Enfermagem da Unicamp. Atualmente é Professora Doutora do Centro Universitário Hermínio Ometto no curso de Enfermagem e vice-coordenadora do curso. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Enfermagem (FHO) e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Longevidade e Envelhecimento e integrante da Rede Internacional de Pesquisa Sobre Vulnerabilidade, Saúde, Segurança e Qualidade de Vida do Idoso: Brasil, Portugal e Espanha (UFRN). Experiência profissional na assistência à saúde e na docência. Ênfase em estudos de simulação realística, saúde do idoso, o que resultou em publicações de trabalhos e premiações. Revisora de periódicos e orientadora de alunos de iniciação científica. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9331321658094402>. E-mail: [aline.marconato@fho.edu.br](mailto:aline.marconato@fho.edu.br).

### Amauri Carlos Ferreira



Professor de Filosofia (PUC Minas e ISTA). Doutor em Ciências da Religião (UMESP, 2002). Com estágio de Pós doutorado em Educação pela UFMG (1989). <http://lattes.cnpq.br/1038910628183279>

### Ana Maria de Albuquerque Vasconcellos



Profa da Universidade da Amazônia - UNAMA. Doutora em Estudos do Desenvolvimento na University of Wales Swansea. Pesquisadora do Grupo de Estudos Gestão Social e Desenvolvimento Local - GESDEL. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2302064518568291>

### Andreia Queiroz Ribeiro



Doutora em Ciências Farmacêuticas, ênfase em Saúde Coletiva (UFMG). Especialista em Gerontologia (SBGG). Professora Dpto. Nutrição e Saúde da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Orientadora no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Nutrição/UFV. Pesquisadora do IPPDS/UFV e coordenadora do GREENS/UFV. Coordenadora da UNAPI -Programa de Extensão Universidade Aberta à Pessoa Idosa da UFV. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4483205664444000> E-mail: [andrea.ribeiro@ufv.br](mailto:andrea.ribeiro@ufv.br)

### Bárbara Carbogim



Profa da Educação Básica Pública do Estado de Minas Gerais (Juiz de Fora - MG). Doutoranda na área de Pedagogia das Artes Cênicas pelo PPGAC-UDESC (Florianópolis - SC). Mestra em Artes Cênicas pelo PPGAC-UFOP (Ouro Preto - MG). Integrante do Coletivo Anticorpos - Investigações em Dança (Ouro Preto - MG). Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3515212967424661>. E-mail: [barbaracarbogim@hotmail.com](mailto:barbaracarbogim@hotmail.com).

## Beltrina Côrte



Profa. da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutora e pós-doutora em Ciências da Comunicação pela USP. Pesquisadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento (NEPE/PUCSP). Membro da REDIP - Red Latinoamericana Interdisciplinaria de Psicogerontologia. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2236463664195609>. E-mail: [beltrina@pucsp.br](mailto:beltrina@pucsp.br)

## Bruno Vasconcelos de Almeida



Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), credenciado junto ao Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (PPGET-CEFET-MG). Pós-doutor em Filosofia (UFMG). Doutor em Psicologia Clínica (PUC-SP). Integrante do GEGOP, do GT Filosofia da Técnica e da Tecnologia (ANPOF) e do Núcleo de Estudos do Pensamento Contemporâneo (NEPC-FAFICH-UFMG). Currículo: <https://lattes.cnpq.br/8613658334369276>. E-mail: [bruvascal66@hotmail.com](mailto:bruvascal66@hotmail.com)

## Carmem Piñeda Nebot



Licenciada em Derecho y em Ciencia Política y de la Administración. Investigadora de GEGOP, GESDEL, EDUQ y APGS. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0200014196446151> E-mail: [carmenpinedanebot@hotmail.com](mailto:carmenpinedanebot@hotmail.com)

## Cássia do Carmos Pires Fernandes



Atualmente é Professora no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFMG/Campus Ponte Nova. Doutorado em Educação (UFJF), graduação em Pedagogia e em Processos Gerenciais, especialização em Educação e mestrado em Administração (UFV). Possui experiência em coordenação de projetos multidisciplinares de ensino, pesquisa e extensão envolvendo os temas: ensino médio, políticas públicas, empreendedorismo, educação financeira e avaliação. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8131523053494428>. E-mail: [cassia.pires@ifmg.edu.br](mailto:cassia.pires@ifmg.edu.br)

## Dalyanna Mildred de Oliveira Viana Pereira



Enfermeira, Mestre em ciências da saúde. Especialista em dermatologia em enfermagem. Pedagoga e especialista em gestão e organização escolar. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/4701603626327652>. E-mail: [dalyanna@gmail.com](mailto:dalyanna@gmail.com).

## Eder Pereira Giardini Bonfim



Graduado em Tecnologia em Processos Gerencias pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais Campus Ponte Nova (2022). Atuou em projetos de extensão envolvendo educação financeira para o envelhecimento ativo, desenvolvimento de produtos digitais como e-book, podcast e conteúdos para rede social do projeto @atividadepontenova. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0753688243275987>. E-mail: [ederpgiardini@gmail.com](mailto:ederpgiardini@gmail.com)

## Edson Batista de Sena



Bacharel em Sistemas de Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Possui especialização em Práticas Pedagógicas pela Universidade Federal de Ouro Preto. Mestre em Educação pela Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri. Foi membro do grupo de pesquisas Laboratório de Otimização e Inteligência Artificial, atuando em pesquisas relacionadas à Inteligência Artificial, ao processo de detecção automática de estilos de aprendizagem, modelagem probabilística e matemática, cadeias de Markov e complexidade de algoritmos na Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri. Atualmente é Professor do IFMG Campus Avançado Ponte Nova.

## Eliete Cibele Cipriano Vaz



Profa. da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Serviço Social. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social (GEPSS). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6454794011122064>. Email: [ecibele@gmail.com](mailto:ecibele@gmail.com)

## Emerson de Paula



Prof. Adjunto do Curso de Teatro da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Pós-doutorando em Artes da Cena na UNICAMP. Líder do Grupo de Pesquisa NECID - Núcleo de Estudos em Espaços Culturais, Inclusivos e Deliberativos (CNPq). Currículo: <https://lattes.cnpq.br/6072084944115357>. Email: [emersondepaula@unifap.br](mailto:emersondepaula@unifap.br)

## Fábio Marcelo Matos



Fisioterapeuta. Professor Universitário Efetivo vinculado ao Departamento de Fisioterapia da Universidade Regional de Blumenau. Mestre e Doutor em Desenvolvimento Regional. Linha de pesquisa em população e territórios. Temática: políticas públicas, envelhecimento ativo e territorialidades. Membro do Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina. Coordenador da Universidade da Maturidade da Universidade Regional de Blumenau. Currículo lattes: CV: <http://lattes.cnpq.br/8685700684871286>.

## Gilson de Vasconcelos Torres



Pós-Doutor em Enfermagem em Évora/Portugal (2011), Doutorado em Enfermagem / EERP-USP (2000). Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq (PQ2 - 2009/2021; PQ1D - 2021/2025), Coordenador da Rede Rede internacional de pesquisa sobre vulnerabilidade, saúde, segurança e qualidade de vida do idoso: Brasil, Portugal e Espanha, Coordenador do Curso de Especialização em Dermatologia em Enfermagem - UFRN (Turma1- 2019-2021, Turma 2 -2021-Atual), Coordenador do Grupo de Pesquisa Incubadora de Procedimentos de Enfermagem (2010- atual) /UFRN. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1944547152815226>

## Felipe Bueno a Silva Márcia



Enfermeiro. Mestrando no Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Universidade Federal de São Carlos. Pesquisador do GEPL e LAIG. Currículo: <https://lattes.cnpq.br/4741491261640650>. E-mail: [felipebueno99@hotmail.com](mailto:felipebueno99@hotmail.com).

## Higor Matheus de Oliveira Bueno



Discente do curso de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário da Fundação Hermínio Ometto - FHO. Aluno bolsista do projeto de iniciação científica PIC sustentabilidade em 2021, 2022 e 2023, Membro e Pesquisador dos Grupos de Pesquisa CNPq: Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Longevidade e Envelhecimento (GEPL), Rede Internacional de Pesquisa sobre Vulnerabilidade, Saúde, Segurança e Qualidade de Vida do Idoso: Brasil, Portugal e Espanha (UFRN). Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0052662648496565>. E-mail: [higormatheusbueno3@gmail.com](mailto:higormatheusbueno3@gmail.com).

## Ivan Beck Ckagnazaroff



Doutor em Administração pela Aston Business School, Aston University, professor titular do Departamento de Ciências Administrativas (CAD), da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do PPGA-CEPEAD (Centro de Pós-graduação e Pesquisa) do CAD/FACE/UFMG. Tem como principal interesse de pesquisa o tema da governança pública e gestão de políticas públicas. Outros temas se referem a modernização organizacional, participação cidadã na administração pública, parcerias entre Estado e Terceiro Setor e descentralização. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6536172803067886>

## Jones Nogueira Barros



Mestre em Gestão e Desenvolvimento, tem doutorado em Administração pela UNAMA - Universidade da Amazônia, onde atua como docente no Programa de Pós-Graduação em Administração - PPAD/UNAMA, com ênfase em Gestão do Desenvolvimento. Suas pesquisas têm foco na análise de espaços de ação pública, políticas públicas e gestão Social e longevidade. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0651589545083115>

## Jordelina Schier



Enfermeira Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Enfermagem UFSC. Especialista em Gerontologia Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG). Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5517912617374606>. E-mail: [jordelina.schier@gmail.com](mailto:jordelina.schier@gmail.com)

## Juliana Balbinot Reis Girondi



Prof.<sup>a</sup> da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Enfermagem. Estomaterapeuta. Pesquisadora do Laboratório de Pesquisa e Tecnologias em Enfermagem, Cuidados em Saúde da Pessoa Idosa (GESPI/UFSC) desde 2002 e do Laboratório de pesquisa e Tecnologias para o cuidado de saúde no ambiente médico-cirúrgico (LAPETAC/UFSC). Currículo: <http://lattes.cnpq.br/4293198625231827>. E-mail: [juliana.balbinot@ufsc.br](mailto:juliana.balbinot@ufsc.br)

## Karla Lisboa Ramos



Doutora em Nutrição Humana. Especialista em Gestão e Assistência em Gerontologia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3707829150741284>

## Leonardo Milhomem Rezende



Servidor efetivo do Ministério da Educação, especialista e mestre em gestão de políticas públicas educacionais com ênfase em monitoramento e avaliação. Foi Diretor de Atenção ao Idoso no Ministério da Cidadania (atual ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e atuou como um dos coordenadores nacionais da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa - EBAPI. Além disto é um pesquisador de políticas públicas para pessoas idosas com publicações sobre o tema.

## Marcela Giovanna



Diretoria Presidente do CeMAIS. Psicóloga Especialista em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas. Profissional com experiência em gestão organizacional e coordenação de projetos sociais e de desenvolvimento comunitário. Entre os projetos sobre sua responsabilidade destaca-se a Revista Valor Compartilhado, Rede Cemais 3i e Caleidoscópio 60+. É Conselheira titular e 1º conselheira do Confoco - Conselho de fomento e colaboração de Belo Horizonte e coordenadora da Frente Nacional de Fortalecimento dos Conselhos de direitos Da Pessoa idosa. Lattes <http://lattes.cnpq.br/9564719232950408> email: [Marcela.giovanna@cemais.org.br](mailto:Marcela.giovanna@cemais.org.br)

## Márcia Thais de Souza



Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Fundação Hermínio Ometto FHO e bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/CNPQ 2022-2023. Membro e pesquisadora do GEPL e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Trauma e Emergência (FHO). Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3568623150067923>. E-mail: [marcia.souza@alunos.fho.edu.br](mailto:marcia.souza@alunos.fho.edu.br)

## Márcio José Pinto Ribeiro



Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil , Mestrando PPAD UNAMA, possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Ceará(1987) e Pós-graduação em Direito Tributário pela Universidade Federal do Pará (2006). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9199351832999175>. E-mail : [marciojosepintoribeiro@gmail.com](mailto:marciojosepintoribeiro@gmail.com).

## Maria Fernanda Baeta Neves Alonso da Costa



Docente da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora e Pós-Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (PEN), da UFSC. Especialista em Gerontologia pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Pesquisadora do Laboratório de Pesquisa, Tecnologia e Inovação em Políticas e Gestão do Cuidado e da Educação de Enfermagem e Saúde - GEPADES e Pesquisadora do GEGOP, do IPPDS/UFV. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1219951595746213> E-mail: [fernanda.baeta@ufsc.br](mailto:fernanda.baeta@ufsc.br)/[mafebaeta@gmail.com](mailto:mafebaeta@gmail.com)

## Paulo Adão de Medeiros



Fisioterapeuta, Licenciado em Formação de Professores para Educação Profissional, Doutor em Saúde Coletiva na linha de Epidemiologia do Envelhecimento (UFSC). Membro da ANG SC, do GEGOP. Atua como consultor em gerontologia e já participou de projetos junto a UNESCO, PNUD e EBAPI. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5769891533463056> E-mail: [paulofisiosm@yahoo.com.br](mailto:paulofisiosm@yahoo.com.br)

## Pedro Henrique Perera



Professor de Língua Portuguesa e suas Literaturas no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG - Campus Ponte Nova). Mestre em Inglês (UFSC) e Especialista em Inovação na Educação Mediada por Tecnologias (UFABC). Analista do discurso em contínua formação e apaixonado pelos livros.

## Ricardo Duarte Gomes



Doutor em Comunicação Social (UFMG) e Professor Associado do Departamento de Comunicação Social da UFV; Coordena o Grupo de Pesquisas “Interações Midiáticas Textualidades e Processos de Comunicação” (IntexCom/CNPq); Participou da criação do Gegop/UFV e da Rapi/MG; Coordenou a produção dos Gibis Educativos “Geração Prateada” (SNDPI/MMFDH); Elaborou o Guia de Orientação da Comunicação para os Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa (CM-DPI/FocoMG/PNDPI). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9700388431331181>

## Roseany Gloriane Mendes



Graduada em Secretariado Executivo, com 15 anos de experiência na área. Mestra em Administração Pública e doutoranda em Administração Pública pela Universidade Federal de Viçosa. Interessada em projetos relacionados à equidade social. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4587981402145303>

## Sabrina Olímpio Caldas de Castro Braga



Profa do Instituto Federal Fluminense (IFF) Campus Itaperuna. Doutora em Administração. Desenvolve pesquisas na Área de Administração, com ênfase em Administração Pública e Políticas Públicas. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/058794841174108>. E-mail: [sabrina.castro@iff.edu.br](mailto:sabrina.castro@iff.edu.br)

## Silvia M. M Costa



Pesquisadora do Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (IPPDS), da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e dos Grupos do CNPq - Gegop/Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Gesdel/Universidade da Amazônia (UNAMA). Conselheira do Observatório Paraense da Longevidade. Ex-diretora do Departamento de Atenção do Idoso, do Ministério da Cidadania, responsável pela concepção da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa - uma política para municípios. Mestre em Ensino de Biociências e Saúde (Fiocruz), com especializações em comunicação e em educação. ORCID no 0000-0002-7737-6722. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3157505879151283>

## Simone Martins



Profa da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutora e pós-doutora em Administração. Pesquisadora do GEGOP, do IPPDS/UFV e do GESDEL. Membro da FFC - Brasil e da Rapi MG. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5311862771207808>. E-mail: [simone.m@ufv.br](mailto:simone.m@ufv.br)

## Stefania Becattini Vaccaro



Profa. da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Doutora em Ciências Sociais e Jurídicas. Pesquisadora do GEGOP e coordenadora do grupo de pesquisa Trabalho e Política Social. Currículo <http://lattes.cnpq.br/5837401267565300> E-mail: [stefania.vaccaro@ufla.br](mailto:stefania.vaccaro@ufla.br)

## Tainá Rodrigues Gomide Souza Pinto



Doutora e Mestre em Administração, graduada em Ciências Contábeis e Direito. Professora do Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade de Viçosa. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3044173302138094>

## Thaís dos Santos Gomes



Mestre em Saúde Pública (UFMG). Especialista em Gestão Pública (UEMG) e em Micropolítica da Gestão e Saúde do Trabalhador (UFF). Enfermeira (UFMG). Administradora Pública (Fundação João Pinheiro). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Estado de Minas Gerais, atualmente na Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG). Pesquisadora em Saúde, Gestão Pública e Direitos da Pessoa Idosa. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1734072213512011> E-mail: [thais.arrebol@gmail.com](mailto:thais.arrebol@gmail.com)



